



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido



FERNANDA GABRIELLE FILIPHINA PAIXÃO DOS SANTOS

**GOVERNAMENTALIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS: ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS PARQUES NACIONAIS DE TORTUGUERO (COSTA
RICA) E DO CABO ORANGE (BRASIL)**

BELÉM – PA

2026

FERNANDA GABRIELLE FILIPHINA PAIXÃO DOS SANTOS

**GOVERNAMENTALIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS: ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS PARQUES NACIONAIS DE TORTUGUERO (COSTA
RICA) E DO CABO ORANGE (BRASIL)**

Tese ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor em Ciência do Desenvolvimento. Área de Concentração: Sociedade, urbanização e estudos populacionais.

Orientadora: Profa. Doutora Ligia Terezinha Lopes Simonian.

BELÉM – PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237g Santos, Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos.
Governamentalidade em áreas protegidas : análise comparativa
entre os Parques Nacionais de Tortuguero (Costa Rica) e do Cabo
Orange (Brasil) / Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos Santos. —
2026.
269 f. : il. color.
- Orientador(a): Profª. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2026.
1. governamentalidade. 2. políticas ambientais. 3.
subjetivação. 4. racionalidades políticas. 5. poder. I. Título.

CDD 320

FERNANDA GABRIELLE FILIPHINA PAIXÃO DOS SANTOS

**GOVERNAMENTALIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS: ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS PARQUES NACIONAIS DE TORTUGUERO (COSTA
RICA) E DO CABO ORANGE (BRASIL)**

Tese ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor em Ciência do Desenvolvimento. Área de Concentração: Sociedade, urbanização e estudos populacionais. Orientadora: Profa. Doutora Ligia Terezinha Lopes Simonian. Belém: 04/02/2026.

Data da aprovação: ____/____/____.

Conceito:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ligia T. Lopes Simonian
Presidenta da banca e orientadora – PPGDSTU/NAEA-UFPA

Profa. Dra. Oriana T. de Almeida
Examinadora interna – PPGDSTU/NAEA-UFPA

Prof. Dr. Fábio Castro da Silva
Examinador interno – PPGDSTU/NAEA-UFPA

Profa. Dra. Ana Cristina Rocha Silva
Examinadora externa – PROFIHIST-UNIFAP

Profa. Dra. Leila Marcia de S. L. Elias
Examinadora externa – PROFIAP-UFRA

Profa. Dra. Mônica de Nazaré F. de Araújo
Examinadora externa – Fac. De Turismo-UFMA/ “Expert” em Costa Rica

Dedico este trabalho às minhas antepassadas, representadas por minhas avós, Benedita e Edenil, que não tiveram as mesmas oportunidades que eu, mas cujas trajetórias tornaram possíveis as minhas.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese representa não apenas a conclusão de uma etapa acadêmica, mas um percurso marcado por desafios, aprendizados e profundas transformações pessoais e profissionais.

Agradeço a Deus, pela vida, pela força e pela condução ao longo de todo esse processo, especialmente após momentos tão difíceis.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ligia Simonian, pela confiança, pela escuta atenta e pelas contribuições fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às comunidades e aos atores locais que contribuíram com esta pesquisa, tanto na Costa Rica quanto no Amapá, pela disponibilidade, pelas narrativas compartilhadas e pela confiança.

À banca examinadora, pela leitura criteriosa e pelas contribuições qualificadas, que contribuíram para o amadurecimento deste trabalho.

À Universidade Federal do Pará e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, pela formação recebida e pelo espaço de reflexão crítica proporcionado ao longo do doutorado.

À Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, pelo apoio institucional e pela compreensão diante das exigências acadêmicas.

Aos amigos, pela compreensão nos momentos de ausência, necessários para a conclusão desta etapa, e por permanecerem presentes mesmo à distância.

À minha família – pais, marido, sogros, irmãos, cunhados e avó – pelo apoio, cuidado e presença constante, especialmente nos momentos mais difíceis enfrentados durante este percurso, os quais exigiram força, união e resiliência.

Ao Pedro, meu marido, pelo companheirismo, pela paciência e pelo apoio incondicional ao longo de toda essa trajetória. Nos momentos em que pensei em desistir, foi quem me incentivou a continuar e a seguir em frente. Obrigada por caminhar ao meu lado em cada etapa deste percurso.

Aos meus pais, Augusto e Ivanilde, a quem devo muito mais do que posso expressar em palavras. Fizeram da educação um valor central em nossa família e, mesmo diante de limitações, nunca deixaram de incentivar a mim e aos meus irmãos a seguir esse caminho. Este trabalho é, também, expressão desse legado.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

“Governar é estruturar o possível campo de ação dos outros.”

Michel Foucault

RESUMO

As áreas protegidas têm se consolidado como instrumentos centrais das políticas ambientais contemporâneas, especialmente em contextos marcados por disputas territoriais, pressões econômicas e desigualdades socioambientais. Nesse cenário, emerge o problema de compreender como práticas de governamentalidade se manifestam nesses espaços, influenciando as relações entre Estado, organismos internacionais, agentes econômicos e populações locais. O presente trabalho tem como objetivo analisar as racionalidades políticas e os processos de subjetivação produzidos e mobilizados nas políticas de proteção ambiental em áreas protegidas. Para tanto, adota-se como recorte empírico dois Parques Nacionais reconhecidos como sítios Ramsar: o Parque Nacional de Tortuguero, na Costa Rica, e o Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil. A fundamentação teórica articula o conceito de governamentalidade, de Michel Foucault, com abordagens decoloniais, permitindo analisar como diferentes racionalidades de governo se expressam na gestão ambiental. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com estratégia de estudo de caso múltiplo, apoiada na análise do discurso, na análise comparativa e na realização de trabalho de campo. Os resultados indicam a existência de racionalidades políticas distintas: em Tortuguero, observa-se governamentalidade marcada pela produção sistemática de dados, pela centralidade do turismo e pela atuação de organizações não governamentais; no Cabo Orange, predomina governamentalidade caracterizada pela ausência de monitoramento contínuo, pela escassez de dados e pela atuação fragmentada do Estado. O estudo contribui para ampliar a compreensão das relações entre poder, território e conservação em contextos latino-americanos.

Palavras-chave: governamentalidade. áreas protegidas. Subjetivação. racionalidades políticas. políticas ambientais. poder.

ABSTRACT

Protected areas have become central instruments of contemporary environmental policies, particularly in contexts marked by territorial disputes, economic pressures, and socioenvironmental inequalities. In this scenario, the problem arises of understanding how practices of governmentality are manifested in these spaces, influencing the relationships between the State, international organizations, economic agents, and local populations. This study aims to analyze the political rationalities and processes of subjectivation produced and mobilized within environmental protection policies in protected areas. To this end, the empirical focus is on two National Parks recognized as Ramsar sites: Tortuguero National Park in Costa Rica and Cabo Orange National Park in Brazil. The theoretical framework articulates Michel Foucault's concept of governmentality with decolonial approaches, enabling an analysis of how different rationalities of government are expressed in environmental management. The research adopts a qualitative approach, using a multiple case study strategy supported by discourse analysis, comparative analysis, and fieldwork. The results indicate the existence of distinct political rationalities: in Tortuguero, governmentality is characterized by systematic data production, the centrality of tourism, and the active role of non-governmental organizations; in Cabo Orange, governmentality is marked by the absence of continuous monitoring, scarcity of data, and fragmented State action. The study contributes to expanding the understanding of the relationships between power, territory, and conservation in Latin American contexts.

Keywords:

governmentality. protected áreas. Subjectivation. political rationalities. environmental policies. power.

RESUMEN

Las áreas protegidas se han convertido en instrumentos centrales de las políticas ambientales contemporáneas, especialmente en contextos marcados por disputas territoriales, presiones económicas y desigualdades socioambientales. En este escenario, surge el problema de comprender cómo se manifiestan las prácticas de gubernamentalidad en estos espacios, influyendo en las relaciones entre el Estado, las organizaciones internacionales, los agentes económicos y la gestión local. Este trabajo tiene como objetivo analizar las racionalidades políticas y los procesos de subjetivación producidos y movilizados en las políticas de protección ambiental en áreas protegidas. Para ello, se adoptan como foco empírico dos Parques Nacionales reconocidos como sitios Ramsar: el Parque Nacional Tortuguero en Costa Rica y el Parque Nacional Cabo Orange en Brasil. El marco teórico articula el concepto de gubernamentalidad de Michel Foucault con enfoques decoloniales, lo que permite analizar cómo se expresan las diferentes racionalidades de gobierno en la gestión ambiental. La investigación adopta un enfoque cualitativo, con una estrategia de estudio de casos múltiples, reforzada por el análisis del discurso, el análisis comparativo y el trabajo de campo. Los resultados demuestran la existencia de distintas racionalidades políticas: en Tortuguero, se observa una forma de gobernanza caracterizada por la producción sistemática de datos, la centralidad del turismo y las acciones de las organizaciones no gubernamentales; en Cabo Orange, la forma predominante de gobernanza se caracteriza por la ausencia de monitoreo continuo, la escasez de datos y la acción fragmentada del Estado. El estudio contribuye a ampliar la comprensión de las relaciones entre poder, territorio y conservación en contextos latinoamericanos.

Palabras clave: gubernamentalidad. áreas protegidas. Subjetivación. racionalidades políticas. políticas ambientales. poder.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa físico da Costa Rica.....	72
Imagem 2 – Museu del Jade – Registro simbólico do ritual de sepultamento e os símbolos de poder em jade e zoomorfos.....	74
Imagem 3 – Museo del Oro Precolombino – Registro simbólico do ritual de cura com ervas e o casco da tartaruga	75
Imagem 4 – Museu del Jade – Objeto de cerâmica Nicoyana representado uma mulher	77
Imagem 5: Museu del Jade – Jade em barra com representação de morcegos e répteis	77
Imagem 6 – Museu del Jade – Taladro, instrumento utilizado para perfurar o mineral jade ...	78
Imagem 7 – Museu del Oro Pré-colombiano – Arte rupestre dentro de fazenda de gado.....	79
Imagem 8 – Estátua de José Figueres Ferrer na frente da Assembleia Legislativa e do Museu Nacional da Costa Rica (ao fundo).....	84
Imagem 9 – Mapa político Costa Rica	88
Imagem 10 – Corredor Biológico Interurbano Maria Aguilar, localizado na Avenida 18, próximo a <i>Asamblea</i> Legislativa	96
Imagem 11 – Placas espalhadas pelo chão da cidade de San José (área central da Costa Rica). Esta imagem foi tirada na Calle 6, próximo ao Mercado Central da Costa Rica	97
Imagem 12 – Mapa do Amapá por divisão municipal	103
Imagem 13 – Imagem de uma pessoa do povo Wajãpi/Waiãpi	104
Imagem 14 – Fachada do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, Macapá-AP	105
Imagem 15 – Urna funerária antropomorfa com grafismo, exemplar do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, Macapá-AP	106
Imagem 16 – Urnas funerárias diversas, exemplares do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, Macapá-AP	107
Imagem 17 – Fachada do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá, localizando dentro da UNIFAP	108
Imagem 18 – Estruturas metalíticas do Parque do Solstício	109
Imagem 19 – Praça Povos do Meio do Mundo, Macapá-AP	117
Imagem 20 – Obras dos artesãos da Casa do Artesão em Macapá – I	119
Imagem 21 – Obras dos artesãos da Casa do Artesão em Macapá – II.....	120
Imagem 22 – Sala do Empreendedor SEBRAE de Tartarugalzinho-AP	120
Imagem 23 – Obras das artesãs da Associação de Mulheres e Artesãos de Tartarugalzinho	121
Imagem 24 – Ateliê de uma artesã no município de Calçoene	121
Imagem 25 – Escultura em madeira talhada da história de Calçoene, ateliê de uma artesã no município de Calçoene	122
Imagem 26 – Mapa das áreas protegidas na Costa Rica.....	160
Imagem 27 – Mapa do Parque Nacional de Tortuguero.....	161
Imagem 28 – Escritório sede da Administração do Parque de Tortuguero	162
Imagem 29 – Site do SINAC para compra de ingressos	163
Imagem 30 – Estrutura da trilha que leva ao mirante.....	164
Imagem 31 – Vista do Mirante do Sector Cerro.....	164
Imagem 32 – Entrada Sector Cerro Tortuguero, para atracação das lancham utilizadas pelos moradores locais	165
Imagem 33 – Embarcação típica utilizada pelos moradores locais e guias de turismo.....	166

Imagem 34 – Réptil caiman crocodilos, família do jacaré, chamado na Costa Rica de caimão, avistado durante visita – I.....	167
Imagem 35 – Réptil caiman crocodilos, família do jacaré, chamado na Costa Rica de caimão, avistado durante visita – II	167
Imagem 36 – Ave garça-tigre-da-costa (<i>tigrisoma mexicanum</i>) muito comum em áreas úmidas da América Central	168
Imagem 37 – Ave trogon-de-coleira (<i>trogon collaris</i>), comum em áreas úmidas da América Central	168
Imagem 38 – Ave frango-d’água-azul (<i>porphyrio martinicus</i>), espécie avistada em ambientes alagados	169
Imagem 39 – Armas apreendidas em operação de fiscalização do parque no entorno	172
Imagem 40 – Passagem aérea com anotação manual “Tenha uma boa viagem”	173
Imagem 41 – Piscina do Hotel Eco Lodge Tortuguero	176
Imagem 42 – Desperdício de água - torneira de água ligada sem ninguém utilizar.....	176
Imagem 43 – Planta de tratamento de lixo de Villa Tortuguero	177
Imagem 44 – Entorno do Parque Nacional de Tortuguero - supressão da vegetação ripária e impacto da água com a passagem das lanchas de transporte de turistas	178
Imagem 45 – Entorno do Parque Nacional de Tortuguero - supressão da vegetação ripária e impacto da água originada pela passagem das lanchas de transporte de turistas – II	178
Imagem 46 – Entorno do Parque Nacional de Tortuguero - supressão da vegetação ripária ..	179
Imagem 47 – Cais de La Pavona – I.....	179
Imagem 48 – Cais de La Pavona – II.....	180
Imagem 49 – Cais de vila Tortuguero – I.....	180
Imagem 50 – Cais de vila Tortuguero – II.....	181
Imagem 51 – Mapa do Amapá das áreas protegidas	186
Imagem 52 – Mapa do Parque Nacional do Cabo Orange – Amapá.....	187
Imagem 53 – BR-156 no perímetro Macapá-Calçoene – Primeiro trecho da visita de campo	189
Imagem 54 – Via de acesso ao Parque Arqueológico do Rego Grande e à praia do Goiabal ..	189
Imagem 55 – Entrada de acesso ao Parque do Solstício.....	190
Imagem 56 – Rochas alinhadas em forma de relógio solar, escavação ocorrida entre 2000 e 2010	191
Imagem 57 – Rochas alinhadas em forma de relógio solar, visita de campo da pesquisa em 2025	191
Imagem 58 – Placa de proibição de acesso sem autorização ao Parque Arqueológico do Rego Grande	193
Imagem 59 – Casa de apoio ao Parque do Solstício.....	193
Imagem 60 – Ramal de acesso ao Parque Arqueológico e vila Cunani	194
Imagem 61 – Ponte de corda e vestígios da construção da ponte de madeira para dar acesso a vila do Cunani.....	195
Imagem 62 – Placa do governo do estado do Amapá referente à construção de uma ponte de madeira para dar acesso de veículos para a vila do Cunani.....	196
Imagem 63 – Entrada do centro comunitário do Cunani, que fica em frente a igreja local, visão da entrada do centro cultural do Cunani	198

Imagem 64 – Entrada do centro de cultura do Cunani, que fica do lado direito da igreja local, visão da entrada do centro comunitário do Cunani	198
Imagem 65 – Igreja Católica da vila Cunani	199
Imagem 66 – Local onde são realizadas as festas da comunidade vila Cunani.....	199
Imagem 67 – Estrutura física da Escola vila Cunani.....	201
Imagem 68 – Sede do ICMBio na vila Cunani.....	203
Imagem 69 – Casas da vila Cunani - I.....	203
Imagem 70 – Casas da vila Cunani - 2	204
Imagem 71 – Unidade Básica de Saúde – UBS da vila Cunani	204
Imagem 72 – Lista de empresas cadastradas no sistema do governo federal – Cadastur que possuem atuação no município de Calçoene	205
Imagem 73 – BR-156 no perímetro Calçoene-Oiapoque, no local que a estrada deixa de ter cobertura asfáltica – Segundo trecho da visita de campo.....	207
Imagem 74 – BR-156 no perímetro em que está sendo realizada pavimentação asfáltica.....	207
Imagem 75 – Ponte de madeira na BR-156 no perímetro Calçoene-Oiapoque.....	208
Imagem 76 – Registro da estrutura de madeira das pontes da BR-156.....	208
Imagem 77 – Mapa da localização da Parque Nacional do Cabo Orange e o entorno.....	211
Imagem 78 – Fábrica de filetagem de peixe de Calçoene	212
Imagem 79 – Loja física Chocolates Cassiporé, em Oiapoque-AP.....	213
Imagem 80 – Ramal de acesso à vila Velha do Cassiporé, saída da BR-156 no perímetro Calçoene-Oiapoque	214
Imagem 81 – Placa de registro do governo federal de empresa para proceder a execução dos serviços de realocação da aldeia Anawera (TI Uaça).....	216
Imagem 82 – Placa de registro do governo federal de empresa para proceder a execução dos serviços de realocação da aldeia Samaúma (TI Uaça)	216
Imagem 83 – Placas de registro da execução de manutenção da BR 156/AP segmento KM 659,4 ao KM 769,80	217
Imagem 84 – Placa de registro de Licenciamento do governo do estado do Amapá e prefeitura municipal de Oiapoque da construção do canteiro de obra para realocação das aldeias às margens da Rodovia BR 156/AP.....	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos métodos de coleta e análise da pesquisa	19
Quadro 2 – Resumo dos entrevistados nas atividades de campo	23
Quadro 3 – Resumo das linhas de pensamentos sociológico sobre o neoliberalismo	31
Quadro 4 – Conceitos de desenvolvimento segundo organismos internacionais	45
Quadro 5 – Resumo comparativo dos indicadores sociais da Costa Rica, Brasil e Amapá	133
Quadro 6 – Categorias de manejo de acordo com o SINAC	139
Quadro 7 – Classificação de Unidades de Conservação Brasileiras	142
Quadro 8 – Resumo da Lei brasileira n.º 12.651/2012 (Código Florestal) e Ley Forestal n.º 7575/1996	144
Quadro 9 – Comparação socioeconômica e demográfica: Amapá (Brasil) e Limón (Costa Rica)	224
Quadro 10 – Comparação socioeconômica e demográfica: Vila Tortuguero (Limón-Costa Rica) e Vila Cunani (Amapá-Brasil)	225

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
1.1.1 Estratégia para desenvolver a pesquisa: estudo de caso múltiplo	19
1.1.2 Coleta de dados.....	21
1.1.3 Análise dos Dados.....	25
2 O PENSAR FOUCAULDIANO SOBRE SUSTENTABILIDADE	27
2.1 NEOLIBERALISMO E A NÃO LIBERDADE DAS NAÇÕES	30
2.1.1 Teoria da vantagem comparativa.....	37
2.1.2 Teoria neoschumpeteriana e críticas à globalização	41
2.1.3 Teoria decolonial.....	46
2.2 NATUREZA E O MUNDO CONTEMPORÂNEO	50
2.2.1 Nascimento de áreas protegidas	55
2.2.2 Conceitos gerais e legais	57
2.3 PODER E GOVERNAMENTALIDADE	60
2.3.1 Conceitos e dispositivos de subjetivação.....	61
2.4 CONCLUSÕES	69
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISA	72
3.1 COSTA RICA-LIMÓN: NAÇÃO “PURA VIDA”	72
3.1.1 Costa Rica ancestral (até o século XVI).....	73
3.1.2 Invasão espanhola e período colonial.....	79
3.1.3 Independência costarriquense	81
3.1.4 Costa Rica na atualidade	87
3.2 BRASIL-AMAPÁ: TERRA DOS “POVOS DO MEIO DO MUNDO”	102
3.2.1 Amapá ancestral	103
3.2.2 Colonização multinacional do Amapá	109
3.2.3 Amapá como território brasileiro e sua estadualização	113
3.2.4 Amapá hoje.....	116
3.3 COMPARATIVO: PURA VIDA E POVOS DO MEIO DO MUNDO.....	127
3.4 FECHAMENTO ANALÍTICO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISAS	134
4 ESTRUTURA E ARRANJOS NORMATIVOS DE ÁREAS PROTEGIDAS	137
4.1 ORGANIZAÇÃO COSTARRIQUENHA DE ÁREAS PROTEGIDAS	137

4.2 ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE ÁREAS PROTEGIDAS	141
4.3 ARRANJOS E DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E COSTA RICA	143
4.3.1 As leis florestais do Brasil e da Costa Rica	143
4.3.2 SINAC e SNUC: modelos de organização das áreas protegidas.....	149
4.4 GOVERNANÇA AMBIENTAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS	151
4.5 FECHAMENTO ANALÍTICO DA ESTRUTURA E ARRANJOS NORMATIVOS DE ÁREAS PROTEGIDAS	155
5 ÁREAS PROTEGIDAS PESQUISADAS.....	159
5.1 PARQUE NACIONAL DE TORTUGUERO – LIMÓN-COSTA RICA.....	159
5.1.1 Experiência da visita de campo ao Parque Nacional	163
5.1.2 População e entorno do Parque Nacional	173
5.1.3 Desafios e expectativas para o futuro	185
5.2 PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE – AMAPÁ-BRASIL.....	186
5.2.1 Experiência da visita de campo ao Parque Nacional do Cabo Orange	188
5.2.2 População e do entorno do Parque Nacional do Cabo Orange.....	210
5.2.3 Desafios e expectativas para o futuro	220
5.3 COMPARAÇÃO SOCIOECONÔMICA E TERRITORIAL: VILA CUNANI (AMAPÁ, BRASIL) × VILA TORTUGUERO (LIMÓN, COSTA RICA).....	222
5.4 COMPARAÇÃO ENTRE OS PARQUES DE TORTUGUERO E CABO ORANGE 226	
5.5 FECHAMENTO ANALÍTICO DAS ÁREAS PROTEGIDAS PESQUISADAS .	229
6 CONCLUSÕES	232
REFERÊNCIAS	237
Apêndice I – Perguntas	263

1 INTRODUÇÃO

As áreas protegidas têm assumido centralidade crescente nas agendas ambientais contemporâneas, sendo amplamente reconhecidas como instrumentos fundamentais para a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável. Entretanto, essa centralidade não se restringe à sua dimensão ecológica. Ao contrário, tais espaços configuram-se como territórios estratégicos nos quais se articulam interesses políticos, econômicos e sociais, revelando-se como arenas complexas de disputa, regulação e produção de normas.

Nesse sentido, as áreas protegidas devem ser compreendidas não apenas como espaços de preservação ambiental, mas como construções sociais e políticas, inseridas em contextos históricos específicos e atravessadas por múltiplas racionalidades. A definição de seus limites, regras de uso, formas de gestão e mecanismos de controle envolve processos decisórios que extrapolam a dimensão técnica, incorporando disputas de poder, produção de saberes e legitimação de determinadas visões de mundo. Assim, tais territórios se tornam espaços privilegiados para a análise das relações entre Estado, sociedade e mercado, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

No contexto latino-americano, essas dinâmicas assumem contornos ainda mais complexos. A formação histórica desses territórios, marcada por processos coloniais, dependência econômica e inserção periférica no sistema internacional, contribui para a consolidação de estruturas sociais desiguais e para a persistência de assimetrias de poder. Nesse cenário, políticas ambientais frequentemente se articulam a racionalidades globais – difundidas por organismos internacionais, acordos multilaterais e agendas de desenvolvimento – que nem sempre dialogam de forma equitativa com as realidades locais.

Como resultado, práticas de conservação podem coexistir com processos de exclusão social, restrição de direitos e redefinição de formas tradicionais de uso do território. É nesse campo de tensões que se torna relevante compreender as áreas protegidas a partir de uma perspectiva que vá além das análises institucionais tradicionais.

A abordagem centrada exclusivamente na governança ambiental, embora relevante para compreender arranjos organizacionais, mecanismos de coordenação e participação de atores, mostra-se insuficiente para apreender as dimensões mais profundas das relações de poder que estruturam esses espaços. Nesse sentido, a noção de governamentalidade, desenvolvida por Michel Foucault, oferece uma contribuição analítica importante.

Para Foucault (2022), a governamentalidade refere-se ao conjunto de instituições, procedimentos, análises, cálculos e estratégias que permitem exercer uma forma específica de poder voltada à condução das condutas dos indivíduos e das populações. Trata-se de uma perspectiva que desloca o foco do poder como algo centralizado no Estado para compreendê-lo como uma rede de relações que se manifesta em práticas, discursos e saberes. Assim, ao invés de perguntar apenas como se governam os territórios, a governamentalidade permite questionar como se produzem sujeitos, como se legitimam decisões e como se estruturam formas de controle e regulação social.

A distinção entre governança e governamentalidade torna-se, portanto, central para esta pesquisa. Enquanto a governança se refere aos arranjos institucionais, às estruturas de coordenação e aos mecanismos formais de gestão, a governamentalidade permite compreender os processos mais amplos de produção de subjetividades e de internalização de normas e condutas. Essa distinção não implica a exclusão de uma abordagem em detrimento da outra, mas evidencia que a análise proposta neste trabalho se orienta por uma perspectiva que busca compreender não apenas o funcionamento das instituições, mas os efeitos dessas práticas sobre os sujeitos e os territórios.

Cabe destacar que a abordagem foucauldiana não está isenta de críticas. Parte da literatura aponta limitações relacionadas à dispersão do conceito de poder, à dificuldade de operacionalização empírica e à menor ênfase em dimensões estruturais, como as relações econômicas e as desigualdades materiais. No entanto, tais críticas não invalidam sua aplicação, sobretudo quando se busca compreender formas contemporâneas de exercício do poder que operam de maneira difusa e capilarizada. Ao contrário, reforçam a necessidade de um uso crítico e situado do conceito, capaz de dialogar com diferentes abordagens e de responder às especificidades do objeto de estudo.

É nesse contexto que a presente pesquisa propõe a utilização da governamentalidade como chave interpretativa para a análise das áreas protegidas, compreendendo esses espaços como territórios nos quais se articulam práticas de regulação, produção de saberes e condução de comportamentos. Tais práticas se manifestam em diferentes dimensões, incluindo o monitoramento ambiental, a produção de dados científicos, a definição de normas de uso, a regulação do turismo e a reconfiguração das relações entre populações locais e instituições estatais e internacionais.

Além disso, a pesquisa incorpora um diálogo com o conceito de instituições totais, desenvolvido por Erving Goffman (1979), não com o objetivo de estabelecer equivalências conceituais, mas de explorar sua potencialidade analítica em contextos distintos. As áreas protegidas não se configuram como instituições totais no sentido clássico, uma vez que não são espaços fechados nem implicam isolamento completo em relação à sociedade.

Contudo, apresentam características relevantes para a análise, na medida em que constituem territórios nos quais os indivíduos vivem, trabalham, convivem e se relacionam sob um conjunto específico de normas, controles e mecanismos de vigilância. Essa configuração permite observar como, mesmo em espaços abertos, podem emergir formas intensificadas de regulação das condutas, ampliando o alcance interpretativo do conceito e contribuindo para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de poder.

A partir dessas considerações, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender como práticas de governamentalidade se manifestam nas políticas de proteção ambiental em áreas protegidas, influenciando as relações de poder entre Estado, organismos internacionais, mercado e populações locais. Trata-se, portanto, de investigar não apenas os arranjos institucionais formais, mas os mecanismos pelos quais se produzem subjetividades, se legitimam decisões e se estruturam formas de controle territorial.

Como hipótese central, parte-se do pressuposto de que as áreas protegidas operam como dispositivos de governamentalidade, nos quais discursos de conservação e sustentabilidade são mobilizados para legitimar práticas de regulação e controle que, em determinados contextos, podem reforçar assimetrias de poder e desigualdades socioeconômicas. Adicionalmente, considera-se que tais dinâmicas se manifestam de maneira distinta em contextos nacionais específicos, sendo influenciadas por fatores históricos, institucionais e econômicos.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é analisar as subjetividades (governamentalidade) e racionalidades presentes nas políticas de proteção ambiental nas áreas protegidas do Parque Nacional de Tortuguero (Limón, Costa Rica) e do Parque Nacional do Cabo Orange (Amapá, Brasil), buscando compreender como se estruturam e se diferenciam as relações de poder nesses contextos. Essa análise insere-se no contexto mais amplo dos trópicos úmidos, região caracterizada por elevada biodiversidade e, simultaneamente, por profundas desigualdades sociais, econômicas e institucionais.

No cenário latino-americano, as políticas de proteção ambiental assumem papel ambíguo: ao mesmo tempo em que se apresentam como estratégias de conservação e

desenvolvimento sustentável, também podem operar como instrumentos de regulação territorial e de reorganização das relações entre Estado, mercado e populações locais. A adoção de modelos de gestão ambiental influenciados por agendas globais, muitas vezes dissociadas das realidades locais, evidencia a presença de racionalidades que extrapolam os limites nacionais e se materializam de forma diferenciada nos territórios.

Assim, ao analisar comparativamente os casos da Costa Rica e do Brasil, esta pesquisa contribui para o entendimento de como essas dinâmicas se manifestam em contextos latino-americanos distintos, permitindo evidenciar tanto convergências quanto especificidades na produção e na operacionalização das relações de poder em áreas protegidas. Para tanto, foram definidos objetivos específicos que envolvem a contextualização histórica dos territórios, a análise da constituição das áreas protegidas e a identificação das formas de manifestação das relações de poder nos espaços investigados.

Além disso, a relevância desta pesquisa se justifica em três dimensões principais. Do ponto de vista teórico, contribui para o avanço do debate sobre governamentalidade ao aplicá-lo a um campo ainda pouco explorado, ampliando seu alcance analítico e promovendo o diálogo com outras abordagens críticas. No plano social, permite evidenciar os impactos das políticas ambientais sobre populações locais, frequentemente invisibilizadas nos processos decisórios. Já sob a perspectiva econômica, possibilita refletir sobre as implicações das estratégias de desenvolvimento associadas à conservação ambiental, especialmente em contextos periféricos.

Por fim, esta tese está estruturada em seis capítulos, organizados de modo a articular progressivamente o problema de pesquisa, o referencial teórico e a análise empírica. O primeiro capítulo apresenta a introdução, na qual são delineados o problema, as hipóteses e os objetivos da pesquisa, bem como o enquadramento teórico-metodológico que orienta o estudo. O segundo capítulo desenvolve o referencial teórico, aprofundando o debate sobre sustentabilidade a partir da perspectiva foucauldiana, em diálogo com abordagens críticas sobre neoliberalismo, globalização e perspectivas decoloniais, estabelecendo as bases conceituais que sustentam a análise.

Na sequência, o terceiro capítulo dedica-se à contextualização dos territórios investigados, evidenciando os processos históricos, sociais e políticos que conformam a Costa Rica e o estado do Amapá, de modo a explicitar as condições de possibilidade nas quais se inscrevem as áreas protegidas analisadas. O quarto capítulo examina as estruturas e os arranjos normativos dessas áreas, discutindo os marcos legais, institucionais e organizacionais que

orientam sua constituição e gestão, e permitindo compreender as racionalidades que estruturam as políticas de proteção ambiental em cada contexto.

O quinto capítulo concentra-se na análise empírica, a partir do estudo dos Parques Nacionais de Tortuguero e do Cabo Orange, articulando os achados da pesquisa de campo às categorias analíticas mobilizadas ao longo do trabalho, com vistas a evidenciar as formas pelas quais a governamentalidade se manifesta nos contextos investigados. O sexto e último capítulo apresenta as considerações conclusivas, retomando o problema de pesquisa e as hipóteses à luz dos resultados obtidos, destacando as contribuições teóricas, empíricas e analíticas do estudo, bem como suas limitações e possibilidades de aprofundamento.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, considerando a compreensão de Creswell (2014) de que esse tipo de abordagem se baseia em estruturas teóricas e técnicas de investigação voltadas ao estudo de problemas sociais e humanos, sejam eles individuais ou coletivos. Tal perspectiva mostra-se adequada ao objetivo desta tese, que busca compreender a complexidade das relações de poder, das subjetividades e das racionalidades políticas em áreas de proteção ambiental.

Ainda que qualitativa, a pesquisa não exclui o uso de dados estatísticos, tendo sido utilizadas informações secundárias disponíveis para auxiliar na contextualização e na análise comparativa dos casos estudados. Yin (2015) complementa essa abordagem ao destacar que a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo estudo de condições da vida real, pela representação das perspectivas dos participantes, pela consideração dos contextos em que vivem, pela contribuição à compreensão do comportamento social e pelo uso de múltiplas fontes de evidência. Esses elementos orientaram a construção desta pesquisa, especialmente na escolha de dois casos empíricos situados em contextos distintos, porém comparáveis.

Nesse sentido, a estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso múltiplo, tendo como unidades de análise o Parque Nacional de Tortuguero, na Limón-Costa Rica, e o Parque Nacional do Cabo Orange, no estado do Amapá-Brasil. De acordo com Yin (2015), o estudo de caso é um método apropriado para investigar fenômenos sociais complexos em seus contextos reais, sendo amplamente utilizado em diferentes áreas do conhecimento. Creswell (2014) e Oliveira (2022) reforçam que essa estratégia permite explorar a vida real por meio de múltiplas fontes de dados, possibilitando uma compreensão aprofundada dos casos investigados.

A escolha dos casos fundamenta-se tanto em suas semelhanças quanto em suas diferenças. Ambos são Parques Nacionais, classificados como Sítios Ramsar, localizados em regiões de trópicos úmidos e associados à preservação de ambientes marinhos e terrestres, com destaque para a presença de quelônios. Além disso, os países onde estão inseridos apresentam elementos históricos comuns, como processos de colonização ibérica e regimes políticos democráticos. Por outro lado, diferenciam-se quanto à escala territorial, às condições socioeconômicas, à língua e aos arranjos institucionais, o que possibilita uma análise comparativa das formas de governamentalidade e das racionalidades políticas.

No que se refere às variáveis econômicas clássicas, especialmente Produto Interno Bruto (PIB) e renda per capita, optou-se por não incluí-las na análise comparativa entre Vila Cunani (Amapá-Brasil) e Vila Tortuguero (Limón-Costa Rica), localidades que ficam dentro dos parques pesquisados. Tal decisão fundamenta-se na indisponibilidade de dados estatísticos desagregados em nível local para ambas as localidades. No caso brasileiro, embora o IBGE¹ disponibilize estimativas de PIB municipal, não há dados específicos para comunidades ou vilas como Cunani, que se inserem em unidades territoriais maiores, como o município de Calçoene.

De modo análogo, na Costa Rica, os sistemas oficiais de estatística não apresentam estimativas de PIB ou renda per capita desagregadas para localidades específicas como Vila Tortuguero, estando tais indicadores disponíveis apenas em níveis agregados, como nacional ou, em alguns casos, regional. Diante dessa limitação, qualquer tentativa de estimar tais indicadores para as localidades analisadas implicaria o uso de proxies ou inferências indiretas, baseadas em suposições e extrapolações, o que comprometeria a robustez metodológica e a confiabilidade dos resultados.

Considerando os princípios de rigor científico e validade empírica, optou-se, portanto, por excluir essas variáveis da comparação, privilegiando indicadores socioeconômicos efetivamente mensuráveis e comparáveis entre os dois contextos. Essa escolha metodológica não representa uma limitação da análise, mas sim uma estratégia de preservação da consistência científica, evitando a incorporação de dados especulativos que poderiam distorcer a interpretação das realidades locais estudadas.

A adoção dessa estratégia metodológica também dialoga com as contribuições de Simonian (2007; 2005), que destaca a importância de abordagens qualitativas em pesquisas socioambientais, especialmente na Amazônia, onde os fenômenos são historicamente

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

constituídos, relacionalmente estruturados e territorialmente situados. Para a autora, a compreensão das relações entre natureza, populações e políticas públicas exige métodos sensíveis às especificidades locais, capazes de articular diferentes escalas e dimensões da realidade social.

Para alcançar os objetivos de uma pesquisa qualitativa foi necessário o apoio em técnicas e de instrumentos metodológicos adequados para compreender os fenômenos sociais. Abaixo, o quadro resumo dos métodos aplicados para coleta e análise dos dados de acordo com os objetivos específicos:

Quadro 1 – Resumo dos métodos de coleta e análise da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	COLETA DE DADOS	ANÁLISE DE DADOS
Contextualizar o histórico de constituição dos territórios onde estão localizadas a Costa Rica e a unidade federativa do Amapá (Brasil)	Revisão de literatura	Análise comparativa
Analisar o histórico das áreas protegidas dos territórios da Costa Rica e Amapá	Revisão de literatura e Diário de Campo	Pesquisa de campo Análise comparativa
Identificar as subjetividades das relações de poder existentes nos Parques Nacionais de Tortuguero (Costa Rica) e Cabo Orange (Amapá).	Revisão bibliográfica, diário de campo e fontes de evidências (observação não participante, entrevistas e artefatos físicos)	Pesquisa de campo Análise comparativa Análise de Discurso
Comparar as relações de poder existentes nas áreas protegidas pesquisadas.	Diário de campo e Fontes de evidências (observação não participante, entrevistas e artefatos físicos)	Pesquisa de campo Análise comparativa Análise de Discurso

Fonte: Elaborado pela autora.

1.1.1 Estratégia para desenvolver a pesquisa: estudo de caso múltiplo

A estratégia de pesquisa envolve um conjunto de técnicas ou procedimentos que orientam o processo de investigação, define a forma como os dados serão coletados e analisados, com o objetivo de obter informações, responder a perguntas ou resolver problemas, de acordo com as considerações feitas por Yin (2015). Neste trabalho foi utilizado como uma estratégia o estudo de caso múltiplo, cujo principal autor utilizado para embasar a pesquisa sob o ponto de vista metodológico foi Robert Yin.

De acordo com o autor, o estudo de caso é um método de pesquisa que surge do desejo de entender os fenômenos sociais completos e é comum à sua utilização nas áreas da psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, assistência social, administração, educação, enfermagem e planejamento comunitário.

Oliveira (2022) e Creswell (2014) esclarecem ainda que o Estudo de Caso é um método qualitativo que tem por objetivo analisar um caso em específico ou múltiplos casos e a partir destes estabelecer semelhanças e generalizar fenômenos, servindo para o pesquisador explorar

a vida real, valendo-se de coletas detalhadas de dados, envolvendo múltiplas fontes de informação e relatos descritivos do caso.

Além disso, Simonian (2007b) contribui para a compreensão de que pesquisas de natureza socioambiental demandam uma abordagem qualitativa, na medida em que os fenômenos analisados se constituem historicamente, de forma relacional e territorialmente situada.

A autora destaca que a análise das relações entre natureza, populações e políticas ambientais exige atenção às especificidades locais, ao trabalho de campo e à articulação entre diferentes escalas sociais e institucionais, o que limita leituras fragmentadas ou exclusivamente quantitativas. Nesse contexto, o estudo de caso apresenta-se como estratégia metodológica adequada para apreender a complexidade dos processos investigados, bem como as contradições e disputas que atravessam os territórios e os discursos ambientais.

Assim, a pesquisa observou as definições mencionadas por Creswell e Simonian para embasar a estratégia adequada para desenvolvimento da pesquisa é o estudo de caso qualitativo múltiplo, pois o estudo está delimitado a duas áreas protegidas: Parques Nacionais de Tortuguero (Costa Rica) e Cabo Orange (Amapá-Brasil). A intenção foi entender uma questão específica: a governamentalidade existente nos casos, compreendendo e descrevendo-os em profundidade para, ao final, relatar as lições gerais apreendidas com o estudo.

Mesmo compreendendo que os locais de investigação são áreas de proteção, este não foi o único fator de semelhança. Os casos são áreas de preservação classificadas como Parques Nacionais e Sítios Ramsar², estão localizadas nos trópicos úmidos, são zonas marinhas e terrestres relacionadas a quelônios³. Até os países em que os parques estão localizados também possuem semelhanças, como o histórico de colonização ibérica no período mercantilista, o regime político democrático e presidencialista. Porém há diferenças também, como o tamanho geográfico e a língua. Assim, o estudo de caso qualitativo múltiplo deixa a pesquisa com olhar mais amplo sobre a compreensão dos fenômenos sociais em áreas de proteção ambiental.

Destaco ainda a abordagem metodológica apresentada por Simonian (2005) sobre a necessidade de pesquisas em Ciências Humanas sobre populações tradicionais amazônicas exigirem a adoção de procedimentos flexíveis, contextualizados e atentos às especificidades

² É uma área úmida reconhecida internacionalmente por sua importância ecológica, de acordo com a Convenção sobre as Zonas Húmidas, um tratado intergovernamental. O reconhecimento do local como Sítio Ramsar busca promover a conservação e o uso racional de zonas úmidas como manguezais, rios, lagos e pântanos.

³ Quelônios ou testudines são nomes que agrupam todas as tartarugas identificadas no mundo. Existem atualmente 13 famílias de quelônios, com 75 gêneros e 260 espécies (PROJETO TAMAR, 2024).

socioculturais e ambientais da região. Para a autora a definição do objeto de estudo e dos métodos empregados deve considerar as formas próprias de organização social, os sistemas de conhecimento local e a historicidade desses grupos, evitando a transposição acrítica de modelos analíticos construídos para realidades urbanas ou industrializadas.

Além disso, Simonian (2005) ressalta a necessidade de uma postura metodológica interdisciplinar, crítica e comprometida com a realidade investigada, articulando o conhecimento científico e relevância social, capaz de produzir resultados aplicáveis, capazes de subsidiar políticas públicas e promover o desenvolvimento sustentável em sua dimensão social, cultural e ambiental. Elementos que a presente pesquisa procurou aplicar no decorrer da pesquisa.

1.1.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir da utilização de múltiplas fontes de evidência, conforme proposto por Yin (2015), com o objetivo de garantir maior robustez analítica por meio da triangulação das informações. Foram utilizadas, nesta pesquisa, cinco fontes principais: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta e artefatos físicos. Estas informações foram coletadas por meio da pesquisa de campo, utilizada com o intuito de compreender as populações da Costa Rica e do Amapá. No entanto, por questões financeiras, já que a pesquisadora utilizou recursos próprios a execução da pesquisa, não foi possível permanecer em campo por períodos muito longos.

Assim, as atividades de campo foram de 20 dias na Costa Rica e de 10 dias no Amapá. Na Costa Rica, foram visitadas as cidades de San Jose (capital do país), Cartago, La Fortuna, Guápiles (distrito do cantão de Pococí, da província de Limón, onde está localizado o Parque de Tortuguero), a vila de Tortuguero e o Parque de Tortuguero. No Amapá foram visitadas a capital Macapá, Calçoene, Oiapoque e o Parque do Cabo Orange, que incluí a vila Cunani.

A análise documental compreendeu o levantamento de informações disponíveis em publicações acadêmicas, websites de organizações nacionais e internacionais, legislações e dados institucionais relacionados às áreas de proteção ambiental. Os registros em arquivos incluíram mapas, dados demográficos e anotações produzidas ao longo da pesquisa. Estas fontes foram avaliadas antes da realização da pesquisa de campo, ainda na fase da qualificação.

As entrevistas constituíram uma das principais técnicas de coleta de dados, especialmente em função do objetivo da pesquisa de compreender percepções, práticas e subjetividades associadas à gestão e ao uso dos territórios. Conforme Giacomozzi e Camargo

(2004), entrevistas semidiretivas permitem acessar representações sociais e sistemas de interpretação que orientam práticas individuais e coletivas. Hirsch (2024) reforça que a entrevista qualitativa possibilita revelar dimensões complexas das relações sociais, muitas vezes invisíveis em fontes documentais.

Desse modo, as entrevistas são justificadas não apenas como técnica de coleta, mas como dispositivo epistemológico congruente com a perspectiva analítica adotada nesta tese, que exige compreender como sujeitos, instituições e territórios se constituem mutuamente por meio de relações de poder, discursos e práticas. E nessa direção, aproximando-se de uma abordagem foucauldiana das subjetividades e da produção de verdades.

As entrevistas gravadas na pesquisa somaram 12 horas e 28 minutos, porém, foram realizadas entrevistas não gravadas, garantindo amplitude e profundidade para a análise qualitativa desenvolvida, conforme demonstrado no quadro 02. Ao todo, participaram 26 entrevistados, sendo 12 homens e 14 mulheres, distribuídos entre órgãos federais e locais, organizações comunitárias, moradores e visitantes. Essa composição demonstra diversidade de perfis e contribui para captar diferentes percepções sobre a gestão e o uso dos territórios analisados. Foram classificados em três categorias de entrevistados: representantes de órgão federais ou nacionais, de órgãos e organizações locais, e comunidade local/nacional.

De acordo com Silvestrini, Silva e Chávez (2022), as entrevistas evidenciam a importância da escuta profunda, da atenção às emoções e da garantia de condições éticas, incluindo o registro em áudio, o consentimento informado e o respeito às identidades dos participantes. Essa perspectiva fortalece o caráter interpretativo das entrevistas e orienta seu uso em estudos que investigam relações entre pessoas, ambientes e políticas de conservação. Essa diversidade contribui para um corpus empírico equilibrado e plural, permitindo captar nuances socioculturais e institucionais que atravessam a governança ambiental nos dois países.

No conjunto, o quadro 02 de entrevistados revela um mosaico plural de vozes que sustenta a abordagem qualitativa da pesquisa, permitindo integrar perspectivas institucionais, científicas, comunitárias e culturais na análise comparativa entre a governança ambiental da Costa Rica e do Amapá. As variações de duração das entrevistas reforçam a profundidade diferenciada dos relatos, ao passo que a variedade de campos (Costa Rica e Amapá) fortalece o caráter binacional da investigação, enriquecendo a compreensão das subjetividades, conflitos e racionalidades políticas que estruturam as áreas protegidas estudadas.

Quadro 2 – Resumo dos entrevistados nas atividades de campo

N.º	Categoria	Classificação	Duração	Gênero	Campo
Entrevista 1	Órgão nacional	Executivo de Relações Públicas e Imprensa do Instituto Costarricense de Turismo	06mm:45ss	M	Costa Rica
Entrevista 2	Órgão nacional	Administrador do Parque Nacional de Tortuguero	42mm:40ss	M	Costa Rica
Entrevista 3	Organização local	Membro do Sea Turtle Conservancy (STC)	55mm:46ss	F	Costa Rica
Entrevista 4	Comunidade local	Guia de Turismo do Parque Nacional de Tortuguero	1h:18mm:47ss	M	Costa Rica
Entrevista 5	Comunidade local	Pesquisador da UCR	59mm:19ss	M	Costa Rica
Entrevista 6	Órgão federal	Administrador do Parque Nacional do Cabo Orange	1h:25mm:55ss	M	Amapá
Entrevista 7	Órgão local	Diretora de desenvolvimento do turismo do estado do Amapá	1h:01mm:56ss	F	Amapá
Entrevista 8	Órgão local	Secretário de Turismo de Calçoene	40mm:20ss	M	Amapá
Entrevista 9	Órgão local	Secretária de Turismo de Oiapoque e Turismóloga	1h:00mm:38ss	F e F	Amapá
Entrevista 10	Órgão local	Secretária de Turismo de Tartarugalzinho	20mm:51ss	F	Amapá
Entrevista 11	Organização local	Membro da Associação Cultural Quilombo do Cunani e ex-moradora de Cunani	58mm:17ss	F	Amapá
Entrevista 12	Organização local	Membro do Conselho de Cultura de Calçoene	24mm:36ss	F	Amapá
Entrevista 13	Comunidade local	Ex-morador de Cunani	57mm:41ss	M	Amapá
Entrevista 14	Comunidade local	Professora da rede pública estadual	1h:08:mm:48ss	F	Amapá
Entrevista 15	Comunidade local	Guia de Turismo do estado do Amapá	26mm:40ss	M	Amapá
Entrevista 16	Comunidade nacional	Costarriquenho morador de San José - turista em Tortuguero	-	M	Costa Rica
Entrevista 17	Comunidade nacional	Nicaraguense moradora de San José - turista em Tortuguero	-	F	Costa Rica
Entrevista 18	Comunidade nacional	Costarriquenha moradora de San José - turista em Tortuguero	-	F	Costa Rica
Entrevista 19	Comunidade local	Atendente de restaurante	-	F	Costa Rica
Entrevista 20	Comunidade local	Atendente de restaurante	-	F	Costa Rica
Entrevista 21	Comunidade local	Atendente de Hotel	-	F	Costa Rica
Entrevista 22	Comunidade local	Responsável administrativo do Hotel	-	M	Costa Rica
Entrevista 23	Comunidade local	Proprietária do Hotel	-	F	Amapá
Entrevista 24	Comunidade local	Atendente de Hotel	-	M	Amapá
Entrevista 25	Comunidade local	Atendente de Hotel	-	M	Amapá

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que a Entrevista 1 correspondeu a uma tratativa preliminar com o Instituto Costarricense de Turismo (ICT), iniciada por e-mail e posteriormente complementada por uma breve conversa on-line para apresentação da pesquisa e identificação do representante mais adequado para ser entrevistado pelo estudo. Embora uma entrevista presencial tenha sido previamente sugerida e planejada antes da viagem, a agenda institucional do ICT não permitiu sua concretização durante o período de campo.

Destaca-se, ainda, que nesta pesquisa não se utilizou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) porque o procedimento metodológico adotado se enquadra nas situações de dispensa previstas pela Resolução CNS n.º 510/2016, aplicável às Ciências Humanas, que admite exceções quando o risco é mínimo, a abordagem não é interventiva e não há coleta de dados sensíveis que possam gerar danos aos participantes. As entrevistas foram conduzidas exclusivamente para fins acadêmicos, com perguntas de natureza não pessoal, relacionadas à gestão ambiental e às dinâmicas territoriais das áreas estudadas, sem identificação direta dos interlocutores.

Além disso, todos os depoimentos foram registrados de maneira voluntária, em contexto de interação pública ou institucional, e serão apresentados de modo integralmente anonimizado, assegurando a privacidade e a proteção da identidade dos participantes, conforme orientações gerais do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA e do Sistema CEP/CONEP. Desse modo, o procedimento adotado preserva os princípios da autonomia, do respeito às pessoas e da confidencialidade, mantendo a integridade ética da pesquisa.

Outra técnica utilizada foi a ‘observação direta não participante’, que permitiu ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos nas áreas estudadas sem interferir nas práticas sociais, especialmente quanto a ênfase turística dos Parques e o entorno. Para Yin (2015), ao realizar uma visita de campo em um estudo de caso, cria-se a oportunidade de fazer observações diretas. Além disso, Freire (2014) ressalta que a língua resulta da soma de estruturas e acontecimentos, incluindo o que está no entorno do que se diz, sendo embebida de histórias, valores, conceitos e imagens.

Por fim, a categoria ‘artefato físico’ também foi incorporada à pesquisa, conforme proposto por Yin (2015), que define esse tipo de evidência como qualquer elemento material coletado ou observado durante o trabalho de campo. Para o autor, os artefatos podem incluir desde instrumentos tecnológicos e ferramentas utilizadas por determinada comunidade até

objetos culturais, obras de arte, construções, equipamentos e outros vestígios concretos que permitam interpretar práticas sociais ou dinâmicas territoriais.

Nessa mesma perspectiva, Tuan (1980) reforça que os artefatos são produtos de habilidade, técnica e intencionalidade humana, constituindo materialidades que expressam maneiras de viver, organizar o espaço e significar o ambiente. No contexto desta pesquisa, os principais artefatos físicos utilizados foram o diário de campo e os registros fotográficos, ambos fundamentais para a reconstituição das experiências vividas durante as visitas às comunidades e aos parques nacionais.

As fotografias, em especial, desempenharam papel central na análise, pois, conforme destaca Simonian (2007), a documentação imagética funciona como importante instrumento científico, permitindo múltiplas leituras sobre o território, os modos de vida, os conflitos e os elementos culturais observados. Assim, o uso integrado desses artefatos fortaleceu a dimensão interpretativa da pesquisa e ampliou a capacidade de captar nuances espaciais, ambientais e socioculturais que dificilmente seriam acessadas apenas por meio de entrevistas ou fontes textuais.

1.1.3 Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada por meio da articulação entre análise do discurso, análise comparativa e interpretação integrada das evidências empíricas. A análise do discurso adotada nesta pesquisa fundamenta-se na perspectiva foucauldiana, que compreende o discurso como prática social produtora de saberes, normas e relações de poder (Foucault, 2014). Nessa abordagem, os discursos não apenas refletem a realidade, mas participam ativamente de sua constituição, definindo o que pode ser dito, pensado e legitimado em determinados contextos históricos.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela sua capacidade de examinar as relações entre poder e saber que permeiam as práticas discursivas, sendo particularmente relevante para compreender como as políticas ambientais e as formas de governança produzem subjetividades e regulam condutas nos territórios analisados. Para Foucault (2014), os discursos e os conhecimentos não são universais ou eternos, mas situados historicamente e sujeitos a transformações. Esses aspectos permitiram considerar o contexto social e cultural em que o discurso é produzido, analisando como ele contribui para a construção de subjetividades e para a naturalização de certos comportamentos e normas.

Observar o discurso nas áreas de proteção da Costa Rica e Amapá possibilitou ver o impacto da governamentalidade nos contextos sociais e culturais diferentes e identificar a homogeneidade das práticas de proteção ambiental. Isso é particularmente útil para compreender o funcionamento dos discursos nas instituições, como a escola, o hospital e o sistema de justiça, onde os discursos regulam práticas e definem o que é considerado verdadeiro ou legítimo. Entendo que, no caso da pesquisa, o discurso comparado nas duas áreas de proteção ambiental, contribuiu para a progressão da disciplina na medida em que põe luz em aspectos pouco estudados.

A análise comparativa foi empregada como procedimento metodológico complementar, permitindo identificar semelhanças e diferenças entre os casos estudados. Conforme Nohlen (2020) e Vidal (2013), a comparação sistemática entre contextos distintos possibilita ampliar a compreensão dos fenômenos sociais e identificar padrões e variações relevantes. Nesta pesquisa, a comparação foi desenvolvida em três níveis: entre os contextos territoriais da Costa Rica e do Amapá, entre os marcos institucionais e legais, e entre as práticas observadas nos dois parques nacionais.

Por fim, a articulação entre diferentes fontes de evidência – entrevistas, observações, documentos e registros de campo – permitiu uma análise integrada dos dados, fortalecendo a consistência interpretativa da pesquisa e contribuindo para a compreensão das relações entre poder, território e conservação ambiental nos contextos investigados.

2 O PENSAR FOUCAULDIANO SOBRE SUSTENTABILIDADE

A origem de Foucault, proveniente de uma nação colonizadora, a França, pode limitar sua compreensão das especificidades culturais e históricas de sociedades que vivenciaram processos de colonização, por mais disruptivos que fossem seus conceitos. Nesse sentido, o conceito de "consciência possível" desenvolvido por Goldmann (1991) e, também, utilizado por Durand (2012) é útil para explorar como a percepção de um grupo social é moldada por suas experiências históricas, narrativas culturais, míticas e simbólicas, que condicionam sua interpretação da realidade.

Foucault obviamente foi influenciado pela cultura e *status* da França, seu país de origem, que manteve colônias até a segunda metade do século XX. O processo de descolonização ocorreu de maneira gradual e variou conforme a região e as especificidades políticas e culturais de cada território. Assim, a 'consciência possível' representa uma construção coletiva de percepção e entendimento que, embora possa se expandir, permanece limitada pelos marcos históricos e culturais de um grupo social. Para Durand (2012), essa consciência não se trata apenas de uma simples soma de experiências individuais, mas de uma moldura compartilhada, influenciada por fatores como colonização, cultura, tradições e estruturas de poder que permeiam o imaginário coletivo.

Em países anteriormente colonizados, como Brasil e Costa Rica, essa moldura adquire nuances particulares, pois a consciência possível dos indivíduos é atravessada tanto pela herança de dominação quanto pelas formas de resistência cultural e social a essa dominação. Portanto, ao também adotar o conceito de Goldmann, considera-se que a leitura e a interpretação por Foucault de realidades subdesenvolvidas, não se configura como um processo neutro; elas são sempre mediadas por limitações de perspectiva, especialmente quando a análise é realizada a partir de uma matriz teórica europeia.

Ainda, Michel Foucault, ao longo de sua trajetória intelectual, testemunhou e analisou o surgimento do neoliberalismo, especialmente em seus primeiros estágios na Europa e nos Estados Unidos da América, como um novo arranjo de governança e racionalidade econômica que impactava profundamente a organização social e política.

No entanto, não vivenciou as transformações globais que, nas décadas subsequentes ampliaram a influência de organismos internacionais na soberania dos Estados Nação, particularmente nos países que compõem a América Latina. Com o crescimento do poder regulador de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, as nações latino-americanas passaram a enfrentar dinâmicas de poder que transcendem o escopo

inicial de análise foucauldiana, o que torna necessária a incorporação de complementos teóricos para compreender o impacto dessa nova configuração de governança global.

Portanto, a interpretação das estruturas de poder no contexto latino-americano exige o diálogo com outras perspectivas teóricas que contemplem essas mudanças e que permitam uma análise mais precisa das particularidades e desafios enfrentados pela região. Além disso, esta leitura, contudo, mostra-se insuficiente quando aplicada a áreas protegidas, objeto da pesquisa, são espaços sociais complexos, pois abrangem aspectos mais amplos que puramente a preservação ambiental, envolvendo também relações de poder, sociabilidade, aspectos culturais, características econômicas etc. Assim, a pesquisa se valeu de outros teóricos além de Foucault.

Foi abordada a teoria das vantagens comparativas e os conceitos de desenvolvimento defendidos por organizações internacionais, com o objetivo de traçar a matriz teórica neoliberal e sua influência sobre as políticas de desenvolvimento regional. A análise dessas teorias permitirá compreender como as instituições financeiras globais e outros organismos internacionais moldam as políticas econômicas e estruturam as relações de poder econômico entre os países.

Para contrapor a linha teórica neoliberal – considerando a visão hegeliana para uma síntese futura – foram incorporadas também no capítulo as abordagens teóricas decoloniais, representadas por autores como Quijano, Escobar, Acosta e Loureiro, que oferecem críticas à modernidade e às relações de poder estabelecidas pelo colonialismo, especialmente no contexto latino-americano.

Esses autores problematizam as estruturas e narrativas ocidentais que impõem uma visão hegemônica sobre o desenvolvimento e o progresso, sublinhando como essas perspectivas ignoram as especificidades culturais, históricas e sociais da América Latina. Esta problematização também é discutida no NAEA⁴, autores como Castro, Figueiredo, Rivero e Almeida (2018) já vem elaborando debates críticos sobre o pensamento do que seria o desenvolvimento em regiões dos trópicos úmidos.

A abordagem decolonial fornece uma lente crítica para entender como os resquícios coloniais ainda influenciam as dinâmicas contemporâneas de poder e a marginalização de conhecimentos e práticas locais. Além das contribuições decoloniais, a pesquisa também articulará com as críticas de Joseph Stiglitz, sobre os impactos da globalização, e as críticas neoschumpeterianas, de Ha-Joon Chang e Mariana Mazzucato. Ambos enfatizam a relevância

⁴ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Nucleo de excelência onde o programa deste doutorado está vinculado.

da inovação e do papel do Estado no desenvolvimento econômico, em contraste com as perspectivas puramente neoliberais.

Contribuições de autores como Mazzucato e Chang são entendidas mais como novas aplicações e adaptações das antigas teorias schumpeterianas do que como teorias completamente novas. O núcleo teórico original permanece fundamental, mas é expandido para atender às complexidades e desafios das economias modernas, que são globalizadas e digitalizadas, demandando novo enfoque. Estes autores adaptam ideias de Schumpeter ao contexto atual, no qual as economias são altamente dependentes de políticas públicas e inovação tecnológica. A teoria original de Schumpeter, por exemplo, não abordava o papel do Estado como empreendedor, como argumentado por Mazzucato em suas obras.

Enquanto Schumpeter focava mais nos aspectos econômicos da inovação e destruição criativa, Mazzucato e Chang adicionam uma análise das estruturas institucionais e das políticas públicas. Examinam como os governos podem incentivar e orientar a inovação, uma perspectiva que Schumpeter não explorou tão explicitamente. Ha-Joon Chang (2004), especificamente, aplica a teoria schumpeteriana ao desenvolvimento econômico e à política industrial, defendendo que países em desenvolvimento devem adotar políticas que incentivem a inovação e a industrialização. Essa é uma aplicação que Schumpeter não detalhou, mas que Chang vê como essencial para o crescimento econômico nesses contextos.

Outro ponto importante é que os neo-schumpeterianos consideram em suas análises as inovações sociais e sustentáveis. Questões de sustentabilidade e impacto social não estavam no escopo da análise original de Schumpeter. Mazzucato, por exemplo, destaca o papel do Estado em promover inovações que possam resolver grandes desafios sociais e ambientais. Assim, essas contribuições são valiosas reinterpretações ou adaptações modernas das teorias schumpeterianas, ampliadas e reinterpretadas para novos contextos e objetivos, mas a estrutura central ainda se apoia nas bases teóricas schumpeterianas. O termo neo-schumpeteriano descreve esse novo conjunto de ideias, não teorias completamente novas.

Assim, este capítulo foi subdividido em quatro momentos: a ‘economia neoliberal e a não liberdade das Nações’, que trata das teorias das vantagens comparativas, decolonial e neoschumpeteriana, além das críticas ao neoliberalismo; o segundo momento aborda a noção de sustentabilidade, com os conceitos gerais e legais dos países pesquisados. O terceiro tópico versa sobre os conceitos de Foucault como biopoder, poder disciplinar, biopolítica e governamentalidade; e por fim, as ‘Conclusões’.

2.1 NEOLIBERALISMO E A NÃO LIBERDADE DAS NAÇÕES

O liberalismo surgiu como uma reação ao mercantilismo⁵, que foi um conjunto de políticas econômicas e filosofia de gestão estatal dominante na Europa entre os séculos XVI e XVIII, caracterizado pela forte intervenção do Estado na economia, com o objetivo de acumular riqueza nacional, especialmente através do controle do comércio e do fortalecimento das exportações sobre as importações. Esse sistema via o poder econômico de uma nação como resultado direto da intervenção e do controle estatal.

O período do mercantilismo foi fortemente marcado pelo poder dos reis na Europa, consolidando o que chamamos de absolutismo monárquico. Entre os séculos XVI e XVIII, os monarcas europeus detinham um poder centralizado e absoluto, essencial para o funcionamento do sistema mercantilista, que dependia de uma forte intervenção e controle estatal na economia, conforme explicado por Jiménez (2019).

Além disso, Bertonha (2023) menciona que o mercantilismo visava a acumulação de riquezas como meio de fortalecer os governos monárquicos, o que incluía o controle do comércio exterior, a criação de monopólios, a promoção da colonização e o incentivo à produção interna. Em muitos casos, os reis protegiam e financiavam empreendimentos comerciais e marítimos, garantindo que a riqueza se concentrasse em seus reinos, aumentando assim seu poder.

Desse modo, mercantilismo e absolutismo se sustentavam mutuamente: o rei controlava a economia para fortalecer o Estado, e uma economia fortalecida reforçava o poder absoluto do rei. O liberalismo econômico, por outro lado, emergiu com pensadores como Adam Smith, que defendiam a ideia de que a economia deveria funcionar de acordo com leis de mercado mais livres, onde a intervenção estatal fosse reduzida. A ideia central do liberalismo era que o mercado, guiado pela "mão invisível" (conceito de Smith), se autorregularia, promovendo a eficiência econômica e o bem-estar social sem a necessidade de uma intervenção estatal pesada.

Segundo Mariutti (2019), a teoria da concorrência associa liberdade econômica à prosperidade social, defendendo que o mercado se autorregula de forma natural, desde que livre de interferências estatais, o que deu origem ao liberalismo econômico. Portanto, teoria da concorrência tem um papel central no liberalismo, já que fundamenta a crença de que mercados

⁵ O mercantilismo se manifestou de maneira diversa, adaptando-se às realidades políticas e econômicas locais. Ele representou uma fase de transição que antecedeu o capitalismo, marcando um período em que o acúmulo de metais preciosos e a intervenção estatal nas práticas comerciais eram enfatizados. No entanto, ele não constitui a fase inicial do capitalismo, mas sim um momento distinto e anterior ao desenvolvimento das estruturas capitalistas modernas.

livres e concorrenciais são os melhores mecanismos para alocar recursos de forma eficiente e promover o bem-estar da sociedade, cabendo ao Estado um papel limitado.

Portanto, o liberalismo surgiu como uma alternativa e contraponto ao mercantilismo, defendendo a redução da intervenção do Estado na vida econômica e na liberdade individual. Com isso, impactando diretamente ao período da Revolução Industrial e a forma como os Estados devem ser geridos. Até então as subjetividades do mercado eram baseadas na troca (equivalência das relações entre os príncipes ou reis), mas com o liberalismo passou a ser pela concorrência (desigualdade entre as relações).

Já o neoliberalismo é um desdobramento do liberalismo, mantendo a posição de pouca intervenção, porém ampliando os ideais de Estado mínimo em uma esfera global, favorecendo a circulação livre de capital estrangeiro e de empresas transnacionais. Andrade (2019) explica que o neoliberalismo é uma espécie de autogoverno de indivíduos que seguem certas normas. Existem algumas definições teóricas: foucauldiana, marxista, bourdieusiana e weberiana; este trabalho é embasado na foucauldiana.

Quadro 3 – Resumo das linhas de pensamentos sociológico sobre o neoliberalismo

LINHA TEÓRICAS	EXPLICAÇÕES
Foucauldiana	Aborda o neoliberalismo no âmbito da história das artes de governo no que tange ao exercício da soberania política.
Marxista	O neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970.
Bourdieuiana	Aborda a concepção do mercado autorregulador como uma utopia da teoria econômica convertida em projeto político, embora seja apresentada como mera descrição científica do real.
Weberiana	Entende que o neoliberalismo é uma tentativa de substituir os julgamentos políticos por uma avaliação econômica, incluindo, ainda que não exclusivamente, as avaliações oferecidas pelo mercado”, mesmo que as lógicas políticas e econômicas sejam plurais.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Andrade (2019).

O liberalismo e o neoliberalismo diferem principalmente em contexto histórico, no papel do Estado e nas justificativas para a liberdade e a prevalência do mercado. O liberalismo clássico – surgido no século XVIII – defendia um Estado mínimo, limitado a garantir segurança e justiça, com o mercado autorregulado como caminho para o progresso e a liberdade individual como direito intrínseco. Já o neoliberalismo – que ganhou força no século XX em reação ao intervencionismo estatal e ao Estado de bem-estar social – promove a redução do Estado, mas com ênfase em sua atuação indireta para garantir a infraestrutura e a competitividade dos mercados, justificando a liberdade de mercado pela eficiência e pelo crescimento econômico.

Andrade (2019) explica que o neoliberalismo adapta o ideal liberal à globalização, priorizando eficiência e competitividade econômica, em vez do puro ideal de liberdade

individual. Não defende apenas o mercado autorregulado. Vê o Estado como facilitador de políticas de estímulo ao comércio global, inovação e competitividade entre nações. A intervenção estatal é aceita, desde que promova o livre mercado e garanta ambiente favorável aos negócios, especialmente em termos de desregulamentação e privatização. Busca equilíbrio estratégico entre presença mínima do Estado e necessidades da economia global, onde o foco central é maximizar o crescimento econômico e a eficiência dos mercados em dinâmica internacionalizada.

No livro *O Nascimento da Biopolítica* (2022), Foucault explora a construção do neoliberalismo, reunindo conceitos e críticas sobre essa doutrina político-econômica, cujo princípio central é a defesa da liberdade individual. A obra – que é a transcrição de suas aulas ministradas em 1979 – examina duas linhas distintas de pensamento liberal: ordoliberalismo, associado à Escola de Friburgo, na Alemanha; e anarcoliberalismo, representado pela Escola de Chicago, nos Estados Unidos da América.

Foucault (2022) explica que ambas as linhas criticam o que considerando como excesso de intervenção governamental; no entanto, conforme Andrade (2019), divergem na definição do papel legítimo do Estado: enquanto o ordoliberalismo admite uma atuação estatal mínima para assegurar o funcionamento do mercado, o anarcoliberalismo tende a rejeitar quase toda intervenção estatal, promovendo uma liberdade de mercado ainda mais ampla.

De acordo com Nunes (2013), o ordoliberalismo, também chamado de neoliberalismo alemão, entende que o liberalismo deveria funcionar dentro de um marco institucional e jurídico, pois a liberdade de mercado precisa de garantias e limitações da lei para não produzir grandes distorções sociais. Já a escola de Chicago enfatiza que os governos só devem intervir nas falhas do mercado, com a menor interferência possível (Bianco, 2022). O ordoliberalismo, desenvolvido entre as décadas de 1930 e 1950, representa uma estrutura de mercado que combina liberdade econômica com regulação estatal.

A Escola de Chicago, desenvolvida principalmente a partir da década de 1950 na Universidade de Chicago, é uma corrente de pensamento econômico que defende uma abordagem de mercado altamente liberal, com ênfase na eficiência dos mercados livres e na limitação da intervenção estatal, como explicado por Bianco (2022). Liderada por economistas como Milton Friedman, Gary Becker e George Stigler, sustenta que o mercado é o mecanismo mais eficiente para alocar recursos e qualquer interferência governamental tende a gerar distorções e ineficiências.

Segundo essa perspectiva, estabelecido um ambiente de liberdade de mercado, a economia tende naturalmente ao equilíbrio e crescimento, cabendo ao Estado apenas funções essenciais, como defesa da propriedade privada, manutenção da lei e da ordem e garantia de contratos. Milton Friedman, um dos principais expoentes da Escola de Chicago, argumenta em sua obra *Capitalismo e Liberdade* (2002) que a liberdade econômica é uma condição essencial e indispensável para a liberdade política. Segundo ele, o governo tem que manter uma postura mínima e não intervencionista em relação à economia, permitindo que o mercado se ajuste de maneira natural e autônoma, sem interferências que possam limitar a iniciativa individual e a capacidade de inovação das empresas e dos cidadãos.

Gary Becker (1976) aplica, por sua vez, princípios da economia de mercado a áreas como educação, crime, saúde e família, demonstrando que o comportamento humano em diversas esferas sociais pode ser amplamente compreendido com base em incentivos econômicos e no modelo de maximização de utilidade. George Stigler (1975) contribuiu significativamente com estudos sobre os custos e os efeitos da regulação estatal, argumentando que a intervenção governamental frequentemente beneficia grupos de interesse específicos, favorecendo certas indústrias, em vez de promover o bem-estar coletivo e os interesses da sociedade como um todo.

A popularidade da Escola de Chicago pode ser atribuída, em parte, ao reconhecimento que o Prêmio Nobel de Economia⁶ foi conferido a vários de seus representantes. Esse prêmio, amplamente respeitado e divulgado, legitimou as contribuições teóricas e práticas dos economistas associados a essa escola, ampliando sua influência em políticas econômicas e debates acadêmicos ao redor do mundo. Em contraste, a Escola Ordoliberal, embora fundamental para o desenvolvimento da economia social de mercado, não teve expoentes premiados, possivelmente limitando sua projeção e aceitação fora do contexto europeu.

Assim, o prestígio associado ao Nobel consolidou a Escola de Chicago como um dos polos mais influentes do pensamento econômico liberal. A Escola de Chicago consolidou-se como uma das principais defensoras do mercado livre, cujos princípios influenciaram profundamente as políticas econômicas neoliberais dos Estados Unidos da América e de vários outros países, especialmente na segunda metade do século XX. Essa abordagem, que privilegia a autossuficiência do mercado, frequentemente ignora a necessidade de uma infraestrutura

⁶ Milton Friedman (1976), George Stigler (1982), Gary Becker (1992), Ronald Coase (1991), Robert E. Lucas Jr. (1995), Merton H. Miller (1990), James Heckman (2000), Eugene F. Fama (2013) e Lars Peter Hansen (2013).

estatal sólida e adaptada às realidades dos países em desenvolvimento, acabando por ampliar as desigualdades estruturais já existentes.

A ausência de uma rede estatal de suporte limita o acesso a recursos essenciais, como educação de qualidade, saúde e infraestrutura básica, que são fundamentais para a construção de uma base econômica resiliente. Ao priorizar uma atuação mínima do Estado e delegar ao mercado o papel central na alocação de recursos, essas políticas acabam por restringir as capacidades de desenvolvimento autônomo desses países. Em vez de promover um crescimento inclusivo e sustentável, a dependência de um mercado autorregulador acentua as disparidades regionais e enfraquece a capacidade desses Estados de responder a crises econômicas e realizar investimentos estratégicos em setores que possam fomentar um desenvolvimento equilibrado e de longo prazo.

Este assunto já foi amplamente tratado por autores sul-americanos, como Anibal Quijano e Violeta Loureiro. Quijano (2005) argumenta que o caráter colonial presente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento revela-se não apenas duradouro, mas também extremamente resiliente e estável, resistindo às mudanças econômicas e políticas ao longo do tempo. Segundo o autor, esse fenômeno se explica pelo fato de que esses países ainda operam sob um padrão de dominação e subordinação que remonta ao período mercantilista, com a estrutura econômica e social orientada para beneficiar as potências colonizadoras.

Importa destacar que os termos colonial e colonialismo carregam significados distintos, embora estejam inter-relacionados nas dinâmicas de poder que surgem das relações de dominação histórica entre nações. Colonial refere-se a todos os aspectos derivados das colônias, abrangendo elementos culturais, sociais, econômicos e políticos que foram estabelecidos durante o período de controle estrangeiro e que permanecem presentes mesmo após o término formal dessa dominação. Em muitos contextos pós-coloniais, a herança colonial se manifesta em objetos culturais, estilos arquitetônicos, sistemas legais e relações sociais, refletindo as influências que perduram do período em que esses territórios foram colônias.

Por outro lado, o colonialismo vai além de meras influências culturais ou estruturas remanescentes; ele define o processo e o sistema ativo de dominação e exploração imposto por uma potência estrangeira sobre um território ou povo. O colonialismo envolve a criação de colônias e se manifesta em práticas de controle político, econômico e cultural, em que o território colonizado é moldado para servir aos interesses da metrópole colonizadora.

Esse sistema colonialista frequentemente impõe línguas, reconfigura economias locais para a extração de recursos e força a subjugação de populações nativas. Diferentemente do

conceito colonial, que é descritivo, colonialismo é um termo que define a prática e a lógica de exploração sistemática e desigual, visando consolidar e perpetuar o poder sobre o território dominado.

Em resumo, "colonial" refere-se aos resultados e vestígios que a era colonial deixou nas sociedades contemporâneas, enquanto "colonialismo" descreve o processo de dominação e exploração em si, estruturado para controlar territórios e populações. O colonialismo, portanto, cria as condições para o surgimento do que se tornará "colonial", cujos impactos tendem a se prolongar no tempo, moldando profundamente as sociedades, culturas e sistemas de poder mesmo após o fim formal das colônias.

Para Quijano (2005) esse padrão hegemônico não foi substancialmente alterado com o fim formal do colonialismo; ao contrário, ele persiste nas relações de dependência econômica e cultural, que condicionam esses países a ocuparem posições periféricas na economia global. Assim, mesmo após a descolonização política, o modelo econômico dominante continua a impor barreiras para o desenvolvimento autônomo, perpetuando uma lógica de exploração que restringe a capacidade desses países de romper com estruturas históricas de subordinação e estabelecer trajetórias próprias de crescimento e autonomia.

Loureiro (2022) aprofunda essa discussão ao demonstrar que, dentro dos próprios países subdesenvolvidos, há uma relação de caráter colonial entre as regiões mais industrializadas e aquelas menos industrializadas, gerando dinâmicas internas de exploração e desigualdade. A autora destaca a Amazônia como um exemplo claro, caracterizando-a como a "colônia do Brasil", onde os recursos naturais e culturais são amplamente extraídos para atender às demandas das regiões mais ricas e industrializadas do país. Esse processo reproduz, em escala nacional, as mesmas estruturas de exploração que historicamente marcaram o colonialismo, perpetuando uma relação de subordinação e expropriação de recursos sem que haja um retorno proporcional em desenvolvimento e infraestrutura para essas áreas menos favorecidas.

Ao trazer essa discussão para o contexto contemporâneo, observa-se diferenças significativas entre a teoria e a prática das nações que originaram as ideias e os princípios liberais, daquelas que, por influência ou pressão, adotaram suas versões adaptadas. Em países como os Estados Unidos da América e a Alemanha, o Estado desempenha um papel ativo na promoção do desenvolvimento econômico, garantindo investimentos estratégicos e sustentando setores industriais e de inovação. No entanto, para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, prevalece a difusão da ideia de Estado mínimo, onde o mercado assume a posição de regulador central das dinâmicas econômicas.

Em diversas nações com alto desenvolvimento econômico e social, o Estado desempenha um papel ativo na promoção de políticas estratégicas que impulsionam o crescimento e garantem bem-estar para a população. Países nórdicos como Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca são exemplos de Estados que, além de regulamentarem o mercado, investem diretamente em setores prioritários como saúde, educação e inovação tecnológica. A OCDE (2023) analisa essas práticas em relatórios como o *Government at a Glance*, mostrando que, nesses países, o Estado atua para manter a competitividade enquanto assegura uma rede sólida de proteção social.

No Japão e na Coreia do Sul, o Estado tem uma longa tradição de planejamento estratégico e apoio a indústrias essenciais, impulsionando setores de tecnologia e manufatura avançada. Esse modelo, conhecido como “Estado Desenvolvimentista,” tem sido amplamente estudado por autores como Gordon White e Robert Wade (1984) em *Developmental States in East Asia*, que destacam como a intervenção estatal ajuda a proteger e a modernizar a economia para competir no mercado global. Esses países apresentam um equilíbrio entre a regulação e o incentivo à inovação, com o Estado orientando o crescimento industrial e tecnológico.

Em Singapura e Hong Kong, embora com abordagens liberais, o papel do Estado é visível em áreas como infraestrutura, educação e desenvolvimento urbano, com o objetivo de criar um ambiente de negócios favorável e sustentado. O Banco Mundial (2022) destaca esses países em relatórios como o *World Development Report*, enfatizando como o governo é fundamental na construção de uma economia globalizada e eficiente, atraindo capital estrangeiro e elevando os padrões de vida.

Por fim, em países como Alemanha e França, o Estado desempenha um papel crucial na economia, sustentando setores estratégicos como transporte e energia, além de promover políticas de bem-estar social. Em *O Estado Empreendedor*, Mariana Mazzucato (2014) explora o impacto de investimentos estatais nessas economias, defendendo que o governo, ao apoiar a inovação e garantir segurança econômica, contribui para a estabilidade e para o crescimento de longo prazo.

Em suma, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social revela-se não apenas como uma ferramenta reguladora, mas como um agente estratégico capaz de impulsionar a prosperidade e o bem-estar coletivo. Esses casos exemplares mostram que, quando bem direcionado, o envolvimento estatal pode criar um ambiente que estimula a inovação, protege os cidadãos e fortalece as bases de uma economia sólida e inclusiva. A capacidade do Estado de responder aos desafios contemporâneos e de se adaptar às demandas

do mercado global, sem abdicar de sua função social, emerge como um diferencial decisivo na construção de sociedades sustentáveis e preparadas para o futuro.

A ausência de um Estado forte e atuante na economia tem mostrado efeitos negativos em várias nações que optaram por uma abordagem de mínima intervenção. Países como Honduras, Guatemala, Haiti e Somália adotam políticas de baixa regulação e forte dependência do setor privado, mas sofrem com elevados índices de desigualdade social e desenvolvimento econômico limitado. De acordo com o Banco Mundial (2022), esses países enfrentam desafios crônicos de pobreza, infraestrutura precária e baixa qualidade de serviços públicos, consequências da falta de investimentos estatais em áreas essenciais como saúde, educação e segurança, que frequentemente são subfinanciadas devido ao fraco envolvimento do Estado.

A OCDE reforça esse ponto, demonstrando que, sem políticas de suporte e regulamentação adequadas, economias de mercado abertas, mas sem um sistema regulador eficaz, tendem a não alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo (OCDE, 2023). Esses exemplos ilustram como a ausência de um papel estatal robusto não apenas limita o crescimento econômico, mas também impede a criação de condições favoráveis ao bem-estar social e à equidade.

2.1.1 Teoria da vantagem comparativa

Os economistas clássicos utilizam a explicação teórica básica para o comércio internacional por meio do chamado ‘princípio das vantagens comparativas’ (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr, 2007). Idealizado pelo economista David Ricardo, este princípio fundamenta o seu trabalho sobre teorias econômicas clássicas, como a Teoria da Renda da Terra, a Teoria do Valor Trabalho, além de ser um marco na teoria do comércio internacional, conhecida como Teoria das Vantagens Comparativas (1817).

David Ricardo nasceu em 1772, em Londres, durante a primeira revolução industrial. O interesse de Ricardo pela economia foi despertado após ler o trabalho de Adam Smith, "A Riqueza das Nações", publicado em 1776. Inspirado por Smith, Ricardo desenvolveu várias ideias econômicas fundamentais que ainda são influentes hoje. Ele foi considerado um dos mais importantes economistas clássicos e, ao lado de figuras como Adam Smith e Thomas Malthus, ajudou a moldar a ciência econômica moderna.

Ricardo introduziu a Teoria das Vantagens Comparativas em seu livro "Princípios de Economia Política e Tributação"(1817), onde buscou explicar como o comércio internacional poderia beneficiar todas as nações envolvidas, mesmo quando uma nação era menos eficiente que outra na produção de todos os bens. Segundo Bastos e Santos (2018), a Teoria das

Vantagens Comparativas defende que o livre comércio entre nações desiguais pode ser capaz de exaltar nações pequenas e equipará-las aos países ricos.

Em termos simples, a Vantagem Comparativa não se baseia em qual país é o mais eficiente em termos absolutos, mas em qual país tem o menor custo de oportunidade ao produzir um bem em comparação com outro, ou seja, mesmo que um país seja menos eficiente em todas as áreas, ele deve se especializar naquelas onde sua desvantagem é menor. De acordo com Silva e Lourenço (2017), essa teoria foi usada para justificar a abertura de mercados e o livre comércio ao longo dos séculos XIX e XX, e até hoje continua sendo uma das bases do comércio internacional e da formulação de acordos comerciais.

A integração econômica da União Europeia⁷ é um exemplo sobre a aplicação desta teoria, pois a utilizou para embasar a distribuição de funções dentro dos países do grupo, promovendo a especialização de cada nação em setores onde possuíam vantagens comparativas. Por exemplo, países como a Alemanha se especializaram em indústrias de alta tecnologia e automotiva, enquanto nações como a França priorizaram a agricultura e a produção de bens de luxo. Essa especialização permitiu que os países da União Europeia (UE) maximizassem sua eficiência coletiva, promovendo o comércio intrabloco e aumentando a competitividade no mercado global.

A aplicação da Teoria das Vantagens Comparativas dentro da UE também facilitou o estabelecimento de cadeias de valor altamente interligadas, onde cada país contribui com sua parcela de produção em um processo industrial mais amplo. Isso foi particularmente importante no setor automotivo, onde peças e componentes são fabricados em diferentes países, como Polônia e República Tcheca, para depois serem montados em centros especializados, como a Alemanha. Esse arranjo não só aumentou a eficiência produtiva, como também reforçou a interdependência econômica entre os países membros, fortalecendo a coesão política e econômica do bloco.

No entanto, a aplicação dessa teoria na União Europeia também gerou desafios. Algumas nações, especialmente as do sul da Europa, como Portugal e Grécia, enfrentaram dificuldades para competir com os países do norte, altamente industrializados. A especialização baseada nas vantagens comparativas também significou que algumas dessas nações se concentraram em setores de menor valor agregado, como o turismo e a agricultura, tornando-

⁷ A União Europeia ainda não atingiu todos os níveis de integração econômica, tendo os seguintes marcos: Área de Livre Comércio, chamada de Associação Europeia de Livre Comércio, criada em 1960; União Aduaneira, chamada de Comunidade Econômica Europeia, criada em 1968; Mercado Comum, chamado de Mercado Comum Europeu, criado em 1986; União Econômica e Monetária, chamada de União Europeia, criada em 1999. Faltam ainda dois estágios: União Política (em curso) e Integração Completa, também chamada de Federação.

se vulneráveis a crises econômicas e flutuações no mercado global. A crise da dívida europeia de 2010 evidenciou essas vulnerabilidades, trazendo à tona a necessidade de uma maior diversificação econômica dentro do bloco.

Por fim, embora a Teoria das Vantagens Comparativas tenha ajudado a moldar as bases do comércio interno da União Europeia, também existe a crítica de que ela pode exacerbar desigualdades regionais. Enquanto países como Alemanha e Países Baixos colheram os frutos de setores de alta tecnologia e exportações de bens manufaturados, outras nações, como Espanha e Itália, têm lutado para manter sua competitividade em um cenário de globalização acelerada. Esses desafios indicam que, embora a teoria tenha seus méritos, a sua aplicação sem ajustes às realidades locais pode limitar o desenvolvimento equilibrado entre os países do bloco.

Essa mesma teoria também influenciou a formação de blocos econômicos e o desenvolvimento de políticas comerciais globais, como aquelas promovidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, Bastos e Santos (2018) expõem como contraponto a concepção marxista, a qual argumenta que o comércio livre entre nações desiguais aprofunda as desigualdades e serve como um instrumento de dominação e expropriação de valor. Enquanto a teoria de Ricardo defende que o livre comércio beneficia todas as nações envolvidas, a visão marxista sugere que esse benefício é desigual e, na prática, favorece as nações mais desenvolvidas e industrializadas.

O exemplo da UE comprova a posição marxista de fortalecimento das desigualdades. Segundo Bastos e Santos (2018), crítica marxista destaca a assimetria nas relações comerciais globais e questiona a neutralidade do livre comércio, sugerindo que ele não é apenas um instrumento de cooperação, mas também uma ferramenta de poder e controle.

Chang (2004) reforça esta compreensão, o autor faz um apanhado histórico e demonstra como os países em desenvolvimento sofrem pressão de organismos internacionais para seguir padrões de “boas práticas” e de “boa governança” para a adequação ao padrão global de desenvolvimento, que países desenvolvidos não seguiram, ou seja, o caminho dos países em desenvolvimento não é o mesmo dos países já desenvolvidos.

Ao ignorar as diferenças estruturais entre as economias nacionais, a Teoria das Vantagens Comparativas falha em abordar como o comércio livre pode perpetuar o subdesenvolvimento, ao invés de corrigi-lo. No entanto, quando Ricardo desenvolveu sua teoria, no final do século XVIII e início do século XIX, não existia a noção de poder que se tem atualmente, o que limita a sua utilização de forma isolada, cabendo correlacioná-la com outras teorias. Sob a lente da teoria de vantagens comparativas, o comércio internacional acaba por

intensificar as disparidades entre países ricos e pobres, com os primeiros acumulando mais capital e recursos às custas das nações menos desenvolvidas.

As teorias de David Ricardo foram moldadas no contexto do capitalismo nascente no final do século XVIII e início do século XIX, uma época de profundas transformações econômicas e sociais que consolidaram o mercado como força dominante na organização social. Segundo Polanyi (1944), a economia política clássica, como a formulada por Ricardo, surgiu em resposta a essas transformações, refletindo uma nova estrutura social e política orientada pelo mercado. Hobsbawm (2012) também contextualiza que, enquanto o mercado se autonomizava, o capitalismo se firmava como sistema dominante, e economistas como Ricardo expressavam as realidades e necessidades desse novo cenário.

De acordo com essa perspectiva o comércio livre perpetua relações de exploração, onde os países do centro econômico (mais ricos) se especializam em setores de maior valor agregado e alta tecnologia, enquanto os países periféricos (menos desenvolvidos) ficam presos na exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado. Isso mantém os países mais pobres em uma posição de dependência, ao mesmo tempo em que reforça a dominação econômica das nações mais ricas. Outro ponto de crítica substancial à Teoria das Vantagens Comparativas é a sua limitada consideração da dinâmica tecnológica e da inovação.

Em muitos casos, os países que possuem uma vantagem comparativa em setores de baixa tecnologia e mão-de-obra intensiva podem se encontrar presos em um ciclo de subdesenvolvimento, incapazes de diversificar suas economias para áreas de maior valor agregado. O comércio livre, sem políticas ativas de incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, pode perpetuar a posição subordinada desses países na economia global, reforçando a dependência de setores primários de produção e restringindo sua capacidade de avançar para setores de alta tecnologia, que são mais lucrativos e oferecem maiores perspectivas de crescimento econômico.

Por fim, há também uma crítica política e social em relação à aplicação da Teoria das Vantagens Comparativas, pois ela ignora as implicações mais amplas de uma dependência econômica prolongada em setores específicos. Essa especialização pode dificultar a criação de políticas públicas que promovam um crescimento inclusivo e sustentável, uma vez que a renda gerada por esses setores frequentemente permanece nas mãos de uma elite econômica, ao invés de ser amplamente distribuída pela sociedade.

Embora a Teoria das Vantagens Comparativas tenha sido um avanço importante no pensamento econômico, essas críticas mostram que a sua aplicação na prática contemporânea,

exige adaptações que levem em conta as realidades complexas e as desigualdades do comércio internacional. Neste trabalho, o uso desta teoria possibilita entender se a lógica de proteção ambiental é diferente entre o Amapá, no Brasil, e a Costa Rica, por direcionamento do mercado, pelo primeiro possuir uma intensa riqueza mineral e o segundo não, ou por orientação interna dos governantes e população local.

2.1.2 Teoria neoschumpeteriana e críticas à globalização

A abordagem neoliberal ignora a necessidade de infraestrutura estatal robusta nesses contextos, ampliando as desigualdades estruturais e limitando as capacidades de desenvolvimento autônomo desses países. De acordo com Mazzucato (2014), a liderança da Alemanha no setor de energia solar fotovoltaica não pode ser atribuída exclusivamente a empreendedores visionários ou a um mercado impulsionado pelo medo da mudança climática. Em vez disso, esse posicionamento de liderança resulta de uma série de investimentos consistentes e estratégicos por parte do governo alemão, que implementou políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento das tecnologias limpas.

Mazzucato (2014) destaca que esses investimentos governamentais não apenas forneceram subsídios diretos e incentivos fiscais, mas também criaram um ambiente de estabilidade e previsibilidade regulatória, essencial para que a indústria solar pudesse florescer em uma economia altamente competitiva e orientada para a inovação. A criação de políticas energéticas estruturadas, como o programa *Energiewende*⁸, permitiu que o país não apenas desenvolvesse tecnologias de ponta em energia limpa, mas também estabelecesse um mercado interno sólido que atraiu grandes investimentos privados e ampliou a adoção dessa tecnologia.

Além disso, a mesma autora detalha como as 13 principais inovações tecnológicas presentes em produtos icônicos da Apple, como o iPod, o iPhone e o iPad, derivam diretamente de investimentos realizados pelo setor público dos Estados Unidos da América. Esses investimentos abarcam tecnologias fundamentais, como o GPS, a Internet, telas sensíveis ao toque e o microprocessador, que foram inicialmente desenvolvidas ou apoiadas financeiramente

⁸ O termo *Energiewende* refere-se à política nacional da Alemanha para a transição energética, com o objetivo de transformar a matriz energética do país em direção a fontes de energia renovável e sustentável. Lançado formalmente no início dos anos 2000, busca reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa, eliminar a dependência de combustíveis fósseis e encerrar progressivamente o uso de energia nuclear. Esse programa envolve uma série de políticas e incentivos, incluindo subsídios para energia solar e eólica, tarifas de alimentação e investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias verdes. O *Energiewende* é amplamente considerado um dos planos mais ambiciosos de transição energética no mundo, inspirando outras nações a adotarem políticas semelhantes para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e sustentabilidade energética.

pelo governo americano com o objetivo de fomentar avanços científicos e tecnológicos em áreas estratégicas.

Mazzucato (2014) argumenta que esses investimentos públicos foram cruciais para criar as bases da inovação no setor privado, servindo como um pilar de apoio para que empresas como a Apple pudessem desenvolver e integrar essas tecnologias em seus produtos comerciais. Dessa forma, a autora questiona a narrativa que frequentemente atribui o sucesso tecnológico apenas ao empreendedorismo individual, mostrando como o setor público desempenha um papel essencial ao assumir riscos que o setor privado evita, ao mesmo tempo em que financia avanços que se tornam diferenciais de mercado para grandes corporações.

Ha-Joon Chang, em *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (2004), critica as políticas de desenvolvimento baseadas no princípio do livre mercado para países em desenvolvimento, argumentando que as nações hoje desenvolvidas alcançaram sua prosperidade econômica graças a políticas protecionistas e intervenções estatais estratégicas. Segundo Chang (2004), esses países "chutaram a escada" depois de alcançar o desenvolvimento, promovendo políticas de livre mercado para impedir que outras nações adotem as mesmas práticas de apoio ao crescimento econômico que eles próprios utilizaram em sua trajetória histórica.

Esse conceito reflete uma visão crítica sobre as atuais políticas econômicas impostas por organismos internacionais e as pressões para que os países em desenvolvimento se abstenham de intervir em suas economias, mesmo que essa intervenção seja necessária para criar bases autônomas de crescimento e competitividade. Em vez de confiar cegamente no mercado autorregulador, Chang (2004) argumenta que os países devem manter a liberdade para definir suas próprias estratégias de desenvolvimento, especialmente em setores estratégicos como indústria e inovação tecnológica.

Em *Economia: modo de usar* (2015), Chang oferece uma análise acessível dos conceitos econômicos fundamentais, desafiando a visão de que o desenvolvimento deve seguir as mesmas premissas neoliberais recomendadas às nações mais pobres. Ele argumenta que conceitos econômicos muitas vezes apresentados como "verdades universais" são, na verdade, ideologias disfarçadas, que servem aos interesses das nações ricas. Chang (2015) ressalta a importância do Estado como agente ativo no desenvolvimento econômico, advogando pela implementação de políticas industriais e protecionistas, como aquelas que permitiram o crescimento econômico de países como Coreia do Sul e Japão.

Ainda segundo Chang (2015), os países que ignoram o papel ativo do Estado em promover a inovação, proteger indústrias nascentes e construir infraestrutura econômica e social correm o risco de perpetuar uma situação de dependência econômica e de subdesenvolvimento. Ao negligenciarem essas estratégias, esses países permanecem vulneráveis às pressões externas, tornando-se exportadores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados, sem desenvolver uma base econômica sólida e autossuficiente que lhes permita crescer de forma sustentável e independente.

A visão de Chang (2007) desafia, portanto, o paradigma neoliberal de Estado mínimo, sugerindo que o desenvolvimento econômico sustentável e autônomo só pode ser alcançado por meio de uma intervenção governamental criteriosa e estratégica. Para ele, o Estado tem que atuar na construção de capacidades produtivas e na criação de um ambiente econômico que permita que os setores estratégicos cresçam antes de serem expostos à concorrência internacional irrestrita. Essa abordagem, ao contrário da recomendada pelas políticas de austeridade e de abertura de mercado, enfatiza a necessidade de proteger e desenvolver as economias locais para que possam competir em condições justas.

Joseph Stiglitz, em sua obra *A globalização e seus malefícios* (2002), apresenta uma análise crítica sobre o impacto das políticas neoliberais e da globalização na ampliação das desigualdades e na criação de estruturas de dependência econômica, particularmente em países em desenvolvimento. Stiglitz (2002) argumenta que o modelo neoliberal, promovido por instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, muitas vezes impõe a esses países uma liberalização prematura e políticas de austeridade que prejudicam o crescimento de longo prazo e aprofundam desigualdades.

O posicionamento de Rodrik (2011) é que nenhum país conseguiu se desenvolver e industrializar sem proteger suas indústrias nascentes; o livre mercado, sem um arcabouço estatal, limita o potencial de crescimento econômico autônomo. Assim, ele questiona a visão tradicional de que os mercados, por si só, são suficientes para estimular o desenvolvimento sustentável. Além disso, Rodrik oferece uma crítica contundente ao chamado "Consenso de Washington" – um conjunto de políticas neoliberais promovido por instituições financeiras internacionais que priorizam a austeridade e a liberalização econômica como soluções universais para o desenvolvimento.

Em uma abordagem integrada, esses pensadores demonstram que um Estado soberano e proativo é fundamental para criar condições equitativas de desenvolvimento e assegurar que os frutos do crescimento sejam compartilhados por toda a sociedade. Essa atuação garante que

o progresso econômico seja não apenas sustentável, mas também socialmente justo e amplo. No entanto, o discurso neoliberal contemporâneo é amplamente sustentado por três conceitos chave: Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Governança.

De acordo com Svampa (2015), essa tríade inclui elementos centrais de um discurso de dominação, cujo objetivo subjacente é a legitimação de projetos extrativistas, fundamentando-se na obtenção de aceitação do governo local por meio de um sofisticado mecanismo de controle biopolítico das populações. Em tal contexto, o desenvolvimento sustentável é promovido como uma meta universal, associada à atuação das empresas (por meio da RSE) e mediada pelo Estado (na forma de governança), em uma visão ‘romantizada’ onde empresas e governos colaborariam para o bem-estar coletivo sustentável.

Assim, o desenvolvimento sustentável é apresentado como um objetivo altruísta das organizações internacionais, cujo cumprimento dependeria das ações empresariais, pela RSE, e da integração entre os interesses sociais e estatais, por meio da governança, construindo uma narrativa de compromisso e responsabilidade social que, muitas vezes, oculta intenções de dominação e exploração de recursos locais.

Esses três conceitos – desenvolvimento sustentável, RSE e governança – são amplamente utilizados por organizações internacionais, que exercem uma influência direta nas políticas e estratégias de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. No caso do Brasil, por exemplo, políticas públicas em níveis nacional e estadual seguem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que orientam as ações governamentais em áreas como educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente.

Além disso, Svampa (2015) explica que instituições como o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fórum Econômico Mundial utilizam essas diretrizes para promover e legitimar práticas de desenvolvimento que, frequentemente, se alinham mais aos interesses de economias centrais do que nos contextos e necessidades locais. Esse quadro de influência externa promove uma concepção de desenvolvimento que, embora apresente elementos de sustentabilidade e inclusão social, muitas vezes serve como plataforma para consolidar práticas extrativistas e moldar as economias periféricas de acordo com as demandas globais, fortalecendo assim o controle econômico e político das grandes potências e corporações sobre os recursos e as políticas nacionais.

Os conceitos de desenvolvimento, segundo organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fórum Econômico Mundial, estão amplamente pautados na promoção de crescimento econômico sustentável, inclusão social e proteção ambiental. Essas organizações promovem diretrizes como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que abrangem áreas fundamentais para o progresso social, econômico e ambiental, desde a erradicação da pobreza até o combate às mudanças climáticas.

O Banco Mundial enfatiza, por exemplo, o desenvolvimento sustentável como um processo de crescimento que gera melhorias contínuas na qualidade de vida das populações, especialmente nas economias em desenvolvimento. A OCDE, por sua vez, aborda o desenvolvimento com foco em políticas que incentivem a prosperidade e a inovação, mas dentro de parâmetros que garantam estabilidade e igualdade de oportunidades. Em conjunto, essas instituições moldam uma visão de desenvolvimento que visa integrar economias periféricas à economia global, promovendo padrões e políticas que, enquanto incentivam o crescimento, também buscam alinhar os países aos objetivos de sustentabilidade e competitividade globais, observar o quadro 4.

Quadro 4 – Conceitos de desenvolvimento segundo organismos internacionais

ORGANIZAÇÃO	CONCEITO
Banco Mundial – BM	O Banco Mundial foca no combate à pobreza e na promoção da prosperidade compartilhada. Ele aborda esses objetivos através de investimentos em projetos de infraestrutura, educação, saúde e desenvolvimento rural. O Banco Mundial também enfatiza a sustentabilidade ambiental e a necessidade de enfrentar as mudanças climáticas, reconhecendo que o crescimento econômico deve ser acompanhado de justiça social e ambiental para ser sustentável.
Organização das Nações Unidas – ONU	A ONU promove o desenvolvimento sustentável através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são 17 objetivos interligados que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. Esses objetivos abrangem uma ampla gama de áreas, incluindo saúde, educação, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia acessível e limpa, trabalho decente e crescimento econômico, entre outros.
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE	A OCDE promove políticas que visam melhorar o bem-estar econômico e social das pessoas ao redor do mundo. A organização foca no crescimento inclusivo, garantindo que os benefícios do crescimento econômico sejam distribuídos de maneira mais equitativa na sociedade. Isso inclui a promoção de políticas que incentivem a inovação, o empreendedorismo e a inclusão social, bem como a análise e comparação de dados para influenciar políticas públicas baseadas em evidências.
Fórum Econômico Mundial – WEF	O Fórum Econômico Mundial concentra-se no desenvolvimento econômico através da colaboração entre o setor público e privado. A organização destaca a importância da inovação e da tecnologia como motores para o crescimento sustentável e inclusivo. O WEF também enfatiza a necessidade de enfrentar os desafios globais como as mudanças climáticas, a desigualdade e a transformação digital, promovendo parcerias entre diversas partes interessadas para alcançar esses objetivos.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos sites eletrônicos: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#); [Brasil Aberto - Monitora a estratégia do Banco Mundial no Brasil](#); [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico \(OCDE\) – Conselho Administrativo de Defesa Econômica](#); <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>

Os conceitos de desenvolvimento propostos por diferentes organizações internacionais apresentam variações em suas abordagens, mas geralmente convergem em aspectos essenciais, compartilhando compromissos com o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza e a promoção de um crescimento econômico inclusivo (Quadro 4). Neste trabalho, foram avaliados esses direcionamentos internacionais, analisando em que medida os governos locais têm sido capazes de alcançar tais objetivos e de implementar políticas que promovam um desenvolvimento efetivamente sustentável, com impacto real na redução da pobreza e na construção de um crescimento econômico mais equitativo e abrangente.

2.1.3 Teoria decolonial

No entendimento de Quijano (2005), a colonização não apenas reorganizou o espaço geográfico mundial, mas também construiu a noção de raça como uma ferramenta de dominação e exploração das populações colonizadas. O autor explica ainda que esta forma de dominação não desapareceu com o fim do colonialismo formal, mas se manteve viva nas relações sociais e econômicas nas sociedades modernas, especialmente na América Latina, como Brasil e a Costa Rica, que são os campos da pesquisa. Para Holz (2022) o desenvolvimento, muitas vezes, é utilizado como um discurso de poder que consolida a dependência e a subordinação das nações classificadas como "Terceiro Mundo".

Silva (2016) explica que o termo 'desenvolvimento' se tornou uma palavra-chave que grupos políticos e empresariais justificarem a realização de grandes projetos econômicos que, frequentemente, não respeitam a diversidade cultural e os saberes locais. Quijano (2005) e Escobar (2007) abordam conjuntamente a institucionalização do desenvolvimento, exemplificada pela criação de organismos como a ONU e o Banco Mundial, que reforçam este sistema de poder; que colabora com as preposições proposta nesta pesquisa. Além disso, Holz (2022) esclarece que essas instituições promovem intervenções que ignoram as realidades locais, tratando as comunidades como objetos passivos de transformação.

Ravena et al. (2019), inclusive, têm a premissa de que o conceito de "desenvolvimento" é polissêmico e, ao longo das décadas, foi dominado pelos interesses dos países hegemônicos do hemisfério norte. Os autores complementam que o desenvolvimento, em sua estrutura tradicional, está associado ao crescimento econômico e à expansão de mercados, ignorando, muitas vezes, os impactos sociais, culturais e ambientais que essas políticas podem gerar nas regiões em desenvolvimento, como o caso da Amazônia.

Silva (2016) e Svampa (2015) argumentam também que as promessas de desenvolvimento servem para legitimar intervenções que priorizam o crescimento econômico,

enquanto desconsideram os impactos socioambientais e culturais das comunidades atingidas. Oliveira e Lucini (2021) destacam a importância de repensar a modernidade e suas promessas de progresso e desenvolvimento, pois a modernidade, ao ser imposta como um ideal universal, desconsiderou as especificidades culturais e sociais dos povos colonizados, criando um modelo de desenvolvimento excludente e insustentável.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2021) enfatiza a necessidade de uma "ecologia de saberes", que valorize o conhecimento local e respeite a diversidade cultural. Para o autor, o paradigma da modernidade, centrado na razão ocidental, excluiu outras possibilidades de conhecimento e modos de vida, o que aprofundou as desigualdades e impôs uma única visão de progresso. Essa crítica permite refletir sobre um desenvolvimento que integre saberes plurais e promova justiça social e ambiental, reconhecendo que a verdadeira sustentabilidade deve ser construída a partir do diálogo entre diferentes culturas e práticas locais, em oposição à imposição de um modelo único.

Silva (2016) explica que o processo de desenvolvimento convencional provoca homogeneização cultural, desconsiderando o conhecimento ancestral e as práticas sustentáveis que as comunidades locais construíram ao longo de séculos. McLuhan (2013) esclarece que o mundo está cada vez mais interconectado e padronizado, tornando-se uma grande "aldeia global", onde as tecnologias de comunicação diminuem as distâncias e criam uma nova forma de proximidade entre culturas e sociedades. Esse conceito sugere que os eventos em uma parte do mundo rapidamente afetam outras regiões, evidenciando a interdependência global gerada pela mídia e pela comunicação instantânea.

Quijano (2002) explica que a Europa faz parte de um sistema global de dominação iniciado com o colonialismo, e o pensamento decolonial oferece uma alternativa a essa visão ao propor um desenvolvimento que seja baseado no respeito à diversidade e à sustentabilidade. Esse enfoque valoriza os saberes locais e a pluralidade cultural, promovendo uma ruptura com o modelo hegemônico que historicamente marginalizou outras formas de conhecimento e modos de vida. Assim, a perspectiva decolonial não apenas desafia a ordem global, mas também sugere um caminho em que a equidade e o reconhecimento das culturas sejam pilares essenciais para um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e sustentável.

A resistência à imposição ao desenvolvimento convencional pode ser vista em várias partes do mundo, onde comunidades lutam para manter sua autonomia frente a projetos que prometem benefícios econômicos, mas deixam um rastro de degradação ambiental e exclusão social. A tese de Allegretti (2002), sobre Chico Mendes e o movimento dos seringueiros, é um

exemplo detalhado sobre a resistência de comunidades locais e como estes grupos se sacrificam muitas vezes com própria a vida. Simonian (2018) explica que os seringueiros resistiram às imposições externas de maneira não violenta, por meio dos chamados “empates”.

No trabalho de Allegretti é possível compreender como as lutas das comunidades mais vulneráveis é difícil, pois as relações de dominação do governo e de grupos empresariais sobre essas comunidades normalmente prevalecem, inclusive utilizando em alguns momentos o direito de deixar morrer ou viver (poder soberano), como aconteceu com Chico Mendes e outros seringueiros. No entanto, utilizando-se de jogos estratégicos foi possível reverter as alternativas de dominação por soluções saudáveis para as populações locais.

A tese Alegretti (2002) trata da criação das Reservas Extrativistas, uma luta pleiteada por Chico Mendes e os demais seringueiros. Os seringueiros buscavam um espaço em que pudessem explorar os recursos naturais, por meio do extrativismo, e preservar a natureza e a cultura; o modelo não estava previsto na legislação brasileira como uma política ambiental, em debate na época. Em 1990 foi criada a Reserva Extrativista Chico Mendes, pioneira no conceito de unidade de conservação de uso sustentável. Depois foi introduzida na Lei n.º 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Outro exemplo é a experiência da ‘RESEX Verde para Sempre’ sobre o manejo florestal comunitário, pesquisa realizada por Lima et al. (2023) por cinco anos; o estudo destaca a importância de arranjos de governança que respeitem o protagonismo das comunidades locais, por meio iniciativas de cogestão, e sugerem que estas práticas podem ser replicadas em outras áreas, desde que adaptadas às condições regionais. E a tese de Aldalberto Costa (2014), que evidenciou que a criação desta RESEX desencadeou transformações complexas nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais das populações residentes, revelando tanto as fragilidades das políticas públicas implementadas quanto as tensões entre normas estatais e práticas locais.

É de se confirmar a posição de Escobar (2005) e Silva (2016), pois o conceito de desenvolvimento há de ser ampliado para incluir múltiplos sentidos, que reconheçam os modos de vida diversos e a necessidade de respeitar a identidade cultural e a sustentabilidade ambiental. Enfatiza a importância de valorizar o “lugar” como protagonista, propõe um desenvolvimento que parta das necessidades e saberes locais, e que seja capaz de dialogar com as exigências globais sem perder de vista a pluralidade e a autonomia das comunidades envolvidas. Porém o eurocentrismo acompanha os projetos de desenvolvimento, que segundo Quijano (2005) é a expressão ideológica dessa dominação.

O eurocentrismo funciona como uma forma de colonialidade do saber, onde os conhecimentos produzidos fora da Europa são marginalizados ou apropriados de maneira distorcida. Quijano (2005) esclarece que o eurocentrismo funciona como uma forma de colonialidade do saber, pois cria uma falsa hierarquia de civilizações, onde o progresso e a modernidade estão sempre associados e comprados aos modelos europeus, enquanto os povos colonizados são vistos como atrasados ou primitivos.

Inclusive, partindo de outro exemplo da tese de Allegretti, a autora menciona uma audiência com o economista Celso Furtado, então Ministro da Cultura (1987-1988), na qual ficaram claras as dificuldades que os seringueiros teriam que enfrentar para conseguir alcançar seus objetivos com as Reservas Extrativistas:

Se a audiência com o IBDF havia sido a mais difícil, a que foi realizada com o Ministro Celso Furtado, da Cultura, ficou na história, pelo inusitado. Embora para as lideranças indígenas e seringueiras, aquela fosse mais uma reunião, para os assessores era uma oportunidade única de conhecer pessoalmente alguém cujos livros todos haviam estudado na universidade. Esperavam encontrar um forte aliado para as Reservas Extrativistas. O discurso de abertura das lideranças enfatizou a peculiaridade das culturas indígena e seringueira e o papel de ambos na defesa do patrimônio natural da Amazônia.

Celso Furtado aceitou os argumentos dos indígenas, mas contestou os dos seringueiros. Afirmou que não existia uma cultura extrativista porque essa era uma das atividades mais primitivas da humanidade, que estava nos estágios mais elementares do progresso humano, cuja superação era uma condição inevitável do desenvolvimento. A reação de todos foi imediata, afirmando que havia uma cultura da floresta, que eles não eram primitivos, que buscavam formas de melhorar a renda e a produtividade, mas que não entendiam que progresso significava sair da floresta. Nenhum encaminhamento prático saiu desta reunião, a não ser a constatação de que, de fato, embora Celso Furtado fosse um dos mais respeitados intelectuais brasileiros, sua visão da história era evolucionista e o que ele afirmara estava escrito em muitos de seus livros. O que havia chocado era a constatação, antecipada, de que esse argumento certamente seria repetido à exaustão, no futuro, e que seria necessário se preparar para rebatê-lo. (ALLEGRETTI, 2002, pp. 562)

Essa estrutura de pensamento contribui para a manutenção de desigualdades profundas entre o Norte Global (países desenvolvidos) e o Sul Global (países em desenvolvimento), pois diminui a importância das práticas extrativistas como se fosse algo menor. Oliveira e Lucini (2021) explicam que a resistência à colonialidade é uma forma de discussão sobre a decolonialidade. O pensamento decolonial busca desafiar e romper com a lógica colonial e eurocêntrica, promovendo a valorização dos saberes e práticas locais. Assim, pesquisas em áreas de proteção ambiental, como este trabalho, possibilitam contrapor a lógica eurocêntrica, a partir da compreensão e valorização da sociedade local.

Existe o conceito de colonialidade do saber, assim como o do poder. O conceito de colonialidade do saber, proposto por Quijano (2005), é uma crítica à imposição de um conhecimento universal eurocêntrico, que ignora as epistemologias e saberes locais dos povos

colonizados. Inclusive Lévi-Strauss (1989) já tratava deste tipo de conhecimento, chamando-o de ciência do concreto, onde o saber não acadêmico também é forma de conhecimento. É o que defende Quijano (2005), pois segundo o autor, é necessária uma reconstrução do conhecimento plural e que reconheça a diversidade de formas de saber que existem no mundo.

Já conceito de colonialidade do poder é fundamental para entender a articulação entre capitalismo e colonialismo. Quijano (2005) argumenta que o capitalismo global foi moldado a partir da exploração colonial, e que a modernidade europeia está profundamente ligada ao projeto de dominação dos povos colonizados. Portanto, a colonialidade não se refere apenas ao período de dominação política direta dos impérios europeus sobre as colônias, mas ao processo contínuo de subordinação das economias, culturas e conhecimentos não europeus às estruturas de poder globais que surgiram com o capitalismo moderno.

Quintero, Figueira e Elizalde (2019) explicam que a modernidade, vista sob a perspectiva da colonialidade do poder, é profundamente influenciada pela colonização e pela subjugação dos povos não europeus. Trata-se de narrativa dominante eurocêntrica, ao universalizar sua própria experiência, marginaliza e subalterniza práticas e saberes de outras culturas. Os estudos decoloniais surgem como tentativa de dismantlar essas estruturas de poder e propor novas formas de entender e produzir conhecimento, que considerem a pluralidade de experiências humanas, como é o caso das populações tradicionais das áreas de conservação.

Cabe acrescentar que, embora sua crítica à modernidade e ao capitalismo seja persuasiva, é necessária uma exploração mais detalhada sobre possíveis alternativas ao sistema de poder em países colonizados. Quijano (2002) oferece uma breve menção aos modos de organização comunitária como alternativa ao Estado-nação.

Escobar (2005) é um dos primeiros autores a propor a ideia do "pós-desenvolvimento", que busca alternativas baseadas na diversidade cultural e na hibridização, evitando a imposição de modelos universais e permitindo que as próprias comunidades determinem seus caminhos de desenvolvimento. A principal crítica de Escobar é a necessidade de desconstruir o paradigma de desenvolvimento dominante e abrir espaço para abordagens mais inclusivas e baseadas na valorização do local. Não é possível neste momento confirmar se o modelo da Costa Rica seria de hibridização, como proposto por Escobar, ou uma alternativa que precisa ser compreendida.

2.2 NATUREZA E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Em 1972, foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como a Conferência de Estocolmo, capital da Suécia. Foi o

primeiro evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir questões ambientais de maneira global. O conceito de sustentabilidade, consolidado a partir do *Relatório Brundtland* em 1987, refere-se ao desenvolvimento capaz de suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Essa definição articula a dimensão ambiental com as esferas social e econômica, propondo um modelo de crescimento que respeite os limites ecológicos do planeta e assegure justiça social. Depois foram realizadas outras conferências da ONU, como: ECO-92 (Rio de Janeiro), encontro que ficou conhecido como Cúpula da Terra, e chamou a atenção para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida no Planeta; Rio+10, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, com o objetivo de verificar em que medida as ações do ECO-92 haviam sido atendidas. Agora há diversas Conferências das Partes (COP); são espaços para diálogo e cooperação entre os países, organizadas pela ONU.

Inclusive Venâncio (2014) explica que a Convenção sobre Diversidade Biológica, adotada pelo Brasil e pela Costa Rica, pactuou deveres a serem cumpridos pelos países signatários no âmbito da biodiversidade, como o desenvolvimento de diretrizes para o estabelecimento, administração e seleção de áreas protegidas e a promoção de medidas educativas. Esta convenção é um tratado elaborado pela ONU e foi estabelecido durante a ECO-92, sendo um dos principais instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente.

No contexto contemporâneo, a sustentabilidade se tornou o pilar fundamental para políticas públicas, práticas empresariais e instrumentos jurídicos voltados à conservação ambiental, buscando conciliar o uso racional dos recursos naturais com inclusão social e viabilidade econômica, em consonância com os princípios da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Organização das Nações Unidas, 2015). Porém há críticas sobre a visão de sustentabilidade trazida pelo relatório de Brundtland, neste trabalho foi destacada a posição decolonial (mencionando no subcapítulo 2.1.3), justamente por não considerar os saberes tradicionais.

Escobar (1995) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável consolidado pelo Brundtland reflete sobretudo uma visão ocidental e economicista, que reproduz a lógica de crescimento baseada no mercado, ao invés de questioná-la, e desconsidera modos de vida que tradicionalmente praticam equilíbrio com a natureza, como povos indígenas, ribeirinhos e comunidades rurais. Este trabalho entende que o Relatório Brundtland sistematizou e popularizou o conceito de sustentabilidade no âmbito político internacional, sendo um marco

que consolidou debates que vinham se desenvolvendo antes, em diferentes culturas, regiões e fóruns científicos e sociais, mas ele não foi a origem absoluta do pensamento sustentável.

Outras pesquisas demonstram como os debates contemporâneos sobre sustentabilidade avançam além do conceito clássico do Relatório Brundtland, incorporando temas como os limites planetários aliados à justiça social, conforme proposto na *Doughnut Economics* de Kate Raworth (2017), e a urgência da descarbonização com transição justa, que considere desigualdades regionais (IPCC, 2023). Ganha destaque a ideia de desenvolvimento regenerativo, que busca restaurar ecossistemas degradados, e as Soluções Baseadas na Natureza (NBS), que integram conservação e produção sustentável em paisagens urbanas e rurais (IPBES, 2022).

Nesse contexto, Wahl (2016) defende uma transição da sustentabilidade meramente conservacionista para uma abordagem regenerativa, capaz de alinhar os sistemas humanos com os processos cíclicos e resilientes da natureza. O autor propõe um redesenho cultural e institucional que vá além de “reduzir danos”, focando na criação de sistemas socioecológicos saudáveis, resilientes e interdependentes. Complementando essa visão, Fullerton (2015) sugere que uma economia verdadeiramente sustentável deve romper com a lógica extrativista do capitalismo tradicional e incorporar princípios de reciprocidade, diversidade, interdependência e adaptação contínua, promovendo o florescimento de todos os sistemas vivos.

Também, merece destaque a contribuição de Birkeland (2008), que propõe o conceito de *Positive Development* como alternativa ao urbanismo sustentável de baixo impacto. Em sua obra homônima, ela argumenta que projetos de arquitetura e planejamento urbano devem, idealmente, melhorar as condições ecológicas e sociais dos territórios – não apenas evitar prejuízos. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento regenerativo não é um retorno ao passado, mas um avanço em direção a sistemas que aumentam a vitalidade ecológica e a justiça social, oferecendo novos paradigmas para políticas públicas, design territorial e estratégias empresariais integradas à natureza.

Esses debates atualizam a sustentabilidade para um contexto mais complexo e plural, em que proteger o meio ambiente significa também garantir respeito com equidade social e cultural. Segundo Venâncio (2014), a biodiversidade encontra-se ameaçada em todos os seus níveis e para a sua proteção são desenvolvidas diversas alternativas, dentre as quais se encontra o mecanismo das áreas protegidas. As atividades humanas podem gerar diversos riscos ao meio ambiente, como queimadas, desmatamentos e exploração predatória dos recursos naturais.

Nesse cenário, torna-se evidente que a sustentabilidade ultrapassa a esfera da gestão ambiental restrita e passa a dialogar diretamente com a lógica econômica e institucional. A degradação ambiental, resultante de práticas produtivas predatórias, não apenas ameaça ecossistemas, mas também gera impactos sociais e riscos financeiros de larga escala. Com isso, governos, organizações internacionais e o setor privado passaram a ser pressionados a adotar mecanismos de governança capazes de integrar a preservação ambiental, a justiça social e a estabilidade econômica.

Essa mudança de perspectiva preparou o terreno para que novos instrumentos normativos e conceituais, como o *Environmental, Social and Governance* (ESG), ganhassem espaço no debate global sobre desenvolvimento sustentável. O surgimento da ESG veio como resposta ao mercado, depois de escândalos no sistema financeiro internacional, em decorrência de fraudes corporativas como Enron e WorldCom (Estados Unidos da América) e Parmalat (Europa), que expuseram graves falhas de governança e práticas dolosas em empresas multinacionais.

Além do crescimento da consciência global sobre as mudanças climáticas⁹ e a pressão por respostas institucionais aos desastres ambientais decorrentes da exploração intensiva dos recursos naturais. Este ambiente, consolidou a percepção de que o mercado financeiro necessitava incorporar novas métricas de risco e responsabilidade para manter sua legitimidade e atrair investidores preocupados com estabilidade de longo prazo.

Assim, o conceito de ESG emergiu em 2004 no relatório *Who Cares Wins*, elaborado pelo Pacto Global das Nações Unidas em parceria com o Banco Mundial e um conjunto de instituições financeiras internacionais. O documento buscava integrar critérios ambientais, sociais e de governança às decisões de investimento, estabelecendo que empresas e mercados financeiros não deveriam ser avaliados apenas pelo desempenho econômico, mas também pela capacidade de gerar impactos positivos e mitigar riscos nas três dimensões propostas.

De acordo com o relatório (Organização das Nações Unidas, 2004) as três dimensões do ESG respondem, a demandas distintas, mas inter-relacionadas. A dimensão ambiental enfatiza a mitigação das mudanças climáticas, a redução da pegada de carbono, a transição energética e a preservação da biodiversidade.

A dimensão social abrange direitos humanos, condições de trabalho, diversidade, equidade e os impactos das empresas sobre comunidades locais. Já a dimensão governança refere-se à transparência, à ética empresarial, à diversidade nos conselhos, à remuneração justa

⁹ Impulsionada pelos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

e ao combate à corrupção. Juntas, essas categorias procuram redefinir a forma como a performance empresarial é avaliada, indo além da maximização do valor para o acionista em direção a uma concepção ampliada de responsabilidade corporativa.

Entretanto, a literatura crítica aponta limites significativos desse modelo. Entre os principais problemas estão o *greenwashing*, quando empresas comunicam compromissos socioambientais que não se concretizam em práticas efetivas, e a falta de padronização de métricas, que dificulta comparações entre empresas e setores. Além disso, permanece o dilema estrutural entre horizontes temporais: investidores tendem a priorizar resultados financeiros de curto prazo, ao passo que os impactos ambientais e sociais exigem estratégias de longo prazo.

Nesse ponto, a crítica de Maristella Svampa (2019) é particularmente relevante. Para a autora, o ESG integra a lógica do chamado “consenso das *commodities* verdes”, no qual o capitalismo busca recompor sua legitimidade por meio da incorporação discursiva da sustentabilidade, sem alterar as bases materiais do modelo extrativista. Em sua perspectiva, o ESG opera como um mecanismo de financeirização da natureza, transformando bens comuns em ativos passíveis de mensuração e negociação nos mercados financeiros globais.

Longe de representar uma ruptura com a lógica de acumulação, o ESG reforçaria a mercantilização dos territórios e dos recursos, legitimando novas formas de apropriação sob a roupagem de responsabilidade socioambiental. Essa crítica aproxima da abordagem foucauldiana, ao evidenciar que o ESG não é apenas uma técnica neutra de mensuração, mas um dispositivo de poder-saber que define quais práticas, atores e conhecimentos são reconhecidos como legítimos no campo da sustentabilidade. Ao instituir métricas e padrões globais, o ESG participa da produção de verdades sobre o que é “sustentável”, marginalizando saberes tradicionais e modos de vida que não se enquadram nos parâmetros corporativos.

A análise crítica do ESG permite compreender não apenas seu potencial transformador, mas também os riscos de sua instrumentalização como estratégia de reprodução do capitalismo em sua fase “verde”. Aliás, a perspectiva de Elinor Ostrom amplia a noção de sustentabilidade, pois revela que a proteção de ecossistemas e áreas naturais não depende apenas de políticas públicas centralizadas ou de diretrizes corporativas, mas também da capacidade de autogoverno social.

As pesquisas de Ostrom (1990) evidenciam que comunidades locais, quando dotadas de regras claras, mecanismos de monitoramento e sanções graduadas, são capazes de promover arranjos institucionais duradouros para a preservação ambiental. Assim, suas reflexões sobre a

governança dos bens comuns acrescenta uma dimensão fundamental ao debate, ao demonstrar que nem o Estado nem o mercado detêm o monopólio da gestão eficiente dos recursos naturais.

Assim, ao conectar-se às discussões atuais sobre governança ambiental e socioeconômica, a teoria de Ostrom ressalta que a construção de legitimidade e eficácia na proteção ambiental exige múltiplos centros de decisão e ampla participação comunitária. Essa lógica revela-se particularmente relevante na gestão das áreas protegidas, onde o equilíbrio entre interesses estatais, privados e locais demanda arranjos institucionais compartilhados. Tal perspectiva, por sua vez, antecipa, em certa medida, as preocupações que mais tarde fundamentariam o surgimento de mecanismos como o ESG.

2.2.1 Nascimento de áreas protegidas

O marco do surgimento de áreas protegidas modernas foi o Parque de Yellowstone (Wyoming, Montana e Idaho, EUA) em 1872, mas a origem se deu a partir da implantação de parques urbanos em grandes cidades europeias e norte-americanas, como Hyde Park (1637) em Londres, Birkenhead Park (1843) em Liverpool, Central Park (1858) em Nova York e Parc Montsouris (1869) em Paris. Segundo Coelho (2018), os parques urbanos eram voltados à recreação da população urbana e para amenizar as alterações das paisagens das cidades após a revolução industrial. Já os parques nacionais eram para proteger áreas naturais de alguma ação humana, sendo os Estados Unidos da América pioneiro.

O Congresso dos EUA criou o Parque Nacional de Yellowstone, como uma área de preservação, reservada da colonização humana. De acordo com Diegues (2008), era a ideia de parque como área selvagem e desabitada, trazendo a noção de "*wilderness*", de vida natural ou selvagem. O movimento de criação de "áreas naturais protegidas" nos EUA foi baseado no teórico George Perkins Marsh (1801-1882). Em 1864, Marsh publicou o livro *Man and Nature*, amplamente divulgado e discutido nos Estados Unidos da América, onde demonstrava que a onda de destruição do mundo natural ameaçava a própria existência do ser humano sobre a terra, de acordo com a análise de Diegues (2008).

Lowenthal (2015) explica que o livro foi fonte do movimento conservacionista, sendo o trabalho mais influente de seu tempo. Ainda segundo o autor, aquele foi o primeiro livro a reconhecer os perigos ambientais da ação humana, a avaliar os danos causados pelo homem e a definir e apresentar um programa de reforma. As propostas de Marsh, de espaços intocados, influenciam ainda hoje, especialmente no Amazônia. Estes espaços protegidos, segundo Benjamin (2001), necessitam compreender dois conceitos: preservação e conservação; o

primeiro é a modalidade que visa à proteção integral da vida, e o segundo, é a mais flexível de proteção da natureza, que prevê a imposição de requisitos para exploração dos recursos.

Tanto os parques urbanos como os parques nacionais – primeiras áreas protegidas –, surgem como ações de antirrevolução industrial, sendo o primeiro relacionado à recreação do ser humano com a natureza e o segundo como proteção da natureza das ações do homem. Inclusive, de acordo com Diegues (2008), como a lógica de criação dos parques norte-americanos foi a noção de "*wilderness*", gerou conflitos com os habitantes que viviam nestes espaços, especialmente os indígenas, que foram removidos de seus territórios ancestrais após criação de áreas protegidas¹⁰.

A ideia de Marsh seria a natureza primitiva, isolada da ação humana. Porém os primeiros conservacionistas norte-americanos, incluindo Marsh, excluía o processo natural da natureza a existência do ser humano, vivendo de maneira harmônica. Muito antes do surgimento do conceito moderno de sustentabilidade, práticas e ideias que buscavam o equilíbrio entre uso dos recursos naturais e preservação já estavam presentes em diferentes culturas e períodos históricos.

Melo, Silva e Santos Filho (2022) explicam que povos indígenas das Américas, incluindo comunidades amazônicas e centro-americanas, praticavam manejo sustentável de florestas, roças e rios com técnicas que conciliavam conservação e subsistência, baseadas em conhecimentos ancestrais transmitidos oralmente.

Na tradição filosófica ocidental, desde a Grécia Antiga, Aristóteles (1991) destacava a importância da prudência e do equilíbrio na administração dos recursos, visando o bem-estar coletivo. Segundo Boff (2008) na Europa medieval, especialmente em comunidades germânicas, surgiram práticas de silvicultura que aplicavam a ideia de sustentabilidade do rendimento (*yield sustainability*), registrada formalmente no século XVIII por Hans Carl von Carlowitz, ao propor o uso racional das florestas para garantir sua regeneração e disponibilidade para futuras gerações.

Outro exemplo é a agricultura dos povos indígenas das Américas do Sul e Central, que por meio do extrativismo, colhendo as sementes e frutos da floresta sem desmatá-la, garante a possibilidade de novas colheitas futuras. Esses antecedentes demonstram que, embora o conceito sistematizado de sustentabilidade só tenha sido consolidado no século XX, sua essência já permeava saberes tradicionais e experiências locais em diversas partes do mundo.

¹⁰ Esta não foi a única razão, a conquista do Oeste também gerou a remoção.

Coelho, Simonian e Fenzl (2000), em uma perspectiva da Amazônia, mencionam que no campo histórico as práticas de conservação e manejo sustentável antecedem o Estado moderno, estando presentes em sociedades indígenas e tradicionais, cujos sistemas produtivos se organizavam segundo a sazonalidade, o uso parcimonioso dos recursos e uma relação simbólica com o território. Porém, a colonização, a expansão do capitalismo e as políticas desenvolvimentistas romperam esses arranjos, impondo modelos exógenos de uso da terra e provocando processos de expropriação, degradação ambiental e conflitos territoriais.

Nesse sentido, observa-se que a lógica das áreas protegidas, desde sua origem, baseou-se em modelos de controle e separação entre sociedade e natureza, mas a evolução contemporânea do debate ambiental revela a necessidade de superar essa visão fragmentada. O próprio campo da sustentabilidade, conforme evidenciam Elias e Oliveira (2013), avançou para além da proteção estritamente ecológica, incorporando dimensões sociais, institucionais e econômicas. Assim, a trajetória histórica das áreas protegidas e os desafios atuais de sustentabilidade conservar para uma mesma constatação: conservar a natureza requer modelos que integrem pessoas, instituições e territórios, e não apenas a separação entre eles.

2.2.2 Conceitos gerais e legais

Os conceitos de áreas protegidas, conservação e preservação são muito parecidos, porém diferentes, considerando a realidade de cada país pesquisado. No caso do Brasil, a organização conceitual de áreas protegidas estabelece uma hierarquia de restrição de uso e proteção ambiental que é única em relação a outros países, baseada na legislação nacional – especialmente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei n.º 9.985/2000) e no Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012).

Já na Costa Rica opera seu Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SINAC), instituído em 1976, distribuída em mais de 190 áreas protegidas sob sete categorias distintas. Essas categorias incluem Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Refúgios de Vida Silvestre, Zonas Protegidas, Reservas Florestais, Monumentos Naturais e Áreas Marinhas.

No Brasil, as Áreas de Conservação formam um conceito mais abrangente que inclui todas as categorias de unidades de conservação (UC) previstas no SNUC, tanto as de proteção integral (parques nacionais, estações ecológicas, monumento natural e reserva biológica) quanto as de uso sustentável (área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural). Essas áreas têm como objetivo principal conservar

ecossistemas e espécies, mas variam em grau de restrição e permissividade de atividades humanas, funcionando como instrumentos estratégicos para a política ambiental brasileira.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) representam uma categoria do SNUC, menos restritiva e voltada à ordenação territorial e à harmonização entre ocupação humana e conservação ambiental em grandes extensões de terra. Nas APAs, é permitida a presença de populações, agricultura, turismo e outras atividades, desde que planejadas e compatíveis com a proteção dos ecossistemas locais. Em muitos casos, elas cumprem o papel de zonas de amortecimento para áreas de proteção mais estrita, evidenciando sua importância como espaço de transição para promover a sustentabilidade.

Por fim, as Áreas de Preservação são espaços com características específicas e compreendem as tipologias Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Reservas Legais. Trata-se de instrumentos mais restritivos, pois impõem limitações severas ou até a proibição do uso econômico direto, com o objetivo de proteger recursos hídricos, solos e biodiversidade; não são uma classificação de UC. Essas áreas têm caráter obrigatório em propriedades rurais e são essenciais para garantir a integridade ambiental em regiões sensíveis, como margens de rios, nascentes, encostas íngremes e topos de morros.

Portanto no Brasil, as áreas de conservação ou Unidades de Conservação (UC) são o gênero (amplo) e as áreas de proteção são uma espécie de UC. Já as áreas de preservação são áreas resguardadas por lei, com características específicas, como margens de rios e topos de morros, e possuem restrições de uso para garantir a proteção ambiental. As APP podem existir dentro de UC ou em áreas não protegidas. Essa organização demonstra como o Brasil estrutura suas estratégias de conservação e, para tal, se vale de uma legislação que, teoricamente, busca equilibrar proteção ambiental, uso econômico e desenvolvimento social.

No contexto da Costa Rica, sob a coordenação do Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC), o país é dividido em 11 grandes Áreas de Conservação regionais, que operam como instâncias administrativas descentralizadas, sob supervisão do Ministério de Ambiente e Energia (MINAE). Essas unidades implementam políticas ambientais, manejo florestal, proteção da vida silvestre e gestão de áreas protegidas em cada território, assegurando coerência com a legislação nacional, como a Lei de Vida Silvestre (n.º 7317/92) e a Lei Florestal.

Cada classe atende a objetivos específicos – da pesquisa científica ao ecoturismo – e possui grau diverso de restrição ao uso humano. O modelo costarriquenho é considerado avançado por integrar proteção terrestre e marinha, promovendo conservação de ecossistemas

críticos sem perder eficiência institucional. Por exemplo, a Área de Conservação Guanacaste integra Parques Nacionais, Refúgios, Reservas Florestais e áreas marinhas em um mosaico contínuo de aproximadamente 147 000 ha, incluindo a Ilha de Cocos, possibilitando à conectividade entre diferentes ecossistemas para conservação interligada.

As Áreas de *Conservación* são polos territoriais administrativos do SINAC que agrupam múltiplas Áreas Protegidas e outras zonas de manejo sob uma mesma gestão regional. Regidas por lei (Art. 22 da Lei de Biodiversidade), essas áreas aplicam a legislação nacional relativa à floresta, fauna, biodiversidade e zonas protegidas, como a Lei Florestal e a Lei da Vida Silvestre. Cada uma das 11 Áreas de Conservación no país – como Guanacaste, Osa e Tortuguero – funciona como um núcleo de administração ambiental com conselho regional, direções técnica e científica, implementando políticas de conservação adaptadas à realidade local.

Já uma área proteção/protegida (Área Silvestre Protegida) é definida pela Lei de Biodiversidade (n.º 7788/1998) como "[...] zona geográfica delimitada, declarada e gerenciada por meios legais ou equivalentes, com o objetivo de alcançar a conservação a longo prazo da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais" (COSTA RICA, 1998). Inclui diversas categorias da IUCN – Parques Nacionais, Refúgios, Reservas Biológicas, Monumentos Naturais e áreas marinhas. O gerenciamento dessas áreas é executado pelo Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC) sob supervisão do MINAE, sempre com planos de manejo específicos e restrições de uso adaptadas à ecologia de cada local.

Finalmente, as Áreas de Preservação, conforme a legislação costarrriquenha, referem-se às zonas com restrição máxima de uso – em inglês chamadas *Strict Protection Areas* – como Reservas Biológicas e zonas de Núcleo de Parques Nacionais, onde a intervenção humana é praticamente proibida, limitando atividades a pesquisa e vigilância científica (SINAC, 2022). Essas áreas representam o grau mais elevado de proteção, com foco absoluto na conservação da biodiversidade e na sua integridade ecológica, sem presença humana regular, garantindo assim a preservação dos processos e espécies naturais sem perturbação externa.

O modelo costarrriquenho destaca-se por sua combinação eficaz de instrumentos legais e arranjos institucionais para diferentes níveis de proteção. Zonas rígidas de proteção pura (como Reservas Biológicas) coexistem com áreas de uso público controlado (como Parques Nacionais e Refúgios de Vida Silvestre), complementadas por áreas adicionais com gestão compartilhada e envolvimento comunitário. Esse sistema equilibra pesquisa, conservação, educação e turismo – com crescente preocupação em evitar pressões excessivas sobre as áreas

protegidas – e foi reconhecido internacionalmente como paradigma de governança ambiental e desenvolvimento sustentável.

Assim, embora Brasil e Costa Rica compartilhem a estratégia de combinar categorias de áreas mais restritivas e mais permissivas para equilibrar conservação e uso sustentável, diferem significativamente em sua organização administrativa e conceitual. No Brasil, a legislação estabelece Unidades de Conservação com categorias específicas e instrumentos obrigatórios como APP e Reservas Legais, sem divisão regionalizada de gestão. Já na Costa Rica, o SINAC articula Áreas Silvestres Protegidas em uma estrutura descentralizada, com Áreas de Conservação regionais que integram planejamento, fiscalização e políticas adaptadas a cada território.

2.3 PODER E GOVERNAMENTALIDADE

Antes de aprofundar o estudo sobre os conceitos foucauldianos é necessário ilustrar a explicação de Furtado e Camilo (2016); os autores mencionam que as reflexões de Foucault buscam ser uma análise que fuja às teorias políticas tradicionais – relações de força são pensadas a partir do modelo do contrato social, da luta de classes, ou ainda da figura de um Estado absoluto e opressivo em oposição à sociedade civil; encaixando a originalidade de Foucault sobre o neoliberalismo. Dardot e Laval (2016) explicam ainda que as análises do filósofo possibilitam o deslocamento do neoliberalismo do contexto econômico para o político. Portanto, a análise de Foucault é própria e, por isso, diferente de outras correntes clássicas.

Azevedo (2013) explica que o desenvolvimento intelectual de Foucault ocorreu em três fases: na primeira o seu trabalho foi denominado arqueologia, aprofundando a análise do discurso e escrevendo sobre a loucura, com destaque os livros *O Nascimento da clínica* e *A Arqueologia do saber*). A segunda parte é a genealogia, que trata das análises de poder, sendo os principais livros desta fase *Vigiar e Punir* e *a História da Sexualidade*; na terceira parte influenciado por Nietzsche, os estudos abordam a ética por relações do sujeito consigo mesmo; concentram-se neles os cursos lecionados no *Collège de France* no fim de sua vida, como os livros *Segurança, Território, População* e *Nascimento da Biopolítica*.

A base para a análise da presente tese se fixa na terceira fase de Foucault, onde a análise crítica que o autor fez sobre como as relações de poder passam a ser exercidas após as revoluções industriais e os desdobramentos do neoliberalismo, mas neste trabalho, acrescida do debate ambiental, recorrendo a conceitos foucauldianos aplicados em áreas de proteção ambiental, especialmente o conceito de Governamentalidade, onde se escondem as

subjetividades existentes na maneira como o Estado governa, nas quais o interesse do mercado se sobressai.

O conceito de governamentalidade é, de acordo com Caniotto (2010), um neologismo que permite analisar os domínios da arte de governar: liberalismo e neoliberalismo. Hoff e Blanco (2021) explicam que o conceito de governamentalidade possibilita uma leitura mais apurada sobre as relações de poder e as redes de governança presentes na política internacional, noção que remete imediatamente à ideia de racionalidade do governo e delineia a lógica, os cálculos e a expertise envolvidos no ato de governar. Estas práticas, técnicas e/ou modos de regulação estão relacionadas ao poder.

O debate apresentado por Chaves e Lima Filho (2022) evidencia como a racionalidade neoliberal reconfigura a própria lógica da governamentalidade descrita por Michel Foucault, deslocando o exercício do poder para mecanismos difusos de gestão de riscos, normalização de condutas e administração das populações. No contexto da ‘guerra às drogas’, os autores demonstram que o Estado passa a operar por meio de técnicas de vigilância e controle que não se limitam à repressão penal, mas produzem subjetividades marcadas pela responsabilização individual e pela patologização de grupos vulneráveis.

Trata-se de uma governamentalidade que administra a vida e hierarquiza os corpos, definindo quem deve ser protegido e quem pode ser exposto ao abandono ou à violência institucional. Esse arranjo reafirma que o neoliberalismo expande e intensifica o poder biopolítico, convertendo políticas públicas, como as de segurança e saúde, em dispositivos de gerenciamento populacional, nos quais a seletividade, o risco e a desigualdade tornam-se princípios estruturantes da gestão estatal.

Como as subjetividades são abstratas e filosóficas – e este trabalho é elaborado por uma pessoa das ciências sociais aplicadas – foi necessário definir quais os fatores elementais para identificar e compreender as subjetividades dentro das áreas de proteção, que neste trabalho foram chamados de “dispositivos de subjetivação”. Os dispositivos de subjetivação analisados na pesquisa de campo foram: (i) o empreendedorismo (neosujeitos); (ii) utilitarismo; (iii) poder-saber; e (iv) estatísticas de avaliação de resultados.

2.3.1 Conceitos e dispositivos de subjetivação

Foucault (2022) explica que o biopoder é um modo de conduzir a vida dos sujeitos. Antes, o formato que prevalecia era o poder soberano, cujo Príncipe exercia o poder de fazer morrer ou deixar viver. Bertolini (2018) esclarece que este modelo foi inspirado no *patria protestam*, dispositivo jurídico que concedia ao pai de família romano o direito de dispor sobre

a vida dos filhos, uma vez que a havia dado. A partir do século XVII, segundo Lemos et al. (2016), o movimento do Iluminismo e a emergência das ciências, critica a concentração do poder real, e com isso o modelo de poder soberano.

Diversos autores reexplicam as análises de Foucault. Furtado e Camilo (2016) interpretam o biopoder como o poder que passou a administrar a vida, levando em conta sua realidade biológica fundamental, visando ao controle de fenômenos como aglomeração urbana, epidemias, transformação dos espaços, organização liberal da economia. Bertolini (2018) também esclarece que o biopoder se refere a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis. Rabinow e Rose (2006) explicam que o biopoder moderno busca uma espécie de mais-valia do corpo humano.

O biopoder é dividido em dois eixos principais: disciplinar, exercer o governo dos corpos dos indivíduos; e biopolítica, governar a população como um todo, de acordo com o explicitado por Bertolini (2018). Estes dois eixos são as estratégias ou técnicas utilizadas para perpetuar o poder. Foucault (2022) explica que para organizar o poder sobre a vida foi necessária a disciplina do corpo e as regulações da população. Portanto, a organização do poder se dá pela complementação de duas estratégias de dominação: a disciplina do indivíduo e a regulamentação do povo – biopolítica.

Foucault (2012) ainda alerta que o biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, já que para a estabilidade do capitalismo é necessário o controle dos sujeitos nos aparelhos de produção e ajustamento de fenômenos da população aos processos econômicos. Bertolini (2018) explica ainda que a mudança de poder soberano para o biopoder foi necessária para o desenvolvimento do capitalismo, pois o interesse na vida permitiu a promoção do conhecimento para medidas de melhoria da sobrevivência dos homens. Ocorre que o biopoder continua sendo indispensável para o capitalismo; portanto o biopoder vai se aperfeiçoando à medida que o capitalismo se desenvolve.

Isto ocorre porque o capitalismo se apropria do biopoder como tecnologia de dominação. Para maximizar a produção e o lucro, é necessário investir na saúde, na formação e na disciplina dos corpos, elementos centrais do biopoder. Por exemplo a escola, com o biopoder ela não ensina apenas conteúdos, mas forma como os sujeitos se tornam obedientes, pontuais e eficientes, os autores Dardot e Laval (2016) chama-os de sujeitos neoliberais ou neosujeitos¹¹.

¹¹ Elaborado a partir de explicações em sala de aula (on-line) do professor doutor da UFPA Ernani Chaves, no

Dardot e Laval (2016) propõem que o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, mas um dispositivo normativo totalizante que reorganiza a sociedade, o Estado e os modos de subjetivação. Segundo esses autores o neoliberalismo opera pela imposição de uma lógica concorrencial em todas as esferas da vida, transformando o indivíduo em um sujeito-empresa, que os autores vão chamar de sujeito neoliberal ou empreendedores de si. Esse sujeito é incitado a se autogerenciar, a maximizar seu próprio capital humano, a competir em mercados simbólicos e afetivos e a responsabilizar-se integralmente por seu sucesso ou fracasso.

Isso retira do Estado a responsabilidade pelos indivíduos, que agora se autogerenciam, transferindo para a esfera privada os riscos sociais e consolidando o modelo em que desigualdades estruturais são naturalizadas como resultados de escolhas individuais. Desta maneira, Dardot e Laval (2016) evidenciam que o neoliberalismo se vale de uma racionalidade produtora de subjetividades, que substitui a obediência disciplinar por um regime de liberdade governada, no qual o indivíduo crê ser autônomo, enquanto opera sob dispositivos que o moldam segundo critérios de produtividade, inovação e eficiência. A subjetividade neoliberal, portanto, não é um efeito colateral, mas o próprio núcleo do projeto neoliberal de reorganização da vida coletiva.

Este posicionamento é evidente no Brasil por meio do fortalecimento de políticas públicas de empreendedorismo, como as mudanças na legislação trabalhista, regimes jurídicos simplificados de empresa para trabalhadores autônomos e pequenos negócios etc. Não se trata mais apenas de obedecer à lei, mas de internalizar a exigência de performance contínua, convertendo-se em permanente gestor de si. Este é o primeiro dispositivo de subjetivação que a pesquisa pretende identificar – as políticas de empreendedorismo dentro das áreas protegidas e os sujeitos-neoliberais que vivem dentro e no entorno dos espaços pesquisados.

Essa configuração subjetiva do sujeito neoliberal traçado para ser autônomo, competitivo e responsável por sua própria trajetória, também encontra ressonância na maneira como as questões ambientais são tratadas no contexto contemporâneo. A racionalidade neoliberal não se limita ao mundo do trabalho ou à economia clássica, mas se estende à própria relação com a natureza, resignificando-a sob os mesmos parâmetros de eficiência, gestão e valor de mercado.

Assim, ao mesmo tempo em que o sujeito é interpelado a gerir a si mesmo, o meio ambiente passa a ser compreendido como um ativo a ser administrado, capitalizado e rentabilizado. É nesse ponto que se articula a passagem para uma nova ecopolítica, na qual o

discurso da sustentabilidade incorpora os imperativos neoliberais, como já analisado por autores como Lemke (2002).

Hoje, os governos nacionais e supranacionais já entendem que o meio ambiente é necessário para manutenção da vida, já que é possível observar o interesse de organizações internacionais no fomento da ideia de “desenvolvimento sustentável” para os governos nacionais e locais. Lemke (2002) explica que um aspecto importante da ‘nova ordem mundial’ é a reavaliação da natureza como “ecossistema”; antes a natureza era um espaço independente e separado do social, mas hoje está se tornando cada vez mais capitalista e utilitarista.

A teoria utilitarista¹² tem exercido forte influência sobre as políticas ambientais contemporâneas, especialmente por meio de ferramentas de análise custo-benefício, compensações ecológicas e instrumentos econômicos de gestão de recursos. A monetização de crédito carbono e ecoturismo são exemplos de proteção ambiental e somatizados a benefícios econômicos.

Desde a década de 1990, já há uma crítica à aplicação do utilitarismo econômico ao meio ambiente. Sagoff (1994) critica a maneira como o utilitarismo econômico aplicado às questões ambientais; para o autor, reduzir bens ambientais à “disposição a pagar” distorce seu sentido social e ignora dimensões culturais, simbólicas e comunitárias que não se expressam em preços de mercado. Assim, a economia ambiental neoclássica falha ao tratar a natureza como mero recurso escasso, reproduzindo análises que privilegiam eficiência econômica em detrimento de justiça ecológica e responsabilidade moral. Para Sagoff (1994), a proteção ambiental exige critérios políticos e éticos, não apenas cálculos utilitaristas.

Esses autores – ao tensionarem os limites do utilitarismo – reforçam a necessidade de abordagens mais pluralistas, que reconheçam a diversidade de saberes, valores e modos de existência em jogo nas disputas ambientais contemporâneas. Porém, a lógica do capital se estende em todas as relações sociais e em todas as esferas da vida. O que inclui também nesta lógica de controle o meio ambiente. Essa racionalidade utilitarista – quando incorporada à administração pública e às políticas ambientais – aproxima-se do que Michel Foucault (2008) chamou de governamentalidade: um modo de governar que se baseia na administração estratégica da vida, da população e dos recursos.

¹² A teoria utilitarista tem sua origem formal no pensamento do filósofo inglês Jeremy Bentham, no final do século XVIII, em um contexto de transição do absolutismo para os ideais liberais e reformistas da modernidade. Em sua obra *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, publicada em 1789, ele formulou o princípio da utilidade, segundo o qual a ação justa é aquela que promove “[...]o maior bem para o maior número” (BENTHAM, 2000), além disso, Bentham propôs que a moralidade das ações humanas deveria ser avaliada a partir de suas consequências, especialmente pela capacidade de produzir prazer e evitar dor.

Nesse contexto ambiente deixa de ser um fim em si e passa a ser gerido como variável técnica dentro de sistemas de otimização da vida social e econômica. Por meio de políticas de mitigação, compensação ambiental ou mesmo certificações verdes, o Estado e o mercado se articulam para gerir riscos ecológicos e manter a legitimidade de seus projetos desenvolvimentistas.

Nessa perspectiva, o utilitarismo ambiental pode funcionar como um dispositivo biopolítico que hierarquiza vidas e territórios segundo sua produtividade, invisibilizando modos de vida não hegemônicos, como comunidades tradicionais ou ecossistemas que não geram valor mensurável. Este é o segundo dispositivo de subjetivação da pesquisa, onde se pretende observar qual a utilidade das áreas de proteção e se são espaços economicamente úteis para o Estado e seus moradores.

A noção de governança – especialmente em sua aplicação às políticas ambientais – remete à articulação entre múltiplos atores, escalas e instituições que buscam regular o uso dos recursos naturais e garantir a proteção de bens comuns. Em sua formulação mais difundida, a governança é apresentada como processo horizontal, participativo e inclusivo, capaz de acomodar diferentes interesses e promover consensos entre Estado, mercado e sociedade civil.

Furtado e Camilo (2016) e Feder (2018) explicam que o poder se encontra sempre associado a alguma forma de saber. Exercer o poder torna-se possível mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação. Em nome da verdade, legitimam-se e viabilizam-se práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo. Inversamente, é no centro de aparatos sofisticados de poder que sujeitos podem ser observados, esquadrinhados, de maneira que deles sejam extraídos saberes produtores de subjetividade.

Contudo, quando analisada a partir das lentes foucauldianas de poder e saber, a governança revela assimetrias substanciais que permanecem ocultas em discursos que pregam neutralidade ou horizontalidade. Para Foucault (2022), as práticas de governar não podem ser reduzidas a arranjos institucionais formais; elas são, sobretudo, estratégias para moldar condutas, ordenar populações e produzir verdades que legitimam determinadas formas de controle. O poder, nesse sentido, não é apenas repressivo, mas produtivo: cria saberes, categorias, métricas e narrativas que configuram quem são os atores legítimos e quais interesses são reconhecidos como válidos.

Nos processos de governança ambiental, o poder-saber de Foucault evidencia que não há condição igualitária entre os atores envolvidos. Ainda que instrumentos participativos, como conselhos gestores ou consultas públicas busquem democratizar decisões, esses espaços são

permeados por relações de poder que definem quem tem voz e quem permanece silenciado. O conhecimento técnico-científico, por exemplo, frequentemente ocupa posição privilegiada frente a saberes tradicionais ou locais, reforçando hierarquias que desqualificam modos alternativos de viver e manejar a natureza. Este é o terceiro dispositivo de subjetivação.

Por fim, o último dispositivo são as estatísticas ou indicadores utilizados para mensurar os resultados de um grupo social, não importando o indivíduo, mas a população como um grupo homogêneo, no caso desta tese, um desdobramento das sociedades que vivem nas duas áreas de proteção pesquisadas. A estatística é o instrumento por meio do qual o Estado moderno torna-se capaz de conhecer, medir e gerir a população (Foucault, 2008), oferecendo dados necessários para transformar a multiplicidade dos indivíduos em categorias administráveis, permitindo calcular taxas de natalidade, mortalidade, produtividade, saúde e criminalidade.

Esse processo, segundo Foucault (2008), insere-se na lógica do biopoder, ao possibilitar que o governo oriente suas ações não apenas sobre sujeitos individuais, mas sobre a população como um todo, regulando-a através de normas e políticas públicas. Dessa forma, a estatística não é um saber neutro, mas um dispositivo de poder-saber, fundamental para a racionalidade governamental que busca conduzir condutas e otimizar a vida em termos de eficiência econômica e social.

Essa assimetria se expressa na seleção de indicadores de desempenho, na definição de prioridades de conservação e na escolha de modelos de gestão. Em muitos casos, discursos de sustentabilidade ou proteção ambiental funcionam como dispositivos de governo que deslocam populações tradicionais, justificam restrições severas de uso e estabelecem regimes de vigilância sobre territórios, sem necessariamente considerar a diversidade de saberes ou as necessidades socioeconômicas locais.

Portanto, analisar a governança ambiental pela perspectiva do poder-saber foucauldiano permite compreender que as dinâmicas institucionais não ocorrem em um vácuo neutro ou igualitário, mas sim em campos de disputa marcados por assimetrias de conhecimento, autoridade e legitimidade. Essa abordagem crítica contribui para desnudar os processos de governança como arenas em que se produzem verdades, se definem normas e se exercem poderes que moldam práticas, subjetividades e territórios. Portanto, o quarto dispositivo aplica-se aos espaços de arenas desiguais.

Segundo Amos (2010), governança e governamentalidade são dois conceitos que compartilham uma questão central: a problemática de direcionar, regulamentar, governar, conduzir na sociedade moderna – tendo em vista a sociedade como um todo (os indivíduos, as

organizações, os sistemas e o próprio Estado). Porém, a governamentalidade é um termo foucauldiano dedicado à geração de subjetividades distintas por meio de técnicas e modos de regulação e conduta em sentido amplo do Estado. Oliveira (2019) explica que governamentalidade é um conceito provocado para explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo com suas diversas práticas governamentais.

O próprio Foucault (2023) explica que a governamentalidade é o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, o poder que tem por alvo principal a população. Oliveira (2019) reforça que governamentalidade é o conceito que denomina o regime de poder e as características de sua tecnologia, após o século XVIII terá como alvo principal a biopolítica.

Por fim, Candiottto (2010) ilustra que um dos objetivos da microfísica do poder era propor uma política da multiplicidade diante da unidade monolítica das teorias do poder. Foucault fez uma introdução da problematização da governamentalidade na analítica do poder. Inclusive, Foucault (2023) explica e analisa três tipos de relação de poder: jogos estratégicos, governo e dominação.

- (i) Jogos estratégicos: referem-se à liberdade de escolha dos sujeitos. O sentido de poder de Foucault passa pela decisão “livre” que o indivíduo tem.
- (ii) Governo: trata-se do poder sistematizado, regulado e refletido, que Lemke (2002) explica como sendo ‘tecnologias’ espontâneas de poder sobre os outros, seguindo uma forma específica de raciocínio. Trata-se da regulação da conduta por meio racional e técnicos.
- (iii) Dominação: refere-se à forma de poder que conhecemos, onde há disparidades de poder entre os sujeitos, com a liberdade limitada.

Governamentalidade trata-se da prática de controle exercida por meio de uma combinação de poder e conhecimento, moldando relações sociais e políticas não apenas entre Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas também entre países em desenvolvimento. Com base nesse conceito, nesta pesquisa examina-se como algumas nações conseguem obter vantagens e estabelecer domínio simbólico ou econômico em relação a outras nações em desenvolvimento, moldando estratégias de influência que, como ressalta James Ferguson (1994), operam sob estruturas de poder sutis que muitas vezes se ocultam sob o discurso do desenvolvimento.

Nesta pesquisa, entende-se – e pretende-se utilizar – o conceito de governamentalidade como as relações subjetivas de poder existentes em áreas de proteção ambiental com diversos atores, como: os estados locais, representados por governos locais eleitos periodicamente (normalmente chefiados por elites econômicas da localidade); organismos internacionais e nacionais, que possuem interesses externos; e a sociedade local, que são os sujeitos que sofrem os resultados das decisões dos atores estatais e internacionais.

Ainda que Foucault não tenha retratado o debate ambiental como um elemento que também faz parte do processo de controle político dos países, já existem pesquisas que relacionam as análises foucauldianas com o controle do meio ambiente, designando o fato por alguns autores de “*ecogovernamentalidade*”. No entanto, nesta pesquisa defende-se não reclassificar o termo do autor com sufixos ou prefixos, pois entende-se que o controle do Estado faz parte do contexto social como um todo, incluindo o meio ambiente, não cabendo segregações.

Cabe mencionar ainda que as áreas de proteção ambiental não são classificadas como instituições totais, o que poderia ser um questionamento sobre o recorte da pesquisa. Porém, é justamente este novo recorte que possibilitará a progressão do conceito, além de não terem sido tratadas em pesquisas anteriores sobre ecogovernamentalidade, estando mais voltadas para questões de justiça ambiental e gestão de crises climáticas.

No contexto do discurso de ‘desenvolvimento sustentável’, Lemke (2002) já apontava como uma expressão de governamentalidade, onde políticas e recomendações internacionais de sustentabilidade muitas vezes atuam como instrumentos de controle sobre países em desenvolvimento, condicionando suas práticas econômicas e sociais a padrões globais que refletem interesses de grandes potências e instituições financeiras internacionais.

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento sustentável, embora promovido como uma solução universal para o crescimento equilibrado, pode ser visto como uma estratégia de poder que organiza e regula as escolhas políticas e econômicas desses países, impondo limites e exigências que condicionam seu desenvolvimento às diretrizes externas. Além disso, essa expropriação de valor se manifesta no desequilíbrio nos termos de troca, onde os produtos primários exportados pelos países menos desenvolvidos geralmente têm menor valor econômico do que os produtos manufaturados importados.

Por fim, cabe salientar as conclusões de Lemos et al. (2016) sobre a pertinência da análise foucauldiana para pensar a Amazônia. Segundo os autores a conexão existe pelo fato de que é um território que há muito tempo vem sendo alvo de olhares e interesses de organizações

governamentais, pesquisadores e empresas privadas, com o discurso de buscar maior conhecimento sobre a região ou proporcionar mais segurança e desenvolvimento, provocando práticas de violência e submissão. Para averiguar as relações de poder entre estes diversos atores é necessário entender como se dá a relação dos governos em si e dos outros.

Assim, ao aplicar os conceitos de Foucault, neste trabalho busca-se expor as subjetividades de controle implícitas e existentes dentro das áreas protegidas pesquisadas, analisando se as políticas e práticas impulsionadas pelo Estado promovem a proteção ambiental e o crescimento sustentável das regiões ou existem para agenciar os interesses de mercados globais.

2.4 CONCLUSÕES

A pesquisa utiliza os conceitos foucauldianos, observando o deslocamento deles para novos campos, como o das áreas de proteção ambiental. Não se trata da formulação de uma nova modalidade de poder, mas da evolução das estratégias e mecanismos de controle associados ao biopoder. Assim, busca-se avaliar as relações de poder existentes em áreas de proteção ambiental nos países dos trópicos úmidos, identificando os mecanismos e táticas mobilizados para fomentar tais relações.

O biopoder, entendido como um modo de governar a vida dos sujeitos, opera por meio da biopolítica, isto é, o conjunto de estratégias e mecanismos que permitem sua efetivação, como legislações ambientais de caráter padronizado. Essas estratégias materializam-se nas relações entre governos, instituições e sujeitos sociais, evidenciando diferentes modalidades de exercício de poder – sejam elas jogos estratégicos, formas de comando ou práticas de dominação – que encontram na governamentalidade o seu eixo explicativo. Além dos dispositivos de subjetivação, que ajudam a identificar dentro das áreas protegidas as práticas controle implícitas¹³.

A proposta não consiste em apresentar um conceito novo ou em simplesmente atualizar a biopolítica, mas sim em evidenciar a maturação dessa estratégia e a evolução das relações de poder expressas na governamentalidade. Quando Foucault desenvolveu tais conceitos, não havia ainda a estrutura digital e interconectada proporcionada pela chamada Quarta Revolução Industrial. Nesse sentido, McLuhan (2013) observa que, à medida que o mundo se torna mais padronizado e interligado, as fronteiras geográficas e culturais tendem a perder importância, o que reduz particularidades locais e fortalece processos de homogeneização global.

¹³ Esses conceitos foram previamente discutidos no subtítulo 2.3 (Poder e governamentalidade).

Quatro décadas após a introdução dos conceitos de biopoder, biopolítica e governamentalidade, a questão ambiental complexificou ainda mais a sociedade, sobretudo diante da intensificação da crise climática (Organização das Nações Unidas, 2024). Na América Latina, discursos sobre proteção ambiental frequentemente se apresentam em tensão com os interesses do capital. Embora ambos pareçam caminhar juntos, observa-se que a primeira dimensão – a ambiental – aparece sobretudo no plano discursivo, enquanto a segunda – a econômica – prevalece nas práticas concretas. Para analisar essa contradição, nesta pesquisa é de se valer da análise foucauldiana do discurso¹⁴.

Um dos fatores que explicam a prevalência dos interesses econômicos é o que Quijano (2005) denomina *colonialidade do poder*. Para o autor, a formação dos Estados nacionais latino-americanos manteve a continuidade das elites coloniais no controle político, impedindo uma democratização efetiva. Além disso, o eurocentrismo consolidou a experiência europeia como padrão universal de modernidade, subalternizando modos locais de organização social, política e econômica. Essa herança impacta a governança ambiental ao reproduzir padrões coloniais de verdade e legitimidade.

Nesse cenário, torna-se relevante considerar também a teoria das vantagens comparativas, um dos fundamentos da organização econômica da União Europeia, baseada no custo de oportunidade relativo entre nações e na especialização produtiva de cada país¹⁵. Entre os autores decoloniais, destaca-se ainda Escobar (2005), que problematiza o desenvolvimento como um discurso que perpetua desigualdades e limita a autonomia dos países periféricos. Para o autor, é necessário repensar o desenvolvimento a partir de perspectivas mais inclusivas, capazes de integrar conhecimentos locais e formas sustentáveis de relação com o ambiente.

Essa linha de reflexão é fortalecida por Quintero, Figueira e Elizalde (2019), que identificam a expansão dos estudos decoloniais para diferentes campos, incluindo práticas curatoriais e artísticas, sugerindo novas abordagens sobre desenvolvimento e sustentabilidade¹⁶.

A abordagem foucauldiana, por sua vez, destaca-se por sua flexibilidade analítica, podendo ser aplicada em múltiplos contextos, desde políticas públicas até representações midiáticas. Sua relevância para pesquisas qualitativas decorre justamente da capacidade de explorar as relações entre discurso, poder e saber, evidenciando como práticas discursivas moldam identidades e legitimam estratégias de governança. Essa perspectiva se mostra especialmente fecunda para a análise proposta nesta tese.

¹⁴ Conforme detalhado na seção metodológica (subcapítulo 1.1).

¹⁵ O detalhamento desta teoria encontra-se no subtítulo 2.1.1 (*Teoria das vantagens comparativas*).

¹⁶ Os conceitos decoloniais estão aprofundados no subtítulo 2.1.3 (*Teoria decolonial*).

Com base nessas referências teóricas, a pesquisa propõe-se a analisar o conceito de governamentalidade em duas áreas de proteção: uma na Costa Rica e outra no Brasil. Apesar de compartilharem histórico colonial, os dois países apresentam trajetórias distintas de desenvolvimento e organização territorial. No caso brasileiro, o recorte foi realizado no estado do Amapá – menor estado da região Norte e, segundo dados do Imazon (2024) e do Governo do estado do Amapá (2021), o que possui o maior percentual de áreas protegidas do país.

No contexto latino-americano, Brasil e Costa Rica contam com arcabouços jurídicos robustos de conservação, mas com arranjos institucionais distintos. Na Costa Rica (1998), a Lei da Biodiversidade n.º 7.788/1998 institui o conceito de Área Silvestre Protegida, abrangendo zonas legalmente declaradas para conservação da natureza, dos serviços ecossistêmicos e de valores culturais.

Essas áreas: parques nacionais, reservas biológicas, refúgios de vida silvestre, zonas protegidas, monumentos naturais e áreas marinhas; são geridas pelo Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC). Além disso, conforme SINAC (2022), o país adota um modelo operacional regionalizado, que integram diferentes unidades sob uma gestão conjunta e descentralizada, planejada conforme as especificidades ecológicas e socioculturais de cada território, e ao mesmo tempo, com normas e finanças centralizadas.

Já no Brasil, a Lei n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define as UC como instrumentos centrais de conservação, subdivididas em categorias de proteção integral e uso sustentável (BRASIL, 2000). Diferentemente da Costa Rica, o Brasil não adota uma divisão territorial regionalizada, concentrando a gestão em órgãos ambientais federais, estaduais e municipais. Além das UC, o país conta com Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais, previstas no Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), que estabelecem restrições obrigatórias ao uso da terra, garantindo a proteção de ecossistemas essenciais, como margens de rios e nascentes.

Por fim, é importante ressaltar que o biopoder refere-se ao poder que regula a vida e as condições de existência; a biopolítica corresponde às estratégias que operacionalizam esse controle em nível populacional, e a governamentalidade designa os mecanismos e racionalidades por meio dos quais governos orientam a conduta dos indivíduos e das coletividades. Aplicados ao contexto das áreas protegidas, esses conceitos permitem compreender como discursos de proteção ambiental, práticas institucionais e interesses econômicos se entrelaçam na produção de sujeitos e territórios, revelando a complexidade das relações de poder que estruturam a governança socioambiental contemporânea.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISA

Este capítulo tratará da contextualização histórica dos territórios que hoje são a Costa Rica e o Amapá-Brasil, atendendo a um dos objetivos específicos da pesquisa. Este tópico foi dividido em quatro subcapítulos, os dois primeiros referentes à coleta de dados bibliográficos, entrevistas e percepções da pesquisadora sobre a Costa Rica e o Amapá. Na sequência, a comparação entre as áreas, considerando o método de análise comparativa e que também é um objetivo específico. E por fim, as conclusões.

3.1 COSTA RICA-LIMÓN: NAÇÃO “PURA VIDA”

O território da Costa Rica tem 51.100 km² de superfície terrestre e fronteira com dois países: Nicarágua (norte) e Panamá (sul), além de ser banhada pelo oceano pacífico (oeste) e o mar do caribe (leste). O lugar é composto por um conjunto de cordilheiras – Guanacaste, Central e Talamanca – que foram características importantes para a maneira como os colonizadores atuaram na região (observar a imagem 1). A altitude média é de 746 metros acima do nível do mar, sendo o pico mais alto o *Cerro Chirripó*, que está a 3.819 metros.

Imagem 1 – Mapa físico da Costa Rica



Fonte: Fonte: Dreamstime (2025).

Além do continente, o país inclui diversas ilhas, inclusive há diferentes informações quanto ao número de ilhas, indo de 76 a 126, dependendo da fonte, mas segundo o Instituto Geográfico Nacional da Costa Rica, são 79 ilhas. Este subcapítulo apresenta aspectos históricos, culturais, econômicos e geográficos que contribuíram para formação do estado-nacional da atual Costa Rica, dividido em quatro subcapítulos: Costa Rica ancestral, invasão espanhola e período colonial, independência costarricense e Costa Rica hoje.

3.1.1 Costa Rica ancestral (até o século XVI)

Antes da chegada dos exploradores europeus à região que hoje é o país Costa Rica, já existiam diferentes grupos étnicos habitando o território, marcando a diversidade cultural de diferentes grupos na área. Carbonell (2023) ressalta que pouco se sabe sobre as pessoas que viviam no atual território da Costa Rica e o que se sabe é baseado em objetos arqueológicos que possibilitam propor hipóteses sobre os aspectos de vida destes nativos.

De acordo com Mass (2006), o território da Costa Rica possuía traços culturais próprios, contrastando com outras sociedades mesoamericanas localizadas no norte da América Central. Carbonell (2023) e Acosta (2013) explicam que a Costa Rica era um território de transição entre culturas mesoamericanas e da América do Sul. Os povos da Mesoamérica, localizados entre as terras centrais do México até a península de Nicoya (atualmente, norte da Costa Rica), tinham uma cultura complexa e refinada, como os povos Maias e Astecas, além de grupos menores como os Chorotegas (região da atual província de Guanacaste-Costa Rica) e Nahuas (região da Nicarágua).

Além disso, havia também os povos que habitavam o extremo leste de Honduras até a Colômbia, onde fica localizado o território costarriquenho, a chamada Zona Intermediária, grande área cultural, pois ficava entre a Mesoamérica e as áreas culturais dos Andes, da Amazonia e do Caribe, com destaque para os chibchas ou *muiscas*¹⁷, conforme o relato de Carbonell (2023). Inclusive, Auwera e Krasnoukhova (2020) explicam que este grupo étnico migrava e habitava momentaneamente a Costa Rica e desenvolveu sua cultura no vasto território entre o Equador e Honduras.

De acordo com Umaña (1990), a expressão *língua Chibcha* tem sido utilizada para designar agrupamentos linguísticos de tamanhos variados e de força desigual no período pré-colombiano, mas que permanecem até hoje especialmente via oralidade. Auwera e

¹⁷ São termos usados para se referir ao mesmo povo indígena que vivia no planalto de Cundinamarca e Boyacá, na Colômbia.

Krasnoukhova (2020) explicam também que os Chibchanas foram altamente variados, tanto em termos de aderência quanto de posição.

Inclusive, Herrera (2018) reforça a crítica à ideia tradicional de homogeneidade cultural e social na região; segundo o autor, as diferentes sociedades na região desenvolveram adaptações únicas e processos sociais complexos, muitas vezes divergindo das sociedades mais conhecidas dos grandes estados mesoamericanos e andinos. Carbonell (2023) menciona que foram identificadas pontas de lança "Clovis", típicas das culturas norte-americanas e pontas de lança "rabo de peixe", típicas das culturas sul-americanas, possibilitando duas tradições diferentes de caçadores-coletores, o que confirma a posição de Acosta (2013, pp.79):

Desenvolvimento histórico geográfico da Costa Rica foi diferenciado e muito específico do resto dos países da América Central, da América Latina e especificamente, diferente do caso brasileiro. (pp.79)

As sociedades da Mesoamérica migravam entre a área continental da América Central e o norte da América do Sul (Mass, 2006). Porém, Herrera (2018) esclarece que mesmo existindo interações inter-regionais, esses contatos não tiveram um impacto uniforme sobre o desenvolvimento social dessas regiões. No lugar disso, fatores locais como a especialização econômica e o manejo de recursos, desempenharam papéis mais significativos na evolução social. As imagens 2 e 3 são exemplos da complexidade ritualística existente na Costa Rica.

Imagem 2 – Museu del Jade – Registro simbólico do ritual de sepultamento e os símbolos de poder em jade e zoomorfos



Fonte: Produção da autora (2025).

As diferenciações sociais que ocorreram na região, segundo Herrera (2018), desenvolveram-se de maneiras variadas, com algumas adotando uma vida sedentária e construindo assentamentos maiores, enquanto outras permaneceram mais móveis e menos centralizadas. Além disso, o autor ressalta que esta transição para vida sedentária não foi uniforme, com diferentes regiões mostrando variedade de padrões de assentamento, práticas agrícolas e complexidade social.

Imagem 3 – Museo del Oro Precolombino – Registro simbólico do ritual de cura com ervas e o casco da tartaruga



Fonte: Produção da autora (2025).

Carbonell (2023) menciona que era realizado o cultivo de tubérculos (mandioca, inhame, batata-doce), o uso de frutas de várias árvores (abacate, nance¹⁸ etc.) e algumas palmeiras, como *pejibaye*¹⁹. O autor reforça que o processo agrícola possibilitou que algumas

¹⁸ O nance (*Byrsonima Crassifolia*) é a mesma fruta conhecida no Brasil como murici, embora o nome murici seja utilizado para denominar outras espécies do mesmo gênero (*Byrsonima*). No Pará, chama-se muruci, que é exatamente a mesma espécie encontrada na Costa Rica.

¹⁹ Na Amazonia brasileira é conhecida como pupunha, um dos alimentos tropicais de grande valor nutricional.

aldeias crescessem e se tornassem centros de poder, criando, pequenos reinos indígenas, indo além das comunidades exclusivamente tribais.

Baseado nas tipologias sociais apresentadas por Julian Steward²⁰, Arcuri (2007) explica que há quatro estágios de escala evolutiva, considerando as relações entre os modos de produção, organização social e exercício político de determinada sociedade. A primeira concerne nos nômades caçadores-coletores, classificados como “bandos”. Suas formas de subsistência limitavam-se à escassez de recursos e às precárias condições de adaptação a ambientes inóspitos. O segundo seriam as “tribos” – sociedades agricultoras assentadas de forma mais permanentes e com elementos ligados por laços de sangue.

O terceiro seriam os “cacicados”, se diferenciando pela introdução do poder político e religioso, reconhecidos por sua função social ou trabalho. O último seria o “Estado”, estágio mais complexo e avançado, organizado sob a égide de um sistema político de alianças diplomáticas, com controle coercitivo. Para Arcuri (2007), essa fase teria como principais características internas a densidade populacional, a intensificação da produção agrícola e pastoril, a burocratização do poder público e a estratificação social. Este trabalho não tem por objetivo aprofundar o debate terminológico, contudo, durante as visitas aos museus foi possível observar que a descrição do modelo de cacicado é amplamente representado nas exposições.

O país possui vários museus relacionados ao cuidado e atenção ao histórico pré-colombiano, com destaque para Museo *del Jade y de la Cultura Precolombina*, que é a maior coleção arqueológica mundial de jade pré-colombiano²¹, que exerce um papel central na valorização do patrimônio cultural do país. O jade pré-colombiano ocupou lugar central nas sociedades indígenas da Costa Rica, sendo valorizado como símbolo de poder, função ritual e distinção social. Apesar de ausência de jazidas de jadeíta nativas, culturas indígenas exploraram materiais verdes locais (nephrita, serpentina, calcetônia) e estabeleceram redes de intercâmbio com fontes remotas, possivelmente no vale do rio Motagua (Guatemala).

As peças mais emblemáticas incluem os chamados “dioses-hacha” (colgantes antropomorfos com base em forma de machado), objetos de cerâmica com representações humanas e de animais (figura 4) e os jades em barra com representação de morcegos e répteis (figura 5), cada um elaborado mediante técnicas sofisticadas de corte, perfuração e polimento.

²⁰ Antropólogo estadunidense (1902-1972),

²¹ Existem dois tipos principais de pedra jade: jadeíta e nephrita. A jadeíta é o mineral que forma a variedade mais rara e valiosa. A nephrita é mais comum e tenaz, com tons mais opacos de verde, branco, cinza e preto. No caso do Museu del Jade, os principais objetos de jade são a jadeíta e se destacam com as técnicas de trabalho complexas, com o uso de serragem com fio e polimento, resultando em itens de alta intensidade de trabalho e detalhe.

Imagem 4 – Museu del Jade – Objeto de cerâmica Nicoyana representado uma mulher



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 5: Museu del Jade – Jade em barra com representação de morcegos e répteis



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 6 – Museu del Jade – Taladro, instrumento utilizado para perfurar o mineral jade



Fonte: Produção da autora (2025).

O corte dos blocos era feito por meio de “serragem” com cordéis de madeira ou fibras vegetais impregnadas em areias abrasivas, como quartzo que, por atrito, desgastavam a rocha. Para perfuração (imagem 6) empregavam brocas manuais de madeira, escavando furos bicônicos para permitir a suspensão da peça, usando-a como colar ou enfeite corporal. O acabamento se dava através de raspagem, calado e polimento, com abrasivos como pedra-pome, fibras vegetais e cera de abelha para conferir brilho uniforme às superfícies. O que pode ser considerado um tipo de tecnologia utilizada pelos povos da região, mesmo não possuindo a matéria prima, o jade, tinham o processo e o artifício para moldá-lo.

Com relação à arte rupestre, abrange principalmente petroglifos (gravuras em pedra realizadas por *percusión*) presentes em todo o território nacional. A arte rupestre se distribui na zona costeira até serras e nas planícies de páramo, com predomínio de formas abstratas como espirais, círculos, linhas e meandros, e representações figurativas menos frequentes,

identificadas e relacionadas no Museu do Ouro, também localizado na capital San José. Não houve visita de campo nas áreas que contêm arte rupestre.

Destaca-se que mesmo existindo elementos históricos nos museus, em algumas áreas onde se encontram estes materiais históricos estão localizadas, por exemplo, em fazendas produtivas, onde o caráter histórico não é colocado como prioridade, conforme é explicitado na imagem 7, retirada dentro do Museu del Oro Pré-colombiano.

Imagem 7 – Museu del Oro Pré-colombiano – Arte rupestre dentro de fazenda de gado



Fonte: Imagem da autora, a partir de acervo do Museo del Oro Precolombino (2025).

Atualmente, na Costa Rica existem oito etnias indígenas reconhecidas oficialmente: os Huetar, Maleku, Bribri, Cabécar, Brunka, Ngäbe, Bröran e Chorotega, representando um percentual de cerca de 2,4% da população nacional (IWGIA, 2022). O Museo del Oro Precolombino (s.d.) dedica uma sala audiovisual para visibilizar os povos originários hoje, com depoimentos que abordam temas como sua territorialidade, idioma, tradições, cosmovisão, organização familiar, educação e economia, reafirmando que essas comunidades não são apenas vestígios arqueológicos, mas atores vivos com presença social ativa no país contemporâneo. Na região da pesquisa, não há povos indígenas oficialmente declarados.

3.1.2 Invasão espanhola e período colonial

O território que hoje é a Costa Rica foi “descoberto” durante a quarta viagem de Cristóvão Colombo, em 1502, quando ele chegou ao que é atualmente a cidade de Puerto de Limón, como exclamou por Acosta (2013). Além disso, para Carbonell (2023), avaliação

inicial dos primeiros navegantes sobre o local e seus habitantes é que deteriam muitas riquezas, como pedras preciosas, ouro e prata, o que influenciou até o nome ‘Costa Rica’. Especialmente visualizarem os nativos utilizado jade e ouro como adereços, ver imagens do subitem 3.1.1. Porém o local não atendeu aos anseios espanhóis com relação a encontrar metais preciosos.

De acordo com Acosta (2013) e Carbonell (2023), a exploração do local foi tardia, por conta das dificuldades geográficas e da resistência de grupos indígenas da região. A partir de 1560 houve a verdadeira conquista espanhola sobre a Costa Rica, quando foram estabelecidos assentamentos na área central. O primeiro deles foi a vila de Cartago, fundada em 1563, por Juan Vásquez de Coronado (Martínez, 2021). Molina e Palmer (2022) explica que a estrutura social era simples e desprovida de ostentação, diferente de outras regiões do império espanhol.

A estrutura organizativa da Espanha, estabelecida desde 1511, pelo *Consejo de Indias*, era centralista e hierarquizada. Rodrigues (2019) ilustra que as relações entre o rei e o reino espanhol eram baseadas em mecanismos contratualistas, mesmo havendo a noção de verticalização de poder – comuns entre monarcas europeus – os detentores dos poderes locais tinham capacidade representativa e vantagens políticas. Contavam, inclusive, com conselhos locais formados por fidalgos e médios e/ou grandes proprietários de terras locais (dependendo da região), que contrabalanceavam o poder real em suas reivindicações e atividades.

Ainda de acordo com Rodrigues (2019), o *Consejo de Indias* era a reunião da elite da aristocracia espanhola. Portanto, o desejo único do rei não era exclusivo. A gestão administrativa das colônias da Espanha era dividida em Vice-reinados e Capitanias Gerais (Pinzón, 2005). Bezerra (2021) explica que os vice-reinos foram o sistema organização administrativa que a Espanha utilizou para exercer o controle e a fiscalização nas colônias, visando aumentar os lucros da Metrópole e propagar a fé católica. A Costa Rica pertencia à Capitania Geral da Guatemala e que fazia parte do Vice-Reinado da Nova Espanha.

Na Costa Rica, existiam os *Cabildos* (conselhos locais), formados pelas elites locais, que muitas vezes tinham mais poder que o governador da Capitania da Guatemala (Carbonell, 2023). Esta característica vem das próprias práticas regulamentares do Reino Espanhol. A Espanha era uma federação de reinados separados e o rei tinha frequentemente sua autoridade anulada pelas assembleias locais. Portanto, as origens culturais espanholas são baseadas nas assembleias de comuns.

Outro ponto importante a destacar sobre o período colonial espanhol era o modelo econômico denominado ‘Sistema de *encomienda*’. De acordo com Carbonell (2023) e Molina e Palmer (2022), o sistema de *encomienda* era um modelo segundo o qual os peninsulares

(espanhóis radicados na América) e os *criollos* (descendentes de espanhóis nascidos na América) obrigavam os indígenas a trabalharem em troca de “proteção” e aulas de fé cristã. Isto consolidou o mecanismo de um povo forte (colonizador) sobre um mais fraco (colonizado), por meio da superioridade militar e tecnológica, obtendo lucros às custas das pessoas subjugadas.

Alguns indígenas costarriquenses resistiram à invasão espanhola, especialmente os localizados nas áreas mais afastadas do vale central, porém a violência direta das guerras e as doenças europeias – às quais os indígenas não tinham imunidade – trouxeram impactos graves aos nativos, reduzindo consideravelmente a população. Segundo Martínez (2021), com o passar do tempo os nativos foram subjugados, de modo que o soldado espanhol se tornou um colono pacífico e fazendeiro. O resto do século XVI foi de acomodação, exploração e colonização.

O local que atualmente é a Costa Rica era uma terra desprovida de metais preciosos e outros recursos valiosos para a época. Nos termos de Carbonell (2023), a Costa Rica era um lugar bastante pobre, considerando os interesses econômicos dos espanhóis. Esta característica também é um ponto que deve ser destacado, já que não foi possível o colonizador expropriar as riquezas naturais; a maneira que os espanhóis conseguiram explorar a terra foi a agricultura. Molina e Palmer (2022) explana que toda a população que habitava a área precisou trabalhar ativamente, mesmo com o sistema de *encomenda*, pois sem recursos minerais valiosos precisou do esforço de todos para retirar benefícios econômicos do local.

Assim como já era com os povos pré-colombianos, a agricultura continuou sendo base da economia da região. Acosta (2013) explica que os camponeses que se estabeleceram no Valle Central Occidental, dedicaram-se a cultivar trigo, algodão, cana de açúcar, milho, feijão, legumes, tabaco e algumas plantas medicinais, sendo o modo de produção implantado desde o início da colonização.

3.1.3 Independência costarriquense

A Costa Rica obteve sua independência da Espanha em 1821, junto com o resto da América Central. O processo de transição para a independência foi relativamente pacífico, sem grandes conflitos armados. Este país rapidamente adotou uma postura de neutralidade política e estabilidade interna, o que o diferenciou de seus vizinhos, frequentemente marcados por guerras civis e ditaduras. Para compreender melhor como foi a independência da Costa Rica cabe abordar dois momentos: o primeiro em 15 de setembro de 1821, referente à independência da América Central (antiga Capitania da Guatemala), e o segundo em 29 de outubro de 1821, com a independência do país propriamente dita.

Tanto Iglesias (1921) quanto Figueroa (2021) relatam como a independência da Costa Rica teve influência de fatores externos, como a crise na Espanha devido à invasão napoleônica e a independência dos Estados Unidos da América, e fatores internos, como o desejo das elites locais de maior autonomia. De acordo com Iglesias (1921), em 15 de setembro de 1821 deu-se o evento formal que selou a ruptura das províncias da América Central com o domínio espanhol, por meio da *Acta de Independência da América Central*.

Conforme Figueroa (2021), foi um processo relativamente pacífico e influenciado pelo movimento de independência dos Estados Unidos da América. As ideias de uma organização política o qual trazia consigo a garantia a liberdade, vida e felicidade dos habitantes repercutiram entre os *criollos*, especialmente pela possibilidade de substituí-los caso o eleito não cumprisse suas obrigações. Em 29 de outubro de 1821 a Costa Rica proclamou sua independência com a *Acta de Cartago*, um documento que consolidava a separação formal da Costa Rica do governo espanhol.

Figueroa (2021) destaca que a participação ativa das elites locais, influenciadas por ideias liberais vindas da Europa e dos Estados Unidos da América, moldaram a identidade política da Costa Rica pós-independência. A criação da Junta Governativa e o Pacto de Concordia marcaram o início de uma estrutura de governo próprio, baseada em princípios republicanos. Molina e Palmer (2022) menciona que o Pacto de Concordia foi a primeira constituição política do país e definiu o fim da escravidão, o reconhecimento dos direitos dos habitantes, a liberdade de comércio e a forma de gestão do governo por meio de *Junta Gubernativa*.

As *Juntas Gubernativas* eram ao mesmo tempo os poderes legislativos e executivos, renovados a cada três meses com rotação entre as quatro cidades que constituíam Costa Rica: San José, Cartago, Heredia e Alajuela. Figueroa (2021) explica também que embora a independência tenha sido um passo significativo, a Costa Rica enfrentou desafios internos e externos, como debates sobre a anexação ao México, que dividiram as províncias da região. A considerar-se Fonseca (2017), isso ocorria porque San José e Alajuela eram republicanas e as cidades de Cartago e Heredia eram imperialistas.

Após a assinatura da *Acta*, a Costa Rica enfrentou dificuldades para consolidar sua independência, com debates internos sobre a possível adesão ao Império Mexicano de Iturbide e a forma de governo que deveria adotar (Figueroa, 2021). Molina e Palmer (2022) e Iglesias (1921) ressaltam que a independência foi liderada principalmente pelas elites *crioullas*, que

buscavam maior controle sobre seus interesses econômicos e políticos. A disputa entre as elites ocasionou a primeira guerra civil do país, em 1823.

Segundo Jiménez (2019), havia um embate entre anexar o país ao Primeiro Império Mexicano²² ou manter independência total, respectivamente, os imperialistas e os republicanos; o conflito acabou junto com o Primeiro Império Mexicano no mesmo ano. Em 1825, foi promulgada a Lei Fundamental do Estado Livre da Costa Rica, que dividiu o país em quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Conservador, com um Chefe Supremo ou Chefe de Estado da Costa Rica. O Chefe de Estado tinha as funções de direção presidencial máxima, embora essa nomenclatura não existisse.

Molina e Palmer (2022) explicam que em 1917 houve uma ruptura da ordem constitucional, um golpe de Estado retirou o presidente eleito Alfredo González Flores, deposto por seu ministro da Guerra e Marinha Federico Tinoco Granados e por seu irmão e comandante do exército José Joaquín Tinoco Granados. Oreamuno (2023) relata que a gestão de González estava fadada ao fracasso, já que ele não tinha apoio popular – foi uma indicação do congresso, não sendo eleito em eleições abertas; e possuía uma agenda de governo que não era bem aceita pela oligarquia cafeeira, como a reforma tributária.

Esta elite cafeeira surgiu depois do processo de independência; de acordo com Acosta (2013), as propriedades que pertenciam ao rei passaram a ser propriedade do Estado. O governo impulsionou o cultivo do café e outros produtos, dando facilidades para o acesso às terras desocupadas. A distribuição gratuita (doações) e a venda a preços acessíveis foram mecanismos para que a população começasse o processo de privatização da terra na região, sendo beneficiados especialmente os *crioullos*.

Sobre o golpe de 1917, Oreamuno (2023) resume que Tinoco tinha o apoio da oligarquia conservadora (Igreja Católica, Exército – comandado por seu irmão, e de importantes figuras políticas e intelectuais), porém a brutalidade repressiva do regime foi aos poucos minando sua popularidade. O movimento durou menos de dois anos, findando após a morte do irmão de Tinoco e a saída da família da Costa Rica (Oreamuno, 2023). Foi a única ditadura na história da Costa Rica.

²² O primeiro imperador do Império Mexicano foi Agustín de Iturbide, proclamado em 21 de julho de 1822 como Agustín I. Em 1821, liderou o Plano de Iguala, que estabelecia três garantias fundamentais: a religião católica como única, a independência do México e a união entre criollos e peninsulares. Com o apoio do Exército Trigarante, Iturbide conseguiu a independência frente à Espanha. No entanto, seu império durou pouco. Enfrentou oposição de setores políticos e militares, dificuldades financeiras e questionamentos à legitimidade de sua autoridade. Em março de 1823, pressionado por insurreições internas, abdicou do trono. Pouco tempo depois, o México se converteu em república.

Outro evento importante ocorrido durante o processo de independência costarriquense foi a Guerra Civil de 1948 e como uma das consequências a abolição do exercício costarriquenho em 1949, uma decisão única na América Latina. Este fato é tratado como motivo direto nos altos índices de desenvolvimento humano, de acordo com o PNUD (2022), a Costa Rica é considerada uma das nações mais estáveis e prósperas da região, pois os recursos que seriam destinados às forças armadas foram redirecionados para áreas como saúde, educação e infraestrutura.

No entanto, cabe entender o momento histórico e os motivos que ocasionariam a Guerra Civil de 1948, a segunda que o país enfrentou, que durou 44 dias. Para Leon (2021), mesmo a Costa Rica tendo desigualdade social e econômica e descontentamento com a distribuição de terras, isso não gerou grandes conflitos. No entanto, como exposto por Riera e Chichila (2019) e Bulgarelli (2023), os interesses dos Estados Unidos da América e União Soviética, foram decisivos no contexto da Guerra Fria, para Guerra Civil de 1948 na Costa Rica.

Imagem 8 – Estátua de José Figueres Ferrer na frente da *Asembleia* Legislativa e do Museu Nacional da Costa Rica (ao fundo)



Fonte: Produção da autora (2025).

No entendimento de Fonseca (2017), a Guerra Civil tem raízes profundas nas reformas promovidas por Calderón Guardia na década de 1940, como a criação da Universidade da Costa Rica, o Código de Trabalho e a implementação do Seguro Social, tendo José Figueres Ferrer (imagem 8) um papel crucial. Após ser exilado no México, Figueres começou a organizar a

oposição ao governo costarriquenho, com o apoio de exilados nicaraguenses e outros dissidentes centro-americanos. Em 1943, durante uma reunião em solo mexicano com o Dr. Rosendo Argüello, começou a articulação de um plano para democratizar os países caribenhos, o que culminaria com a criação do Pacto do Caribe.

O Pacto do Caribe foi um acordo internacional entre grupos revolucionários da República Dominicana, Nicarágua e Costa Rica, estabelecendo um comitê revolucionário para derrubar ditaduras regionais e instituir a democracia nesses países (Molina e Palmer, 2022). O pacto previa uma ação coordenada para utilizar os recursos de cada país para o sucesso da revolução em toda a região. Para Bulgarelli (2023) o conflito começou a escalar nas eleições presidenciais de 1948, quando o governo de Teodoro Picado tentou anular os resultados eleitorais favoráveis a Otilio Ulate, o que levou à insurreição liderada por José Figueres.

Bulgarelli (2023) esclarece ainda que as forças rebeldes, intituladas Exército de Libertação Nacional, mal armadas no início, receberam apoio de guatemaltecos e organizaram um ataque à capital costarriquenha. Após 44 dias a guerra terminaria com a vitória de Figueres-Ulate, levando Figueres ao governo interino por dezoito meses para reformar o Estado e iniciar a transformação da sociedade costa-riquenha.

Para Fonseca (2017), houve uma série de debates e conflitos internos, inclusive a tentativa de contrarrevolução de Calderón Guardia, exilado na Nicarágua, em dezembro de 1948. Mesmo com suporte militar nicaraguense e de Anastasio Somoza (ditador da Nicarágua de 1936-1956, apoiado pelos Estados Unidos da América), o plano foi frustrado. A Organização dos Estados Americanos (OEA) desempenhou um papel de mediação no conflito, impondo à Costa Rica e Nicarágua o cumprimento de resoluções internacionais para evitar que a guerra civil se espalhasse pela região.

Vargas (2022) alerta – baseada em jornais da época, registros dos arquivos nacionais e memoriais de participantes – que houve repressão política sistemática contra os comunistas na Costa Rica após a Guerra Civil de 1948, inclusive eliminando o Partido Comunista, pois o governo de José Figueres Ferrer utilizou a violência e a influência de grupos anticomunistas para consolidar seu poder e eliminar a influência comunista no cenário político costarriquenho.

A repressão interna marcou – junto com tensões políticas e sociais do período – profundamente a sociedade costarriquenha, assim como reforçou a luta pela definição de uma identidade nacional. Enquanto o governo buscava solidificar a autoridade, emergia no povo uma resiliência silenciosa, que uniu a população em torno de valores e tradições

compartilhados, apesar de divisões ideológicas. O esforço coletivo de construção nacional, embora permeado por contradições, mostrou-se essencial para a estabilidade da Costa Rica.

Com relação à economia, no século XIX, a Costa Rica foi marcada pelo cultivo de café, introduzido na década de 1830. De acordo com Weller (2019), o café tornou-se rapidamente o principal produto de exportação, organizando as relações sociais e políticas do país. A chamada oligarquia cafeeira financiou o Estado, construiu infraestrutura (como o ferrocarril ao Atlântico) e consolidou a inserção da Costa Rica nos mercados europeus (Solórzano, 2018).

A partir de finais do século XIX e início do XX, a banana se somou ao café como base da economia de exportação, especialmente com a chegada da *United Fruit Company*, que estabeleceu problemas com desmatamento, exaustão do solo, exploração laboral (culminando na Grande Greve da Banana de 1934), e um controle excessivo sobre a terra e a economia do país no Caribe costarriquenho, como tratado no Vergara (2008).

Esse modelo exportador concentrou riqueza em elites e empresas transnacionais – mantém-se até os dias de hoje como modelo de negócio do país –, e estruturou o território em torno das atividades agrícolas. A base da agricultura costarriquenha é de *commodity* exportadora, ou seja, produtos padronizados, produzidos em grande escala e destinados majoritariamente ao mercado externo. Esses cultivos são altamente dependentes da demanda internacional, dos preços do mercado global e de cadeias de suprimento dominadas por grandes empresas.

Já trajetória da pecuária na Costa Rica ilustra um setor marcado tanto por condicionantes internas quanto por pressões externas. Sánchez-Ancochea (2005) explica que internamente a pecuária perdeu espaço diante da expansão de cultivos de exportação mais rentáveis, como café, banana e abacaxi, além das crescentes restrições ambientais a partir da década de 1970, quando o Estado e organizações civis passaram a limitar a pecuária extensiva em prol da conservação. O mercado interno também se revelou insuficiente para sustentar grandes investimentos.

Externamente, Sánchez-Ancochea (2005) relata que a atividade foi afetada pela queda dos preços internacionais da carne nos anos 1980 e por barreiras sanitárias – especialmente ligadas à febre aftosa – que restringiram o acesso a mercados como Estados Unidos da América e Europa. Weller (2019) reforça que essas dinâmicas conjuntas explicam por que, apesar do crescimento observado entre os anos 1950 e 1970, a pecuária perdeu importância relativa na economia costarriquenha, permanecendo secundária frente às cadeias agroexportadoras de banana e café.

3.1.4 Costa Rica na atualidade

A organização governamental é caracterizada por um sistema de governo estável, especialmente quando comparado ao de outros países da América Latina, que frequentemente enfrentam ciclos de instabilidade política e institucional. Trata-se de uma república presidencialista democrática, cujo sistema político é sustentado pela clássica divisão de poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e pela clara delimitação de suas competências.

Além disso, conforme Poder Judicial (2025) e Constitución Política (1949), observa-se uma forte participação da sociedade civil em processos democráticos, tanto por meio de consultas e plebiscitos quanto pela atuação de organizações sociais e comunitárias, o que reforça o caráter inclusivo e representativo do regime. O Poder Executivo é chefiado pelo presidente da República, eleito por voto direto para um mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição imediata, e é auxiliado por dois vice-presidentes, além de um gabinete ministerial composto por titulares de pastas estratégicas (Embajada Costa Rica, s.d.).

O Poder Legislativo é unicameral, composto pela *Asamblea* Legislativa, com 57 deputados eleitos por voto direto para mandatos de quatro anos, sem possibilidade de reeleição imediata. Compete a essa assembleia legislar, aprovar o orçamento, fiscalizar o Poder Executivo e nomear autoridades como os magistrados da Corte Suprema, o “Defensor de los Habitantes”, o Defensor Adjunto e o Controlador-Geral da República (Poder Judicial, 2025).

A estrutura visível de comissões legislativas permite que áreas específicas, como meio ambiente, orçamento e administração pública, sejam tratadas com maior profundidade técnica e política, reforçando o equilíbrio institucional. O Poder Judiciário, por sua vez, é independente e tem como órgão máximo a Corte Suprema de *Justicia*, composta por diversas câmaras especializadas, incluindo a Sala Constitucional, cujos magistrados são indicados pela Assembleia Legislativa para mandatos de oito anos (Poder Judicial, 2025). O *Tribunal Supremo de Elecciones* funciona como poder autônomo responsável pela organização e supervisão dos processos eleitorais, garantindo lisura e legitimidade democrática.

Essa distribuição de competências permite a estabilidade institucional costarriquenha, distinguindo o país em comparação com outros da região. A divisão política-administrativa da Costa Rica está estruturada em três níveis: *provincias*, *cantones* e distritos, nos termos da Constituição (arts. 168-169). São sete províncias que se subdividem em 81 cantões, os únicos com governo local efetivo, e estes em distritos que detêm representação comunitária. Abaixo a divisão por províncias e cantões (ver imagem 9):

Imagem 9 – Mapa político Costa Rica



Fonte: Guia Geográfico (2025).

Essa configuração foi sistematizada pela *Ley* N° 4366, que regulamenta a criação de novas unidades territoriais e estabelece requisitos populacionais para possíveis divisões administrativas. O estudo de Raftacco (2025) revela que ainda há demanda local pela criação de novos cantões, especialmente na província de Puntarenas, por questões orçamentárias e de políticas de descentralização.

García Herrera (2023) explica que no nível local, cada cantão é governado por um *alcaide* eleito com mandato de quatro anos, acompanhado por um *concejo* municipal que funciona como órgão deliberativo local – sua composição varia conforme a população do cantão. Este modelo foi definido por meio do Pacto Figueres-Calderón em 1998, Ochoa (2023) esclarece que este acordo trouxe a democratização da gestão local, extinção da figura de *gobernador* provincial e a implantação da eleição direta dos *alcaldes*.

Esse pacto viabilizou outras reformas estruturais, de cunho neoliberal, entre elas: a liberalização bancária, modificações nos sistemas de pensões e previdência, criação da Autoridade Reguladora de Serviços Públicos (ARESEP) e mudanças na estrutura municipal. Informações sobre estas reformas foram confirmadas pela pesquisadora durante visita de campo em 2025 ao Museu Nacional da Costa Rica, em San José, onde há uma exposição sobre o Acordo e seus impactos na população. Ochoa (2023) explica que o impacto gerou fortes reações na população da Costa Rica, incluindo protestos sociais, greve dos professores e crítica sobre o aprofundamento do modelo neoliberal.

Um dos elementos de destaque na história nacional foi a abolição formal das forças armadas em 1949, aludida no subcapítulo anterior. Pelo Decreto n.º 249 da Junta Fundadora da Segunda República, depois incorporado ao artigo 12 da Constituição, o país tornou-se protagonista de um experimento institucional na América Latina. Direcionou recursos para educação, saúde e desenvolvimento social, substituindo a manutenção de aparato militar. Para a UNESCO (2023), a decisão marcou a identidade democrática da nação e consolidou sua imagem internacional como pacifista, comprometida com soluções diplomáticas de conflitos e o fortalecimento do Estado de Direito.

As motivações para a abolição envolveram, segundo Abarca e Ramírez-Varas (2025), a prevenção de golpes militares, já que na época a América Central era marcada por ditaduras militares. Além disso, foi um mecanismo de proteção contra intervenções armadas na política; construção de identidade democrática (a ausência de forças armadas tornou-se símbolo de orgulho nacional); da imagem de uma nação como “exceção pacífica” na região; e a influência

externa americana. A Costa Rica manteve acordos de segurança com os Estados Unidos da América e organizações internacionais, o que reduziu os riscos de ameaças externas.

A decisão de abolir as forças armadas permitiu realocar recursos públicos para áreas cruciais como educação, saúde e preservação ambiental, pilares do progresso sustentável e da estabilidade social (Abarca e Ramírez-Varas, 2025). Como consequência, houve impulso contínuo no desenvolvimento socioeconômico das décadas seguintes, com melhorias consistentes nos indicadores de qualidade de vida, maior acesso a serviços básicos e fortalecimento da coesão social. Esse processo consolidou um modelo de Estado voltado ao bem-estar, à equidade e à inclusão cidadã, tornando-se referência internacional de governança orientada ao desenvolvimento humano.

Outro ponto culturalmente significativo é a expressão “Pura Vida”, que ultrapassa o uso linguístico e tornou-se um símbolo identitário da Costa Rica. Embora frequentemente utilizada como uma saudação informal, seu significado vai muito além disso: ela expressa gratidão, entusiasmo, contentamento, e até mesmo resignação diante das situações da vida. Segundo Silva (2023), a frase é usada cotidianamente para cumprimentar, despedir-se ou demonstrar empatia, refletindo a filosofia de vida do povo costarriquenho, marcada pela tranquilidade, pacifismo, conexão com a natureza e valorização da vida em comunidade.

Hoje, é quase impossível pensar na Costa Rica sem associá-la a essa expressão, que contribui de maneira decisiva para a construção da imagem internacional do país como um território harmonioso, acolhedor e comprometido com a sustentabilidade. A popularização da expressão, difundida tanto internamente quanto no exterior por meio do turismo, da diplomacia cultural e das políticas públicas de promoção da nação, consolidou seu lugar como parte essencial e distintiva da identidade nacional. Trata-se, portanto, de um símbolo que ultrapassa a mera dimensão linguística e se transforma em um verdadeiro emblema de coesão social e de projeção internacional.

Pesquisas sociolinguísticas de Stewart (2005) apontam que o uso da expressão *pura vida* se popularizou após o lançamento do filme mexicano *¡Pura vida!*, de 1956, protagonizado pelo comediante Antonio Espino “Clavillazo”. Como se vê em Trester (2003) e Universidad de Costa Rica (2021) a expressão, repetida de forma caricatural no enredo da produção cinematográfica, começou a circular de maneira espontânea entre os costarriquenhos e, ao longo das décadas de 1960 e 1970, consolidou-se gradualmente como uma marca identitária de sua forma de falar e viver, relacionada a valores como hospitalidade, alegria cotidiana, otimismo e resiliência cultural.

Gontijo (2022) explica que, ao longo do tempo, o significado cultural do termo evoluiu para refletir o estilo de vida singular da Costa Rica. A expressão “pura vida” tornou-se um modo de manifestar o otimismo e a resiliência do povo, assumindo papel que vai além de recurso linguístico e consolidando-se como filosofia de vida voltada à felicidade, harmonia social e respeito mútuo. O termo não deve ser visto como criação artificial de política de Estado ou estratégia comunicacional, mas como resultado histórico de incorporação espontânea pela cultura popular, que lhe conferiu legitimidade social e simbólica duradoura.

Diferentemente de expressões mundialmente conhecidas criadas por campanhas publicitárias – como “I♥NY”, desenvolvida em 1977 pela agência Wells Rich Greene para o Departamento de Comércio de Nova Iorque; “What happens in Vegas, stays in Vegas”, criado em 2003 pela agência R&R Partners para promover o turismo em Las Vegas; ou o *slogan* brasileiro “Sorria, você está na Bahia”, lançado em 1996 pela agência Propeg em campanha institucional do governo baiano – o termo “Pura Vida” da Costa Rica surgiu de maneira espontânea e culturalmente apropriada.

Diferente de *slogans* criados para difundir imagens turísticas, “pura vida” surgiu da linguagem popular sendo absorvida como expressão autêntica do modo de vida costarriquenho. Seu significado envolve identidade e valores como simplicidade, bem-estar, solidariedade comunitária e conexão com a natureza, reforçando a visão de sociedade voltada ao convívio harmônico. Mais que bordão, tornou-se marcador cultural duradouro, capaz de traduzir em poucas palavras a autoimagem da população e a forma como a Costa Rica deseja ser percebida, articulando identidade local e projeção global.

Por décadas, “pura vida” permaneceu restrita ao uso coloquial, sendo um traço cultural antes de ser um recurso turístico. Somente no início do século XXI é que o Estado passou a institucionalizar a expressão como parte da estratégia de *branding*²³ nacional. De acordo com Aguirre e Gómez (2018), em 2011 foi criada a marca-país “Esencial Costa Rica”, lançada internacionalmente em 2013, objetivando projetar a Costa Rica como destino sustentável e inovador.

Dentro desse marco institucional, “pura vida” foi incorporada de modo explícito a campanhas de promoção, como a estratégia “Wellness Pura Vida”, destinada a posicionar o

²³ *Branding* é o conjunto de estratégias voltadas à construção e gestão da identidade de uma marca, território ou instituição, buscando gerar reconhecimento, valor simbólico e conexão emocional com o público. No contexto de nações e regiões, o termo refere-se a práticas de “place branding” ou “nation branding”, nas quais elementos culturais, sociais e econômicos são utilizados para promover uma imagem positiva no cenário nacional ou internacional (Anholt, 2007).

país como polo turístico de bem-estar, como evidenciado por Hosteltur (2017) e o próprio Instituto Costarricense de Turismo – ICT (2017).

Assim, Cerdas (2021) explica que a trajetória de “pura vida” revela um processo duplo: de um lado, sua difusão espontânea como expressão cultural profundamente vinculada à identidade nacional; de outro, sua apropriação gradual pelo Estado como instrumento de promoção turística, diplomática e de consolidação da marca-país. Esse movimento evidencia como um símbolo originalmente enraizado no cotidiano popular foi progressivamente transformado em ativo econômico e discursivo de grande alcance, integrando de maneira estratégica a política oficial de sustentabilidade e de *soft power*²⁴ que caracteriza a Costa Rica no cenário internacional contemporâneo.

A consolidação de “pura vida” como um símbolo cultural de uso cotidiano e, simultaneamente, como um instrumento estratégico de posicionamento internacional, ilustra como elementos imateriais podem ser convertidos em ativos de valor econômico. Esse processo de transformação simbólica – do campo da identidade nacional ao da diplomacia e do marketing – revela a crescente interseção entre cultura, economia e gestão. Tal fenômeno encontra paralelo ao campo da Contabilidade, referente a teoria dos ativos intangíveis, onde marcas, *slogans* e outros signos representativos são formalmente reconhecidos como componentes patrimoniais capazes de agregar valor e gerar retornos futuros para entidades públicas ou privadas.

Na Ciência Contábil, as marcas são tratadas como bens intangíveis, pois, embora não tenham materialidade física, carregam valor econômico e podem ser incorporadas ao patrimônio da entidade²⁵. De acordo com o CPC 04 (R1) – *Ativo Intangível* e sua correspondência internacional IAS 38, os ativos intangíveis devem ser identificáveis, controlados pela entidade e capazes de gerar benefícios econômicos futuros (CPC, 2010). Nesse sentido, uma marca registrada pode ser reconhecida como ativo intangível, refletindo tanto a sua função de diferenciação no mercado quanto sua contribuição para o valor do capital da organização.

Ao aplicar esse conceito à expressão “pura vida” passou a constituir um ativo intangível de caráter estatal. Mais do que expressão cultural, tornou-se recurso econômico estratégico, incorporado ao patrimônio simbólico e mercadológico do país. Hosteltur (2017) explica que ao

²⁴ O conceito de *soft power* foi introduzido por Joseph S. Nye Jr. para designar a capacidade de um Estado influenciar outros atores internacionais não pela coerção ou força militar (*hard power*), mas pela atração cultural, diplomática e pela legitimidade de seus valores e instituições.

²⁵ Na contabilidade, refere-se a qualquer organização ou unidade econômico-administrativa que possua patrimônio próprio e seja objeto de registros contábeis, podendo ser uma pessoa jurídica (empresa, associação, fundação) ou uma pessoa física que exerça atividade organizada (CFC, 2016).

ser utilizada oficialmente em campanhas de turismo, como a iniciativa “Wellness Pura Vida”, a marca contribui para geração de receitas ligadas ao setor turístico, e para a projeção internacional da Costa Rica como nação sustentável.

A pesquisa de Amaral Filho, Castro e Costa (2015) analisa estratégias de comunicação publicitária de empresas atuantes na região amazônica e demonstra que a construção do que Amaral Filho (2016) denomina *Marca Amazônia* ocorre por meio de um processo no qual valores ecológicos, narrativas de preservação ambiental e referências culturais locais se articulam para produzir uma imagem positiva e socialmente legitimada da região. Essa imagem passa a ser mobilizada por atores econômicos como ativo simbólico, capaz de gerar legitimidade, vantagem competitiva e inserção em mercados nacionais e internacionais.

Porém, o Estado brasileiro não incorporou ainda como ativo intangível ligando consistentemente a geração de receitas. O *slogan* costarriquenho consolidou-se como uma marca territorial, ao associar identidade nacional, bem-estar e conservação ambiental, produzindo vantagens competitivas no turismo e reforçando internacionalmente uma imagem de país ambientalmente responsável. Assim, “pura vida” constitui um exemplo de como a identidade cultural pode ser transformada em ativo intangível, objetivando não apenas valorização simbólica, mas também benefício econômico.

Nesse processo, destacam-se dois dispositivos de subjetivação: o empreendedorismo – entendido, neste caso, como a atuação do Estado-empresário na gestão e promoção estratégica da marca nacional; e o utilitarismo, uma vez que a expressão “pura vida”, ao ser empregada como ativo intangível da Costa Rica, cumpre função utilitarista de relevância. Ela promove benefícios econômicos ao estimular de forma contínua a economia pelo turismo, simplificar a visão internacional sobre a complexidade social e ambiental do país e, adicionalmente, contribuir para a consolidação de uma imagem externa de práticas voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade coletiva dentro do território costarriquenho.

Cabe mencionar que a expressão é muito utilizada em locais turísticos, por guias de turismo, bilheteiros e em alguns restaurantes. Porém, em ambientes comuns, vividos pela população local, como supermercados, lojas de vestuário e restaurantes fora do eixo turístico; foi possível identificar que não há menção a respeito da “pura vida”.

Destaca-se o compromisso da Costa Rica com o meio ambiente, evidenciado por abrigar 5% da biodiversidade mundial e manter cerca de 25% do território protegido por parques e reservas (Carbonell, 2023). Mais recentemente, o país assumiu a meta de tornar-se carbono neutro até 2050, uma das mais ambiciosas em sustentabilidade global. Esse compromisso revela

também um dispositivo de subjetivação: as avaliações estatísticas, por meio das quais o Estado converte a vida da população em dados mensuráveis, classificados em categorias como natalidade, mortalidade, emprego ou produtividade.

Um exemplo é o *Relatório Mundial de Felicidade de 2023*, elaborado por Helliwell et al. (2023), no qual a Costa Rica se destaca na América Latina como um dos países em que a população se declara mais feliz e realizada. Esse resultado, contudo, não evidencia peculiaridades internas, como o preconceito contra nicaraguenses residentes, pejorativamente chamados de “Nicos”. Como posto por Helliwell et al. (2023), o indicador reflete apenas a posição do país como referência em desenvolvimento humano sustentável, reforçando a associação entre identidade nacional, bem-estar coletivo e projeção internacional positiva.

Durante atividades de campo no Parque de Tortuguero, ao perguntar informalmente a um guia se “[...] todos os moradores eram sempre *pura vida* [...]”, constatou-se que há, desde o ensino fundamental, a orientação para que a população seja sorridente diante dos turistas, representando de forma performática o espírito “pura vida” (Comunicação verbal, 2025). Tal observação indica que a felicidade, enquanto discurso socialmente valorizado, pode ser utilizada como prática reforçadora da estratégica de hospitalidade e de marketing turístico.

A considerar-se que a estatística não é um saber neutro, mas sim um dispositivo de poder-saber fundamental para a racionalidade governamental, a construção e difusão de uma visão de felicidade coletiva podem funcionar como instrumentos de gestão da vida, direcionando comportamentos e expectativas em termos de eficiência econômica, integração social e reprodução de um imaginário nacional voltado ao bem-estar. Foucault (2008) reforça que ao objetivar a realidade por meio de indicadores, o Estado não apenas descreve fenômenos sociais, mas estabelece normas, regula condutas e legitima políticas públicas, evidenciando como o poder opera por meio do saber numérico.

Assim, a Costa Rica destaca-se como exemplo paradigmático de desenvolvimento sustentável, consolidando-se como referência internacional em políticas públicas voltadas à preservação ambiental, mitigação das mudanças climáticas e promoção do bem-estar social. O país adotou uma abordagem integrada que combina crescimento econômico com responsabilidade ecológica, alcançando resultados expressivos em energia renovável, conservação da biodiversidade e inclusão social. Dessa maneira, tornou-se não apenas líder regional em iniciativas sustentáveis, mas também um modelo para outras nações em busca de alternativas equilibradas de desenvolvimento.

A economia da Costa Rica apoia-se majoritariamente no setor de serviços, seguido pelos setores industrial e agrícola. Em 2022, o setor de serviços representou cerca de 68,0% do PIB, enquanto a indústria respondeu por aproximadamente 13,6%, e a agricultura contribuiu com 3,8% do produto interno bruto do país (Focus Economics, 2022). No âmbito turístico, o setor continua a desempenhar papel estratégico na economia costarriquenha. De acordo com o Tico Times (2025), o turismo representa cerca de 8,2% do PIB e corresponde a 8,8% dos empregos gerados na Costa Rica.

A relevância do turismo – especialmente do ecoturismo – para a Costa Rica tem sido reiteradamente destacada ao longo das últimas décadas. Estimativas recentes indicam que o setor corresponde a aproximadamente 8,2% do PIB nacional, de acordo com os dados do Instituto Costarricense de Turismo (ICT) referentes a 2023 e 2024, consolidando-se como um dos motores do desenvolvimento do país (Tico Times, 2025b; El País, 2025). No mesmo período, segundo El País (2025), o número de visitantes internacionais alcançou cerca de 3 milhões, reforçando a Costa Rica como referência regional em turismo sustentável e destino de impacto econômico significativo.

Essa participação expressiva evidencia o papel estratégico que o ecoturismo desempenha para a sustentabilidade econômica do país, ao conjugar preservação ambiental, geração de empregos verdes, distribuição de renda, fortalecimento de comunidades locais e atração contínua de investimentos externos. Desse modo, o ecoturismo não apenas sustenta grande parte da economia costarriquenha, mas também projeta o país como referência internacional em modelos de desenvolvimento que aliam conservação ambiental e prosperidade socioeconômica.

Acrescenta-se que o modelo sustentável da Costa Rica é continuamente reforçado por políticas públicas inovadoras de conservação ambiental, como a bem-sucedida reversão do desmatamento – que elevou a cobertura florestal do país para mais de 57% – e a implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais, financiados por impostos ambientais e taxas sobre o uso da água (El País, 2025). Essas iniciativas consolidam a Costa Rica como uma referência global em governança ecológica, destacando sua capacidade singular de articular políticas públicas ambientais com estratégias econômicas, e de promover um modelo de desenvolvimento em que a prosperidade social está intrinsecamente vinculada à preservação dos ecossistemas.

A *Trading Economics* (2025) explica ainda que o crescimento contínuo do PIB da Costa Rica está diretamente associado à combinação de políticas macroeconômicas estáveis e à

adoção de estratégias sustentáveis de desenvolvimento. Essa articulação, longe de ser circunstancial, reflete um planejamento de longo prazo no qual a estabilidade fiscal e monetária se combina com políticas públicas voltadas à educação, pesquisa e fortalecimento institucional.

Além disso, observa-se que a sustentabilidade não é tratada apenas como discurso político, mas como eixo estruturante das práticas governamentais e empresariais, permitindo ao país desenvolver setores produtivos compatíveis com os princípios de conservação ambiental. Por isso, a Costa Rica consegue manter níveis consistentes de crescimento econômico enquanto promove a proteção dos recursos naturais, consolidando um modelo singular que se apoia a prosperidade econômica.

Durante a realização do campo foi possível vivenciar a relação harmônica da sociedade costarriquenha com o meio ambiente. As áreas urbanas são verdes e oferecem espaços para os animais silvestres, especialmente as aves. Além de diversas praças e ruas arborizadas, existem pequenas faixas de vegetação, chamadas de Corredores Biológicos Interurbanos, como demonstrado da imagem 10, permitindo a existência de mosaicos verdes. Há também outras referências que demonstram a atuação do poder público estimulando a preservação ambiental, como demonstrado na imagem 11, indicando a importância de não jogar lixo no chão.

Imagem 10 – Corredor Biológico Interurbano María Aguilar, localizado na Avenida 18, próximo a *Asamblea Legislativa*



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 11 – Placas espalhadas pelo chão da cidade de San José (área central da Costa Rica). Esta imagem foi tirada na Calle 6, próximo ao Mercado Central da Costa Rica



Fonte: Produção da autora (2025).

A busca crescente por ecoturismo, turismo científico e experiências imersivas na natureza fortalece a imagem internacional da Costa Rica como destino diferenciado, em que o contato com a diversidade ambiental está vinculado à oferta de serviços de qualidade e à hospitalidade da população local. Além disso, a expansão desse setor repercute em cadeias produtivas associadas, envolvendo desde a hotelaria e a gastronomia até o transporte, o artesanato e os serviços comunitários, reforçando a interdependência entre turismo sustentável, desenvolvimento econômico e valorização cultural.

Esse desempenho econômico evidencia a importância estratégica do turismo não apenas para geração de renda, mas também como um dos principais motores de criação de oportunidades de emprego direto e indireto. O setor turístico, ao se consolidar como eixo central da economia costarriquenha, articula-se com uma ampla rede de parques nacionais, reservas biológicas e áreas protegidas, que funcionam como verdadeiros laboratórios vivos de biodiversidade e atraem visitantes de todas as partes do mundo.

Além do turismo, setores como a agricultura, a manufatura de média complexidade e alguns avanços em tecnologia também desempenham papéis cruciais na economia costarriquenha. De acordo com Segura e Zúñiga-Araya (2018), a agricultura do país consolidou-se historicamente como um setor exportador de *commodities*, estruturado inicialmente em torno do café no século XIX e expandido, no século XX, com a banana e, mais recentemente, com o abacaxi, a cana-de-açúcar e outros cultivos tropicais.

Esses produtos, padronizados e destinados majoritariamente ao mercado internacional, configuram um modelo de inserção econômica dependente de cadeias globais de valor, o que torna o país particularmente vulnerável às flutuações externas de preços e de demanda. Ainda assim, o setor continua sendo relevante tanto para a geração de divisas quanto para a manutenção de empregos rurais, desempenhando um papel complementar ao crescimento impulsionado pelo turismo e pela inovação tecnológica.

O conceito de governamentalidade, proposto por Foucault (2018), permite compreender a lógica da produção agrícola como *commodity* enquanto racionalidade de governo. Essa racionalidade organiza populações, territórios e políticas públicas segundo parâmetros de eficiência econômica, disciplinando práticas sociais e ambientais em nome da competitividade. Nesse contexto, a agricultura de exportação não deve ser vista apenas como um setor econômico, mas como um dispositivo de poder-saber que articula Estado, mercado e atores transnacionais na condução das condutas produtivas, projetando a Costa Rica no cenário internacional como uma economia agroexportadora.

Assim, a agricultura de exportação ultrapassa a noção de simples resultado das dinâmicas de mercado. Ela integra uma tecnologia de governo que produz subjetividades, legitima hierarquias globais e inscreve a Costa Rica em um regime internacional de regulação econômica e ambiental. Ao estruturar comportamentos, consolidar padrões produtivos e alinhar-se a normas globais, esse modelo evidencia como práticas locais se articulam a processos transnacionais, revelando a dimensão política e simbólica do agronegócio na configuração do desenvolvimento costarricense.

Durante as entrevistas, o pesquisador da UCR (Entrevista 5, 2025) expressou que a decisão do modelo de desenvolvimento de parques nacionais ocorreu em parte pelas limitações de exportação da carne bovina costarricense. Esclarece o entrevistado, com a restrição americana a carne a Costa Rica perdeu o seu principal mercado, e por isso buscou-se um modelo alternativo dos Parques Nacionais.

Costa Rica ha sido pionera en conservación. El mayor logro fue el desarrollo del sistema de parques nacionales en la década de 1970. Este modelo surgió, en parte, porque Estados Unidos limitó la importación de carne costarricense. En ese momento, Costa Rica era un gran proveedor de carne para ese mercado, y la ganadería extensiva había reducido la cobertura boscosa a cerca del 20% del territorio. Ante esa crisis, nuestros políticos buscaron un modelo alternativo basado en el turismo y la conservación. (Entrevista 5, 2025)

Foi possível identificar em pesquisa – inicialmente em artigos científicos e, posteriormente, em reportagens jornalísticas – que, na década de 1980, a queda dos preços internacionais, somada ao aumento das exigências sanitárias impostas pelos principais

mercados consumidores, gerou um cenário de forte restrição para as exportações agropecuárias da Costa Rica. No entendimento de Sánchez-Ancochea (2005), esses dois fatores atuaram de forma combinada para limitar o acesso tanto ao mercado dos Estados Unidos da América quanto ao europeu, afetando diretamente sua competitividade no setor.

Um ponto importante levantado pelo entrevistado é que a atividade econômica da pecuária requer territórios extensivos (Entrevista 5, 2025), e, ao considerar a proporção geográfica relativamente pequena do país em relação a outros exportadores, torna-se compreensível que mudanças estruturais tenham ocorrido como resposta. Contudo, a literatura comparada e a experiência internacional mostram que a limitação territorial não é, por si só, um obstáculo intransponível.

Países com dimensões semelhantes ou até menores, como Holanda, Irlanda ou Uruguai, demonstram que o uso intensivo de tecnologia, investimentos em produtividade e adoção de sistemas de manejo mais eficientes permitem alcançar níveis expressivos de exportação de carne bovina. Esse contraste evidencia que as transformações ocorridas na Costa Rica não decorrem apenas de sua condição geográfica, mas também de como as políticas públicas, os marcos regulatórios e os padrões de inserção internacional foram desenhados, reforçando a necessidade de analisar o tema para além da variável territorial.

Por exemplo, os Países Baixos – ainda que pequenos em extensão – lideram na União Europeia nessa frente, com exportações de carne bovina, suína e de aves avaliadas em 8,8 bilhões de euros em 2020, das quais 60% resultam das vendas internacionais, conforme dados oficiais do Centro de Estatísticas da Holanda (CBS). Tais números revelam uma estrutura produtiva altamente eficiente, capaz de maximizar a produtividade, ampliar a competitividade global e sustentar posições de destaque no comércio internacional, mesmo diante das limitações territoriais.

Embora a Espanha não esteja entre os dez maiores exportadores mundiais de carne bovina, mantém participação significativa no mercado internacional. Em 2024, a produção total do país alcançou 4,641 bilhões euros, registrando um crescimento de 15% em relação ao ano anterior. Esse desempenho confirma que a competitividade no agronegócio depende menos da extensão territorial e mais de fatores como produtividade, eficiência tecnológica e estratégias logísticas e comerciais eficazes, capazes de superar limitações geográficas. Assim, o caso espanhol ilustra como inovação e gestão eficiente podem compensar restrições territoriais e assegurar relevância global.

Nos últimos anos, o investimento em tecnologia e manufatura avançada atraiu multinacionais de renome, tornando a Costa Rica um *hub* tecnológico na América Latina. A *Coalición Costarricense de Iniciativas de Desarrollo*²⁶ – CINDE (s.d) tem desempenhado um papel fundamental na atração desses investimentos, proporcionando um ambiente propício para o crescimento de empresas de alta tecnologia. Hoje possui sedes de 16 das 100 maiores empresas globais em TI (CINDE, 2025). Esse dinamismo consolida a Costa Rica como polo estratégico de inovação e tecnologia na região.

Além disso, o setor de manufatura de média complexidade mostra-se diversificado, dinâmico e em evolução, inserindo a Costa Rica nas cadeias globais de valor e aproveitando-se de uma ampla rede de acordos de livre comércio com mercados como Estados Unidos da América, China, União Europeia e outros, conforme destaca a CINDE (2025-b). A análise das províncias do país evidencia essa diversidade econômica e cultural: San José concentra o dinamismo econômico e tecnológico; Guanacaste se destaca pelo turismo impulsionado por suas praias; e Guápiles-Limón combina atividades agrícolas com forte vocação para o ecoturismo.

O turismo de saúde também faz parte do rol de atividades econômicas do país. Conforme Frozé, Gianotti e Gianotti (2010), o sistema de saúde da Costa Rica é avançado em especialidades como cirurgia plástica e odontologia, além de já incorporar procedimentos complexos como transplantes de coração, rim, fígado e medula óssea. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece oficialmente a elevada qualidade dos cuidados médicos oferecidos no país. Esses atributos têm contribuído para o crescimento do turismo de saúde, atraindo pacientes internacionais que buscam tratamentos de saúde de excelência com custo relativamente acessível.

O turismo de saúde consolidou-se como segmento relevante para a economia do país. Estima-se que sejam anualmente cerca de 70 mil turistas internacionais, dos quais aproximadamente 83% provêm dos Estados Unidos da América e 11% do Canadá, de acordo levantamento da *Medical Tourism Association* (2024). The Costa Rica News (2024) explicam que o impacto econômico é expressivo: o gasto médio por paciente é de 6.600 dólares, valor significativamente superior ao do turista convencional (cerca de 1.200 dólares), representando cerca de US\$ 465 milhões anuais na economia costarriquenha.

²⁶ É uma organização privada, sem fins lucrativos, apolítica, declarada de interesse público desde 1984, e responsável por atrair investimento estrangeiro direto para a Costa Rica. Ela atua como uma agência de promoção de investimentos, auxiliando empresas multinacionais a se estabelecerem no país

Além disso, de acordo com o Cámara de Comercio de Cali (2025), o setor já mobiliza uma rede de mais de 1.200 clínicas e gera mais de 30 mil empregos diretos e indiretos. E como posto por El País (2023), entre os procedimentos mais buscados por estrangeiros estão as cirurgias odontológicas e estéticas, que concentram a maior parte da demanda internacional.

Outro aspecto fundamental da economia costarriquenha é o papel das energias renováveis. A Costa Rica é um dos poucos países do mundo que gera praticamente toda a sua eletricidade a partir de fontes limpas, como a energia hidrelétrica, geotérmica e eólica. Em 2021, por exemplo, 99,37% da eletricidade produzida no país teve origem em fontes renováveis (Macrotrends, 2025). Essa política não apenas posiciona a Costa Rica como líder em sustentabilidade, mas também reduz sua dependência de combustíveis fósseis, contribuindo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e, adicionalmente, ajudando a manter o turismo ecológico.

Por fim, o compromisso da Costa Rica com educação e desenvolvimento humano é outro fator que merece ser enfatizado. O país apresenta uma das taxas de alfabetização mais altas da América Latina, com 97,8% da população alfabetizada, conforme o Banco Mundial (2023b). Esse foco contínuo em políticas educacionais tem permitido não apenas a formação de uma força de trabalho qualificada, mas também a criação de condições para sustentar o crescimento de setores emergentes de tecnologia e serviços, contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Por um lado, a experiência costarriquenha mostra que escolhas estratégicas, como a abolição das forças armadas, o investimento contínuo em educação e saúde e a priorização das energias renováveis, criaram bases sólidas para um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Por outro lado, a promoção de setores como turismo, agricultura diversificada e tecnologia de média complexidade, mas que desenvolve paulatinamente, evidencia a capacidade de transformar vantagens comparativas em vantagens competitivas, sem renunciar à preservação ambiental e da coesão social.

Dessa maneira, a Costa Rica apresenta-se não apenas como um caso de sucesso no contexto latino-americano, mas também como uma referência global em inovação sustentável. Seu exemplo sugere que a construção de um projeto nacional orientado para o bem-estar coletivo e para a valorização de ativos intangíveis pode oferecer caminhos alternativos diante dos desafios contemporâneos da economia global. A trajetória costarriquenha demonstra que a combinação de políticas sustentáveis, identidade cultural e estabilidade econômica pode transformar limitações territoriais em vantagens estratégicas no cenário global.

3.2 BRASIL-AMAPÁ: TERRA DOS “POVOS DO MEIO DO MUNDO”

O Brasil é uma república federativa presidencialista, composta por 26 estados e um Distrito Federal. O sistema político brasileiro segue o modelo da tripartição dos poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e tem uma estrutura federalista, o que significa que cada estado tem autonomia para criar suas próprias leis e governar de acordo com suas necessidades locais, desde que essas leis não entrem em conflito com a Constituição Federal. Dentro dessa estrutura, o Amapá é um dos estados mais recentes da Federação, tendo sido elevado à categoria de estado em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Federal pelo então presidente José Sarney, e que depois veio a se tornar senador da república pelo estado.

Antes de sua transformação em estado, o Amapá era um território federal, criado em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, como parte da estratégia de interiorização e defesa da Amazônia. A transformação em estado foi uma conquista significativa para o Amapá, que passou a ter maior autonomia política e administrativa. No entanto, não foi primariamente por uma demanda popular direta ou organização civil, mas uma decisão do governo federal. A partir da estadualização, o Amapá pôde eleger seus próprios representantes políticos para o Congresso Nacional, além de governadores e deputados estaduais, com plena participação no pacto federativo brasileiro.

O estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, é um território vasto, cheio de mistérios e histórias que remontam a tempos ancestrais. O estado é um mosaico cultural, ecológico e histórico, marcado pela imensa biodiversidade da Floresta Amazônica, pelos povos indígenas que ainda vivem e os que deixaram um legado arqueológico que em pesquisa, pela herança cultural afro-brasileira e a influência de povos europeus que lutaram pelo domínio territorial deste espaço no extremo norte do país.

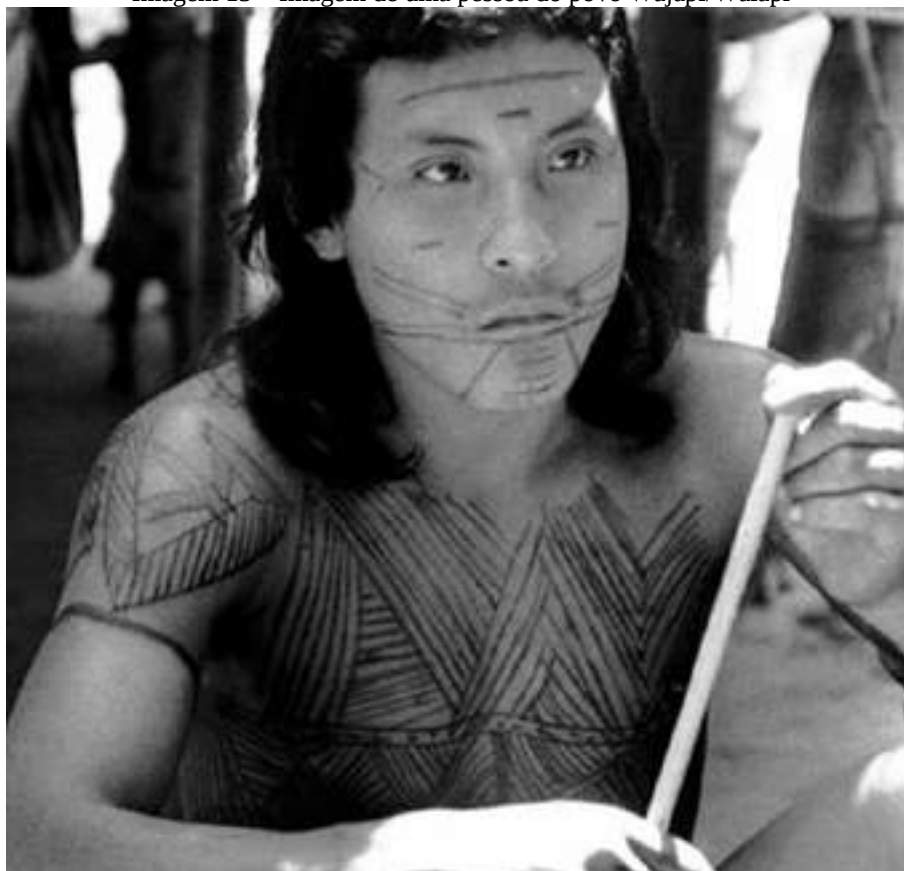
Segundo a Agência Amapá (2023) o Amapá tem 96% de cobertura vegetal, sendo 72% de áreas protegidas. O relevo é formado predominantemente por terras de baixa altitude, localizadas em regiões que circundam a foz do Amazonas, o litoral e a bacia do Oiapoque. Já em sua região centro-oeste está o Planalto das Guianas, com altitudes de mais de 200 metros e a noroeste as altitudes apresentadas são mais elevadas, tendo o seu ponto mais alto na Serra de Tumucumaque. Atualmente, o estado é composto por 16 municípios, cada um com características econômicas, culturais e geográficas únicas; e está subdividido em duas mesorregiões: Sul e Norte do Amapá.

Conforme demonstrado na imagem 12, a porção Sul, que é mais a populosa, inclui os municípios de Macapá (capital do estado), Santana, Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari,

ancestrais, como os Palikur, os Karipuna, os Galibi Marworno, os Wajãpi e outros grupos, tinham uma relação profunda com o território que ocupavam, interagindo com os rios, as florestas e os recursos naturais de maneira sustentável.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2008) destaca que os primeiros habitantes do Amapá desenvolveram sistemas de subsistência baseados na caça, na pesca e na agricultura de roça, praticando o cultivo de mandioca, batata-doce e milho, além de uma vasta utilização de plantas medicinais da floresta amazônica.

Imagem 13 – Imagem de uma pessoa do povo Wajãpi/Waiãpi



Fonte: IPHAN, 2008.

Gomes (2021) explica que os Palikur são conhecidos, por exemplo, por suas habilidades como navegadores e pescadores. Eles viviam em áreas próximas ao litoral e ao rio Oiapoque, desenvolviam suas práticas econômicas a partir dos recursos hídricos: suas canoas de madeira são uma expressão da profunda conexão com os rios. Atualmente os Palikur vivem nas Terra Indígena Uaçá, no norte do Amapá e na Guiana Francesa.

Os Wajãpi²⁷ habitam as áreas mais interiores e montanhosas do Amapá (imagem 13), são famosos por seus conhecimentos de manejo sustentável da floresta e sua arte corporal com

²⁷ Encontrei referências do nome das duas maneiras, Wajãpi e Waiãpi.

desenhos de urucum e jenipapo (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008). Essa arte visual é um aspecto da sua identidade, sendo também um modo de se conectar com os espíritos da floresta.

As tradições espirituais desses povos ancestrais também desempenham um papel fundamental na formação da cultura amapaense. Cada grupo tem sua própria visão do mundo e sua relação com os elementos naturais, como o céu, a terra, os rios e os animais. A natureza é vista não apenas como um meio de sobrevivência, mas como um território sagrado, habitado por espíritos e entidades que precisam ser respeitadas e cultuadas. Essa conexão espiritual com o meio ambiente tem influenciado o modo como as comunidades indígenas do Amapá preservam suas tradições até hoje, sendo um dos principais fatores que garantem a continuidade de seus conhecimentos ancestrais.

Imagem 14 – Fachada do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, Macapá-AP



Fonte: Produção da autora (2025).

Ao visitar o Museu Histórico Joaquim Caetano (imagem 14), localizado no centro de Macapá, capital do estado, foi possível conhecer o resultado das escavações arqueológicas realizadas em diversos pontos do Amapá. Este museu revela uma série de objetos de cerâmica decorada, além de vestígios de antigas aldeias e locais de enterramento. Esses achados indicam que a região era densamente habitada por populações indígenas muito antes da chegada dos europeus. Esclarece o guia da visita guiada do museu, as urnas funerárias e os objetos

cerimoniais, como estatuetas e amuletos, sugerem que esses povos possuíam ritos religiosos complexos, nos quais os mortos eram honrados e protegidos espiritualmente.

Imagem 15 – Urna funerária antropomorfa com grafismo, exemplar do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, Macapá-AP



Fonte: Produção da autora (2025).

A produção cerâmica, com desenhos geométricos e figuras zoomórficas, revela uma cultura profundamente conectada ao mundo espiritual e ao ambiente natural, observar imagens 15 e 16. O legado dessas populações indígenas continua presente no Amapá contemporâneo, tanto através das comunidades que ainda vivem no estado, como os Wajãpi, quanto pela herança cultural que permeia a vida social e ambiental da região. As práticas agrícolas, os conhecimentos sobre plantas medicinais e a relação espiritual com a natureza são transmitidos de geração em geração, mantendo vivas as tradições que moldaram o Amapá ancestral.

Imagem 16 – Urnas funerárias diversas, exemplares do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, Macapá-AP



Fonte: Produção da autora (2025).

Durante a entrevista de campo com o Guia de Turismo amapaense (Entrevista 15, 2025), foi mencionado o papel histórico importante do edifício que abriga o museu, pois é o terceiro mais antigo da cidade, construído em 1895, e ajuda a preservar parte da memória amapaense. Além das urnas funerárias originais já mencionadas, o espaço também abriga os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva, intelectual gaúcho cuja obra serviu de base documental para a defesa territorial conduzida por Barão do Rio Branco em 1900, durante o litígio que definiu as fronteiras do Amapá com a Guiana Francesa.

Estes estudos arqueológicos no Amapá têm revelado um patrimônio pré-colonial de grande relevância para a compreensão da ocupação humana na Amazônia oriental, conforme identificado durante a pesquisa de campo. Estes registros arqueológicos estão sendo sistematizados desde a década de 1970, por instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e, posteriormente, por projetos vinculados ao IPHAN e universidades estrangeiras e brasileiras, com destaque para o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá – CEPAP-UNIFAP (Imagem 17) – e o trabalho de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá (IEPA).

Imagem 17 – Fachada do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá, localizando dentro da UNIFAP



Fonte: Produção da autora (2025).

Entre os achados emblemáticos está o Parque do Solstício²⁸, ver imagem 18, que fica em uma das margens do Igarapé Rego Grande, na área rural de Calçoene (AP), sendo o acesso pelo ramal de terra batida que liga a sede do município à vila do Cunani (colônia de moradores que vivem dentro do Parque Nacional do Cabo Orange). Conhecido popularmente como o “*Stonehenge* do Amapá”, o sítio é formado por cerca de 120 blocos de granito dispostos circularmente, interpretados como um observatório astronômico e cerimonial construído por sociedades pré-coloniais entre os séculos IX e XIV.

Prous (2004) explica que essa estrutura indica não apenas domínio técnico sobre o espaço e o tempo, mas também a existência de práticas religiosas e calendarizas complexas, demonstrando muita organização social. Além disso, Neves (2012) reforça que esses achados também fortalecem o reconhecimento dos povos indígenas atuais como herdeiros diretos dessas tradições milenares, ampliando o debate sobre identidade, território e memória na região.

²⁸ Identificou-se que o sítio possui vários nomes: Sítio Arqueológico do Rego Grande; Sítio Arqueológico Metalético de Calçoene, Parque Arqueológico do Solstício e *Stonehenge* brasileiro ou *Stonehenge* do Amapá.

Imagem 18 – Estruturas metalíticas do Parque do Solstício



Fonte: Produção da autora (2025).

A arqueologia no Amapá demonstra que o estado foi berço de sociedades complexas e organizadas, capazes de construir monumentos, desenvolver astronomia, produzir cerâmica avançada e manter redes de interação antes mesmo da chegada europeia. Essas descobertas não apenas reconstroem a história pré-colonial amazônica, mas também reforçam a importância de proteger esse patrimônio como parte da memória viva dos povos originários.

3.2.2 Colonização multinacional do Amapá

A colonização do Amapá foi um processo longo e complexo, caracterizado pela disputa entre várias potências europeias, cada uma buscando estabelecer seu controle sobre essa região estratégica. Diferente de outras áreas do Brasil, o Amapá foi alvo de interesses de franceses, holandeses, ingleses e portugueses ao longo dos séculos XVI e XVII. A posição geográfica do Amapá, próximo à foz do rio Amazonas e à fronteira com a Guiana Francesa, tornou-o um ponto de grande interesse geopolítico e econômico.

Os primeiros europeus a estabelecer uma presença significativa na região foram os franceses, que no século XVII fundaram a colônia de Caiena, na atual Guiana Francesa, e realizaram várias expedições no território amapaense. Os franceses estabeleceram fortes relações comerciais e se aliaram a algumas tribos indígenas locais, trocando produtos europeus por especiarias e recursos da Amazônia. No entanto, a resistência de outros grupos indígenas,

somada às dificuldades impostas pelo ambiente denso e difícil da floresta amazônica, impediu que os franceses consolidassem seu domínio sobre a região.

Com a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, para pôr fim na guerra de sucessão espanhola²⁹, um dos acordos estabelecidos refere-se às fronteiras entre as possessões coloniais portuguesas e francesas, com a França ficando com a Guiana Francesa e Portugal consolidando seu domínio sobre o território amapaense. O tratado estabeleceu que o rio Oiapoque (na época Vicente Pinzón) definiria a fronteira entre Portugal/Brasil e França. Ocorre que a França passou a questionar qual seria o rio Vicente Pinzón, alegando que se tratava do rio Amazonas e não o Oiapoque (Rio Branco, 2008). Estas disputas tinham um motivo em especial, a exploração de ouro na região e o interesse da rota comercial da região.

Brito, Palhares e Frias (2020) explicam ainda que os holandeses e ingleses também estabeleceram bases temporárias na costa do Amapá, explorando o comércio de madeiras e outros recursos naturais. Essas incursões resultaram em uma colonização multinacional, onde diferentes potências europeias competiam pelo controle do território e pelos seus recursos, com um agravante, o governo de Portugal era ausente na região, o que dava espaço para o domínio estrangeiro.

Meire (2024) explana que no ano de 1893 começaria uma nova fase de exploração de ouro na região, após os irmãos Firmino e Germano encontrarem ouro no igarapé Esperança (próximo ao rio Calçoene-AP), bem no centro da área litigiosa, ampliando ainda mais as disputas territoriais e garimpagem na região.

A descoberta de ouro acirrou ainda mais as disputas entre os habitantes da região e os estrangeiros. Romani (2010) explica que o ouro extraído em Calçoene passava pelo porto de Caiena, o mais próximo e bem aparelhado, onde era classificado e tributado em 10 francos por quilo na entrada e em 8% do valor bruto da mercadoria quando de sua saída para a Europa, o que fornecia uma enorme arrecadação para a colônia francesa. Além disso, parte da exportação do ouro extraído permaneceu sob controle das companhias mineradoras de origem inglesa que operavam com navios fretados que saíam diretamente dos rios Cunani e do Calçoene, sem passar pelo porto de Caiena, escapando da tributação francesa.

Com o descobrimento do ouro, a região de Calçoene e Cassiporé passou por um aumento populacional expressivo. Os novos habitantes eram formados em sua maioria por garimpeiros de fala *créole*³⁰, empresários e funcionários a serviço do governo francês, que acruavam os donos

²⁹ A morte do rei Carlos II, que não deixou herdeiros, deu início a Guerra da Sucessão Espanhola, entre 1701 e 1714, envolvendo diversas monarquias europeias em torno dos direitos de sucessão da Coroa espanhola.

³⁰ Filhos dos descendentes de europeus que tinham nascido ou viviam na região.

de pequenas propriedades. Romani (2010b) em seu trabalho explica, baseado em conceitos foucauldianos, que a França utilizava o discurso de “civilização” para justificar e manter a presença militar e econômica. A ausência de regulação efetiva do Brasil possibilitou à França consolidar seu domínio, utilizando a infraestrutura para a extração do ouro e cobrando impostos sobre os recursos extraídos.

As indefinições territoriais herdadas do período colonial, quando o Tratado de Utrecht (1713) deixou vagas as fronteiras entre as Guianas, resultaram em uma experiência política efêmera e não reconhecida, ocorrida entre 1886 e 1891 no atual norte do Amapá, em área então disputada por Brasil e França, a chamada República do Cunani (Leão, 2021). Ao aproveitar-se da ausência de controle efetivo da Coroa portuguesa e, posteriormente, do Império do Brasil, aventureiros europeus e comerciantes locais proclamaram um governo independente com capital na vila de Cunani, situada entre os rios Oiapoque e Araguari, conforme explicado por Paz (2014).

Ainda no entendimento de Paz (2014), o movimento foi liderado pelo francês Jules Gros, que buscava legitimar a criação de uma república livre. A iniciativa, no entanto, tinha claros interesses econômicos e estratégicos, pois visava explorar recursos naturais e estabelecer uma rota comercial francesa na região. A autoproclamada república chegou a criar bandeira, emitir selos e moeda própria, mas nunca obteve reconhecimento diplomático. O Brasil considerou o ato uma violação de sua soberania e intensificou sua presença militar e administrativa na área.

Como observa Leão (2021), o episódio do Cunani revela as fragilidades da presença estatal brasileira na Amazônia oitocentista e a disputa simbólica e geopolítica pelo Amapá, então visto pela França como uma extensão natural da Guiana. Mais do que um incidente isolado, a República do Cunani expôs o abandono administrativo e o vazio de poder que marcaram as fronteiras setentrionais do país. Além dos interesses econômicos-financeiros da região, Romani (2010, pp. 98) explica:

(...) ao norte, entre o Calçoene e o Cassiporé, passando por Cunani, uma região rica em minérios, encontrava-se uma expressiva ocupação humana mais recente, formada por garimpeiros de fala *créole* e assistida por alguns empresários e funcionários a serviço do governo francês. Romani (2010, pp. 98)

Como desdobramento, Romani (2010b) explica o episódio que ficou conhecido como “Massacre do Amapá”, ocorrido em maio de 1895, no contexto da disputa territorial entre Brasil e Guiana Francesa. Trava-se de uma extensa zona de fronteira à margem do rio Oiapoque, que estava juridicamente indefinida. A descoberta de jazidas de ouro por volta de 1893, somado à

ausência do Estado e à carência de soberania, tornou a região um “território contestado” por garimpeiros, empresários e forças imperialistas que disputavam o controle da área.

Após o massacre surgiu o chamado Governo do Triunvirato, instaurado entre 1895 e 1897 na região do Amapá. Constituiu uma forma provisória de administração, criada pelo Estado brasileiro após o Massacre de 1895, mencionado por Moreira e Chaves (2017). Os mesmos autores explicam que o Triunvirato foi composto por Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), liderança militar local; Coronel José Serafim Gomes, representante civil; e Padre José Maria de Souza, autoridade religiosa de influência regional; sua função era garantir a ordem, organizar a defesa territorial e afirmar a presença administrativa brasileira em um espaço marcado pela instabilidade política e pela ameaça de intervenção francesa.

Esse arranjo expressa um modelo de governo excepcional, centralizado e emergencial, que operava para consolidar a soberania nacional num território contestado e vulnerável. Como explica Meira (2024), os três brasileiros, tiveram a aprovação da população local, e esta junta ajudou a expulsar os franceses e consolidou um sentimento nacionalista.

O conflito encerrou com a diplomacia do Barão do Rio Branco, evitando assim uma guerra formal entre Brasil e França, que optavam pela arbitragem internacional e pela solução pacífica do conflito. No ano de 1900, Brito, Palhares e Farias (2020) explicam que a decisão arbitral garantiu ao Brasil a posse definitiva da região, consolidando a fronteira no rio Oiapoque. Os mesmos autores ainda mostram que a resolução diplomática é vista como um triunfo da política externa brasileira e marca um exemplo significativo de como conflitos por recursos naturais podem ser resolvidos sem o uso da força.

Nos termos de Meira (2024), a presença francesa na região, motivada pela exploração econômica, destaca a entrada tardia do Brasil na disputa, que procurava defender a integridade territorial, demonstra a complexidade da expansão imperialista na Amazônia e a maneira como o ouro transformou a fronteira em uma área de conflito.

O isolamento geográfico e a resistência das populações indígenas contribuíram para que a região que hoje é o Amapá permanecesse relativamente marginalizada no contexto colonial, sem a formação de grandes centros urbanos ou uma economia baseada na exploração de mão de obra escrava, como em outras regiões do Brasil. No entanto, a presença europeia deixou marcas duradouras no território, principalmente no que diz respeito às disputas fronteiriças, que se estenderam até o final do século XIX.

3.2.3 Amapá como território brasileiro e sua estadualização

Durante o período colonial a área da Região Amazônica estava dividida em dez unidades político-territoriais entre capitanias gerais e secundárias, subordinadas diretamente ao Governo Central de Portugal. Elas eram: Maranhão, Grão Pará, Tapuiara, Gurupá, Cametá, Cabo Norte, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás. Após a Proclamação da Independência do Brasil, toda região Amazônica ficou sob a administração da unidade política da Província do Pará, com desdobramento depois entre Amazonas e Pará (Montoril, 2018). Em 1943 a área que hoje é o Amapá se tornou Território Federal, junto com outros quatro territórios federais³¹, devido à necessidade de reforçar a Segurança Nacional no período da II Guerra Mundial (1939-1945).

Brito, Palhares e Farias (2020) e Lobato (2014) explicam que a transformação do Amapá em Território Federal em 1943, fazia parte das estratégias de ocupação e defesa das fronteiras amazônicas. Brito, Palhares e Farias (2020) relatam que este processo de ocupação gerou impactos econômicos e ambientais na região, com os grandes projetos de exploração de manganês pela ICOMI e o Projeto Jari, contribuindo para o crescimento econômico do estado, mas também trouxeram consequências sociais negativas, como a marginalização de comunidades locais e graves danos ambientais.

Lobato (2014) especifica que o primeiro governador do Território Federal, foi Janary Gentil Nunes, nomeado por Getúlio Vargas em 1944, que permaneceu no poder até 1956. Teve uma política considerada modernizadora, centrada na introdução de uma nova ética do trabalho e na reorganização econômica; visava transformar as populações locais e integrar a região à economia nacional. Porém estas políticas tinham um viés colonizador, pois tinham como objetivo promover o desenvolvimento do território em detrimento das culturas locais. Lobato (2014) complementa que estas políticas foram implementadas de maneira autoritária e com pouca consideração pelas tradições locais.

A modernização imposta pelo governo marginalizou as práticas culturais e econômicas tradicionais dos ribeirinhos e agricultores, impondo um novo modelo econômico que não correspondia às necessidades e realidade da população local. O papel do Marabaixo ou da Zimba foi em muitos aspectos, a resistência das culturas colonizadas, demonstrando ser uma manifestação decolonial.

³¹ Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei n.º 5.812, em 13 de setembro de 1943, instituindo as novas unidades federais: Guaporé (desmembrado do Amazonas e Mato Grosso), Rio Branco (Amazonas); Amapá (Pará), Iguazu (Paraná) e Ponta Porã (Mato Grosso).

Outro momento importante foi o período do regime militar (1964-1985), onde as únicas oposições eram o jornal semanal *Folha do Povo* e o janarismo, movimento político-social em prol ao ex-governador Janary Nunes, que ainda exercia forte influência nos governos territorial e municipal e era deputado federal naquele ano (Canto e Silva, 2018). Raiol Junior (2024) menciona a prisão das pessoas que aparentemente eram contrárias ao regime que se instalou no Brasil. No caso de Macapá, especialmente a Fortaleza de São José de Macapá serviu como prisão.

Construída entre 1764 e 1782, a Fortaleza de São José de Macapá havia sido construída para estabelecer a paz e a união da Coroa Portuguesa no novo povoado. Tratava-se de um espaço estratégico para os portugueses, pois possibilitaria o controle dos moradores e a proteção de invasores externos. Para Magalhães (2006), a fortaleza deveria servir para impedir a entrada de navios invasores; defenderia, abrigando no seu interior, os moradores da vila de São José de Macapá.

No entanto, como Canto e Silva (2018) explicam, o militarismo pós-1964 fez da fortaleza um lugar de prisão de suspeitos, desde a instauração das comissões militares de investigação contra as pessoas consideradas comunistas ou das quais se suspeitava que tivessem alguma posição contrária ao regime.

Canto e Silva (2018) explicam que os mesmos exageros ocorridos no restante do Brasil foram registrados no Território Federal do Amapá, pois a Comissão de Investigação Sumária começou prendendo prefeitos e funcionários graduados, impondo-lhes humilhações públicas, pois eram acusados de improbidade administrativa. A dita Comissão iniciou a perseguição de suspeitos de vinculação ao comunismo internacional, o que nunca ficou comprovado. Os autores mencionam um caso em Calçoene:

Em Calçoene (município amapaense ao norte da capital), não faltaram situações crassas: o prefeito mandou prender dez moradores que protestavam contra o aumento do preço da carne. Passou um telegrama para o governador informando que havia detido perigosos comunistas que estavam ameaçando a estabilidade de sua administração, informando ainda que outros estavam soltos. O governador, general Luiz Mendes da Silva, retransmitiu o telegrama ao comando da 8ª Região Militar, que determinou o embarque de soldados de Clevelândia (Base Militar do Exército na fronteira instalada no município de Oiapoque) para ocupar Calçoene. O que se seguiu também serviu para uma espécie de “ajuste de contas” com o janarismo. (Canto e Silva, 2018, pp. 305)

O caso explanado é uma demonstração de como questões de poder estavam acima das tradições da sociedade amapaense. O exemplo do ex-governador e militar da reserva Janary Nunes é intrigante, uma vez que em 1943, quando era governador, suas políticas foram

implementadas de maneira autoritária, como já mencionado, mas em 1964 era contrário ao autoritarismo do regime militar de 1964.

A vinculação ao militarismo nos cargos de gestão em Amapá é relevante porque, de acordo com Canto e Silva (2018), durante todo o período territorial do Amapá (1943-1988), o governador dos territórios era nomeado pelo presidente da República e este era quem nomeava os prefeitos dos municípios. Isso demonstra o quanto a vontade dos habitantes locais não era considerada relevante.

Segundo Porto (2005) durante o período como Território Federal, o Amapá experimentou uma fase de intensa exploração econômica, com grandes projetos de mineração e infraestrutura, mas também enfrentou desafios, como a marginalização das populações locais e a dependência do Governo Federal. A infraestrutura disponibilizada foi para atender às demandas econômicas dos grandes projetos de mineração e não da população local. Um exemplo foi a extração e o beneficiamento de manganês no município da Serra do Navio.

De acordo com Drummond (2000), a mineração em Serra do Navio (AP) trouxe sérios problemas socioambientais, pois a empresa ICOMI³², após extrair sessenta milhões de toneladas de minério de manganês, deixou um rastro de destruição, como a erosão de solos e subsolos escavados ou expostos às intempéries, assoreamento de rios e a mudança de curso de pequenos rios, criação de lagoas de deposição de rejeitos nas partes mais baixas do terreno. Confirmando a posição de Superti, Porto e Oliveira (2020) de que a vivificação da fronteira tenha promovido a ocupação dessas áreas, ela não foi suficiente para superar a condição periférica de regiões como o Amapá.

Superti, Porto e Oliveira (2020) explicam que a transição do Amapá para estado em 1988 trouxe novas possibilidades de desenvolvimento, mas também desafios relacionados à sustentabilidade econômica e à gestão de suas fronteiras internacionais. Com a estadualização em 1988, Porto (2005) esclarece que o Amapá ganhou autonomia política, mas continuou enfrentando dificuldades econômicas e desafios na gestão de suas áreas protegidas. O autor reforça que o estado precisa de políticas públicas mais equilibradas que conciliem desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Inclusive, Simonian (2010) destaca que para a revolução socioambiental do estado acontecer é necessário educar, captar e abrir espaço para a criatividade dos amapaenses. Superti, Porto e Oliveira (2020) explicam que as políticas territoriais foram eficazes em alguns aspectos,

³² A Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) foi uma empresa privada brasileira que explorou manganês no Amapá entre 1957 e 1998. A ICOMI foi criada em Belo Horizonte em 1942 e foi o primeiro grande empreendimento mineral da região amazônica.

mas não atingiram todos os seus objetivos, deixando a região ainda com problemas significativos, especialmente de ordem social.

Por fim, Brito, Palhares e Farias (2020) destacam que apesar da exploração intensa dos recursos naturais, o Amapá continua a enfrentar desafios socioeconômicos, com sua infraestrutura inadequada e uma economia dependente de projetos de grande escala que não beneficiam amplamente a população local. Lobato (2014) conclui que a federalização do Amapá, apesar de ter promovido avanços na infraestrutura e segurança, falhou em incorporar as populações locais de forma participativa no processo de modernização, perpetuando uma dependência política e econômica do governo federal.

3.2.4 Amapá hoje

O Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa (noroeste), que é um território ultramarino da França, e com o estado brasileiro do Pará (sul e sudeste), além de ser banhado pelo oceano atlântico (nordeste e norte). A constituição deste território é o resultado de diversos conflitos territoriais que se estenderam até o início do século XXI e a espoliação das riquezas naturais, como já mencionado nos subcapítulos anteriores. Em virtude desta diversidade territorial, surgiu a expressão “Povos do Meio do Mundo” como parte de uma construção identitária em Macapá, ainda não como marketing territorial promovido pelo Estado, mas é algo que pode vir a ser.

A expressão reflete a complexidade de um território onde coexistem povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas e urbanas, todos profundamente conectados às dinâmicas ecológicas e culturais da Amazônia. Nesse sentido, o uso do termo funciona como instrumento de valorização identitária. Porém, a pesquisa de Souza (2021) analisa como a construção da identidade “Meio do Mundo” em Macapá é uma forma de governamentalidade simbólica, pois cria um sentimento de pertencimento coletivo, sendo que, ao mesmo tempo, naturaliza as desigualdades urbanas e sociais.

Este *slogan* tem como ponto de partida a singularidade geográfica do território, atravessado pela Linha do Equador e marcado pela presença do Marco Zero em sua capital, Macapá. Ao explorar esse elemento natural o governo buscou transformar a localização geográfica em símbolo político e econômico, destacando o Amapá como um território estratégico, posicionado no ponto de encontro entre os hemisférios Norte e Sul (Souza, 2021). Essa iniciativa tem como objetivo diferenciar o estado dos demais estados da Amazônia, fortalecendo sua visibilidade no cenário nacional e internacional.

Todavia, conforme evidenciado por Souza (2021), há muitos espaços urbanos e periféricos da cidade que permanecem marginalizados, com déficit de saneamento, carência de serviços públicos e desigualdades sociais, o que contrasta fortemente com a imagem romântica e identitária projetada pelo discurso turístico-institucional.

Os diferentes atores sociais, como movimentos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e organizações da sociedade civil, incorporaram a expressão “povos do Meio do Mundo” para afirmar pertencimentos identitários e fortalecer suas lutas por direitos territoriais e culturais. Nesse processo, a ideia deixou de ser apenas um *slogan* geopolítico e passou a designar coletividades que vivem em um espaço marcado por encontros históricos, fronteiras, mobilidades e resistências. A imagem 19 expõe visualmente o papel desta expressão dentro de Macapá-AP.

Imagem 19 – Praça Povos do Meio do Mundo, Macapá-AP



Fonte: Produção da autora (2025).

Hoje, ao se falar em povos do Meio do Mundo, o que está em jogo não é apenas uma localização geográfica, mas uma condição histórica e sociopolítica que articula tradição e modernidade, local e global. A expressão “Meio do Mundo” não é exclusividade do Amapá e aparece em outros contextos geográficos, sobretudo em países atravessados pela Linha do Equador, como o Equador, Uganda e Quênia.

No caso equatoriano, por exemplo, o monumento *Mitad del Mundo*, construído nos arredores de Quito, tornou-se símbolo nacional e ferramenta de promoção turística e geográfica, reforçando a ideia do país como centro planetário (Rodrigues, 2017). Contudo, Souza (2021) elucida que diferentemente dessas experiências, no Amapá a noção foi ressignificada e ganhou densidade sociopolítica: transformou-se de *slogan* em categoria identitária e instrumento de afirmação coletiva.

Ao se referir aos *povos do Meio do Mundo*, a expressão passa a designar sujeitos históricos que vivem na confluência de hemisférios, culturas e temporalidades, e cuja presença se articula com a defesa de territórios, saberes e modos de vida. Para Videira (2014), um dos elementos representativos dessa herança é o Marabaixo, uma expressão cultural que transcende os limites de uma simples manifestação artística e se consolidou como um símbolo da resistência e da identidade do povo amapaense.

No entendimento de Simonian, Silva e Nunes Filho (2022), o Marabaixo é uma celebração que conecta as tradições africanas trazidas pelos escravizados com o contexto cultural e religioso do Amapá, sendo um pilar fundamental da vida social e espiritual do estado. O Marabaixo não é apenas uma festa ou dança, mas sim uma filosofia de vida que reflete a resiliência, a fé e a alegria de viver do povo amapaense.

Videira (2014) explica que o termo "Marabaixo" vem da palavra "abaixo", em referência aos movimentos de descida realizados durante a dança, que é acompanhada por tambores rústicos e cânticos em dialetos afro-brasileiros. Ao som dos tambores, os participantes realizam uma espécie de cortejo, onde a música e a devoção se misturam. Os tambores são tocados apenas por homens, enquanto as mulheres participam com seus cantos e movimentos, em um ritual que simboliza a celebração da vida, da fé e da herança africana.

Outro elemento representativo é a Zimba, uma expressão musical e coreográfica de forte matriz afro-indígena, integrada ao conjunto das manifestações tradicionais que acompanham as festas religiosas no interior do Amapá. De acordo Jastes (2012), a Zimba constitui uma expressão cultural amazônica profundamente associada ao carimbó, caracterizada por uma espetacularidade gestual que combina dança, teatralidade e performance coletiva. Para o autor, a Zimba é mais que um estilo coreográfico, trata-se de uma prática sociocultural vivida em contextos festivos, na qual os corpos em movimento expressam memórias, narrativas e identidades das populações caboclas da Amazônia.

No caso das festas realizadas na comunidade de Cunani, especialmente as celebrações de Santa Maria do Menino Jesus e São Benedito (Entrevista 11 e 13, 2025), a Zimba aparece

como componente ritualístico, preservando memórias ancestrais e reafirmando identidades culturais locais. Essa manifestação, portanto, não é apenas entretenimento, mas um marcador simbólico da continuidade histórica dos povos afro-indígenas da região, integrando música, dança e espiritualidade em um mesmo ato comunitário que reafirma pertencimento e territorialidade.

Por fim, expressão povos do Meio do Mundo pode ser compreendida como uma manifestação concreta daquilo que Foucault (2008) denomina governamentalidade, isto é, o conjunto de racionalidades e técnicas por meio das quais o Estado busca conduzir a conduta das populações. Ao produzir e difundir essa categoria, o poder público não se limita a nomear uma característica geográfica, mas cria uma identidade coletiva funcional aos seus projetos políticos, econômicos e territoriais.

A transformação de um marco natural – a passagem da Linha do Equador – em símbolo de pertencimento e centralidade geopolítica exemplifica como o poder opera pela produção de discursos que naturalizam modos de ser e de habitar. Ao mesmo tempo, essa identidade fabricada pode ser apropriada e ressignificada pelos próprios sujeitos, tornando-se um instrumento de reivindicação, resistência e visibilidade. Assim, o termo revela como o poder não age apenas por meio da coerção institucional, mas sobretudo pela produção simbólica de sujeitos e territórios governáveis.

Imagem 20 – Obras dos artesãos da Casa do Artesão em Macapá – I



Fonte: Produção da autora (2025).

Com relação à cultura local, além do Marabaixo e o Zimba, foi possível identificar iniciativas locais nos municípios visitados, atrelados ao empreendedorismo de artesãos. Em Macapá existe a Casa do Artesão, que promove a comercialização de peças de artesãos locais (imagens 20 e 21). Foi visitada também a Casa do Empreendedor do Município de Tartarugalzinho, que dispõe de uma sala na BR 156 para divulgação da produção de mulheres do município (imagens 22 e 23). E o ateliê de uma artesã no município de Calçoene, onde o trabalho artístico é misto de conceitual e comercial (imagens 24 e 25).

Imagem 21 – Obras dos artesãos da Casa do Artesão em Macapá – II



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 22 – Sala do Empreendedor SEBRAE de Tartarugalzinho-AP



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 23 – Obras das artesãs da Associação de Mulheres e Artesãos de Tartarugalzinho



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 24 – Ateliê de uma artesã no município de Calçoene



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 25 – Escultura em madeira talhada da história de Calçoene, ateliê de uma artesã no município de Calçoene



Fonte: Produção da autora (2025).

Outra característica importante na formação do Amapá é o reconhecimento do território de áreas protegidas no estado. Brito et al. (2023) explicam que o papel das áreas protegidas localizadas na fronteira entre o estado do Amapá e os países vizinhos (Guiana Francesa e Suriname) tem função essencial na manutenção da cobertura florestal, da diversidade biológica, dos serviços ecossistêmicos e da integridade ambiental da fronteira amazônica oriental. Contudo, o estudo também alerta para os desafios quanto às vulnerabilidades da gestão, ao controle de pressões externas (mineração, desmatamento, exploração ilegal) e à garantia dos direitos das comunidades tradicionais.

Demonstra-se o quanto a atuação em áreas protegidas é complexa, a conservação não pode ser vista apenas sob um viés ecológico, mas como um vetor de justiça territorial e social, onde a proteção da natureza e a valorização das comunidades tradicionais devem andar juntos. Essa compreensão é especialmente importante quando se observa que grande parte das contradições socioambientais na Amazônia resulta justamente de modelos de ocupação que ignoraram a dimensão da justiça territorial, como demonstra o histórico da exploração de manganês na Serra do Navio pela ICOMI, comprovando exatamente o que ocorre quando o território é governado sem esse princípio.

Na compreensão de Monteiro (2003), a exploração de manganês na Serra do Navio, conduzida pela ICOMI, desde os anos 50, constituiu a primeira grande iniciativa de mineração industrial da Amazônia brasileira e gerou expectativas de desenvolvimento regional. Entretanto, de acordo com o mesmo autor, “[...] não foi capaz de impulsionar rapidamente processos regionais de desenvolvimento econômico e de modernização” (Monteiro, 2003, p. 69). Nascimento (2014) explica o modelo de desenvolvimento foi dependente da exportação do minério bruto, sem agregação de valor, refletindo a lógica extrativista e dependente que se caracterizou em outras regiões amazônicas.

Drummond (2000) revela que, embora o empreendimento tenha gerado inicialmente uma reestruturação urbana e certa modernização local, com criação de infraestrutura e emprego, falhou em consolidar um desenvolvimento sustentável e diversificado. Ao encerrarem-se as atividades, com o esgotamento das jazidas nas décadas de 1980 e 1990, a região experimentou declínio econômico, desemprego, êxodo populacional e problemas ambientais, evidenciando a fragilidade de um modelo extrativista sem base social e institucional estruturada, além dos passivos ambientais, como áreas contaminadas e rios assoreados.

Esse colapso socioambiental não apenas evidenciou os limites do desenvolvimento baseado na mineração, mas também funcionou como um marco histórico que impulsionou o estado do Amapá a redefinir suas estratégias de gestão territorial, abrindo espaço para a consolidação de uma agenda ambiental mais estruturada a partir dos anos 1990. A partir desta década, foi implementado o Código Ambiental do estado do Amapá em 1994³³, sendo intensificada a atuação na área ambiental a partir de 2000 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC³⁴.

De acordo com o SNUC, um corredor de biodiversidade é uma porção de ecossistemas naturais ou seminaturais que liga unidades de conservação, com o objetivo de garantir o fluxo gênico e o movimento da fauna e flora, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas (Brasil, 2000). O Amapá possui Corredor de Biodiversidade com a gestão integrada de 12 unidades de conservação e quatro terras indígenas que cobrem mais de 70% do estado (Agência Amapá, 2023), criada para conectar essas áreas e garantir a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Este protagonismo ambiental possibilita para a região atividades econômicas compatíveis com a conservação, e o ecoturismo no Amapá é um dos setores mais promissores,

³³ Lei Complementar Estadual n.º 5, de 18 de agosto de 1994

³⁴ Lei Ordinária n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.

assim como na Costa Rica. Durante a visita de campo no mês de março/2025, foram realizadas entrevistas com os secretários municipais de Oiapoque, Calçoene e Tararugalzinho, além da diretora de desenvolvimento turístico da secretaria do estado do Amapá, sendo possível identificar uma unidade quanto a vontade em realizar ecoturismo na região. Porém, mesmo com o potencial natural disponível e a vontade política, é necessário o aprimoramento e unidade nos processos turísticos da região (Entrevista 7, 8, 9 e 12, 2025).

A Diretora de Desenvolvimento do Turismo do estado do Amapá defende que o turismo na Amazônia deve ser consciente, responsável e alinhado à lógica do turismo de base comunitária. Ela critica o modelo antigo que priorizava grandes estruturas e *resorts* em plena floresta, pois isso implica desmatamento, perturbação da fauna e descaracterização do ambiente natural. Para ela, quem busca a Amazônia não precisa de luxo, mas de experiência autêntica, respeitando o modo de vida local. Nesse modelo, o turista convive com o cotidiano da comunidade: dorme em casas de moradores, consome alimentos tradicionais e participa de atividades como a coleta e o beneficiamento da castanha (Entrevista 7, 2025).

O que contraria a posição do secretário de turismo de Calçoene, que menciona a intenção de liberar áreas próximas à praia do Goiabal para a instalação de *resorts* e grandes estruturas hoteleiras, apresentando isso como parte de um projeto de “orla turística” e de atração de investidores externos. Para ele, o *resort* funcionaria como porta de entrada de turistas e empresas para a região (Entrevista 8, 2025).

Os dois entrevistados concordam que é preciso priorizar infraestrutura básica, como estradas asfaltadas, o que realmente se confirmou durante a pesquisa de campo; mesmo com a pavimentação asfáltica da BR 156, ainda há muitos acessos que precisam de infraestrutura. Por exemplo, o município de Calçoene, que abriga atrativos arqueológicos diferenciados, em especial o Parque Arqueológico do Rego Grande, conhecido como “*Stonehenge* do Amapá” (já mencionado no subcapítulo 3.2.1), dependendo do clima o acesso fica muito restrito.

Uma das medidas que estão sendo tomadas para melhorar a infraestrutura básica é a pavimentação do trecho da BR-156 entre Oiapoque e Calçoene, representando um avanço estrutural e estratégico para o Amapá, historicamente marcado por isolamento viário e dificuldades de mobilidade. Segundo Tavares (2024) a recuperação deste segmento, com 56,04 km contemplados no lote 3, integra as ordens de serviço assinadas em 2024 no âmbito do programa federal de infraestrutura, prevendo também a realocação de aldeias indígenas impactadas pelas obras.

A pavimentação da BR-156 entre Oiapoque e Calçoene, embora apresentada como obra de integração territorial e estímulo ao desenvolvimento regional, também deve ser analisada no contexto das novas pressões geopolíticas sobre a Amazônia, especialmente quanto à intensificação dos estudos e disputas em torno da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas.

A melhoria da infraestrutura viária reduz o isolamento histórico do extremo norte do Amapá e facilita a circulação de bens, máquinas e pessoal técnico, criando condições logísticas que podem favorecer futuros empreendimentos extrativistas de grande escala. Assim, a obra, ao mesmo tempo em que atende demandas locais de mobilidade, insere-se em uma racionalidade desenvolvimentista que historicamente precede a instalação de atividades de alto impacto, como já ocorreu em outras regiões amazônicas durante ciclos minerários e energéticos, como no caso de Serra do Navio.

Cabe destacar que as políticas públicas brasileiras fortalecem justamente o setor primário; um exemplo são as políticas de tributação, com menor carga tributária sobre exportação de matéria-prima *in natura*, evitando os altos custos tributários internos e impostos IPI/ICMS sobre produto processado; a transferência do benefício de agregação de valor para o mercado externo, sem enfrentar os elevados tributos aplicados à indústria nacional. A exportação da matéria-prima *in natura* pode ser tributada de forma mais favorável por ser operação de exportação e não como industrialização local. Este contraste evidencia a dissonância entre incentivos e realidade tributária corporativa.

Esse padrão se repete com o minério de ferro, soja, milho, carne bovina e outras *commodities* agrícolas e minerais. Assim, a estrutura tributária brasileira contribui para a manutenção desse desequilíbrio: exportadores de produtos primários estão amplamente desonerados – não pagam ICMS, IPI, tampouco contribuições sobre exportações. Por outro lado, a indústria nacional que tenta agregar valor à matéria-prima é fortemente tributada, sendo penalizada por um sistema regressivo, cumulativo e disfuncional³⁵. Como alerta Paulo Gala (2020), esse modelo pune a sofisticação produtiva e premia a estagnação extrativista.

Loureiro (2022), ao analisar a trajetória amazônica, mostra como o extrativismo contemporâneo reatualiza a condição colonial da região e reforça a subordinação periférica do Brasil no sistema internacional. No mesmo sentido, Svampa (2019) identifica no chamado neoextrativismo latino-americano uma aliança entre grandes corporações transnacionais e elites

³⁵ Destaca-se que o Brasil está em um processo de Reforma Tributária com a substituição de alguns impostos, como o caso do ICMS para o IBS, porém não há mudanças significativas até o momento sobre esta mudança de lógica.

locais, sustentada por Estados frágeis, que sacrificam autonomia, direitos sociais e equilíbrio ecológico em nome de ganhos imediatos nas balanças comerciais.

Não se trata de demonizar a exportação de *commodities*, que desempenha papel relevante na geração de divisas. O problema reside na ausência de uma estratégia nacional que utilize essas rendas para diversificar a estrutura produtiva, investir em inteligência, aumentar a complexidade econômica e garantir soberania tecnológica. Países como Coreia do Sul, Alemanha e Israel demonstram que o desenvolvimento sustentado requer articulação entre ciência, política pública e planejamento de longo prazo. Como lembra Mazzucato (2014), o Estado não deve se limitar a corrigir falhas de mercado, mas atuar como agente de criação de mercados, assumindo missões estratégicas com elevado impacto social e tecnológico.

Ao abdicar desse papel e manter-se passivo frente ao capital global, o Brasil enfraquece seu sistema nacional de inovação, desmobiliza suas universidades e institutos técnicos e perpetua um modelo de desenvolvimento ancorado na venda de recursos brutos e na importação de inteligência transformada. E este efeito é repassado aos estados, especialmente pela estrutura organizacional do país. Ao insistir em exportar riqueza natural e importar valor simbólico, o país repete a lógica colonial do século XIX em pleno século XXI. As mazelas ficam aqui, enquanto o prestígio, o lucro e a inovação vão para fora.

Com relação à economia, o Amapá apresenta uma estrutura fortemente concentrada no setor de serviços, responsável por aproximadamente 88,3% do Produto Interno Bruto estadual, incluindo administração pública, comércio, turismo e transportes (Amapá, 2023). Porém, embora o setor industrial tenha um peso menor (12% do PIB), tem relevância estratégica pela mineração de manganês e caulim, além das indústrias de transformação ligadas à construção civil, energia e beneficiamento de madeira. A agricultura no Amapá tem menor expressão em comparação com outros estados amazônicos, mas desempenha um papel relevante na economia local.

O Amapá é um importante polo na cadeia produtiva, em termos de produção; os dados do IBGE (2024) indicam que o Amapá produziu pelo menos 22 mil toneladas no ano. A produção de açaí não apenas sustenta economias locais, mas também fomenta cadeias produtivas que beneficiam ribeirinhos e quilombolas. Além do açaí, outros produtos agrícolas de destaque são: castanha-do-pará, mandioca e frutas tropicais. O extrativismo de produtos florestais não madeireiros, como óleos essenciais e sementes, também é significativo, promovendo a economia sustentável e o uso responsável dos recursos naturais.

Assim, o Amapá se destaca por sua singularidade geográfica e ambiental, que influencia sua organização institucional, econômica e social. Conforme Almeida (2008), a configuração territorial amazônica impõe aos governos locais o desafio de articular políticas públicas que conciliem desenvolvimento e conservação, dada a forte presença de áreas protegidas e comunidades tradicionais. No caso amapaense, como trata Souza (2021) o Estado atua como mediador entre a proteção ambiental e a dinâmica social de populações que vivem em contextos de alta diversidade ecológica e cultural.

3.3 COMPARATIVO: PURA VIDA E POVOS DO MEIO DO MUNDO

A comparação entre a Costa Rica e o estado do Amapá revela duas formas distintas de condução da política ambiental, unidas por um mesmo paradigma de poder: a gestão da vida e do território sob a lógica da sustentabilidade. Ambas as experiências constroem, a partir de realidades geográficas e históricas diferentes, uma mesma racionalidade política, aquilo que Foucault (2008) denominou governamentalidade, em que o Estado se torna gestor dos fluxos econômicos, biológicos e simbólicos, conduzindo as condutas sociais sob a promessa do equilíbrio entre natureza e desenvolvimento.

Na Costa Rica, o discurso da “Pura Vida” transcende o marketing turístico e torna-se uma tecnologia discursiva de governo. Essa expressão sintetiza um modo de vida que associa bem-estar, harmonia ecológica e felicidade nacional, transformando o cuidado ambiental em valor moral e em instrumento de coesão social. Mais do que um *slogan*, “Pura Vida” representa um dispositivo biopolítico, pois regula comportamentos e define padrões de cidadania ambiental, inserindo o indivíduo num regime de autocontrole, consumo sustentável e orgulho nacional.

O Estado costarriquenho utiliza essa retórica para legitimar políticas que conciliam capital ecológico e inclusão simbólica, mas que, na prática, também disciplinam a natureza e a vida por meio de mecanismos de vigilância e regulação. No Amapá, o lema “Povos do Meio do Mundo” desempenha papel semelhante, embora em outro registro de poder e de modo mais inicial. A expressão nasce de uma combinação entre geografia simbólica e política de afirmação regional: a localização brasileira do marco zero da linha do Equador e a centralidade amazônica como metáforas de equilíbrio e identidade.

Entretanto, mais do que celebrar a diversidade, o discurso converte a posição geográfica em dispositivo de governo, capaz de produzir pertencimento e projetar o estado como espaço estratégico para a conservação e o investimento ambiental. Assim, a ideia de “Pura Vida” e “Meio do Mundo” não são neutras, elas traduzem a tentativa de o Estado governar pela

identidade, utilizando o discurso ecológico como matriz de ordenamento territorial e moralização do desenvolvimento. Neste ponto pode-se observar os dispositivos de subjetivação do utilitarismo, pois é possível atribuir valor a um bem intangível como as marcas “Pura Vida” e “Povos no Meio do Mundo” e assim gerar ganhos econômicos.

As expressões “Pura Vida” e “Povos do Meio do Mundo” não são neutras: elas traduzem a tentativa do Estado de governar pela identidade, utilizando o discurso ecológico como matriz de ordenamento territorial e de moralização do desenvolvimento. Nesse contexto, observa-se o dispositivo de subjetivação do utilitarismo, uma vez que é possível atribuir valor econômico a bens intangíveis, como as marcas identitárias, e transformá-los em instrumentos de capital simbólico e financeiro.

Além disso, essas construções discursivas estão associadas a uma tecnologia de consumo simbólico da sustentabilidade, na qual o ato de preservar ou de pertencer a uma identidade “verde” se converte em forma de distinção social e de legitimação estatal. Tal dispositivo, ao mesmo tempo em que promove a internalização do ideal ecológico, atua como tecnologia de poder, pois regula condutas e consolida a economia política do ambientalismo, na qual o consumo, o prazer e o pertencimento tornam-se linguagens de governo. É necessário ressaltar que a Costa Rica faz uso desta tecnologia de maneira mais estruturada e consolidada do que o estado do Amapá.

Sob a lente foucauldiana, ambos os casos revelam o mesmo regime de poder: o ambientalismo como dispositivo de governamentalidade, que fabrica sujeitos, define modos de vida e regula a existência coletiva. A Costa Rica, ao promover um ideal de harmonia ecológica, administra o comportamento social sob a forma do consenso moral; o Amapá, ao exaltar a natureza como capital simbólico, legitima formas de controle territorial e tecnocrático sobre populações tradicionais e espaços naturais.

Em ambos, a política ambiental é menos uma resistência à modernidade e mais um modo contemporâneo de exercício do poder, onde o “governar bem” coincide com “preservar bem”, este ponto ficou bem explícito nas duas visitas de campo, que serão detalhadas no capítulo 4.

No caso costarriquenho, o Estado transforma a sustentabilidade em eixo de governança e instrumento de reconhecimento global. A criação de parques nacionais e o investimento em turismo ecológico são acompanhados de uma pedagogia ambiental que se infiltra nas escolas, na publicidade e na diplomacia. Essa pedagogia configura uma forma de biopolítica ambiental, na qual o Estado não apenas protege a natureza, mas produz condutas ambientais desejáveis, moldando o cidadão como gestor de si e guardião do ecossistema. O sucesso econômico do

modelo, contudo, não elimina suas contradições: a mercantilização da natureza e a dependência do turismo internacional reforçam desigualdades e colocam em risco os próprios ecossistemas que se pretende conservar.

No Amapá, o discurso da conservação assume feições híbridas, combinando retórica identitária e dependência estrutural. A narrativa do “estado ecológico” e dos “povos do meio do mundo” opera como símbolo de distinção dentro da federação brasileira, ao mesmo tempo em que oculta as assimetrias na distribuição do poder político e econômico. O governo estadual utiliza a imagem de floresta preservada para captar recursos e legitimar políticas de controle ambiental, enquanto comunidades tradicionais, como as indígenas, quilomboras e ribeirinhas; enfrentam disputas territoriais.

No caso do Amapá, a situação revela-se ainda mais controversa, pois, apesar do forte discurso de preservação ambiental, há uma crescente pressão pela exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. Bem como um histórico de exploração mineral onde as riquezas econômicas são levadas e ficam as mazelas sociais e ambientais na região. Tal contradição expõe o conflito entre a retórica da conservação e as práticas de desenvolvimento econômico baseadas em atividades extrativas, confirmando o ‘decolonialismo’ tratado por Escobar e Loureiro. Um eventual desastre ambiental nessa região poderia alterar de forma irreversível o ecossistema local, justamente aquele que se propõe a proteger, evidenciando suas fragilidades.

Cabe destacar que o processo de colonização dos *loci* da pesquisa são semelhantes, porém distintos. Durante a colonização da América, Espanha e Portugal desenvolveram modelos de exploração econômica e social semelhantes em seus fundamentos, mas distintos na forma e na intensidade de aplicação. Ambos se basearam no mercantilismo, na ideia de que as colônias existiam para servir à metrópole, e na utilização de mão de obra compulsória, sobretudo indígena e africana, para a extração de riquezas naturais. Entretanto, cada império construiu uma lógica própria de organização territorial e produtiva, influenciada por fatores geográficos, demográficos e políticos.

A Espanha, responsável pela colonização da Costa Rica, estruturou um sistema colonial fortemente centralizado e burocrático, voltado para o controle direto das riquezas minerais, principalmente o ouro e a prata das regiões andinas e mexicanas, que não foi o caso da Costa Rica, pois não dispunha desse minério. Criou uma complexa administração colonial, com vice-reinos, audiências e *cabildos*. Além disso, impôs forte presença da Igreja Católica, que atuava como instrumento de evangelização e dominação cultural. A sociedade colonial espanhola foi

marcada por hierarquias rígidas e racializadas, sustentadas pela exploração de povos indígenas através da *encomienda*, forma institucional de trabalho forçado legitimada pela Coroa.

Já Portugal, colonizador do Brasil, diante de um território vasto e de difícil ocupação, adotou uma estratégia mais descentralizada e pragmática. A exploração concentrou-se inicialmente na extração do pau-brasil e, posteriormente, na agricultura de *plantation*, especialmente a cana-de-açúcar. No caso do Amapá foram exploradas as drogas do sertão e depois o ouro, exploração que dura até hoje. A economia brasileira foi estruturada em torno do latifúndio, da monocultura e da escravidão africana, com menor controle direto da metrópole e maior influência de interesses privados.

Enquanto a Espanha buscava organizar um império administrativo e religioso, Portugal desenvolveu um império comercial e agrário, dependente de capitais externos e voltado à exportação. Do ponto de vista social, as duas experiências partilham o mesmo padrão de dominação e desigualdade: sociedades rigidamente estratificadas, com a elite europeia no topo e as populações indígenas e africanas submetidas à marginalização e ao trabalho forçado. Contudo, diferem na forma de integração cultural: a espanhola promoveu uma mestiçagem institucionalizada, resultando em uma cultura híbrida e sincrética; já no Brasil, o processo foi mais assimétrico e violento, sustentado por práticas de exclusão e hierarquização racial.

Ambos, instauraram modelos de governos que articularam economia, religião e poder como instrumentos de dominação. Estruturas que, em grande medida, moldaram as desigualdades e os padrões de dependência econômica ainda visíveis na América Latina contemporânea. A Costa Rica, desde o período colonial, o território integrou os circuitos comerciais da Capitania da Guatemala, exportando produtos como cacau, couro e madeira em troca de manufaturas europeias. Assim, como no Amapá, a economia local consolidou-se em torno de alianças e mediações entre colonos e povos indígenas, que serviram tanto para sustentar o comércio quanto para expandir o controle territorial.

Entre o passado colonial e o presente ambientalista, as duas maneiras de dominar expressam a persistência da racionalidade governamental, em que o poder se adapta às novas formas de exploração sem alterar sua essência: a condução da vida e da natureza pela lógica da utilidade e do controle. Tanto a Costa Rica quanto o Amapá traduzem, assim, uma mesma genealogia do poder – aquela em que a natureza, ora mercadoria, ora símbolo, permanece o eixo em torno do qual o Estado constrói suas formas de governo.

Esses regimes de poder, contudo, só se sustentam porque produzem subjetividades compatíveis com sua racionalidade. A governamentalidade, conforme Foucault (2008), só se

realiza por meio da criação de modos de ser e agir que tornam o poder possível. No caso da Costa Rica e do Amapá, este modo de ser e agir está entranhado no histórico colonizador e violento que estas regiões viveram. Agora, o discurso ambiental cria e dissemina tais subjetividades, conformando sujeitos que acreditam agir livremente, quando na verdade estão inscritos em lógicas de governo orientadas por critérios de utilidade, produtividade e pertencimento moral e continuam explorando a natureza para benefícios externos à região.

Na Costa Rica, a subjetividade do empreendedor ambiental emerge com força: o cidadão é convocado a transformar sua relação com a natureza em oportunidade econômica. O guia de turismo, o dono de hotel, o pequeno produtor e o investidor verde tornam-se figuras paradigmáticas de uma economia da conduta, onde preservar é também lucrar. Essa subjetividade reflete o indivíduo internaliza as regras do mercado e do ambiente como parte de sua própria liberdade. O ideal de “Pura Vida” é, assim, simultaneamente uma ética e uma estética do comportamento ecológico: o sujeito ecológico é aquele que se autogere, autocontrola e se converte em modelo de racionalidade sustentável.

No Amapá, a subjetividade do empreendedorismo ambiental é mais ambígua. Embora o discurso de valorização dos produtos locais, como o cacau e o açaí, crie a figura do produtor sustentável, o contexto estrutural de dependência econômica e a presença de políticas centralizadas limitam sua autonomia. O sujeito ambiental amapaense é convocado a performar um papel de “guardião da floresta”, como o dono do Chocolate Cassiporé, que tem as atividades voltadas ao uso sustentável da floresta, porém são iniciativas isoladas. Muitos acabam cedendo aos empresários que veem a natureza pelo ganho econômico, como os pescadores que vendem para as fábricas de filetagem de peixe, que exportam para mercados externos.

Essa tensão revela o caráter desigual da governamentalidade: enquanto o Estado se apresenta como promotor da sustentabilidade, os sujeitos locais vivem na imposição da sua própria sobrevivência e restrição a oportunidades de produção. Como o professor Ernani Chaves (2024) mencionou no seu curso online “Nós somos sujeitos neoliberais, isso não nos impede a crítica, mas vivemos nesta sociedade”, os amapaenses também são sujeitos neoliberais e buscam a qualidade de vida de sociedades neoliberais. Acesso à energia elétrica, qualificação para aumentar a renda familiar, a falta de asfalto nas estradas; estes foram alguns pontos apontados na pesquisa de campo que mostram o quando é necessário compreender melhor as necessidades dos cidadãos que vivem no entorno de Parques Ambientais.

O utilitarismo ecológico aparece em ambos os contextos como racionalidade dominante e é também uma subjetividade utilizada neste trabalho. A natureza é convertida em capital

simbólico e econômico, mensurável e explorável sob a lógica do retorno social e financeiro. Na Costa Rica, o utilitarismo é revestido de moralidade: preservar é bom porque é útil e rentável. No Amapá, assume contornos geopolíticos: conservar é estratégico porque atrai investimentos e legitima a posição do estado dentro da federação.

Em ambos os casos, a utilidade substitui o valor intrínseco da natureza, a conservação é avaliada pelo que produz, e não pelo que significa. Essa racionalidade ecoeficiente constitui uma forma de poder-saber que confere legitimidade ao governo ambiental.

O terceiro eixo subjetivo é o do poder-saber, em que o conhecimento técnico-científico sustenta a autoridade do Estado. Tanto na Costa Rica quanto no Amapá, os órgãos ambientais produzem discursos de verdade sobre a natureza: relatórios, mapas, índices e diagnósticos que transformam o ambiente em objeto de cálculo e gestão da burocracia. Esses saberes definem quem é capaz de falar sobre o território e o que deve ser feito com ele, criando hierarquias entre o saber científico e o saber tradicional. Como adverte Foucault (2019), o poder se mantém por meio da produção de verdade – e nas práticas ambientais – essa verdade assume a forma de dados, planos e estatísticas.

As estatísticas e avaliações são, de fato, dispositivos centrais da governamentalidade ambiental. Na Costa Rica, o sucesso do modelo é medido por índices de florestamento, indicadores de bem-estar e metas de neutralidade de carbono. No Amapá, a narrativa da “floresta em pé” se apoia em percentuais de cobertura vegetal e no número de unidades de conservação. Essas métricas produzem uma forma de vigilância difusa, em que o próprio sujeito se mede e se compara, convertendo-se em objeto de governança. Trata-se de uma biopolítica quantitativa, em que a vida é administrada como dado estatístico – aquilo que Foucault chamou de “arte de governar as populações”.

Por fim, o poder manifesta-se nos espaços desiguais das arenas políticas e territoriais. A governamentalidade ambiental não se distribui de modo homogêneo: há centros de decisão: ministérios, universidades, ONG internacionais; e periferias de execução: comunidades ribeirinhas, indígenas e camponesas. Na Costa Rica, as comunidades locais participam do sistema, mas dentro de limites definidos pelo governo nacional; no Amapá, as populações tradicionais mesmo sendo convocadas ao diálogo, não decidem sobre os rumos da política, pois o processo de cooptação das lideranças é uma realidade. Esses espaços desiguais de arena são a materialização da assimetria do poder-saber.

Tanto a Costa Rica quanto Amapá representam dois modos de produção da verdade ambiental e de formação de subjetividades políticas. A primeira constrói um Estado que

governa pela moral ecológica; o segundo, um Estado que governa pela identidade territorial. Ambos operam sob o mesmo regime de poder-saber descrito por Foucault: o poder que não apenas proíbe, mas produz realidades. A diferença reside na intensidade da institucionalização e na autonomia política: a Costa Rica universaliza sua narrativa verde como modelo exportável; o Amapá ainda luta para transformar seu discurso em estrutura efetiva de governança.

A comparação entre os indicadores sociais revela contrastes estruturais importantes entre Costa Rica, Brasil e Amapá (Quadro 5). A Costa Rica apresenta desempenho consistentemente superior, com IDH elevado (0,817), menor desigualdade (Gini 0,487), melhor equidade de gênero (GII 0,217) e maior liberdade econômica (68,6), além de altos índices de felicidade e baixa taxa de homicídios, indicando coesão social e estabilidade institucional. No Brasil, os indicadores são intermediários, refletindo avanços pontuais, porém marcados pela desigualdade persistente (Gini 0,529) e pela baixa percepção de integridade pública (34 pontos).

Quadro 5 – Resumo comparativo dos indicadores sociais da Costa Rica, Brasil e Amapá

INDICES	ANO	COSTA RICA	BRASIL	AMAPÁ	FONTES
Índice de Desenvolvimento Humano (ONU/PNUD)	2021	0,817	0,768	0,688	Human Development Index Human Development Reports
					Amapá Cidades e Estados IBGE
Coeficiente de Gini	2021	0,487	0,529	0,53	Brasil - Índice de Gini 2023 Countryeconomy.com
					Amazônia Legal em Dados
Índice de Gênero (GII)	2023	0,217	0,39	[...]	Gender Inequality Index Human Development Reports
Índice de Liberdade Econômica	2025	68,6	55,1	[...]	Index of Economic Freedom: Brazil The Heritage Foundation
Índice de Felicidade (World Happiness Report)	2025	7,274	6,494	[...]	Home The World Happiness Report
Índice de Percepção da Corrupção (Transparency International)	2024	58	34	[...]	Índice de Percepção da Corrupção Transparência Internacional
Índice de Segurança ou Taxa de Homicídios	2021	11,4	21,3	52,6	Global study on homicide 2023 web.pdf
					Amazônia Legal em Dados

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Amapá, por sua vez, evidencia fragilidades profundas: IDH baixo (0,688), extrema violência letal (52,6 homicídios por 100 mil habitantes em 2024) e ausência de dados consolidados em gênero, felicidade e liberdade econômica, o que reforça a invisibilidade estatística e a desigualdade social. Esses contrastes mostram que o Amapá enfrenta desafios estruturais de desenvolvimento humano, governança e segurança muito mais intensos que o padrão nacional, enquanto a Costa Rica mantém um modelo social mais equilibrado, coeso e orientado por políticas públicas consolidadas.

Em ambos, a natureza é menos um espaço a ser preservado e mais um campo de exercício do governo sobre a vida, onde o ambientalismo atua como tecnologia contemporânea de poder e subjetivação. O saber técnico-científico legitima práticas de controle e normalização: planos de manejo, zoneamentos, certificações e programas de ecoturismo tornam-se dispositivos que transformam o espaço em campo de gestão e o sujeito em objeto de vigilância benevolente. Esta subjetividade será mais evidente no capítulo 4, com as entrevistas sobre as áreas protegidas.

A governamentalidade ambiental, nos dois contextos, se manifesta como a arte de conduzir condutas por meio do discurso da sustentabilidade. A Costa Rica o faz pela via da pedagogia moral e da economia verde; o Amapá, pela via da identidade e da geopolítica amazônica. O poder, aqui, é difuso e capilar, pois não se impõe pela força, mas pelo convencimento, um poder que educa, classifica e produz consenso. A natureza, nesse contexto, deixa de ser apenas um objeto de proteção e torna-se um espelho das condutas humanas, um campo de exercício do poder sobre a vida e sobre o espaço.

3.4 FECHAMENTO ANALÍTICO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISAS

A análise do discurso foi fundamental para compreender as narrativas históricas que moldaram as realidades políticas e sociais da Costa Rica e do Amapá. No caso da Costa Rica, o discurso sobre a identidade nacional e o conceito de “Pura Vida” foi central para a construção de um modelo de governança que articula valores de paz, bem-estar e sustentabilidade. Já o Amapá o discurso em torno da territorialidade e da construção do estado foi moldado por sua história de interiorização da Amazônia, onde a luta pela autonomia política e a definição de um modelo de desenvolvimento regional foram centrais.

Historicamente, os europeus estabeleceram intensas relações comerciais com comunidades indígenas na região do atual Amapá, promovendo trocas de produtos europeus por especiarias e recursos naturais amazônicos. Essas alianças, que inicialmente tinham caráter estratégico e econômico, consolidaram redes de intercâmbio cultural e material entre povos locais e agentes coloniais. Estas dinâmicas evidenciam que a circulação de bens, saberes e interesses estrangeiros no território amazônico não é um fenômeno recente, mas um traço estrutural da história regional.

De certa maneira, a lógica dessas trocas persiste: ainda hoje, com a continuidade de práticas de comércio e exploração baseadas na exportação de recursos primários, agora mediadas por discursos de sustentabilidade e conservação ambiental. Entretanto, esse mesmo

discurso revela sua fragilidade quando os interesses econômicos se sobrepõem à proteção socioambiental, como ocorre diante da possibilidade de exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, um empreendimento que ameaça ecossistemas sensíveis e invisibiliza os direitos das populações tradicionais, revelando uma contradição entre as políticas de preservação ambiental e as práticas extrativas.

Embora o estado seja marcado por um forte discurso de conservação, a busca por exploração de petróleo destaca a priorização do desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental. Esse confronto expõe a fragilidade das políticas públicas que, apesar de promoverem uma imagem de sustentabilidade, incentivam atividades que podem causar danos irreversíveis ao ecossistema.

A análise do discurso, portanto, evidencia a tensão entre preservação e exploração, com a exploração de recursos naturais sendo legitimada, muitas vezes, por discursos que enfatizam a necessidade de desenvolvimento e crescimento econômico. Essa contradição confirma a posição de Loureiro (2022) ao afirmar que a Amazônia continua a ocupar uma posição colonial dentro do próprio Estado brasileiro, sendo tratada mais como espaço de extração e lucro, do que como território de vida e soberania.

De modo semelhante, a Costa Rica também estruturou sua formação histórica sobre redes de trocas assimétricas e práticas extrativistas voltadas ao exterior. Desde o período colonial, o território integrou os circuitos comerciais da Capitania da Guatemala, exportando produtos como cacau, couros e madeiras em troca de manufaturas europeias. Porém, diferenciando-se do Amapá, não dispõe de grandes reservas de recursos naturais estratégicos, como petróleo e minérios, o que historicamente limitou a adoção de modelos econômicos baseados na exploração extrativa.

Essa condição levou o país a construir uma estratégia de desenvolvimento centrada em serviços, turismo e políticas ambientais, convertendo a conservação da natureza em ativo econômico e diplomático. Já o Amapá, detentor de abundantes recursos naturais, permanece marcado por pressões extrativistas que tensionam o discurso de preservação ambiental. Desta maneira, a Costa Rica se destaca por seu ecoturismo desenvolvido e suas políticas ambientais progressistas, enquanto o Amapá possui vastas áreas protegidas que ainda precisam de maior infraestrutura para se consolidarem como destinos de turismo sustentável.

Ambos os territórios, no entanto, enfrentam desafios relacionados à conciliação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, e têm muito a aprender um com o outro em termos de políticas públicas e governança. Essa continuidade entre o passado colonial e o

presente ambientalista expressa a racionalidade do poder, que se adapta às novas formas de exploração sem alterar sua essência: a condução da vida e da natureza pela lógica da utilidade e do controle. A análise comparativa entre a Costa Rica e o estado do Amapá demonstra que a governança ambiental contemporânea se estrutura sobre um mesmo princípio de racionalidade: governar a vida por meio da natureza.

Embora em contextos históricos e institucionais distintos, ambos construíram regimes de poder que utilizam o discurso ecológico como instrumento de legitimidade e controle. Essas duas experiências convergem na governamentalidade ambiental: um conjunto de práticas discursivas e institucionais que transformam o cuidado com o meio ambiente em forma de governo das populações; seja pela ausência ou pela presença. Ao promoverem subjetividades empreendedoras, utilitárias e estatísticas, tanto a Costa Rica quanto o Amapá revelam como o poder se desloca da coerção direta para a condução das condutas, moldando cidadãos e comunidades a partir da racionalidade da sustentabilidade quando convém ao Estado.

Todavia, há um contraste entre os dois *loci* da pesquisa, a estabilidade costarriquenha e a fragilidade amapaense mostram que o êxito do discurso verde depende da autonomia institucional e da continuidade política. A Costa Rica consolidou um modelo capaz de transformar o ambientalismo em valor econômico e diplomático; o Amapá, embora possua o território mais preservado do país, ainda enfrenta os paradoxos de um estado periférico, onde as promessas de sustentabilidade convivem com práticas extrativas e desigualdades estruturais, especialmente pela ausência do estado. Essa ambivalência expressa o limite da governamentalidade: ela organiza, mas também oculta; produz consenso, mas silencia conflitos.

Em suma, tanto a Costa Rica quanto o Amapá ilustram como o ambientalismo contemporâneo opera como tecnologia de poder e produção de subjetividades. Ao criar identidades ecológicas, a *Pura Vida* e os *Povos do Meio do Mundo* – a primeira mais estruturada e a segunda em construção – esses territórios traduzem a natureza e a vida em linguagem política, transformando a preservação em moral, e o território em instrumento de governo. O desafio comum reside em ultrapassar o discurso e construir formas de governar que reconheçam a complexidade da vida social, permitindo que a sustentabilidade deixe de ser apenas uma retórica de poder e se converta em prática emancipatória das populações locais.

4 ESTRUTURA E ARRANJOS NORMATIVOS DE ÁREAS PROTEGIDAS

A análise comparativa entre Brasil e Costa Rica evidencia como cada país estruturou formalmente suas áreas protegidas a partir de marcos legais específicos e de sistemas nacionais próprios de conservação. Na Costa Rica, a legislação ambiental sustenta o Sistema Nacional de Áreas de *Conservación* (SINAC), que integra a gestão de parques nacionais, reservas biológicas e zonas protegidas sob um modelo administrativo operacional descentralizado e normativo centralizado. Já no Brasil, a base normativa é consolidada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei n.º 9.985/2000), que organiza as unidades em categorias de proteção integral e de uso sustentável.

A comparação entre as legislações florestais e os dois sistemas revela tanto aproximações – como o objetivo comum de compatibilizar conservação e desenvolvimento – quanto diferenças estruturais nos mecanismos de governança e participação comunitária, apontando para conclusões relevantes sobre os desafios e potencialidades de cada modelo.

4.1 ORGANIZAÇÃO COSTARRIQUENHA DE ÁREAS PROTEGIDAS

O Sistema Nacional de Áreas de *Conservación* (SINAC) da Costa Rica administra áreas protegidas e foi um marco significativo na gestão ambiental do país. A criação e evolução do SINAC refletem a transição de uma abordagem fragmentada para uma estrutura integrada que considera a conservação como parte fundamental do desenvolvimento sustentável. De acordo com Venâncio (2014), em 1995 houve a fusão das instituições que possuem sob sua responsabilidade a administração e tutela do meio ambiente (Serviço de Parques Nacionais, a Direção Geral Florestal e a Direção Geral da Vida Silvestre), o que possibilitaria a criação do SINAC em 1998.

Esse sistema representa um avanço na unificação de diferentes instituições sob uma única administração, integrando Parques Nacionais, florestas e vida silvestre em um modelo coeso. O SINAC (2024) é baseado em três pilares estratégicos: descentralização, desconcentração e democratização. A descentralização envolve a transferência de poder decisório para áreas regionais de conservação; a desconcentração distribui recursos técnicos e financeiros para essas unidades; e a democratização promove a participação ativa da sociedade civil no manejo dos recursos naturais.

Esse modelo administrativo visa melhorar a eficiência dos serviços prestados, equilibrando o uso sustentável dos recursos naturais com a preservação ambiental. O processo de consolidação do SINAC inclui a padronização de processos e a criação de indicadores de gestão para avaliar a eficácia do sistema. O SINAC obteve sucesso em várias áreas, incluindo

a expansão de áreas protegidas e o fortalecimento do marco legal. Entre 1994 e 1997, houve um aumento significativo na extensão de parques nacionais e zonas de proteção.

No entanto, desafios como a falta de financiamento e a dependência de recursos de cooperação internacional continuam a limitar a capacidade de execução plena do sistema. Inclusive, o documento destaca a importância da cooperação internacional e das alianças estratégicas, para a manutenção de áreas protegidas como o Parque Nacional *Isla del Coco* (no oceano pacífico), um exemplo notável de gestão ambiental de um ecossistema remoto e biologicamente valioso (SINAC, 2024).

De acordo com Venâncio (2014) o SINAC é formado pelo Conselho Nacional de áreas de Conservação, com funções diversas, dentre as quais se destacam: a definição das estratégias e políticas voltadas à consolidação do sistema, a supervisão e a fiscalização da gestão técnica e administrativa das Áreas de Conservação; a coordenação da estratégia nacional para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e a realização de recomendações para a criação de novas áreas protegidas e estruturas administrativas das Áreas de Conservação, ou seja, o Conselho Regional, a Direção Regional, o comitê técnico-científico e o órgão de administração financeira de cada Área de Conservação.

Os Conselhos Regionais são compostos por, no mínimo, cinco membros dos diversos setores presentes na Área, tais como organizações não governamentais e instituições públicas (Costa Rica, 1998). Dentre suas funções, estabelecidas pelo art. 30 da Lei n.º 7.788, destacam-se a definição de assuntos específicos para o manejo das suas áreas protegidas, que devem ser aprovados pelo Conselho Nacional; o fomento da participação desses diversos setores nos debates e na busca de soluções para os problemas regionais relacionados com os recursos naturais e o ambiente; e a elaboração de recomendações ao Conselho Nacional, sobre a modificação ou troca de categoria de suas áreas silvestres protegidas.

Para o SINAC, são categoria de manejo das áreas de conservação: Parques Nacionais, Refúgios de Vida Silvestre, Reservas Biológicas, Monumentos Nacionais, Zonas Úmidas e Zonas Protegidas (Quadro 6). O SINAC enfatiza a importância da educação ambiental e da participação da sociedade civil. O envolvimento de comunidades locais, voluntários e organizações não-governamentais tem sido crucial para o sucesso de projetos de conservação. As áreas de conservação são não apenas locais de proteção da biodiversidade, mas também centros de educação e conscientização ambiental, atraindo tanto turistas quanto pesquisadores.

Quadro 6 – Categorias de manejo de acordo com o SINAC

Área de conservação	Objetivo
Parque Nacional	Zona com traços de carácter singulares de interesse nacional ou internacional. A área deve incluir amostras representativas de ecossistemas de importância nacional, apresentar poucos indícios de atividade humana, oferecer atrativos importantes aos visitantes e ter capacidade de uso recreativo e educacional de forma controlada.
Refúgios de Vida Silvestre	É uma área que, pelas suas condições geográficas, ecossistemas especiais e biodiversidade variada ou exclusiva, o Poder Executivo declara como tal, para a proteção e pesquisa da flora e fauna silvestres, especialmente aquelas que estão em perigo de extinção.
Reservas Biológicas	Área essencialmente inalterada, contendo ecossistemas, características ou espécies de flora e fauna extremamente vulneráveis, onde os processos ecológicos têm conseguido seguir seu curso natural com o mínimo de interferência humana, onde apenas são realizadas atividades de pesquisa e educação.”
Monumento Nacional	Zona que dispõe de um destacado recurso cultural, seja histórico ou arqueológico, de importância nacional e internacional pelas suas características únicas ou de especial interesse.
Zonas Úmidas	Ecossistema dependente de regimes aquáticos, naturais ou artificiais, permanentes ou temporários, frescos, salobros ou salgados, incluindo extensões marinhas até ao limite posterior das ervas marinhas ou dos recifes de coral ou, na sua ausência, até seis metros de profundidade na maré baixa.
Zonas Protegidas	Área formada por florestas e terrenos aptos à silvicultura, onde o objetivo principal é a proteção do solo, a regulação do regime hidrológico e a conservação do meio ambiente e das bacias hidrográficas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em MIMAE-SINAC. Disponível em: [Preguntas Frecuentes](#)

O SINAC tem sido uma ferramenta fundamental na proteção dos recursos naturais da Costa Rica, sendo um exemplo internacional de gestão integrada de áreas de conservação. No entanto, para que o SINAC continue a alcançar seus objetivos, será necessário enfrentar desafios como a falta de financiamento adequado e melhorar ainda mais a participação ativa das comunidades locais no manejo sustentável, como o programa *Pagos por Servicios Ambientales* (PSA). O compromisso com a conservação continua forte, mas seu sucesso depende de uma articulação eficiente entre políticas públicas, atores locais e cooperação internacional.

O PSA é um programa que funciona por meio de incentivos financeiros (pagamento em dinheiro ou em insumos) aos ocupantes de imóveis localizados em áreas e ecossistemas estratégicos, preservação ou recuperação da cobertura natural (MIMAE, 2024). É estabelecido por contrato, condicionado a resultados e o pagamento é efetuado na medida em que o beneficiário do incentivo se compromete e desenvolve ações de manutenção e recuperação da cobertura natural existente, estabelece usos do solo de acordo com a sua vocação e aptidão, reforçando a participação local na conservação das florestas, criando uma rede de proteção que inclui proprietários de terras, organizações não governamentais e órgãos estatais.

Outra legislação importante é a *Ley de Conservación de la Vida Silvestre* (Lei n.º 7317/1992) e as reformas trazidas pela Lei n.º 9106/2012, promulgada pela Assembleia Legislativa da Costa Rica. Ela estabelece um marco normativo robusto para a proteção e manejo

da vida silvestre no país. Esta legislação é um reflexo do compromisso da Costa Rica com a conservação da biodiversidade, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção dos ecossistemas frágeis.

O texto da lei tem como principal objetivo regular a proteção e o manejo da vida silvestre em seu território. A vida silvestre é definida como o conjunto de organismos que vivem em condições naturais, seja no território continental ou insular, sem a necessidade de cuidados humanos para sua sobrevivência. A lei abrange tanto espécies nativas quanto exóticas e inclui organismos que foram criados em cativeiro ou reintroduzidos. Além disso, estabelece que a vida silvestre pode ser objeto de apropriação particular apenas sob as condições de tratados internacionais e a própria legislação.

A lei confere ao Sistema Nacional de Áreas de Conservación (SINAC), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Energia, a responsabilidade pela regulação, planejamento e controle da vida silvestre. O SINAC tem funções que vão desde a criação de reservas e refúgios para a vida silvestre, até a promoção de programas de educação ambiental e pesquisa. O sistema também supervisiona a aplicação de sanções para atividades ilegais que prejudicam a fauna e flora do país.

Um dos pontos centrais da legislação é a proibição da caça de vida silvestre, com exceção de casos específicos para controle populacional, subsistência ou atividades científicas. A caça esportiva é completamente proibida, reforçando o caráter conservacionista da lei. O texto também regula estritamente a posse, manejo e o comércio de vida silvestre, exigindo que todas as atividades sejam supervisionadas por autoridades competentes, garantindo assim a sustentabilidade dessas práticas.

A lei impõe a necessidade de planos de manejo aprovados para qualquer atividade envolvendo a fauna e flora, incluindo centros de resgate, zoológicos e criadouros. Esses planos de manejo devem ser submetidos à avaliação de especialistas em vida silvestre, garantindo a adequação das condições para a reprodução e conservação das espécies.

Apesar dos avanços institucionais e do reconhecimento internacional do modelo costarriquenho, a literatura e as evidências empíricas indicam que esse arranjo não está isento de contradições. A forte dependência de financiamento externo e de mecanismos de mercado, como o Pagos por Servicios Ambientales (PSA), pode reforçar uma lógica de conservação condicionada à disponibilidade de recursos e à valorização econômica dos serviços ambientais. Nesse contexto, a participação comunitária, embora institucionalmente prevista, nem sempre se

traduz em efetiva capacidade de decisão sobre o uso do território, podendo assumir um caráter mais consultivo do que deliberativo.

Além disso, a centralidade do turismo como estratégia de sustentabilidade econômica das áreas protegidas tende a produzir assimetrias territoriais, concentrando investimentos em regiões mais atrativas ao mercado e deixando outras áreas em situação de menor visibilidade e suporte institucional. Esses elementos sugerem que, embora o modelo do SINAC represente um avanço significativo, ele também incorpora limites e tensões inerentes às racionalidades políticas que orientam a governança ambiental contemporânea.

4.2 ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE ÁREAS PROTEGIDAS

As Áreas de Preservação Permanente (APP), no contexto da legislação ambiental brasileira, evoluíram desde o Código Florestal de 1934 até a Lei n.º 12.651/12 (Novo Código Florestal). Aguiar (2018) explica que no Brasil, além da criação do primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Itatiaia. Durante a Era Vargas o país avançou significativamente em sua legislação ambiental, com a promulgação de códigos florestais e outras normativas voltadas à regulamentação do uso dos recursos naturais. Antunes (2015) ressalta as APP são de importância para o equilíbrio ambiental e a segurança de áreas urbanas e rurais.

Ribeiro (2011) expõe que a evolução histórica das regulamentações ambientais no Brasil, passou pela publicação da primeira reforma do Código Florestal em 1965, a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sendo passos importantes para a gestão integrada do meio ambiente no país. Além da criação da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, um marco contemporâneo importante para a gestão das áreas protegidas no Brasil.

De acordo com Aguiar (2018), o Brasil teve forte influência internacional no desenvolvimento das UC, tendo como modelo os parques nacionais estadunidenses, que também foi adotado em várias partes do mundo. Por ser um modelo estadunidenses, baseados no teórico George Marsh, o modelo de preservação excluía as populações tradicionais que viviam em harmonia com a natureza, o que gerava conflitos entre os nativos das áreas de proteção. Após muitos embates com as populações tradicionais, como os seringueiros do Acre (mencionado no subcapítulo 2.1.3), o estado brasileiro reconheceu a necessidade de incluir a participação destes grupos na legislação.

Quadro 7 – Classificação de Unidades de Conservação Brasileiras

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	TIPOS
Unidades de Proteção Integral	Desempenham um papel importante na proteção de ecossistemas e espécies ameaçadas, visando a preservação da biodiversidade e a pesquisa científica.	Estações ecológicas, Reserva biológica, Parques nacionais, Monumento natural e Refúgio de vida silvestre
Unidades de Uso Sustentável	São destacadas por possibilitar o uso dos recursos naturais de maneira equilibrada, sempre respeitando a preservação ambiental. A gestão dessas áreas inclui a participação de populações tradicionais, que são vistas como guardiãs do uso sustentável dos recursos.	Reservas extrativistas, Florestas nacionais, Área de relevante interesse ecológico, Reserva de fauna, Reserva de desenvolvimento sustentável e Reserva particular do patrimônio natural

Fonte: Elaborado pela autora com base em Moraes e Santos (2002) e SNUC.

Moraes e Santos (2002) demonstram que a Lei n.º 9.985/2000³⁶ foi um avanço significativo na consolidação das políticas de preservação ambiental, unificando normas e delineando os objetivos específicos para cada tipo de UC. A lei classifica as UC em dois grandes grupos: as Unidades de Proteção Integral, com maior restrição às atividades humanas, e as Unidades de Uso Sustentável, que permitem a exploração racional de recursos naturais, detalhados no quadro 7.

Aguiar (2018) explica que a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, um marco contemporâneo importante para a gestão das áreas protegidas no Brasil, pois trouxe avanços significativos na participação social na gestão das UC, fortalecendo a relação entre o Estado, o meio ambiente e a população. Porém, tanto a autora quanto para Moraes e Santos, a Lei nº 9.985/2000 apresenta fragilidades que limitam sua efetividade como instrumento de política ambiental.

Para autores Moraes e Santos (2002) a excessiva centralização normativa, ambiguidades técnicas e lacunas institucionais na gestão das unidades de conservação, especialmente quanto à autonomia administrativa e ao exercício do poder de polícia. Destacam, ainda, a incorporação de modelos de unidades de conservação oriundos de ordenamentos estrangeiros, sem a devida adaptação às especificidades socioambientais e territoriais brasileiras, o que acentua conflitos locais e dificulta a conciliação entre conservação ambiental e usos sociais do território.

Aguiar (2018) expressa preocupação com os retrocessos recentes na política ambiental brasileira, incluindo a redução de áreas protegidas, o enfraquecimento do licenciamento ambiental e a flexibilização de legislações que afetam diretamente a conservação do meio ambiente, o que aconteceu com a criação do Novo Código Florestal.

³⁶ Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC

Mesmo com a legislação ambiental brasileira sendo considerada como uma das mais completas do mundo, há muitos desafios para aplicação das leis. No entendimento de Pontes (2019) o Brasil enfrenta dificuldades em punir infratores e a aplicar as leis ambientais é falha, falta coordenação entre as agências governamentais, há pouca capacidade institucional, limitações quanto ao acesso à informação, corrupção e sufocamento do engajamento civil.

4.3 ARRANJOS E DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E COSTA RICA

Este subcapítulo tem como objetivo estabelecer uma leitura comparativa das formas pelas quais Brasil e Costa Rica organizam suas áreas protegidas, considerando tanto os referenciais legais que orientam a proteção florestal quanto os modelos institucionais responsáveis pela gestão desses territórios. Parte-se do entendimento de que a legislação e os arranjos organizacionais não operam de forma isolada, mas se articulam na definição de competências, instrumentos de gestão e escalas de atuação do Estado.

Nesse sentido, a análise se desdobra, inicialmente, sobre a legislação florestal de ambos os países e, em seguida, sobre os sistemas nacionais de áreas protegidas – SINAC e SNUC – enquanto estruturas centrais para a operacionalização das políticas de conservação.

4.3.1 As leis florestais do Brasil e da Costa Rica

As diferenças entre as legislações ambientais do Brasil e da Costa Rica não podem ser completamente compreendidas sem considerar o contexto histórico e político de cada país, detalhado no capítulo 03. O quadro 8 fez um resumo simples dos componentes de cada legislação, demonstrando as semelhanças e diferenças entre as legislações. O Brasil, uma das maiores economias da América Latina e um país com vastos recursos naturais, tem um histórico de uso intensivo de terras, predominantemente para a agricultura e a pecuária. Esse uso intensivo gerou pressões para expandir as fronteiras agrícolas e acomodar uma economia em crescimento, especialmente nas últimas décadas.

Por sua vez, o Código Florestal brasileiro reflete essas pressões, estabelecendo uma legislação que busca equilibrar a conservação ambiental com o desenvolvimento econômico, mas com um viés para a proteção dos biomas específicos do país, como a Amazônia, o Cerrado e a Mata Atlântica, como as Reservas Legais em áreas rurais. Dessa maneira, a legislação brasileira é um produto de um histórico de exploração dos recursos naturais, que exige uma abordagem regulatória rigorosa e baseada em áreas de preservação obrigatórias. Mesmo a legislação sendo rígida não há a efetiva garantia do seu cumprimento.

Quadro 8 – Resumo da Lei brasileira n.º 12.651/2012 (Código Florestal) e *Ley Forestal* n.º 7575/1996

ITENS	Brasil (Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal)	Costa Rica (Ley Forestal n.º 7.575/1996)
Objetivos	O Código Florestal brasileiro tem como um dos principais objetivos proteger as áreas de vegetação nativa, especialmente em propriedades rurais. O foco está em manter a biodiversidade e evitar a degradação ambiental, com ênfase nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e nas Reservas Legais (RL), que impõem limites ao uso do solo nas propriedades privadas.	A Ley Forestal da Costa Rica proteger ecossistemas naturais; integrando as comunidades rurais e incentivando financeiramente o desenvolvimento econômico através da conservação.
Princípios Fundamentais	- A proteção de áreas sensíveis, como margens de rios, encostas e topos de morros. - A promoção de atividades econômicas sustentáveis em harmonia com a conservação ambiental. - A obrigatoriedade de recomposição florestal em áreas desmatadas irregularmente.	- Conservação de ecossistemas críticos, como florestas de recarga hídrica e <i>habitat</i> de biodiversidade. - Integração de práticas florestais sustentáveis com atividades agrícolas e silvicultura. - Recompensa direta por serviços ambientais prestados por florestas, especialmente em áreas de proteção.
Estrutura de Áreas de Proteção e Regulação do Uso do Solo	Áreas de Preservação Permanente (APP): Essas áreas protegem cursos d'água, nascentes, topos de morros e encostas. A legislação especifica a faixa mínima de proteção ao redor de rios e margens, variando conforme a largura do corpo d'água. Reserva Legal (RL): Propriedades rurais devem manter uma porcentagem mínima da área como reserva florestal. Esse percentual varia conforme o bioma: Amazônia: 80%; Cerrado dentro da Amazônia: 35% e outros biomas: 20%. Essa reserva é uma tentativa de mitigar o impacto da agricultura extensiva e da pecuária.	Zonas de Proteção: Estabelece faixas de proteção de 15 metros ao redor de nascentes e cursos d'água, com restrições rígidas sobre o uso do solo nessas áreas. Bosques Naturales: Definidos como áreas com uma cobertura de árvores que protegem biodiversidade, águas e solos. Essas áreas são protegidas para manter o equilíbrio ecológico e como um recurso de serviços ambientais. Na Costa Rica, o conceito de "bosque" é abrangente, incluindo áreas de vegetação espontânea que geram benefícios ambientais e que podem ser inseridas em programas de manejo florestal sustentável.
Incentivos Econômicos para Conserv. e Recuperação Florestal	O Código Florestal incentiva a preservação das florestas com benefícios como: (i) Créditos de Carbono: Propriedades que mantêm áreas florestais podem participar do mercado de carbono, recebendo compensação financeira; (ii) Benefícios Fiscais e Isenções: Propriedades com áreas protegidas têm acesso a isenções e benefícios fiscais; (iii) Programa de Regularização Ambiental (PRA): Permite a regularização de áreas desmatadas ilegalmente mediante adesão a programas de reflorestamento e recuperação ambiental.	Incentivos Fiscais: Propriedades florestais são isentas de impostos sobre a terra e outras taxas. Além disso, áreas florestais podem ser usadas como garantia para financiamento agrícola, incentivando a conservação.
ITENS	Brasil (Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal)	Costa Rica (Ley Forestal n.º 7.575/1996)

Instrumentos de Fiscalização e Controle	Cadastro Ambiental Rural (CAR): Um registro obrigatório para todas as propriedades rurais, que permite o monitoramento ambiental e facilita a aplicação da lei. Fiscalização e Penalidades: o descumprimento das normas de conservação ambiental pode levar a multas elevadas e outras sanções administrativas. A destruição de APP e RL implica na obrigatoriedade de recuperação, além de sanções penais. Sistema de Monitoramento: Utilização de imagens de satélite e fiscalização por drones para identificar desmatamento ilegal e degradação em APP e RLs.	Sistema Nacional de Áreas de Conservación (SINAC): Coordena o monitoramento e a fiscalização das áreas de conservação, com o envolvimento das comunidades locais e a participação do Estado. Sanções e Penalidades: A exploração não autorizada de áreas florestais pode levar à perda de benefícios fiscais, suspensão de subsídios e, em casos graves, a sanções penais. A Costa Rica também aplica sanções administrativas e multas, mas com ênfase na educação ambiental e recuperação dos recursos. Participação Comunitária: A inclusão de comunidades rurais e ONG no monitoramento ambiental é incentivada, promovendo uma relação mais direta entre os cidadãos e a conservação.
Sanções e Penalidades	Multas e Penalidades Administrativas: O desmatamento ilegal e a degradação de APP e RL resultam em multas proporcionais à área afetada, além de ordens de recuperação ambiental. Recuperação Obrigatória de Áreas Degradadas: Propriedades que desmatam irregularmente devem restaurar as áreas degradadas, com obrigações legais de replantio da vegetação nativa. Impedimento para Créditos Bancários: Proprietários não inscritos no CAR ou em desconformidade com as leis ambientais têm restrições ao acesso a financiamentos.	Multas e Penalidades: A Costa Rica aplica sanções rigorosas em casos de desmatamento ilegal, e a exploração florestal em áreas protegidas pode levar a penalidades severas. Suspensão de Incentivos: Propriedades que não cumprem as normas ambientais podem perder benefícios como o PSA, além de enfrentar sanções adicionais. Medidas de Recuperação e Educação: Além de multas, o governo promove ações de recuperação ambiental e programas educacionais, com foco em práticas de sustentabilidade e em parcerias com ONG e comunidades.

Fonte: Elaborado pela autora.

Já a Costa Rica adotou, ao longo de sua história recente, uma postura voltada para a sustentabilidade e o ecoturismo, transformando a preservação de benefício econômico, o que é evidente na Lei Florestal n.º 7575/1998. A Costa Rica tomou medidas para fortalecer suas políticas de conservação, convertendo áreas florestais em parques nacionais e promovendo o uso sustentável da terra.

A importância estratégica das florestas em pé foi o turismo que fez com que o país desenvolvesse uma legislação focada em integrar as comunidades locais nas práticas de conservação por meio do ecoturismo. Assim, o país se tornou um modelo mundial de práticas de conservação ambiental, transformando sua economia em uma economia de baixo carbono e com forte incentivo aos serviços ambientais.

A governança ambiental no Brasil e na Costa Rica diverge substancialmente em termos de centralização e envolvimento comunitário. No Brasil, a gestão ambiental é amplamente centralizada, com um forte papel das instituições federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Essa estrutura permite um monitoramento centralizado e uma fiscalização baseada em tecnologias de georreferenciamento e imagens de satélite.

No entanto, essa centralização também traz desafios, especialmente na região Amazônica, onde o acesso e a presença do Estado são limitados, criando lacunas na aplicação da lei e abrindo espaço para conflitos entre o interesse privado e a legislação ambiental, dificultando uma implementação igualitária do Código Florestal em todo o território.

Na Costa Rica, por outro lado, a governança ambiental é caracterizada por uma abordagem operacional mais descentralizada, na qual a participação comunitária desempenha um papel central. O *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (SINAC) exemplifica essa abordagem, com áreas de conservação que envolvem diretamente as comunidades locais e ONG. A presença de incentivos financeiros, como o programa de *Pagos por Servicios Ambientales* (PSA), reforça a participação local na conservação das florestas, criando uma rede de proteção que inclui proprietários de terras, organizações não governamentais e órgãos estatais.

Conforme o MINAE (2024), este programa funciona por meio de incentivos financeiros aos ocupantes de imóveis localizados em áreas e ecossistemas estratégicos, pagos em dinheiro ou com insumos para a produção agrícola, preservação ou recuperação da cobertura natural. É estabelecido por contrato condicionado a resultados e o pagamento é efetuado na medida em

que o beneficiário do incentivo se compromete e desenvolve ações de manutenção e recuperação da cobertura natural existente, estabelece usos do solo de acordo com a sua vocação e aptidão.

O PSA não implica mudanças na propriedade da terra ou a expulsão dos moradores locais; pelo contrário, é um mecanismo para gerir soluções para o desenvolvimento produtivo e o alinhamento com os instrumentos de planejamento e ordenamento do território. Esse modelo colaborativo, baseado na premissa de que os atores locais são os principais interessados na conservação dos recursos naturais, gera uma sinergia que facilita a preservação de áreas florestais, especialmente em regiões vulneráveis.

A aplicação do Código Florestal brasileiro enfrenta desafios em um cenário onde a agroindústria é um dos pilares da economia nacional. A expansão da fronteira agrícola e a conversão de terras para pastagem representam pressões constantes sobre as áreas de floresta e vegetação nativa, especialmente no bioma amazônico e no Cerrado. O Código Florestal, ao exigir Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL), cria barreiras à expansão indiscriminada da agricultura, mas essas barreiras são constantemente contestadas por interesses econômicos que buscam flexibilizar a legislação.

Embora o Código Florestal inclua incentivos econômicos, como créditos de carbono e benefícios fiscais para aqueles que mantêm áreas de conservação, sua eficácia é limitada pela resistência de setores econômicos que dependem do uso extensivo da terra. Em contratos com a Costa Rica, o país da América Central tem um modelo econômico que favorece o ecoturismo e as atividades de baixo impacto ambiental.

A *Ley Forestal* integra atividades de silvicultura e agricultura com a conservação, permitindo práticas que promovem a sustentabilidade. Ao remunerar diretamente os proprietários de terras por manterem florestas e promoverem a biodiversidade, como o já mencionado programa PSA, evita a conversão de florestas em áreas agrícolas. Esse modelo, combinado com uma infraestrutura nacional voltada para o ecoturismo, permite que a Costa Rica obtenha benefícios econômicos significativos enquanto preserva suas florestas e protege sua biodiversidade.

A biodiversidade brasileira é uma das mais ricas do mundo, e a preservação de áreas como a Amazônia é crucial para a estabilidade climática global. Porém, o Código Florestal sozinho não garante a proteção dessas áreas, pois o desmatamento ilegal e a degradação ambiental ainda são problemas persistentes.

Embora o Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental sejam instrumentos importantes, seu impacto tem sido limitado pela falta de fiscalização contínua e pelo desmonte de órgãos ambientais. A longo prazo, a falta de proteção efetiva para áreas críticas pode comprometer não apenas a biodiversidade, mas também os serviços ambientais que essas áreas prestam, como a regulação climática e a preservação de recursos hídricos.

Na Costa Rica, a preservação da biodiversidade é integrada ao modelo de desenvolvimento sustentável, com programas que promovem a restauração de áreas degradadas e o fortalecimento dos ecossistemas. O incentivo econômico para manter florestas, aliado a uma política ambiental estável e a parcerias internacionais, cria um ambiente favorável para a conservação a longo prazo. A abordagem da Costa Rica é vista como um modelo viável para países que buscam conciliar conservação com desenvolvimento econômico, especialmente em regiões de alta biodiversidade.

A análise das leis florestais do Brasil e da Costa Rica revela dois modelos distintos de gestão e conservação ambiental. O Brasil, com uma economia fortemente dependente do agronegócio, adota uma abordagem que busca equilibrar as pressões econômicas com a conservação ambiental, mas enfrenta desafios de aplicação e resistência de setores econômicos. A legislação brasileira enfatiza o controle e a punição e possibilita incentivos econômicos, mas a eficácia desses mecanismos é prejudicada pela centralização e pela dificuldade de monitoramento em áreas extensas e remotas.

Já a Costa Rica implementa um modelo que integra os serviços ambientais com o desenvolvimento econômico sustentável, valorizando a participação comunitária e oferecendo incentivos financeiros diretos para a preservação. Essa abordagem promove a conservação de forma inclusiva, criando um sistema de proteção ambiental que envolve diversos atores e incentiva práticas de baixo impacto. O sistema costarricense serve como um exemplo para a criação de políticas públicas que equilibram o desenvolvimento e a sustentabilidade, demonstrando que a proteção da biodiversidade pode ser uma estratégia econômica viável e vantajosa.

Portanto, o Brasil e a Costa Rica oferecem lições valiosas. O Brasil ilustra os desafios de uma abordagem que tenta combinar desenvolvimento agrícola com a preservação de ecossistemas vastos e diversificados, enquanto a Costa Rica exemplifica como um sistema econômico pode ser moldado para se alinhar com os objetivos de conservação ambiental, proporcionando uma trajetória sustentável para o futuro. Esses modelos, embora distintos,

oferecem perspectivas complementares para políticas ambientais que buscam proteger os recursos naturais enquanto promovem o bem-estar econômico e social das populações locais.

4.3.2 SINAC e SNUC: modelos de organização das áreas protegidas

A conservação da biodiversidade tem se tornado um tema crucial na gestão ambiental global, refletindo-se em legislações específicas em vários países. Este estudo comparativo analisa a Lei n.º 9.985/2000 do Brasil, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e a *Ley de Biodiversidad* da Costa Rica, que organiza a gestão e o uso sustentável da biodiversidade no país. Ambas as legislações visam proteger a biodiversidade e garantir o uso sustentável dos recursos naturais, embora apresentem diferenças em suas abordagens estruturais e nos mecanismos administrativos implementados.

A Lei 9.985/2000 estabelece o SNUC com a finalidade de preservar a diversidade biológica, proteger espécies ameaçadas e promover o uso sustentável dos recursos naturais, entre outros objetivos. Para isso, a lei divide as unidades de conservação em duas categorias principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, onde cada tipo de unidade possui um conjunto específico de normas que regulam seu uso e conservação, como Estações Ecológicas e Reservas Extrativistas, respectivamente.

Por sua vez, a *Ley de Biodiversidad* da Costa Rica visa integrar a conservação da biodiversidade nas políticas públicas, assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos e promover a participação ativa das comunidades locais e povos indígenas na gestão da biodiversidade. A Costa Rica adota uma abordagem de conservação que destaca a soberania nacional sobre a biodiversidade e os princípios de equidade intergeracional e respeito à diversidade cultural.

A implementação do SNUC no Brasil é gerida por órgãos como o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes, que coordenam a criação e a administração das unidades de conservação. O IBAMA também faz parte dos órgãos federais executores do SNUC, mas em caráter supletivo. Além disso, a lei permite a participação de governos locais e organizações da sociedade civil, incentivando uma gestão descentralizada e integrada com as políticas locais.

Na Costa Rica, a gestão da biodiversidade é organizada pelo Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC), um sistema de coordenação institucional e participação popular, supervisionado pelo Ministério do Ambiente e Energia (MINAE). Este sistema inclui estruturas como a Comissão Nacional para a Gestão da Biodiversidade e conselhos regionais que facilitam a governança em nível local. A lei também determina que áreas estratégicas sejam protegidas e promovam a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Ambas as legislações procuram garantir o direito ao uso sustentável dos recursos naturais, mas com regulamentações específicas. No Brasil, a Lei 9.985 regulamenta o uso direto e indireto dos recursos dentro das unidades de conservação, estabelecendo critérios para atividades como a pesquisa científica e o turismo. A visitação e a exploração comercial são permitidas apenas em unidades específicas e de maneira controlada, para minimizar impactos ambientais.

A *Ley de Biodiversidad* da Costa Rica, por outro lado, é detalhada no que se refere ao acesso aos recursos genéticos e bioquímicos, incluindo a bioprospecção e o manejo de recursos naturais. Ela exige um consentimento prévio informado das comunidades locais e indígenas e destaca a necessidade de uma distribuição justa dos benefícios oriundos do uso da biodiversidade, um conceito alinhado com o Protocolo de Nagoya, ratificado pela Costa Rica.

A participação das comunidades locais e a proteção dos direitos indígenas são componentes essenciais em ambas as legislações. No Brasil, a lei enfatiza a integração das populações tradicionais nas áreas de reserva extrativista e de desenvolvimento sustentável, respeitando seus modos de vida e garantindo sua subsistência. A legislação brasileira, no entanto, ainda enfrenta desafios na efetiva aplicação desses direitos devido à complexidade administrativa e ao conflito de interesses econômicos.

A Costa Rica possui uma abordagem robusta para proteger os direitos das comunidades indígenas e locais, que são envolvidas ativamente na gestão e beneficiadas financeiramente pelas atividades realizadas em suas terras. A *ley costa-riquenha* promove um modelo mais inclusivo e equitativo, permitindo a participação das comunidades locais nos conselhos de conservação e reconhecendo formalmente seus conhecimentos tradicionais.

A comparação entre a Lei 9.985/2000 do Brasil e a *Ley de Biodiversidad* da Costa Rica revela abordagens complementares e significativas para a conservação da biodiversidade. A Lei Brasileira se destaca pela estruturação detalhada do SNUC e pela classificação rigorosa das áreas de conservação, promovendo um sistema abrangente de proteção ambiental. No entanto, sua aplicação muitas vezes enfrenta barreiras práticas devido à centralização e à burocracia no processo de gestão. A Lei Costa-Riquenha, por sua vez, adota uma perspectiva mais inclusiva e focada nos direitos das comunidades locais, incorporando princípios de equidade e respeito aos conhecimentos tradicionais que oferecem um modelo participativo mais direto.

Além disso, a Costa Rica se diferencia pelo foco em políticas de bioprospecção e acesso a recursos genéticos, aspectos que ainda carecem de regulamentação mais específica no Brasil. Este enfoque permite uma proteção mais rigorosa sobre o patrimônio genético e os

conhecimentos tradicionais, criando um sistema de governança mais adaptado às demandas internacionais e aos acordos multilaterais sobre biodiversidade.

Em resumo, enquanto o Brasil apresenta uma legislação sólida com categorias de conservação bem definidas e objetivos claros de preservação, a Costa Rica implementa uma abordagem que vai além da proteção ambiental, integrando efetivamente as necessidades sociais e culturais de suas comunidades. Essa comparação evidencia que, embora ambos os países avancem na preservação da biodiversidade, o equilíbrio entre conservação e inclusão social é mais bem delineado na legislação da Costa Rica, que pode servir de exemplo para aprimoramentos no modelo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao acesso a recursos genéticos e à participação das populações locais na gestão de seus territórios.

4.4 GOVERNANÇA AMBIENTAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS

A política ambiental brasileira foi historicamente estruturada a partir de uma forte centralização normativa da União, responsável pela formulação das políticas públicas, pela produção dos marcos legais e pela definição das diretrizes gerais de proteção ambiental. Lima, Ferreira Junior e Siqueira (2022) ilustram que a preocupação com a questão ambiental se intensificou ao longo do século XX, em razão da necessidade de organizar atividades produtivas de modo a minimizar impactos socioambientais, especialmente diante da crescente capacidade de intervenção humana no meio físico e biológico e das crescentes tensões pelo uso do espaço e dos recursos naturais.

A trajetória da política ambiental brasileira apresentada nesse capítulo evidencia movimentos distintos de centralização e descentralização ao longo do tempo. Moura (2016) explica que até meados da década de 1980, a política ambiental caracterizou-se por forte centralização na esfera federal, tanto na formulação normativa quanto na condução das ações, com a União concentrando competências, instrumentos e capacidade decisória. A criação da Política Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Nacional do Meio Ambiente consolidou esse modelo centralizado, ainda que previsse a participação de estados e municípios de forma subordinada.

Moura (2016) informa ainda que a Constituição Federal de 1988 representou um ponto de inflexão ao reconhecer competências ambientais comuns entre os entes federativos, inaugurando um processo de descentralização da gestão ambiental. Contudo, a autora posiciona que essa descentralização ocorreu de maneira gradual e parcial, mantendo a centralidade da União na definição das diretrizes, normas e instrumentos, ao passo que a execução e a implementação passaram a ser progressivamente compartilhadas com estados e municípios.

A centralidade na União apresentou ganhos relevantes, sobretudo no enfrentamento de problemas ambientais de grande escala, como o desmatamento na Amazônia e a proteção de biomas estratégicos. Contudo, ao longo do tempo, tornou-se evidente que a padronização normativa não era suficiente para responder à diversidade territorial e social do país. Já as tentativas de descentralização da gestão ambiental, conforme demonstram Scardua e Bursztyn (2003), ocorrem de forma fragmentada e desigual, resultando em diferentes graus de autonomia entre estados e municípios, sem a correspondente transferência de recursos financeiros, capacidades técnicas e apoio institucional.

Em regiões como a Amazônia, essa assimetria revelou-se ainda mais aguda, uma vez que políticas concebidas em nível federal frequentemente desconsideraram as dinâmicas socioterritoriais e os modos de vida das populações tradicionais, como exemplifica o caso do Parque Nacional do Cabo Orange. Desse modo, a governança ambiental brasileira consolidou-se como um arranjo normativo centralizado, mas convive com a descentralização das responsabilidades operacionais.

Esse desenho produz tensões permanentes entre os diferentes níveis de governo e limita a efetividade das políticas ambientais, que passam a depender da coordenação interinstitucional, da atualização dos instrumentos de gestão e do fortalecimento das capacidades locais para além da mera transferência de encargos. Já a experiência costarriquenha traz um modelo híbrido de governança ambiental desde a década de 1990, que articula forte centralização normativa e estratégica do Estado com mecanismos operacionais descentralizados e territorializados, sobretudo no âmbito das áreas protegidas e dos instrumentos econômicos de conservação.

Diferentemente do caso brasileiro, de acordo com o mencionado por López-Alfaro, Gutiérrez-Hernández e Drevins-Sandi (2024), a Costa Rica construiu um arcabouço institucional integrado a partir do Ministerio de Ambiente y Energía (MINAE) e do Sistema Nacional de Áreas de Conservación (SINAC), concentrando a formulação das políticas ambientais em nível nacional, mas delegando a implementação a unidades regionais de gestão.

Esse arranjo permitiu ao Estado manter o controle político e jurídico sobre os recursos naturais estratégicos – florestas, biodiversidade, água e serviços ecossistêmicos – ao mesmo tempo em que viabilizou a participação de atores locais, organizações não governamentais, empresas privadas e comunidades rurais na execução das políticas. Miranda, Porras e Moreno (2003) evidenciam que o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), instituído em 1995, é emblemático, pois, trata-se de um instrumento centralizado em sua concepção legal

e financeira, mas operacionalizado por meio de contratos descentralizados com proprietários rurais e intermediários locais, como fundações e empresas públicas regionais.

Do ponto de vista das vantagens, a centralização costarriquenha garantiu continuidade institucional, estabilidade normativa e coerência entre conservação ambiental e estratégia nacional de desenvolvimento, reduzindo sobreposições de competência. A criação de leis estruturantes, como a *Ley Forestal* n.º 7.575/1996 e a *Ley de Biodiversidad* n.º 7.788/1998, possibilitou ao país internalizar a proteção ambiental como política de Estado, e não apenas como política de governo, algo frequentemente apontado como diferencial positivo do modelo costarriquenho.

Entretanto, os estudos de Miranda, Porras e Moreno (2003) também evidenciam limitações importantes desse modelo. A descentralização operacional não eliminou assimetrias socioeconômicas, uma vez que o acesso aos instrumentos de conservação, como o PSA, mostrou-se mais viável para proprietários com maior capital econômico, educacional e fundiário. Pequenos produtores e populações mais vulneráveis enfrentam barreiras institucionais, custos de transação elevados e restrições legais que dificultam sua inserção nos programas ambientais, revelando que a descentralização, quando não acompanhada de políticas redistributivas, pode reproduzir desigualdades territoriais.

A governança ambiental da Costa Rica caracteriza-se por um equilíbrio tenso entre centralização estratégica e descentralização executiva, que produziu resultados expressivos em termos de conservação florestal e reconhecimento internacional, mas que também revela limites estruturais quanto à inclusão social e à democratização das decisões ambientais. Essa experiência oferece um contraponto relevante ao modelo brasileiro, não como solução universal, mas como referência analítica para compreender os efeitos políticos, territoriais e sociais das escolhas institucionais em matéria ambiental.

A governança ambiental, quando vista pela ótica foucauldiana, não é apenas “arranjo institucional”. Ela opera como racionalidade de governo que define problemas, legitima intervenções e produz sujeitos (gestores, comunidades, “empreendedores verdes”, fiscais, “parceiros” do Estado), por meio de dispositivos como planos, licenças, indicadores, conselhos e instrumentos econômicos. Nessa chave, centralização e descentralização não são meras “opções administrativas”, mas tecnologias de poder que organizam responsabilidades, distribuem riscos e moldam condutas, articulando saberes especializados e práticas de controle.

No Brasil, a trajetória da política ambiental é marcada por institucionalização progressiva, com consolidação de órgãos e marcos regulatórios e, ao mesmo tempo, por

disputas recorrentes sobre competências entre União, estados e municípios. Em leitura mais histórica, a governança ambiental brasileira, especificamente do Amapá, aparece como um campo em que o “novo” convive com camadas antigas de centralidade decisória e padrões burocráticos herdados. Esse “eco do passado” ajuda a entender por que, no Brasil, o pêndulo centralização-descentralização frequentemente vira um mecanismo de reacomodação do poder, mais do que uma simples busca de eficiência administrativa.

Na Costa Rica, a governança ambiental pode ser descrita como mais integrada e orientada por instrumentos que combinam conservação, turismo e mecanismos econômicos. A gestão de áreas protegidas e políticas associadas se apoia em arranjos nacionais que se territorializam por áreas de conservação, com forte presença do Estado nacional na coordenação e em marcos regulatórios. Além disso, instrumentos como pagamentos por serviços ambientais (PSA) exemplificam uma racionalidade de governo que “faz fazer”, pois desloca parte da conservação para incentivos e contratos, convocando proprietários e comunidades a se comportarem como provedores de serviços ambientais.

Ao mesmo tempo, estudos de Miranda, Porras e Moreno (2003) e de López-Alfaro, Gutiérrez-Hernández e Drevins-Sandi (2024), mostram que esses mecanismos não são neutros, pois tendem a reproduzir desigualdades de acesso, barreiras burocráticas e seleção de beneficiários, produzindo uma subjetividade ambiental “adequada” ao programa (documentada, regular, proprietária, capaz de cumprir exigências), enquanto outras formas de relação com o território ficam à margem.

Comparando os dois países, dá para sustentar que o Brasil enfrenta o dilema de descentralizar sem equalizar capacidades. Transfere-se responsabilidade para níveis locais / regionais, mas nem sempre se transfere, na mesma medida, infraestrutura administrativa, previsibilidade orçamentária e estabilidade técnico-política. Isso abre espaço para governanças “por exceção”, com arranjos que funcionam quando há projeto, liderança e rede, colapsando quando muda o ciclo político.

Já na Costa Rica, a centralidade coordenadora do Estado e a reputação internacional da conservação favorecem coerência e continuidade. Porém, a ‘boa governança’ também pode operar como regime de verdade, pois o país se apresenta como vitrine ambiental, e essa narrativa pode ocultar conflitos distributivos, custos sociais e exclusões produzidas por instrumentos econômicos e por burocracias da conservação. Em termos de vantagens, a centralização tende a aumentar coordenação, padronização e capacidade de impor metas; a descentralização tende a aumentar aderência territorial, participação e rapidez de resposta.

Em termos de desvantagens, a centralização pode gerar distância do contexto, rigidez e baixa legitimidade local; a descentralização pode gerar fragmentação, desigualdade de capacidades, reforçar o clientelismo de forças políticas locais, captura e “ambientalismo de fachada”, quando a pressão econômica local se sobrepõe. O ponto foucauldiano é que ambos os modelos produzem sujeitos, o que muda são as condutas premiadas, a autoridade do saber e as formas de vida que são reconhecidas como “compatíveis” com a política ambiental.

4.5 FECHAMENTO ANALÍTICO DA ESTRUTURA E ARRANJOS NORMATIVOS DE ÁREAS PROTEGIDAS

A conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais são desafios centrais enfrentados pelos Estados modernos, especialmente em regiões com alta riqueza biológica, como o Brasil e a Costa Rica. Ambas as nações são protagonistas na criação de políticas ambientais inovadoras, o que se reflete em legislações como a Lei n.º 12.651/2012 e a Lei n.º 9.985/2000 do Brasil e a *Ley Forestal* e a *Ley de Biodiversidad* da Costa Rica.

Cada uma dessas legislações foi concebida para abordar especificidades ecológicas e culturais, integrando objetivos de preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, mas apresentam abordagens estruturais e administrativas distintas. Este estudo comparativo tem como objetivo analisar profundamente as convergências e divergências entre esses marcos regulatórios, evidenciando como esses países equilibram a proteção ambiental com a inclusão social e a utilização sustentável de seus recursos.

A Lei n.º 12.651/2012 do Brasil, conhecida como Código Florestal, estabelece diretrizes sobre o uso do solo, especialmente em áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais (RL). A lei reflete a necessidade de regular o uso de terras, com enfoque na manutenção dos ecossistemas florestais e na proteção dos recursos hídricos, visando minimizar a degradação ambiental decorrente da atividade agrícola e industrial. O Código Florestal introduz conceitos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e incentiva práticas de recuperação de áreas degradadas, promovendo a sustentabilidade nas propriedades rurais brasileiras. Ocorre que o CAR é autodeclaratório, o que pode mascarar a realidade da degradação ambiental.

Complementarmente, a Lei n.º 9.985/2000, que institui o SNUC, reforça a estrutura de proteção ao criar categorias específicas de UC, divididas entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O SNUC é uma resposta do Brasil à demanda por um sistema organizado de áreas protegidas, proporcionando um arcabouço legal para a gestão de reservas extrativistas, parques nacionais e outras modalidades de proteção ambiental. Ocorre que o sistema nem sempre consegue atingir a realidade. Tanto a pesquisa de Silva e Sauer (2022)

quanto de Guerreiro (2020) expõem casos de grilagem de terra em áreas de conservação ambiental no Brasil que o governo não consegue controlar.

O Brasil e a Costa Rica adotam abordagens complementares em termos de conservação e uso sustentável. Enquanto o Código Florestal brasileiro regula o uso da terra por meio de uma complexa estrutura de APP e RL, a *Ley Forestal* da Costa Rica implementa um sistema de incentivos e compensações para a preservação das florestas, enfatizando a regeneração natural. A abordagem costarriquenha busca engajar diretamente as comunidades e proprietários rurais, criando um modelo mais participativo e economicamente atraente para a conservação florestal.

O SNUC (Brasil) e o SINAC (Costa Rica) também exemplificam diferentes estratégias de conservação e uso sustentável dos recursos. Enquanto o SNUC categoriza unidades de conservação para facilitar a regulamentação do acesso e a preservação de áreas específicas, o SINAC promove uma gestão integrada e participativa, permitindo que as comunidades locais se envolvam diretamente na gestão e preservação de áreas naturais. Esse contraste reflete a diversidade de contextos culturais e socioeconômicos de cada país, onde o Brasil opta por uma estrutura mais centralizada, enquanto a Costa Rica explora a participação ativa das populações locais, promovendo uma abordagem descentralizada e inclusiva.

A inclusão das comunidades locais e povos indígenas é um ponto crítico nas legislações de ambos os países, mas a abordagem da Costa Rica se mostra mais avançada no que tange à participação e à proteção dos direitos tradicionais. A *Ley de Biodiversidad* costarriquenha exige consentimento prévio informado e assegura que os benefícios oriundos do uso da biodiversidade sejam compartilhados com as comunidades locais, promovendo uma integração real entre conservação e justiça social. Essa disposição é compatível com os princípios do Protocolo de Nagoya, do qual a Costa Rica é signatária, posicionando o país como um modelo de equidade no uso da biodiversidade.

No Brasil, a Lei n.º 9.985/2000 introduz conceitos similares ao permitir a criação de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, onde as populações tradicionais desempenham um papel importante na conservação dos recursos naturais. Contudo, a efetivação desses direitos enfrenta desafios relacionados à centralização e à burocracia, limitando a autonomia e o protagonismo das comunidades na gestão desses territórios. Além disso, o Código Florestal estabelece normas de uso do solo que nem sempre refletem as necessidades e o modo de vida das comunidades locais, criando um ambiente de tensão entre interesses econômicos e direitos tradicionais.

A Costa Rica, por meio da *Ley de Biodiversidad*, é pioneira em regulamentar o acesso e o uso dos recursos genéticos, especialmente no que se refere à bioprospecção e ao uso de conhecimentos tradicionais. A legislação estabelece um sistema detalhado para o uso desses recursos, garantindo que qualquer exploração esteja condicionada ao compartilhamento justo e equitativo dos benefícios. Esta legislação é um reflexo da preocupação costarriquenha em preservar seu patrimônio biológico e cultural, ao mesmo tempo que promove a pesquisa e a inovação sustentável.

No Brasil, o acesso a recursos genéticos e a repartição de benefícios são tratados de forma menos explícita dentro do SNUC e do Código Florestal, embora o país tenha implementado uma regulamentação específica para atender ao Protocolo de Nagoya. A ausência de diretrizes claras no SNUC para o uso de recursos genéticos em áreas protegidas limita o potencial de inovação e conservação colaborativa, ao contrário do modelo costarriquenho, que estabelece um regime integrado de governança para esses recursos.

A análise comparativa entre a legislação ambiental do Brasil e da Costa Rica evidencia um conjunto de estratégias que refletem as particularidades ecológicas, sociais e culturais de cada país. O Brasil, com suas legislações robustas e classificações detalhadas para o uso de áreas naturais, promove uma abordagem tecnicamente precisa para a conservação ambiental, e desenvolveu uma categoria por articula conservação ambiental e reprodução social de populações tradicionais na mesma área, as RESEX. Entretanto, a centralização administrativa limita a efetividade das políticas, especialmente no que diz respeito à inclusão das comunidades tradicionais e indígenas em outras categorias de áreas de conservação.

Já Costa Rica demonstra um modelo de governança que combina a proteção da biodiversidade com a participação comunitária ativa, promovendo uma gestão mais equitativa e adaptativa. Além disso, o modelo costarriquenho de regulamentação de recursos genéticos e bioprospecção oferece uma estrutura legal sólida que o Brasil poderia adotar para complementar seu marco regulatório. Por outro lado, o detalhamento e a estruturação do SNUC representam um avanço no controle e fiscalização das áreas protegidas, oferecendo à Costa Rica um exemplo de como otimizar a categorização e o manejo de suas áreas de conservação.

Em um contexto global de mudanças climáticas e perda acelerada de biodiversidade, as legislações ambientais do Brasil e da Costa Rica proporcionam lições valiosas para a formulação de políticas que integram conservação, desenvolvimento sustentável e justiça social. A combinação dessas abordagens poderia levar a um sistema de conservação mais

resiliente e eficaz, que atenda às necessidades ecológicas e socioeconômicas locais enquanto contribui para os objetivos globais de sustentabilidade.

Assim, a interconexão entre os modelos de conservação de Brasil e Costa Rica oferece um caminho promissor para uma governança ambiental que equilibre proteção ambiental e inclusão social, apontando para um futuro em que o desenvolvimento humano e a biodiversidade coexistam de maneira harmônica e sustentável.

5 ÁREAS PROTEGIDAS PESQUISADAS

Este capítulo retrata o histórico e as condições sociais, culturais e ambientais das áreas protegidas pesquisadas, ambas classificadas como Parques Nacionais, que são áreas públicas que visam preservar ecossistemas naturais de grande importância ecológica e beleza cênica. Além disso, as duas áreas possuem projetos ambientais com tartarugas marinhas, o que possibilita ainda mais buscar um senso comum entre os campos.

Para Santos e Amorin (2023), na América Latina, os precursores na criação das áreas protegidas foram a Argentina e o México, Parque Nacional de Nahuel Huapi (1903) e os parques Desierto de los Leones, El Chico e El Contador (1917), respectivamente. No Brasil, a primeira área protegida data de 1937 – o Parque Nacional do Itatiaia, inicialmente com 11.943 hectares³⁷, área que pertencia ao Visconde de Mauá e foi adquirida pelo governo federal em 1908 (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2024). O fato de ser uma propriedade privada, antes de obtida pelo Estado, já trouxe a noção de "*wilderness*".

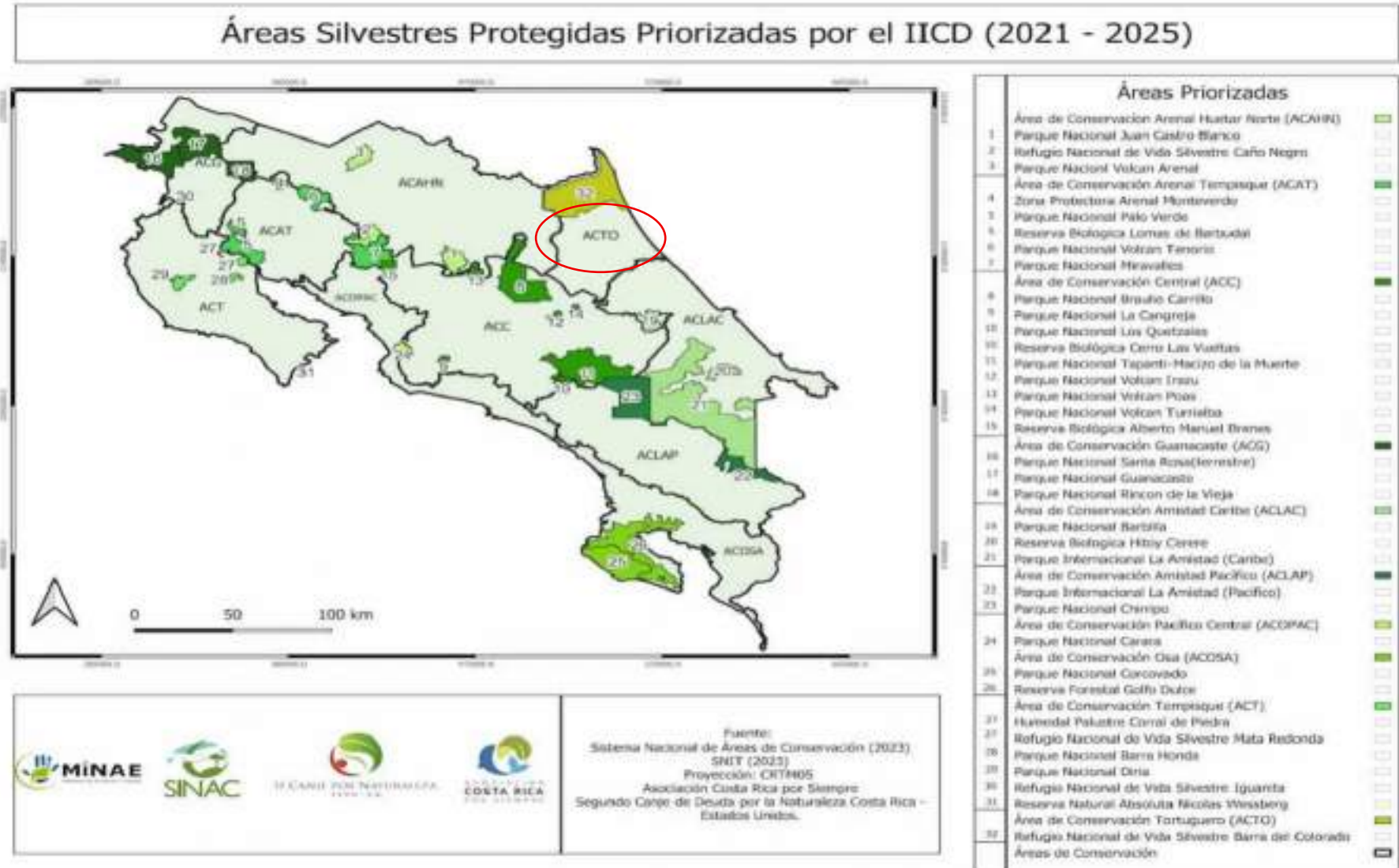
Na Costa Rica, a área protegida mais antiga é o Parque Nacional Vulcão Turrialba, declarado em 1955, com 1.256 hectares, conforme publicado pela Prensa Latina (2024). O parque protege o ecossistema de floresta tropical no topo do Vulcão Turrialba, localizado próximo a Cartago (Vale Central), uma área que foi devastada pela ação colonizadora dos espanhóis no período colonial. Portanto, uma área que já não possuía nativos indígenas.

5.1 PARQUE NACIONAL DE TORTUGUERO – LIMÓN-COSTA RICA

O Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC) administra áreas protegidas na Costa Rica, e o Parque Nacional Tortuguero faz parte deste sistema (Imagem 26), abrigando tanto espécies terrestres quanto marinhas de grande relevância ecológica. O Parque é um dos destinos importantes do país em termos de ecoturismo e conservação ambiental. Localizado na província de Limón, na costa caribenha, o parque foi criado em 1975 e se estende por uma área de mais de 26.000 hectares de terra e 50.000 hectares de mar. Além disso, o Parque faz parte da Área de Conservação de Tortuguero, conforme destacado na Imagem 27.

³⁷ O Parque foi ampliado para os atuais 28.086 hectares em 21 de setembro de 1982 pelo Decreto no 87.586.

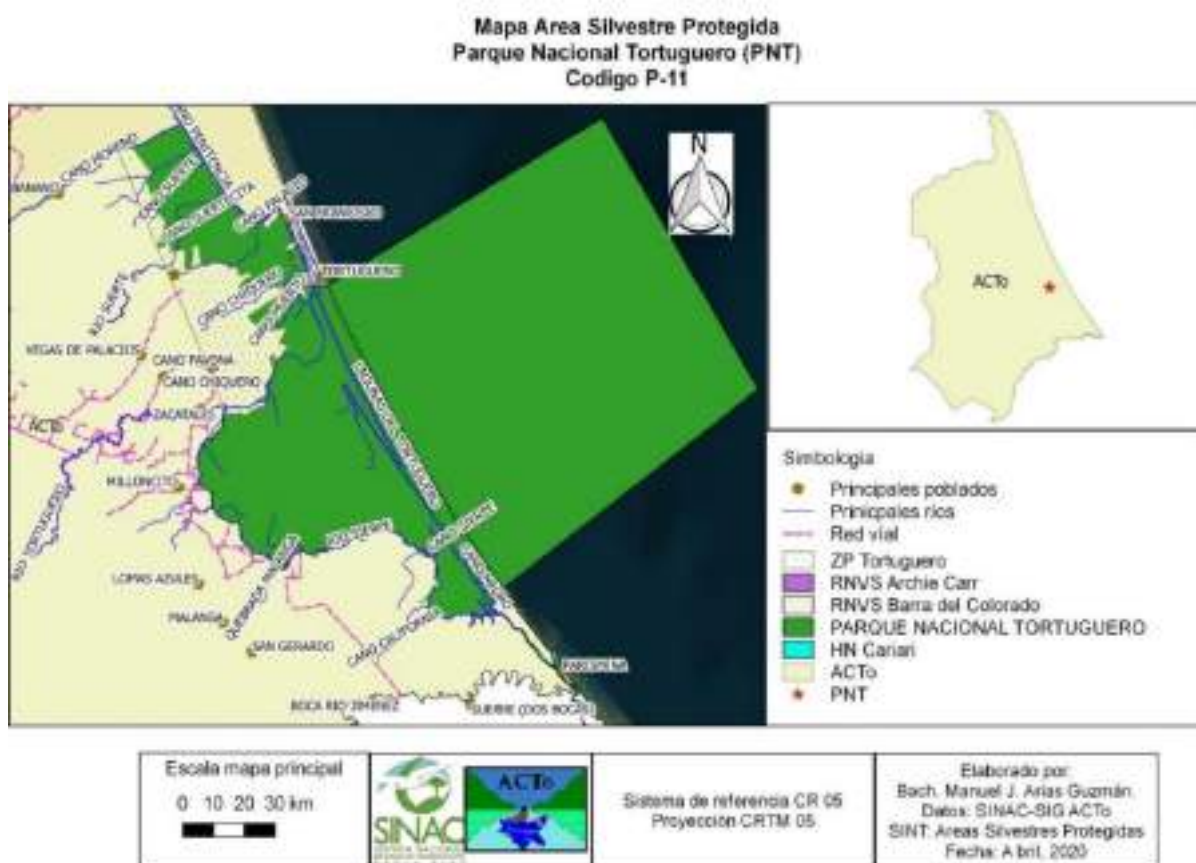
Imagem 26 – Mapa das áreas protegidas na Costa Rica



Fonte: Costa Rica, 2023. Modificado pela autora.

São características do parque, localizado no Caribe Norte da Costa Rica, uma zona de floresta tropical muito úmida. Possui um complexo sistema de rios e lagunas, o que facilita tanto a locomoção dos moradores locais quanto dos turistas. O território é formado por terras vulcânicas e depósitos sedimentares, que criam um ambiente rico em biodiversidade. Araújo e Simonian (2015) explicam que o parque é um lugar de importância nacional e internacional como atrativo turístico. Isso porque a fauna do parque inclui mamíferos como o jaguar e o manatí³⁸, além de várias espécies de anfíbios, répteis e aves, o que torna a área de interesse para pesquisas científicas e observação da biota, especialmente o turismo de observação de aves silvestres.

Imagem 27 – Mapa do Parque Nacional de Tortuguero



Fonte: ARIAS GUZMÁN, Manuel J, 2022.

A gestão do parque é conduzida por meio de uma parceria entre o SINAC e várias organizações não governamentais dedicadas à conservação, como a antiga *Caribbean Conservation Corporation* (CCC), atualmente *Sea Turtle Conservancy* (STC). Essas organizações também desempenham um papel na educação ambiental, oferecendo programas

³⁸ O termo manatí, em espanhol, corresponde ao mesmo animal conhecido em português como peixe-boi.

para as comunidades locais e para os turistas, além de liderar esforços de pesquisa que monitoram as populações de tartarugas e outros animais em risco de extinção.

A gestão do Parque Nacional de Tortuguero é conduzida por meio de uma articulação entre o Sistema Nacional de Áreas de Conservación (SINAC) e diversas organizações não governamentais dedicadas à conservação ambiental. Entre elas, destaca-se a antiga *Caribbean Conservation Corporation* (CCC), atualmente *Sea Turtle Conservancy* (STC), considerada pioneira no monitoramento das populações de tartarugas marinhas na região. Essas organizações desempenham papel estratégico não apenas na pesquisa científica, mas também na educação ambiental, desenvolvendo programas voltados às comunidades locais e aos visitantes, com foco na conscientização sobre a importância da preservação dos ecossistemas.

Além disso, lideram iniciativas de monitoramento contínuo de espécies ameaçadas, fornecendo dados essenciais para orientar políticas de manejo e estratégias de conservação. Esta parceria auxilia diretamente na gestão do Parque, uma vez que o escritório administrativo do Parque está localizado em Guápiles (imagem 28), a aproximadamente 55 km da entrada principal do parque, na vila de Tortuguero. Essa distância física impõe desafios significativos à governança e ao acompanhamento cotidiano das atividades, uma vez que dificulta a comunicação presencial direta e a presença constante de gestores na área núcleo.

Imagem 28 – Escritório sede da Administração do Parque de Tortuguero



Fonte: Produção da autora (2025).

5.1.1 Experiência da visita de campo ao Parque Nacional

O acesso ao Parque Nacional de Tortuguero somente é permitido mediante a contratação de guias locais credenciados e a aquisição prévia de ingressos no site oficial do Sistema Nacional de Áreas de Conservação-SINAC (Imagem 29). A bilhetagem de todas as unidades de conservação sob sua gestão serve para a validação dos ingressos comprados previamente. No interior do parque, a visitação é organizada em dois setores principais: o Sector Cerro Tortuguero e o Sector Canales. No mês de abril/2025 foi realizada visita de campo para conhecer a área.

Imagem 29 – Site do SINAC para compra de ingressos



Fonte: [Compra y Reserva en Línea](#)

O Sector Cerro Tortuguero possibilita a observação da vida silvestre por meio de trilhas interpretativas em concreto elevado, escadarias e plataformas de descanso (imagem 30) e oferece ao visitante a experiência de subir até um mirante panorâmico, de onde se tem uma visão privilegiada da paisagem natural (Imagens 31). O setor conta também com uma estrutura de atracação de lanchas, banheiros e bilheteria, logo na entrada (imagem 32).

Imagem 30 – Estrutura da trilha que leva ao mirante



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 31 – Vista do Mirante do Sector Cerro



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 32 – Entrada Sector Cerro Tortuguero, para atracação das lancham utilizadas pelos moradores locais



Fonte: Produção da autora (2025).

A visita ao Sector Cerro possibilitou ter uma vivência junto à floresta tropical e sem o auxílio de guia, pois o local tem uma estrutura de trilhas sólidas e placas orientativas sobre os espaços e animais que habitam a região. Porém o clima úmido e a subida íngreme no meio da floresta tornam o passeio cansativo para quem não tem condicionamento físico adequado. Com relação à segurança, havia muitos turistas, alguns com guias locais e outros por sua própria conta, e apenas um responsável para fiscalizar os 2,5 km de trilhas (ida e volta).

Este responsável permanecia na entrada do Parque, autenticando os ingressos por meio de um equipamento eletrônico, confirmando as dificuldades com quantitativo de pessoal mencionados pelo administrador do parque:

El Parque Nacional Tortuguero tiene 3 puestos operativos: En el lado sur: 6 funcionarios. En el puesto de Cuatro Esquinas (Tortuguero): 5 funcionarios, de los cuales 1 atiende la caseta de turismo y los demás hacen control y protección. Trabajamos en programas: Control y protección, Gobernanza y participación, Monitoreo, y Administración. En total, somos alrededor de 20 funcionarios para unas 178.000 hectáreas de áreas protegidas (parque nacional, refugios, humedales, zona marina de manejo). Es poco personal para tanta área. (Entrevistado 2, 2025)

O administrador do parque explica que há 20 funcionários para cobrir aproximadamente 178.000 hectares de áreas protegidas (parque nacional, refúgios, zonas úmidas, área de gestão marinha), ou seja, não são exclusivos do Parque de Tortuguero, mas de toda a Área de

Conservação de Tortuguero - ACTO, abrangendo o Parque e Refúgio de Vida Silvestre Barra del Colorado.

Durante a atividade de campo, além do já mencionado funcionário do Sector Cerro, identifiquei apenas um funcionário no Sector Canales (o acesso da entrada se chama Posto Quatro Esquinas, pois existem quatro saídas de canais), também no controle de acesso dos ingressos, e outros seis funcionários no escritório principal da ACTO, localizado em Guápiles.

A restrita quantidade de funcionários e a longa distância entre a sede administrativa principal do Parque Nacional fortalece a ideia comum entre os moradores de que “não há fiscalização” no Parque ou a crítica sobre o papel da Estação Biológica STC “não somos fiscalização, somos uma estação biológica” (Entrevista 3, 2025), mas muitas vezes os funcionários se veem assumindo este papel, por estarem presencialmente na área. Ocorre que o modelo de Área de Conservación abrange um recorte muito amplo, não apenas o Parque Nacional, portanto a presença da fiscalização acaba se responsabilizando por outras áreas além do Parque.

Já a visita ao Sector Canales é caracterizada pela navegação em embarcações de pequeno porte através de canais naturais e artificiais, permitindo a observação de aves aquáticas, répteis e mamíferos em seus habitats originais, demonstrados nas imagens, além de representar uma das experiências ecoturísticas mais singulares do país. As ricas fauna e flora são reflexos de um ecossistema diferenciado, que inclui florestas tropicais úmidas, manguezais, pântanos e praias de areia branca.

Imagem 33 – Embarcação típica utilizada pelos moradores locais e guias de turismo



Fonte: Produção da autora (2025).

A principal característica geográfica do Parque Nacional de Tortuguero é sua complexa rede de canais e rios, que atravessam a densa floresta tropical. Esses canais são a única maneira de acessar grande parte do parque, e os passeios de barco pelos rios são uma das principais atividades turísticas (ver imagem 33). Durante esses passeios, é comum avistar jacarés, lontras, sapos venenosos, além de uma infinidade de espécies de pássaros (ver imagens 34 a 38).

Imagem 34 – Réptil *caiman crocodilos*, família do jacaré, chamado na Costa Rica de caimão, avistado durante visita – I



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 35 – Réptil *caiman crocodilos*, família do jacaré, chamado na Costa Rica de caimão, avistado durante visita – II



Fonte: Câmera de alta resolução do guia de turismo Miguel Núñez, vila Tortuguero, abr. 2025.

Imagem 36 – Ave garça-tigre-da-costa (*tigrisoma mexicanum*) muito comum em áreas úmidas da América Central



Fonte: Câmera de alta resolução do guia de turismo Miguel Núñez, vila Tortuguero, abr. 2025.

Imagem 37 – Ave trogon-de-coleira (*trogon collaris*), comum em áreas úmidas da América Central



Fonte: Câmera de alta resolução do guia de turismo Miguel Núñez, vila Tortuguero, abr. 2025.

Imagem 38 – Ave frango-d'água-azul (*porphyrio martinicus*), espécie avistada em ambientes alagados



Fonte: Câmera de alta resolução do guia de turismo Miguel Núñez, vila Tortuguero, abr. 2025.

Durante a visita de campo foi possível visualizar a riqueza ambiental do Parque, conforme a experiência vivida e demonstrada nas imagens retiradas pelo guia que acompanhou em passeios no “Sector Canales”. Pelas imagens é possível dimensionar a qualidade do equipamento que o guia estava utilizando; isso porque o serviço que os guias oferecem é o de turismo de experiência. Foi possível perceber a preocupação do meu guia – e de outros ao redor – em levar os turistas para uma imersão dentro do Parque para encontro de animais silvestres típicos da região, bem como o apoio que um fornecia ao outro, para encontrar espécies locais.

Durante a vivência no Parque, foi possível observar que a fauna local demonstra tolerância à aproximação de embarcações e de visitantes, mantendo comportamento tranquilo mesmo diante da presença humana. A ausência de estímulos negativos ao longo do tempo produz um tipo de habituação positiva, na qual a vida silvestre passa a incorporar a presença humana como parte neutra do ambiente, sem interpretá-la necessariamente como risco. Essa experiência evidencia a força das práticas conservacionistas locais e reforça como a estabilidade das regras de proteção pode moldar comportamentos animais mais confiantes e menos defensivos.

Mesmo com toda esta diversidade de animais, uma das principais razões pelas quais Tortuguero é internacionalmente conhecido é pelo seu papel como um dos locais de desova mais importantes do mundo para várias espécies de tartarugas marinhas, em especial a tartaruga-verde (*chelonia mydas*), a tartaruga-de-pente (*eretmochelys imbricata*), e a tartaruga-de-couro (*dermochelys coriacea*). Entre os meses de julho e outubro, turistas de todas as partes do mundo chegam ao parque para observar as tartarugas que sobem às praias para depositar seus ovos. Esse evento é de tal importância que foi desenvolvido um modelo de turismo sustentável em torno das tartarugas.

O Parque Nacional de Tortuguero representa um importante sítio de nidificação da tartaruga-verde no Caribe. Restrepo et al. (2023) esclarecem que as séries históricas iniciadas em 1971 revelam uma tendência de crescimento contínuo até 2008, quando foram registradas médias anuais acima de 130 mil ninhos. Contudo, após esse período, verificou-se um declínio significativo. De acordo com Sea Turtle Conservancy (2024), os valores recentes em torno de 60 mil ninhos em 2022 e pouco mais de 10 mil em trechos amostrais da praia em 2024, reforçam sua preocupação sobre a sustentabilidade da população.

A tartaruga-de-couro, por sua vez, apresenta uma situação crítica na Costa Rica. Chacón-Chaverri e Eckert (2007) explicam que séries de Tortuguero entre 1995 e 2006 indicaram declínio de aproximadamente 67,8%, passando de mais de 1.600 ninhos anuais para menos de 700. A tartaruga-de-pente nidifica em menor escala no Caribe costarriquenho, restrita a praias do Refúgio Nacional Gandoca-Manzanillo (Panamá) e ao Parque Nacional Cahuita (Costa Rica-Limón). As séries históricas revelam tendência negativa, com declínios de cerca de 3,9% ao ano desde a década de 1970, registrando apenas algumas dezenas ou centenas de ninhos anuais em cada temporada, como resumido de Figgner (2009).

A pressão da exploração ilegal e do *bycatch*³⁹, somada à destruição de habitats, tem contribuído para a manutenção de populações pequenas e fragmentadas na região. Os fatores humanos são centrais para explicar esses declínios, sobretudo após 2008. Estudos de Restrepo et al. (2023), mostram que a captura legal de tartaruga-verde nos Cayos Miskitos (Nicarágua), a caça ilegal em Tortuguero e a mortalidade por interações pesqueiras têm reduzido a sobrevivência de fêmeas adultas.

³⁹ O termo se refere à captura não intencional de animais não-alvo da pescaria, como tartarugas marinhas, golfinhos, baleias e aves marinhas, e o descarte (devolvê-los ao mar, feridos ou mortos) ou comercialização destes.

Durante as entrevistas foi possível ouvir tanto o posicionamento do administrador do parque, como da *Sea Turtle Conservancy* (TSC) e do guia de turismo local; e todos foram unânimes de que há um problema sério quanto à caça ilegal e ela está atrelada ao tráfico de drogas na região. Quando perguntado aos entrevistados se há consumo de tartarugas na região do Parque, as repostas foram:

Sí, aunque mucho menos que antes. En los años 70–80 incluso estaba permitido comer tortuga. Hoy es ilegal, pero algunas personas aún lo hacen por costumbre o por comercio. Una Tortuga-verde en el mercado ilegal puede valer unos 500 USD. Las capturan en el mar con arpones o en la playa, y también saquean nidos para vender huevos. La Tortuga-verde es la más cazada; la Carey (tartaruga-de-pente) se caza por su caparazón (artesanías, collares, incluso espuelas de gallos de pelea). Si alguien es sorprendido cazando, se decomisa la tortuga, se procesa en fiscalía y puede enfrentar multas altas. Una tortuga puede valorarse en hasta 2 millones de colones (unos 4.000 USD). Incluso se puede decomisar la embarcación. El problema es que algunos cazadores también están ligados al narcotráfico. (Entrevista 2, 2025)

Acá se consigue la comunidad consume, o sea hubo. El año pasado tuvimos registros del consumo, pero se consume mucho más lo que es huevo, porque acá es un área de desove entonces. Cuando hay casa de tortugas casi siempre es para la venta hacia afuera, para la venta hacia Limón, donde ahí se venden, se vende huevos, se vende carne y pero acá, en Tortuguero, se suele no consumir, pero como que no tanto digamos como que el año pasado hemos tenido, cuatro casos así de consumo, pero no es tanto el consumo, siempre es más que nada, la venta ilegal hacia afuera, más que nada por el precio. (Entrevista 3, 2025)

Realmente todavía existe. ¿Por qué? Porque si lo notaste como te dije, no hay gente solamente de tortuguero y cada día viene más gente de otros lados donde viene con las triple de comer, de cazar de esto del otro, pero hasta que llegan y tienen ya varios años se van acostumbrando que vale más vivo que muerto la gente local. Te puedo decir que desde que empezó a achicar. (Entrevista 4, 2025)

Quando perguntado para a Coordenadora de Educação da STC se há tráfico de drogas, foi direta e mencionou “El narcotráfico acá también, aunque um diga un pueblito, una isla alejado es fuertísimo.” (Entrevista 3, 2025). Mesmo a fala do guia de turismo local sendo positiva, é preciso avaliar se o consumo e tráfico das tartarugas podem estar ocorrendo por meio dos moradores, visando a subsistência, pois o valor financeiro é elevado. Até porque a coordenadora de educação ambiental da STC alertou que muitos guias turísticos são aqueles que comem ovos e tartarugas.

Durante a entrevista com o administrador do Parque Nacional de Tortuguero, outros agentes ingressaram na sala portando armas apreendidas em operação de fiscalização realizada no entorno do Parque, especificamente na região de Barra del Colorado, ao norte da vila de Tortuguero. Os artefatos apreendidos não eram armas de fogo produzidas industrialmente, mas armas artesanais, conforme ilustrado na Imagem 39, segundo o entrevistado 2, são tradicionalmente utilizadas para a caça de animais aquáticos e semiaquáticos, como o caimão,

evidenciando práticas ilegais ainda presentes na zona de amortecimento da unidade de conservação⁴⁰.

Imagem 39 – Armas apreendidas em operação de fiscalização do parque no entorno



Fonte: Produção da autora (2025).

Além disso, mudanças ambientais globais, como eventos *El Niño* e a degradação de pradarias marinhas, afetam a disponibilidade alimentar e a frequência reprodutiva, evidenciando a interação entre pressões antrópicas e climáticas. Inclusive, a Fundação Projeto Tamar (2020) ilustra que o fator temperatura é tão relevante que, dependendo do calor na área, é possível definir se os ovos serão machos ou fêmeas: abaixo de 28° macho, acima de 30° fêmea e caso seja em torno de 29° nasce metade de cada gênero, demonstrando como o aumento da temperatura pode influenciar diretamente os quelônios.

A experiência de visitação na Costa Rica revelou-se, de modo geral, extremamente positiva, marcada por uma postura institucional e social claramente orientada à recepção do turista. Observou-se uma notável uniformidade no modo como diferentes atores envolvidos na cadeia do turismo – desde os atendentes da bilheteria dos parques, recepcionistas de hotéis, até agente de aeroporto – conduzem o contato com os visitantes, demonstrando cordialidade, respeito e disposição constante para o acolhimento.

⁴⁰ Registra-se que, durante o trabalho de campo, foram observados elementos que podem indicar a presença de dinâmicas relacionadas à segurança e a práticas não institucionalizadas no território. Contudo, a presente pesquisa não teve como objetivo investigar os níveis de violência ou a incidência de práticas ilegais, razão pela qual tais aspectos não foram objeto de análise sistemática, constituindo possibilidade para estudos futuros.

A anotação manual “tenha uma boa viagem” no cartão de embarque ilustra como o acolhimento ao visitante é incorporado como prática social ordinária, extrapolando protocolos formais de atendimento, ver imagem 40. Esse tipo de interação produz no turista a sensação de reconhecimento e cuidado individualizado, contribuindo para a construção de uma experiência positiva e para a legitimação simbólica do destino. A hospitalidade opera como elemento central na organização do turismo no país.

Imagem 40 – Passagem aérea com anotação manual “Tenha uma boa viagem”



Fonte: Produção da autora (2025).

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão linguística dessa hospitalidade. Embora a língua inglesa seja amplamente dominada, inclusive com um sotaque perceptivelmente influenciado pela cultura norte-americana, chama atenção o esforço recorrente dos costarrriquenhos em aprender e utilizar o português. Em diversos espaços turísticos de San José, foi possível identificar profissionais capazes de se comunicar relativamente bem em português, evidenciando uma estratégia consciente de aproximação com o público brasileiro e reforçando a centralidade do turismo como eixo estruturante da economia e da identidade nacional.

Esse padrão de atendimento não parece restrito a iniciativas individuais, mas constitui uma prática social compartilhada, incorporada de forma transversal aos serviços turísticos, o que contribui para a construção de uma experiência integrada e segura para quem visita o país.

5.1.2 População e entorno do Parque Nacional

A base econômica central na região é o turismo com destaque para os guias turísticos e hotéis, já que, segundo a fala do administrador do parque “sem o parque, não haveria tartarugas, nem turismo”. O guia de turismo confirmou que praticamente “todos acabam no turismo”, lembrando sua trajetória de empregos diversos (piscineiro, jardineiro, garçon e faxineiro) até se tornar guia e biólogo com especialidade em ornitologia (Entrevistado 4, 2025). E a

coordenadora de Educação da STC também ressaltou a dependência econômica da comunidade em relação ao turismo de observação de tartarugas, que se consolidou como alternativa à caça predatória (Entrevistada 3, 2025).

Porém, ela tem uma visão interessante e multidisciplinar sobre a Educação Ambiental. A entrevistada coordena o programa de educação ambiental da STC, que inclui os “assistentes juvenis” – adolescentes de 14 a 18 anos, que participam de atividades de ciência cidadã e acompanham o trabalho de pesquisa com tartarugas. É um programa que permite aos jovens trabalharem no período de alta estação (julho a outubro) como guias comunitários.

Durante muitos anos, a questão ambiental vem sendo tratada por biólogos e/ou veterinários, cujo objetivo é a preservação imaculada das áreas de desova das tartarugas; e isso, de acordo com a coordenadora de Educação da STC, trouxe um afastamento da sociedade local sobre qualquer questão relacionada à conservação, passando a existir uma “ecofobia” entre os adultos, que “não querem ouvir mais sobre conservação”, exigindo novas formas de abordagem. A coordenadora tem a percepção da importância de antropólogos e sociólogos trabalhando junto com a comunidade, o que ainda será iniciado pelo STC.

Ao perguntar ao guia de turismo “se a presença do Parque foi boa para vocês ou não tanto quanto para a população”, ele explica que para esta pergunta há 40 anos a resposta seria “não”, inclusive o seu avô faleceu desaprovando a presença do Parque.

Si me hubieras preguntado eso hace 40 años atrás, yo te hubiera dicho no! Porque mi abuelo murió siendo enemigo del parque porque siendo enemigo del parque porque. Esto siempre lo tengo yo como parte de las culturas y parte de la falta de conocimiento y parte de muchas cosas. ¿Por qué? Porque mi abuelo nos crió a nosotros, comparte la naturaleza cortando árboles cazando, entonces cuando vino el señor que nos culcó lo que era la parte de la protección a la tortuga, después la flora y fauna. Este nosotros para nosotros él estaba loco porque estaba loco porque nunca pensamos. ¿Que alguien le iba? A gustar los animales, plantas, nada de eso. Pensábamos que era algo. ¿Fuera de lo común, decía yo, quién va a? (Entrevistado 4, 2025).

O guia explica que o seu avô foi um dos primeiros morados da região vindo da Nicarágua, foi criado cortando árvores e caçando, e quando vieram falar em proteger as tartarugas, a flora e a fauna, não entendia a importância deste tipo de ação. Porém, os mais jovens, perceberam que com a chegada dos primeiros pesquisadores houve a possibilidade de entrada de recursos financeiros. Já não se vivia só da madeira ou da caça, mas também das pessoas que iam para Tortuguero estudar, isso possibilitando a mudança de mentalidade da população, segundo o guia entrevistado (Entrevista 4, 2025).

Destaca-se que esta percepção do guia remete à ideia de demonstrar que Tortuguero é conservada, porém durante a visita de campo constatou-se que há problemas. Alguns problemas

identificados e mencionados pelos entrevistados dizem respeito à dimensão social e à infraestrutura existente, porém insuficiente.

A coordenadora ambiental da TSC enfatizou que a comunidade enfrenta pobreza, drogas e falta de alternativas profissionais, o que alimenta o narcotráfico e dificulta a conservação (Entrevista 3, 2025). O administrador do parque destacou que a comunidade precisa adotar “hábitos responsáveis” diante de problemas como lixo e poluição (Entrevista 2, 2025). Por fim, o guia de turismo foi enfático sobre a precarização econômica: “os salários são baixos” e após a pandemia muitos hotéis continuaram pagando mal, aproveitando-se de migrantes (especialmente os Nicaraguenses) (Entrevista 4, 2025).

Na Villa Tortuguero, a presença de migrantes nicaraguenses é marcante, sobretudo no setor turístico e na pesca artesanal, cuja integração não ocorre sem tensões sociais. Muitos costarriquenhos associam os nicaraguenses como mão de obra barata e, ao mesmo tempo, a problemas de ordem social, o que reforça estigmas históricos de desigualdade regional. Esse preconceito se manifesta em práticas discriminatórias, como a dificuldade de acesso a empregos formais, precarização das condições de trabalho e barreiras simbólicas de aceitação comunitária, especialmente pelos aspectos culturais dos nicaraguenses, que muitas vezes se distanciam dos Costarricenses.

Este ponto foi mencionado pela coordenadora ambiental sobre a existência de indígenas na região:

De acá no. La mayoría de los nativos de acá vienen de Nicaragua y eso también es como digamos dentro de la comunidad, es algo que se está teniendo como un conflicto bastante grande, porque ellos tienen formas de vivir totalmente distintas, entonces el costarricense no está acostumbrado a prácticas que tienen y son comunes. En Nicaragua, como por ejemplo el consumo de tortugas, el consumo de huevos, las peleas de gallos. Para ellos es natural y entonces como acá eso también está sucediendo un conflicto. Y puede ser un conflicto hasta de con la comunidad, o sea muy fuerte estar chocando mucho eso como cosas ‘Nica’ es como es más reutilizante, como un insulto en algunos, como “de allá” y “botellins acá”. Y bueno, es que la mayoría de las cosas ilegales las hacen los nicaragüenses. (Entrevista 3, 2025)

Ao mesmo tempo, os migrantes nicaraguenses contribuem de maneira fundamental para a economia local, evidenciando a contradição entre a dependência econômica e a rejeição social, não apenas em Tortuguero, mas em toda a Costa Rica. Esse cenário reflete o desafio com que o país precisa lidar conciliando sua imagem de país democrático e progressista com tensões latentes de xenofobia e exclusão.

Atualmente o grande problema de infraestrutura de Tortuguero é a água, mesmo cercada de canais a água disponível para consumo é precária. A coordenadora ambiental da TSC explica que o nível de salinidade chega a 800, quando o limite humano é 200, o que já gera problemas

de saúde. O administrador do parque relata que há infiltração de sal nas caixas d'água, além da falta de planejamento urbano, coleta de lixo e esgotamento sanitário. A questão da água possui um agravante ainda pior, como o parque é sítio Ramsar⁴¹, para extrair água, todos dentro do acordo do sítio Ramsar precisam dizer sim para a extração.

Imagem 41 – Piscina do Hotel Eco Lodge Tortuguero



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 42 – Desperdício de água - torneira de água ligada sem ninguém utilizar



Fonte: Produção da autora (2025).

⁴¹ Esta designação é feita pela Convenção de Ramsar, um tratado intergovernamental que promove a conservação e o uso sustentável de áreas de zona úmidas (como pântanos, charcos, manguezais e estuários) designada como um local de importância ecológica internacional ao abrigo da Convenção sobre as Zonas úmidas.

Uma das contradições que identifiquei foi a maneira como os moradores lidam com a água. Por exemplo, no hotel que fiquei instalada havia uma piscina para uso dos hóspedes (imagem 41) e também foi possível identificar que uma das pias do hotel, por falta de manutenção, estava desperdiçando de água para consumo (imagem 42).

Além disso, a coordenadora de educação ambiental mencionou que a partir das 23 horas, diariamente, “todos” os bares e restaurantes jogam os restos de vegetais e de frutas no rio, pensando que como é algo biodegradável e se decompõe não causam problemas à natureza, mas ao contrário disso, há alteração (Entrevista 3, 2025). Isto porque a área é como uma ilha, os custos de tudo aqui são muito mais altos. Temos uma planta de tratamento de lixo (Imagem 43), mas ela não é suficiente para atender às demandas, está meio que entrando em colapso.

Imagem 43 – Planta de tratamento de lixo de Villa Tortuguero



Fonte: Produção da autora (2025).

O Parque Nacional de Tortuguero apresenta uma densa cobertura florestal ao longo de suas margens, o que limita o acesso interno quase exclusivamente à navegação por barcos autorizados. No entanto, à medida que se avança no percurso entre o parque e o cais de La Pavona – principal ponto de conexão com a vila de Tortuguero, acessível apenas por via fluvial ou aérea – tornam-se visíveis os sinais de degradação ambiental, especialmente processos de erosão decorrentes da supressão da vegetação ribeirinha.

Esse quadro é agravado pelo comportamento de alguns barqueiros, que, na tentativa de aumentar o número de viagens diárias, adotam práticas de navegação imprudentes, contribuindo para intensificar os impactos ambientais e ameaçar a integridade dos ecossistemas locais (ver as imagens de 44 a 46).

Imagem 44 – Entorno do Parque Nacional de Tortuguero - supressão da vegetação ripária e impacto da água com a passagem das lanchas de transporte de turistas



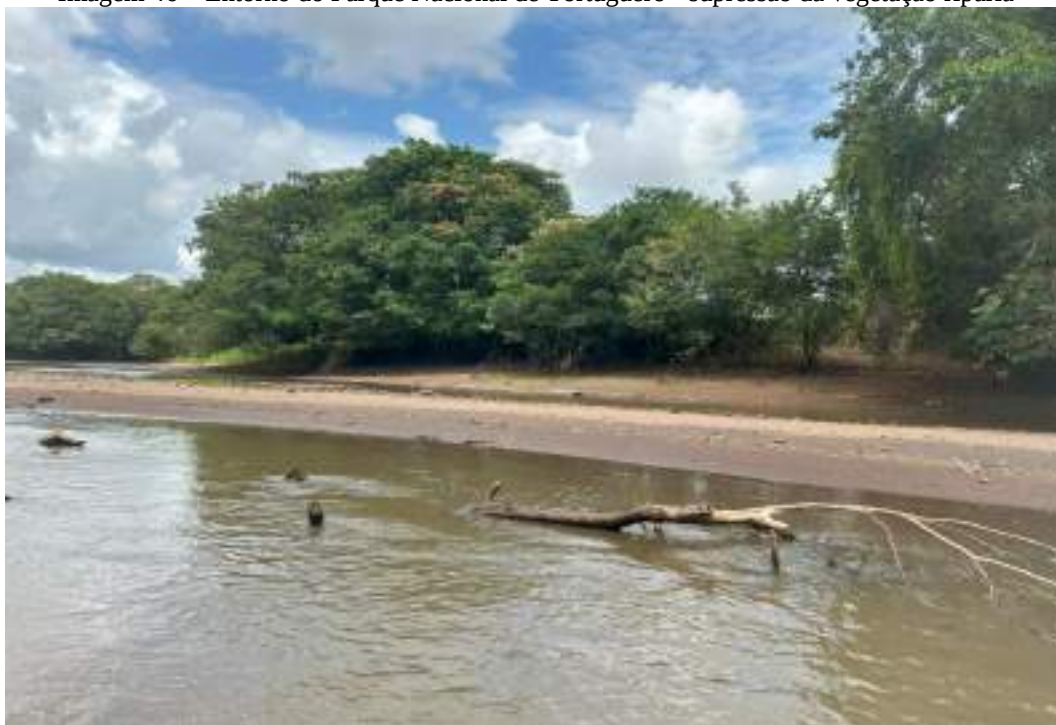
Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 45 – Entorno do Parque Nacional de Tortuguero - supressão da vegetação ripária e impacto da água originada pela passagem das lanchas de transporte de turistas – II



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 46 – Entorno do Parque Nacional de Tortuguero - supressão da vegetação ripária



Fonte: Produção da autora (2025).

O próprio “cais” de La Pavona, principal ponto de acesso fluvial à vila de Tortuguero, não dispõe de infraestrutura adequada para embarque e desembarque de turistas, limitando-se a uma área improvisada que não atende aos padrões mínimos de conforto e segurança. Em contraste, o cais localizado na própria vila de Tortuguero apresenta uma estrutura mais sólida e organizada, voltada para atender o turismo do Parque (ver imagens 47 a 50).

Imagem 47 – Cais de La Pavona – I



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 48 – Cais de La Pavona – II



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 49 – Cais de vila Tortuguero – I



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 50 – Cais de vila Tortuguero – II



Fonte: Produção da autora (2025).

A comparação entre os dois cais revela a assimetria existente na infraestrutura de apoio ao turismo e à mobilidade local. Enquanto o cais de Tortuguero apresenta uma estrutura relativamente consolidada, com cobertura, atracadouros e organização voltada ao recebimento de turistas, o cais de La Pavona, embora seja a principal porta de entrada terrestre para a região, caracteriza-se por instalações precárias e improvisadas, sem a mínima padronização necessária para atender à crescente demanda de visitantes.

Essa discrepância evidencia uma contradição: o fluxo turístico internacional que garante visibilidade e renda para a comunidade depende quase exclusivamente de uma base logística frágil, que expõe tanto os moradores quanto os visitantes a condições de insegurança e desconforto.

Neste caso, é possível demonstrar a atuação da governamentalidade nas subjetividades das políticas públicas, isto porque o foco das políticas e investimentos recai sobre o espaço turístico mais visível e internacionalmente valorizado – cais de vila Tortuguero –, enquanto o ponto de acesso principal a vila Tortuguero, o cais de La Pavona, permanece em condições precárias, demonstrando a gestão seletiva, exemplificada por Foucault (2008) como a condução do comportamento das populações por meio da organização estratégica dos territórios.

O poder, aqui, não se exerce apenas pela legislação ou pela coerção direta, mas pela produção de espacialidades diferenciadas que orientam e regulam os fluxos de pessoas,

mercadorias e experiências. Assim, ao privilegiar determinados territórios em detrimento de outros, a gestão estatal do espaço legitima desigualdades infraestruturais e tende a naturalizá-las como efeitos “aceitáveis” de uma racionalidade política que articula segurança, economia e circulação.

Contudo, quando o foco recai sobre o meio ambiente, torna-se evidente que os territórios não podem ser pensados de forma isolada, pois mantêm interações constantes com seus entornos. Nesse sentido, Simonian (*Forthcoming* em 2026) ressalta a necessidade de compreender os impactos das áreas protegidas em suas zonas adjacentes, uma vez que nelas se manifestam pressões socioeconômicas, modalidades de participação comunitária, funções de amortecimento ecológico e estratégias diferenciadas de gestão da sustentabilidade.

Do ponto de vista da governança territorial e do turismo sustentável, a situação de La Pavona exemplifica a urgência de políticas públicas e investimentos que garantam infraestrutura adequada, minimizando riscos ambientais e sociais, assegurando condições dignas para a população local e, simultaneamente, promovendo uma experiência de visitação compatível com os princípios da conservação. Estas contradições – água e entorno – colaboram com o conceito de *greenwashing*. Este termo refere a práticas adotadas por empresas ou instituições que buscam aparentar compromisso ambiental sem, de fato, implementar mudanças substanciais em seus processos produtivos ou estratégias de gestão.

Segundo Delamarre e Pacheco (2021) trata-se de uma forma de marketing enganoso em que iniciativas pontuais, campanhas publicitárias ou certificações superficiais são utilizadas para construir uma imagem de sustentabilidade, enquanto as atividades centrais da organização continuam a gerar impactos socioambientais negativos. Inclusive esta também foi a percepção da coordenadora de educação ambiental da STC, que explicou:

Yo soy guardaparque, o sea, estudié en la Universidad de una Universidad Argentina la carrera. Y era como a mí me habían enseñado como Costa Rica, es lo máximo en conservación, no las leyes, la protección. Y cuando vine acá y empecé a trabajar dentro de eso y empecé a ver y veo todos los días y hablo con la gente de parques y hablo con con las comunidades, es como no puede ser y no solo acá Tortuero. Es todo Costa Rica. La problemática tiene muchas leyes preciosas, ideales, pero no se aplica. No se aplican porque no hay personal porque no hay presupuesto porque está vendido más que nada para el turismo, no es como lo verde está como es una pantalla hacia el turismo, no hacia la conservación (Entrevistado 3, 2025).

Nesse sentido, o *greenwashing* transforma a responsabilidade socioambiental em um recurso estratégico de reputação, mais voltado para ganhos econômicos e simbólicos do que para a efetiva preservação ecológica.

A relação entre o Parque Nacional Tortuguero e a comunidade foi um ponto recorrente nas três entrevistas. O administrador do parque (Entrevista 2, 2025), afirmou que “o

relacionamento é bom”, especialmente com os guias turísticos e hotéis, que dependem diretamente da observação de tartarugas. Já a coordenadora de educação ambiental da STC (Entrevista 3, 2025), destacou que a municipalidade é “um ator bastante ausente” e que a relação com a comunidade é marcada por falta de apoio institucional. O guia local (Entrevista 4, 2025), trouxe um tom mais crítico, lembrando que seu avô morreu “sendo inimigo do Parque” e que a ausência de fiscalização atual gera frustração.

A análise das falas evidencia a persistência de um modelo *top-down* na implementação das áreas protegidas, em que o governo nacional costarriquenho delimitou territórios e estabeleceu políticas ambientais sem a efetiva participação das comunidades locais. Esse arranjo centralizado reforça a distância entre decisões estatais e demandas sociais, reproduzindo assimetrias de poder na governança ambiental. Soma-se a isso o fato de não existir, na Costa Rica, a figura do governador provincial, o que aproxima administrativamente o nível nacional do local.

Todavia, essa proximidade não se traduz em maior autonomia das comunidades, mas, ao contrário, confere maior peso às decisões do governo central, que passa a exercer influência direta sobre os processos de gestão e ordenamento territorial. O administrador do parque explicou que não há exatamente um conselho do parque, mas existem parcerias entre o Parque e outros agentes, como a Sea Turtle Conservancy (STC), universidades, Instituto Costarriquenho de Turismo (ICT) e moradores e organizações que atuam no entorno ao parque (guias de turismo, agência de turismo e operadoras de turismo).

A coordenadora de educação ambiental da STC detalhou o trabalho direto da STC em educação e conservação, mas apontou que há sobrecarga devido à falta de apoio estatal:

La fiscalización acá es algo que no es el fuerte. No hay un fuerte, porque falta personal, porque son muchas horas. Se vienen nosotros como que la gente nos toma como fiscalización, en algún punto nosotros, no somos fiscalización, somos una estación biológica que solo se encarga de recolectar datos, independientemente de eso, hacemos más trabajo que eso, no porque también el hecho de tener presencia en la playa e de estar trabajando, eso disminuye bastante el hecho del robô. Pero porque no tiene mucho personal, esa es la realidad, el presupuesto es muy acotado tanto para hacer las patrullas de día como para hacer todo lo que es patrullaje con lanchas. Ajá la policía el año pasado se trabajó con la policía, pero también la policía. Es como otro factor es el personal, a veces solo quedaba un solo policía. Es la gente la que va diciendo (Entrevistado 3, 2025).

O guia de turismo confirmou a presença de instituições internacionais para pesquisa, em geral positivas, mas alertou para impactos negativos quando há “manipulação excessiva” nos estudos, inclusive fazendo uma crítica à atuação ao STC. Quando perguntei o que seriam estes impactos negativos, o guia respondeu:

Entonces parte de las cosas que es como igual, por ejemplo, te puedo decir que hace la STC, que visitaste hoy, hace 30 o 35 años a lo que (investigación). También le falta mucho. He visto un cambio enorme en estudios, en protección, en leyes en todo. Entonces, como que todo mundo se hace de la vista gorda y deja que el tiempo pase y me pagan por un salario y ya eso hago lo que nada más tengo que hacer. (Entrevistado 4, 2025)

O administrador do parque enfatiza os benefícios da existência da área protegida, pois sem o parque, não haveria tartarugas nem turismo. A coordenadora de educação ambiental da STC concorda que houve uma transformação positiva – de caçadores a guias de ecoturismo – mas alerta para a estagnação e para a pressão por mais dinheiro, que leva a práticas ilegais. Guia de turismo local, por outro lado, denuncia precarização das atividades turísticas e a comunidade depende demais destes empregos de baixa remuneração. Assim, divergem sobre se o turismo é solução ou também problema.

O futuro é tema de preocupação compartilhada entre os entrevistados. A coordenadora de educação ambiental da STC alertou para a necessidade de um “cambio de visión” na educação ambiental, indo além da simples palestra (Entrevista 3, 2025). O administrador do parque reiterou que o maior desafio é “fazer a comunidade entender que vive em um ecossistema frágil” (Entrevista 2, 2025). Já o guia de turismo local (Entrevista 4, 2025) foi mais pessimista, dizendo sentir que “o governo quer entregar o Parque a empresas privadas” e lembrando a dor de sua família que perdeu terras com a criação da área protegida evidenciado discordâncias entre as entrevistas.

Siento que el gobierno quiere deshacerse del parque, entregándoselo a empresas privadas. Falta personal, administración y protección. Extrañé su tierra porque no tienen padres cuando declaran el parque. También fue doloroso. En la economía, los salarios son bajos. Después de la pandemia, muchos hoteles todavía usan la crisis como excusa para pagar menos. Como muchos migrantes, se aprovechan: fijan el precio y "lo tomas o lo dejas". (Entrevista 4, 2025)

Um ponto relevante a destacar é que nenhum dos entrevistados mencionou o desenvolvimento ou a adoção de soluções baseadas em tecnologias, mesmo diante do esforço nacional da Costa Rica em implementar estratégias voltadas para a atração de empresas de base tecnológica⁴². Essa ausência evidencia uma desconexão entre as políticas públicas de fomento à inovação, promovidas em escala nacional na Costa Rica, e a realidade das comunidades locais da região pesquisada. Fica claro, portanto, que tais políticas não foram concebidas para atender às

⁴² A Costa Rica instituiu políticas consistentes de atração de empresas tecnológicas por meio do regime das Zonas Francas (Free Trade Zones), que oferecem incentivos fiscais, regimes aduaneiros especiais, e exigências de investimento mínimo para empresas de setores estratégicos, como serviços com valor agregado, biotecnologia e manufatura avançada. Em 2022, o regime de Zonas Francas já contribuía com cerca de 12% do Produto Interno Bruto do país, empregando dezenas de milhares de pessoas e servindo como plataforma de inserção internacional para empresas globais.

especificidades territoriais de áreas como Tortuguero, revelando a falta de integração entre agendas de desenvolvimento tecnológico e necessidades socioambientais locais.

5.1.3 Desafios e expectativas para o futuro

As visões de futuro entre os três se distanciam. O administrador do parque acredita que os desafios são de consciência comunitária e mudança de hábitos. A coordenadora de educação ambiental da STC defende uma mudança de abordagem na educação ambiental, reconhecendo que “já não basta a fala sobre cuidar dos animais”. O guia de turismo local, no entanto, vê risco político-estrutural, temendo a privatização e o abandono estatal da área.

Por fim, uma das questões secundárias desta pesquisa consiste em verificar a permanência do consumo de tartarugas marinhas na região. Todos os entrevistados confirmaram que há o consumo e comercialização de tartarugas na região (Entrevista 2, 3, 4 e 5, 2025). Entre 1971 e 2008, de acordo com Restrepo et al. (2023), os ninhos anuais aumentaram de ~7.000 até picos superiores a 180.000, resultado de práticas intensas de conservação e leis de proteção restaurativas; no entanto, a partir de cerca de 2008, observa-se uma reversão da tendência, com declínio gradual no número de ninhos. Isto reflete os efeitos acumulados de captura de tartarugas adultas e juvenis, pressões sobre habitats costeiros, alterações nos regimes climáticos e possíveis mudanças na produtividade reprodutiva.

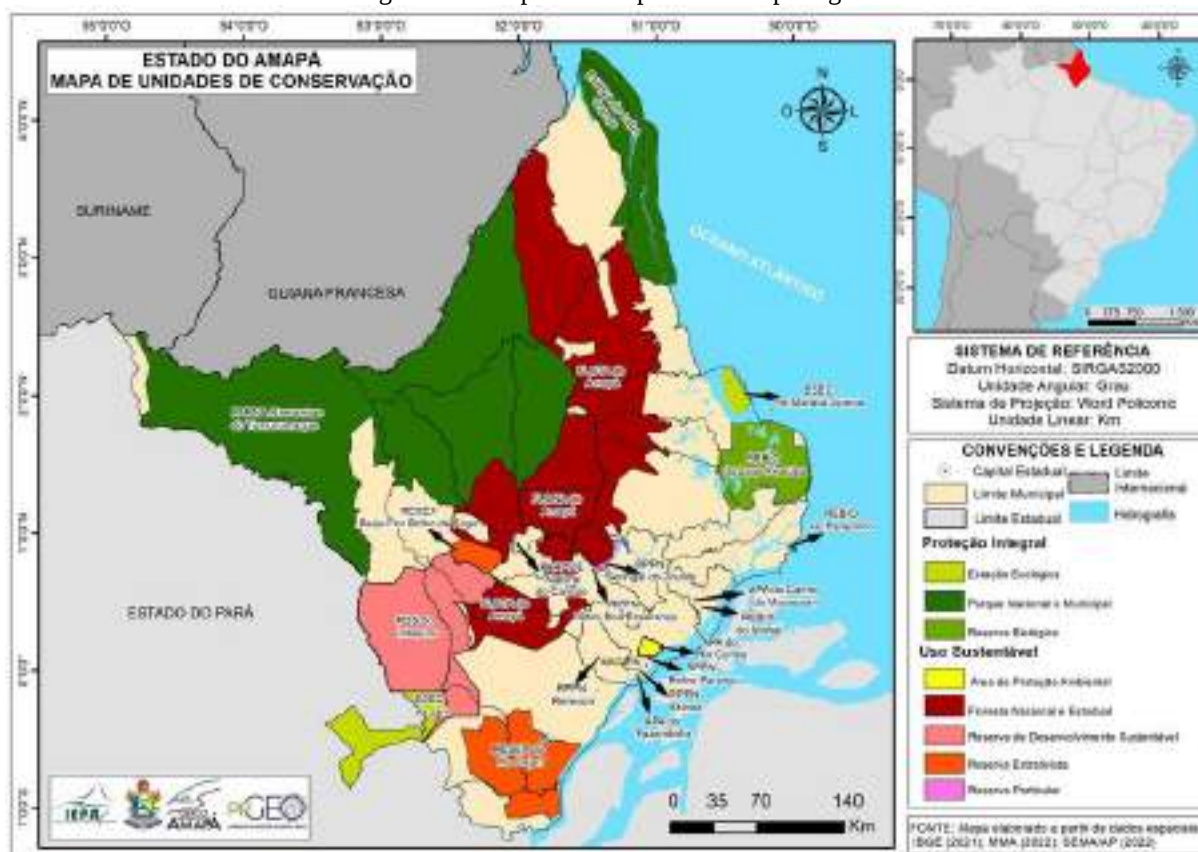
A posição de Restrepo et al. pode ser confirmada nesta pesquisa, apesar dos esforços contínuos de educação ambiental e conservação promovidos pelo *Sea Turtle Conservancy* (STC) e das medidas de proteção do Parque Nacional de Tortuguero, ainda persistem casos de captura e comercialização ilegal desses quelônios. As iniciativas de conservação buscam assegurar que as atividades humanas não interrompam o ciclo reprodutivo das espécies, mas enfrentam o desafio de uma lógica social e econômica que, muitas vezes, privilegia os ganhos financeiros imediatos, que neste caso é a comercialização dos quelônios.

O histórico da região serve como um alerta de que, mesmo com décadas de proteção e manejo eficaz, a persistência de ameaças externas e ambientes mutáveis podem comprometer ganhos preservacionistas, exigindo ajustes no escopo das políticas e no envolvimento comunitário para assegurar a sustentabilidade da desova ao longo do tempo. Nesse contexto, a preservação tende a ser valorizada, sobretudo quando vinculada à possibilidade de benefícios econômicos, como o caso do turismo ecológico, funcionando como um catalisador de práticas sustentáveis. Porém, acabam por oferecer baixo retorno financeiro para a comunidade local, possibilitando recorrer a práticas ilegais para sustento familiar.

5.2 PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE – AMAPÁ-BRASIL

O Parque Nacional do Cabo Orange é uma das áreas de conservação emblemáticas do Brasil, destacando-se pela sua biodiversidade e pela extensão de ecossistemas costeiros e marinhos, inclusive foi este um dos objetivos do parque – a preservação dos manguezais, conforme Nunes Filho (2013). Criado em 1980, o parque está localizado na costa norte do estado do Amapá, abrangendo uma área de aproximadamente 619 mil hectares que inclui manguezais, restingas, praias e florestas tropicais (ver imagem 51). O parque é importante para a conservação dos ecossistemas da Amazônia costeira, sendo o lar de uma vasta diversidade de flora e fauna, incluindo espécies ameaçadas de extinção, como os quelônios.

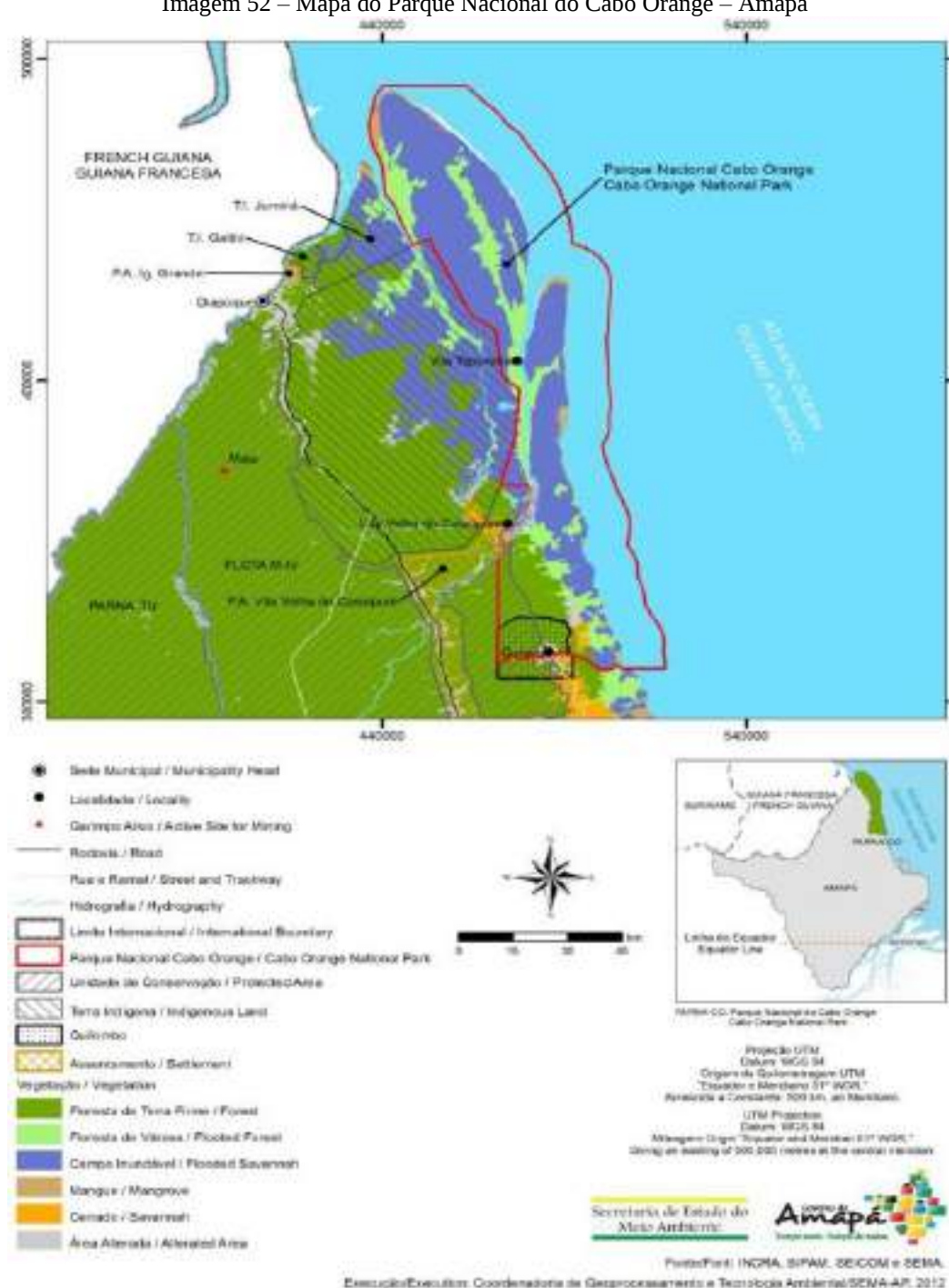
Imagem 51 – Mapa do Amapá das áreas protegidas



Fonte: Amapá, SEMA-AP, 2012.

De acordo com Gomes (2007), os manguezais do Cabo Orange estão entre os mais extensos do mundo e desempenham um papel crucial na regulação dos ecossistemas costeiros. Essas áreas de transição entre a terra e o mar funcionam como berçários para inúmeras espécies marinhas, como quelônios, peixes e crustáceos e são fundamentais para a proteção das costas contra a erosão. Além disso, os manguezais são altamente eficientes na captura de carbono, desempenhando um papel significativo na mitigação das mudanças climáticas.

Imagem 52 – Mapa do Parque Nacional do Cabo Orange – Amapá



Fonte: Amapá, SEMA-AP, 2012.

Conforme o Instituto Socioambiental (2007) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2023), a fauna do Parque Nacional do Cabo Orange é extremamente diversificada, abrigando mamíferos raros como o peixe-boi-marinho, a ariranha e a onça-pintada. O parque também é um ponto de parada vital para aves migratórias, que utilizam o local como refúgio durante suas viagens transatlânticas. Algumas das espécies de aves mais notáveis incluem o guará-vermelho, o colhereiro e várias espécies de maçaricos e garças. A

observação de aves, conhecida como "*birdwatching*", se bem planejada pode se tornar uma das atividades turísticas para o parque, atraindo visitantes de várias partes do mundo.

Outro aspecto importante do parque é a proteção das tartarugas marinhas. As praias do Cabo Orange são áreas de desova para diferentes espécies de tartarugas, como a tartaruga-de-couro (*dermochelys coriacea*), que está ameaçada de extinção, podendo o Parque ser um ambiente seguro para desovar. Há projetos de conservação das tartarugas, porém são iniciativas isoladas de moradores de comunidades locais e organizações ambientais, como o Instituto Anotai e Pegadas do Oiapoque, que utilizam o seu terreno para preservação dessas espécies e a gestão do Parque funciona como parceira.

Atualmente a área sofre pressões governamentais para implementação da exploração de petróleo na bacia Foz do Amazonas, a 160 km do Cabo Orange, de acordo com o tratado por Sassine e Almeida (2024). O risco gerado com a possibilidade de derramamento de óleo e impacto nas comunidades dependentes do ritmo das marés, o que seria desastroso. Sudré (2024) alerta que a avaliação do Ibama para o grau de impacto ambiental da exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas (bloco 59) é de nível máximo.

5.2.1 Experiência da visita de campo ao Parque Nacional do Cabo Orange

Para entrar ao Parque não é necessário pagamento de ingresso, mas de autorização prévia do ICMBio. Não existe uma estrutura turística montada ou diversidade de guias de turismo que realizem as atividades de visitação específicas ao Parque. Atualmente, existem dois acessos, um por via fluvial-terrestre até a comunidade vila Cunani, localizada no município de Calçoene (porção leste-sul do Parque); e a outra por via oceânica, a vila do Taperabé, localizado no município de Oiapoque (porção oeste-norte). Para chegar ao parque, saindo da capital do estado, é necessário realizar viagem de carro pela BR-156 (AP), com duração aproximada total de oito horas e trinta minutos, sem chuva e em condições nomais de trafegabilidade.

A viagem foi dividida em dois momentos, o primeiro trecho foi partindo de Macapá para Calçoene, com uma parada no município de Tartarugualzinho, para realizar entrevista com a secretária de turismo do município. A proposta seria conhecer o Parque Arqueológico do Rego Grande, a Praia do Goiabal e a vila Cunani, que fica dentro do Parque Nacional do Cabo Orange. Porém, em virtude do tempo chuvoso e com a erosão na única estrada que dá acesso ao local, havia o risco de atolamento, por isso optou-se a não visitar o local. Neste primeiro trecho, a BR é totalmente asfaltada (conforme imagem 53), no entanto, os ramais que levam aos pontos turísticos não (ver imagem 54).

Imagem 53 – BR-156 no perímetro Macapá-Calçoene – Primeiro trecho da visita de campo



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 54 – Via de acesso ao Parque Arqueológico do Rego Grande e à praia do Goiabal



Fonte: Produção da autora (2025).

O fato de não conseguir realizar a visita de campo na praia do Goiabal demonstra como é urgente a efetivação da estrutura básica de acesso, não apenas para os turistas, mas especialmente para os moradores locais. Uma solução possível seria utilizar barcos para o deslocamento de moradores e turistas, o que também caberia obter infraestrutura portuária adequada. No entanto é necessário realizar estudos específicos de viabilidade, pois como a

região do Parque fica localizada próximo ao oceano Atlântico, os rios sofrem muita influência das marés, tornando as correntezas fortes na região.

Esta estrutura de pavimentação asfáltica é realmente importante para as atividades de ecoturismo na região, porém para ter acesso ao Parque pela vila Cunani é necessário percorrer 52 km de via sem pavimentação sem policiamento e sem sinal de Internet. Nesta mesma via é possível ter acesso a outros pontos turísticos do município, como o Parque Arqueológico do Rego Grande (imagem 55), vila Cunani (acesso ao Parque Nacional do Cabo Orange).

Imagem 55 – Entrada de acesso ao Parque do Solstício



Fonte: Produção da autora (2025).

A comparação das imagens 56 e 57 revela um processo progressivo de abandono e descuido na preservação do sítio arqueológico. A imagem 56 é mais antiga, registrada durante uma fase de escavações científicas, demonstrando um contexto de intervenção institucional: há presença de pesquisadores, delimitação das áreas de escavação e procedimentos técnicos voltados à documentação e conservação do patrimônio. Esse cenário contrasta com a realidade observada em 2025, em que o mesmo sítio se encontra em estado de visível degradação. As estruturas megalíticas estão rodeadas por vegetação alta e expostas aos efeitos climáticos, sem qualquer sinalização, cercamento, monitoramento contínuo ou ações preventivas de conservação.

Imagem 56 – Rochas alinhadas em forma de relógio solar, escavação ocorrida entre 2000 e 2010



Fonte: Cabral (IEPA), reproduzido por CBN (2024).

Imagem 57 – Rochas alinhadas em forma de relógio solar, visita de campo da pesquisa em 2025



Fonte: Produção da autora (2025).

Essa situação reflete a fragilidade das políticas públicas voltadas ao patrimônio arqueológico no Brasil, especialmente em regiões periféricas da Amazônia, onde a atuação do Estado, quando ocorre, é descontínua e muitas vezes reativa. A ausência de estratégias permanentes de manejo viola princípios previstos no Decreto-Lei n.º 25/1937, que estabelece a

proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e na Lei n.º 3.924/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, reconhecendo-os como bens da União e determinando sua preservação.

Além disso, a negligência em relação à gestão desses espaços compromete não apenas a integridade material dos vestígios, mas também seu potencial científico, educativo e turístico, ao impedir que a sociedade se aproprie do valor histórico-cultural desses territórios. O patrimônio arqueológico do Amapá constitui-se como um elemento fundamental para a compreensão da formação histórica, cultural e identitária da região, revelando a presença de sociedades complexas que habitaram o território muito antes da colonização europeia.

Estudos realizados por Silva (2021) evidenciam que os sítios arqueológicos, como o Solstício, em Calçoene, não devem ser entendidos apenas como vestígios do passado, mas como parte viva da memória coletiva e do cotidiano das comunidades locais. Ainda, a pesquisadora argumenta que a preservação desses espaços ultrapassa a lógica institucional de tutela estatal, demandando processos participativos de gestão compartilhada que reconheçam o protagonismo das populações tradicionais na produção e ressignificação do patrimônio (Silva, 2021).

No contexto das duas imagens e considerando a governamentalidade foucauldiana, essa ausência de ação estatal revela um tipo específico de exercício de poder, que poderia ser caracterizado não pela intervenção direta, mas pela produção de “vazios administrativos” que naturalizam a degradação e invisibilizam a importância histórica do patrimônio.

No entanto, durante as atividades de campo foi possível identificar nas falas dos entrevistados o poder centralizado do IEPA, responsável pela gestão do Parque Estadual, onde foi perceptível a dependência direta da utilização do espaço do órgão central (Entrevista 8, 14 e 15, 2025). Este caso mostra a invisibilização dos atores locais, que muitas vezes não são nem comunicados sobre o ingresso ou não de visitantes externos à cidade. É possível que esta situação de abandono mudasse com a implementação de práticas turísticas mais abrangentes e dinâmicas, porém isso talvez tivesse que passar pela descentralização do órgão central.

O parque possui algumas placas de proibição de acesso ao espaço, conforme demonstra a imagem 58. Para ter acesso, foi solicitada autorização via e-mail ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá – IEPA, sem custo financeiro com compra de ingressos. O parque fica normalmente fechado e é aberto conforme a chegada ou a presença de visitantes.

Imagem 58 – Placa de proibição de acesso sem autorização ao Parque Arqueológico do Rego Grande



Fonte: Produção da autora (2025).

O sítio possui um pequeno prédio de apoio na entrada, destinado a servir como apoio ao único trabalhador com atividades contínuas no espaço. Não foi informada a função que desempenha, mas seria uma espécie de zelador. A edificação, apresentada na imagem 59, não foi projetada considerando as especificidades ambientais e funcionais da realidade local.

Imagem 59 – Casa de apoio ao Parque do Solstício



Fonte: Produção da autora (2025).

O imóvel apresenta diversas inadequações estruturais que comprometem sua utilização: a porta de acesso é demasiadamente curta para proteger integralmente o espaço disponível, facilitando a entrada de animais silvestres. De acordo o relato verbal do zelador

“frequentemente cobras entram no imóvel”. O telhado encontra-se danificado, permitindo o acesso de morcegos e outras espécies; e a falta de vedação adequada transforma o local em abrigo para cobras, mucuras e outros animais. Segundo relato do funcionário, os problemas apresentados no imóvel e as dificuldades de acesso entre a sede do município e o parque inviabilizou seu uso como moradia.

Atualmente, a casa é utilizada apenas como depósito improvisado, evidenciando o descompasso entre o planejamento da infraestrutura e as necessidades operacionais do parque. Assim, o abandono do sítio não é apenas resultado de omissão técnica, mas expressão de uma racionalidade política que marginaliza a memória arqueológica dos moradores locais, fortalecendo a posição periférica nas agendas estatais de planejamento territorial e cultural. Nessa perspectiva e concordando com Silva (2021), a arqueologia amapaense adquire um caráter político e social, articulando ancestralidade, território e identidade em um mesmo campo de disputa e valorização histórica.

A visita à vila do Cunani só pode ser feita com carro tipo 4x4, concedido pela prefeitura de Calçoene para realização da pesquisa. A viagem de 52 km durou uma hora e trinta minutos, em via sem pavimentação asfáltica e a estrutura da estrada era precária. Por ter ocorrido no período de chuvas, a qualidade da estrada estava pior que a habitual, conforme elucidado pelo motorista que nos levou (Imagem 60).

Imagem 60 – Ramal de acesso ao Parque Arqueológico e vila Cunani



Fonte: Produção da autora (2025).

O acesso à vila Cunani permanece como um dos principais entraves estruturais para a permanência populacional, a reprodução sociocultural e o desenvolvimento de atividades econômicas e turísticas no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange. As entrevistas convergem ao descrever estradas precárias, ramais alagáveis e travessias vulneráveis à maré, o que compromete tanto a mobilidade cotidiana dos moradores quanto a chegada de visitantes e de pesquisadores (Entrevista 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15, 2025). Atualmente, o acesso à vila é por barco ou por uma ponte de corda, demonstrado na imagem 61.

Imagem 61 – Ponte de corda e vestígios da construção da ponte de madeira para dar acesso a vila do Cunani



Fonte: Produção da autora (2025).

O administrador do Parque (Entrevista 6, 2025) elucida que a obra foi iniciada pelo governo estadual sem licenciamento ambiental, o que levou o ICMBio a embargar o projeto, resultando em forte desgaste institucional e afetando negativamente a relação com a comunidade (Imagem 62). Já uma ex-moradora do Cunani, liderança local, afirma que a ponte é reivindicação antiga dos moradores e que o processo de embargo se somou a outras tensões, como proibições anteriores relacionadas à instalação de energia elétrica, também alvo de embates entre a comunidade e o órgão ambiental (Entrevista 11, 2025).

Essa percepção reforça, entre a população local, o sentimento de que o ICMBio atua prioritariamente como instância de restrição, impondo limites à melhoria das condições de vida, sem apresentar alternativas concretas ou políticas compensatórias. Tal situação evidencia o

impacto centralizador da governança ambiental na região, marcado pela centralização normativa e ações de descentralização das responsabilidades entre o governo federal, estadual e as comunidades locais. O caso da ponte de acesso constitui um exemplo dessas disputas institucionais no interior das áreas protegidas, como o domínio dos interesses a nível nacional.

Imagem 62 – Placa do governo do estado do Amapá referente à construção de uma ponte de madeira para dar acesso de veículos para a vila do Cunani



Fonte: Produção da autora (2025).

No plano do discurso, a infraestrutura é tratada como risco ambiental ou ameaça à integridade da unidade de conservação, enquanto para a população local representa uma necessidade básica de mobilidade, segurança e acesso a serviços fundamentais. Observa-se, assim, um deslocamento discursivo no qual as demandas comunitárias são secundarizadas ou deslegitimadas frente à racionalidade técnico-ambiental dominante.

Parte desse conflito deriva de modelos de conservação que, historicamente, enfatizam a proteção da fauna e da floresta, mas negligenciam a presença das populações que habitam a região. Como relatado na entrevista, os órgãos ambientais tendiam a considerar apenas a integridade ecológica, deixando a comunidade à margem dos processos decisórios, ainda que ela desempenhe papel efetivo na preservação do território (Entrevista 14, 2025). O administrador do Parque reconhece que alguns moradores percebem vantagens na proteção ambiental, especialmente contra invasões e pesca ilegal, mas também admite que a vila Cunani e a vila Velha enfrentam mais restrições do que benefícios concretos gerados pela gestão do Parque (Entrevista 6, 2025).

Além disso, no contexto específico, a ausência histórica de resposta à reivindicação pela ponte contrasta com a atenção conferida ao tema apenas quando emergem conflitos de interesse relacionado à exploração de petróleo, envolvendo o governo estadual e o ICMBio (órgão do governo federal). Esse movimento revela que a visibilidade institucional da demanda não decorre de sua relevância social, mas de sua inserção em disputas políticas e econômicas de maior escala.

Em Cunani, o conflito interno entre as duas associações comunitárias ultrapassa divergências administrativas e evidencia um processo de fragmentação política produzido pela própria racionalidade de governo que atravessa o território. As entrevistas mostram que a existência paralela de uma associação voltada à organização comunitária (presidida por uma moradora com boa relação com a gestão do Parque Cabo Orange) e outra vinculada à identidade quilombola (cujas representantes mora em Calçoene e mantém conflitos com a gestão do Parque) gera disputas por legitimidade e representação (Entrevista 6, 12, 13 e 14, 2025).

Essa divisão interna enfraquece a ação coletiva, dificulta a construção de pautas unificadas e compromete a capacidade da comunidade de negociar com o Estado, favorecendo, assim, formas sutis de controle institucional que se perpetuam justamente pela desarticulação local. Sob a perspectiva foucauldiana, essa fragmentação não é acidental; ela corresponde ao funcionamento da microfísica do poder, que se infiltra nos laços sociais e induz os sujeitos a disputarem entre si posições de visibilidade e reconhecimento.

Ao mesmo tempo, o ICMBio parece atuar dentro de um regime de poder-saber ambiental, que define quem fala pelo território e quais formas de conhecimento são consideradas legítimas. A falta de clareza interna sobre qual associação representa a comunidade reforça a posição do órgão como árbitro do diálogo, fortalecendo sua capacidade de impor diretrizes e enfraquecendo reivindicações coletivas. Assim, a disputa interna torna-se funcional ao modelo tecnocrático de gestão ambiental, no qual a comunidade aparece mais como problema administrativo do que como sujeito de direitos territoriais.

Desse modo, os conflitos de Cunani podem ser compreendidos como parte de uma política da fragmentação, na qual a população, atravessada por disputas históricas, institucionais e simbólicas, tem sua força social dispersa. Para Foucault, o poder eficaz não é aquele que reprime, mas aquele que produz sujeitos, molda identidades e organiza os campos de disputa. O conflito destas duas associações é tão nítido e simbólico que as sedes ficam na praça central, onde ocorrem os festejos, uma de frente para a outra com a igreja no meio delas, ver imagens 63 a 66.

Imagem 63 – Entrada do centro comunitário do Cunani, que fica em frente a igreja local, visão da entrada do centro cultural do Cunani



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

Imagem 64 – Entrada do centro de cultura do Cunani, que fica do lado direito da igreja local, visão da entrada do centro comunitário do Cunani



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

Imagem 65 – Igreja Católica da vila Cunani



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

Imagem 66 – Local onde são realizadas as festas da comunidade vila Cunani



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

Assim, a tensão entre as associações não apenas explica a fragilidade comunitária, mas evidência como o poder ambiental opera em territórios tradicionais: fragmentando, normatizando e governando pela dispersão, e não pela força. É esse mecanismo capilar, discreto e cotidiano que sustenta a assimetria entre a comunidade e o Estado. Cabe destacar ainda que não foi possível estabelecer o contato com a representante da Associação Comunitária, senhora Meire. Inicialmente ela estava disposta a conceder entrevista, porém, após a visita técnica à vila Cunani ter ocorrido com representantes da outra associação, a líder comunitária não concedeu entrevista ou estabeleceu qualquer diálogo.

Outro fator importante identificado em Cunani e nas entrevistas é a religiosidade católica. Festas tradicionais, celebrações religiosas, ladainhas, encontros de pescadores e agricultores, e mesmo a oralidade cotidiana são mecanismos de transmissão de modos de vida que garantem a continuidade histórica. A religiosidade e os eventos culturais de Cunani funcionam como eixo de coesão social, espaços onde a comunidade reafirmava pertencimento, memórias e formas próprias de existir no território. Esses elementos culturais não são acessórios: eles constituem, na perspectiva antropológica, formas de resistência simbólica, porque mantêm a comunidade unida e fortalecem sua capacidade de enfrentar pressões externas, sejam elas estatais, ambientais ou econômicas.

No entanto, nas entrevistas aparece com nitidez um cenário de erosão dessas práticas. Moradores relatam que as festas tradicionais se tornaram mais esporádicas, que a juventude participa menos dos rituais coletivos e que as redes de solidariedade se fragilizaram (Entrevista 11, 12, 13 e 14, 2025). A própria ex-moradora do Cunani menciona que muitos jovens saem da vila e não retornam, e que atividades culturais antes centrais vão desaparecendo gradualmente, “sumindo de pouquinho em pouquinho” até se tornarem quase invisíveis. Essa perda cultural, para ela, não ocorre de uma vez, mas como um processo silencioso e contínuo que avança na mesma velocidade da falta de apoio estatal e das restrições impostas pelas regras ambientais.

Do ponto de vista crítico, essa erosão cultural não é apenas consequência do isolamento ou da escassez de políticas públicas: ela dialoga diretamente com a forma como o poder é exercido no território. Quando práticas culturais e religiosas enfraquecem, a comunidade perde seus mecanismos de organização interna, sua capacidade de mobilizar pessoas e sua força simbólica para negociar com o Estado. Isso significa que se rompe parte da capilaridade da resistência, pois é na vida cotidiana, nos rituais, nos encontros, nas celebrações, que se constroem subjetividades capazes de contestar ou tensionar o poder.

Assim, a perda cultural em Cunani não é uma simples “transformação da tradição”; é também a perda de uma infraestrutura moral e simbólica que sustentava a resistência comunitária. A ausência de políticas de valorização cultural, somada às restrições ambientais que dificultam a realização de festas, reuniões e iniciativas locais, leva a uma situação em que a vida cultural se retrai, e com ela se retrai a capacidade de enfrentamento da comunidade. Em outras palavras: quando a cultura se enfraquece, enfraquece também o tecido social que dá suporte à resistência e o território se torna mais vulnerável à administração tecnocrática que ignora as formas locais de saber e viver.

Outra problemática que aparece nas entrevistas é a ausência da escola em Cunani, como um dos elementos mais frágeis da estrutura social da comunidade (ver imagem 67). Esse quadro cria um ciclo de fragilização social: sem aula, as famílias se desorganizam; sem jovens, as iniciativas culturais diminuem; e sem estrutura mínima, a comunidade perde força para reivindicar políticas públicas. Embora historicamente tenha funcionado como espaço de encontro, transmissão de saberes e continuidade cultural, hoje enfrenta um quadro de descontinuidade no funcionamento, ausência de professores e falta de suporte governamental (Entrevista 11, 12, 13 e 14, 2025).

Imagem 67 – Estrutura física da Escola vila Cunani



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

A consequência imediata é o deslocamento compulsório das crianças e adolescentes para Calçoene ou Oiapoque, o que provoca um esvaziamento da vida comunitária. A ex-moradora de Cunani aponta que, ao não haver continuidade escolar, as famílias acabam migrando ou enviando seus filhos para morar com parentes em outras regiões, um movimento que acelera a perda de jovens na vila e aprofunda o ciclo de abandono do território. A escola, que deveria ser âncora de permanência, transforma-se em vetor de saída, produzindo um efeito paradoxal: quanto mais frágil a estrutura escolar, mais difícil se torna formar lideranças locais ou promover projetos comunitários de longo prazo.

Do ponto de vista político, a precariedade da escola é um sintoma da ausência estrutural do Estado. A comunidade relata que as demandas por professores, materiais e reforma do espaço físico raramente são atendidas. Em vez de política pública contínua, há intervenções esporádicas e desarticuladas, incapazes de garantir o direito à educação. Para comunidades isoladas, a escola não é apenas um serviço: ela é parte do que sustenta o pertencimento territorial. Quando ela falha, todo o sistema social enfraquece.

Sob uma leitura foucauldiana, a situação revela uma forma de governamentalidade pela omissão: não é apenas o exercício ativo do poder que disciplina o território, mas também sua ausência calculada. A precarização da escola limita a autonomia da comunidade, impede o surgimento de novas resistências e produz subjetividades dependentes de decisões externas. O não funcionamento escolar atua como tecnologia de poder ao restringir a capacidade de reprodução cultural, organizacional e política da população, um modo silencioso de fragilizar o tecido social e, ao mesmo tempo, justificar intervenções estatais posteriores.

A estrutura da vila Cunani possui uma infraestrutura mínima, heterogênea e marcada pela presença simultânea do Estado nas esferas federal, estadual e municipal, e das próprias famílias residentes ou de ex-residentes que mantêm casas na vila. A imagem 68 registra a sede local do ICMBio, instalada em um prédio térreo simples, construído em alvenaria, com pouca sinalização institucional e aparente ausência de manutenção. A fachada mostra pintura desgastada, muro baixo e ausência de elementos estruturais que indiquem funcionamento cotidiano, reforçando a percepção registrada nas entrevistas de que a presença estatal é intermitente e pouco efetiva (Entrevista 11 e 14, 2025). Essa base exemplifica a ausência formal do órgão responsável pelo Parque Nacional do Cabo Orange.

Imagem 68 – Sede do ICMBio na vila Cunani



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

As imagens seguintes mostram residências típicas da vila, evidenciando uma arquitetura doméstica baseada em madeira, estruturas suspensas ou parcialmente suspensas e cobertura de telhas simples. As casas são pequenas e revelam um padrão construtivo associado à autoconstrução, com ausência de urbanização, calçamento ou saneamento básico. A paisagem ao redor confirma o isolamento da comunidade: ruas de terra, ausência de equipamentos urbanos e espaços amplos não ocupados. Esse conjunto reforça a condição de vulnerabilidade habitacional, marcada por dificuldades de acesso, precariedade infraestrutural e baixa intervenção do poder público.

Imagem 69 – Casas da vila Cunani - I



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

Imagem 70 – Casas da vila Cunani - 2



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

Imagem 71 – Unidade Básica de Saúde – UBS da vila Cunani



Fonte: Pedro Loureiro (2025).

A imagem 71 corresponde a uma unidade básica de saúde (UBS), de gestão municipal, o que é coerente com a política de saúde aplicada em comunidades isoladas do Amapá. A estrutura apresenta um prédio simples, de alvenaria, com identificação visível e aspecto mais conservado que o prédio federal. Ainda assim, observa-se que o equipamento funciona em condições modestas, sem área externa estruturada e sem elementos que indiquem suporte ampliado para atendimentos de maior complexidade.

A presença da UBS confirma que, apesar da precariedade, a comunidade conta com ao menos um serviço de saúde territorializado. Quando perguntado para uma moradora se havia atendimento, ela informou que só uma vez por semana e às vezes não ocorrem (Comunicação verbal, 2025). Durante a visita a UBS estava fechada.

As imagens confirmam que a vila Cunani é marcada por uma infraestrutura mínima, fragmentada e desigual, em que o Estado aparece de forma desproporcional: o órgão federal, responsável pelo controle ambiental, está presente fisicamente, mas com base frágil; já os equipamentos destinados diretamente ao bem-estar da população, como habitação, vias, escola e saúde, são limitados, intermitentes ou insuficientes. Assim, as fotografias reforçam empiricamente o que os entrevistados relataram: Cunani vive uma situação de abandono estrutural, ausência de investimentos contínuos e convivência tensa entre as necessidades da comunidade e as normativas ambientais impostas ao território (Entrevista 11 e 14, 2025).

Imagem 72 – Lista de empresas cadastradas no sistema do governo federal – Cadastur que possuem atuação no município de Calçoene



Número do Cadastro	Nome da Empresa	UF	Município	Localidade	Bairro	Atividade
06.402.488/0001-00	MAÇONARIA TUBI	AP	Calçoene	Calçoene	---	Atividade de Trabalho
40.142.820/0001-11	ENXURRACAJÁ SAZOR NA BARRA	AP	Calçoene	Calçoene	---	Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares
05.025.458/0001-05	COMERCIAL ATUAL	AP	Calçoene	Calçoene	---	Mão de Hospedagem
01.000.000/0001-00	POUSADA DO REDES	AP	Calçoene	Calçoene	---	Mão de Hospedagem
20.174.400/0001-00	POUSADA ENDOCA	AP	Calçoene	Calçoene	---	Mão de Hospedagem
00.000.000/0001-00	Pousada Pôr do Sol	AP	Calçoene	Calçoene	---	Mão de Hospedagem
01.000.000/0001-00	ACOTIVIDADE SAZOR REGIONAL	AP	Calçoene	Calçoene	---	Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares

Fonte: Cadastratur (2025).

Destaco ainda que a região carece de hospedagem, centros de apoio e bases operacionais estruturadas, inclusive as do ICMBio não oferecem suporte consistente para visitação. O

turismo existente é essencialmente rústico e pouco reconhecido institucionalmente, já que somente recentemente passou a ser considerado nos instrumentos de gestão, o que foi confirmado durante a visita. Uma alternativa é a sede do município, Calçoene, que mesmo assim possui pouca estrutura para o turismo, a cidade dispõe de dois restaurantes precários e quarto hospedarias, também precárias, ver imagem 72.

Quanto à visita ao Parque Nacional do Cabo Orange, é importante destacar que, apesar de existirem pequenas estruturas turísticas nos municípios de Calçoene e Oiapoque, o acesso ao parque permanece bastante restrito. Pelo município de Oiapoque, o acesso ocorre exclusivamente por via oceânica, enquanto por Calçoene se dá por estrada de terra, em condições limitadas. A vila do Cunani, local por onde foi possível adentrar o parque, apresenta infraestrutura precária: o acesso ocorre por meio de uma ponte de corda, conforme demonstrado na imagem 61, e observa-se reduzida atuação da população local em iniciativas de turismo de base comunitária.

Ademais, embora exista uma edificação do ICMBio na vila, não havia presença institucional, e o ingresso no parque é condicionado pela própria comunidade local. Relativo à visita à vila Cunani é importante destacar que a dinâmica social revela um traço característico de reserva em relação a pessoas desconhecidas, algo comum em comunidades pequenas e historicamente marcadas por fortes vínculos internos. Não se trata de falta de cordialidade, mas de uma postura cautelosa, construída ao longo do tempo como forma de proteção coletiva diante de sucessivas presenças externas, muitas vezes associadas a conflitos territoriais, fiscalizações ou promessas não cumpridas.

Assim, caso exista o interesse em realizar atividades turísticas de base comunitária, como foi mencionado pela diretora de desenvolvimento do turismo do estado (Entrevista 7, 2025), é importante entender e reconhecer que a recepção aos visitantes ocorre de maneira discreta, sem expansividade inicial, refletindo uma sociabilidade que valoriza a confiança, o reconhecimento mútuo e a familiaridade antes da abertura plena a interlocutores desconhecidos.

Além dos dois espaços visitados no Município de Calçoene, existem outras áreas que poderiam ser visitadas, porém, com as chuvas do período e a própria estrutura das vias de acesso tornou-se inviável visitá-las. Isso reforça a importância de ter infraestrutura adequada para realização do ecoturismo. A praia do Goiabal é a única praia da região que tem estrutura de área, as outras são mangues.

O outro acesso ao Parque Cabo Orange é por via oceânica, saindo do Município de Oiapoque até a vila Taperebá; este trajeto não foi possível de ser feito por questões econômica-

financeiras e fatores logísticos, mas fomos recebidos na sede do Parque Cabo Orange pelo administrador, senhor Ricardo Pires, que fica no município do Oiapoque.

Assim, no segundo trecho da visita foram percorridos 221 km do município de Calçoene para Oiapoque, sendo que 110km de estrada estão em processo de pavimentação asfáltica (imagem 73), na região da Terra Indígena Uaçá, que por se tratar de entorno esta crítica será tratada com mais detalhes no próximo subcapítulo.

Imagem 73 – BR-156 no perímetro Calçoene-Oiapoque, no local que a estrada deixa de ter cobertura asfáltica – Segundo trecho da visita de campo



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 74 – BR-156 no perímetro em que está sendo realizada pavimentação asfáltica



Fonte: Produção da autora (2025).

Em virtude deste perímetro sem asfalto a viagem durou um tempo maior, cinco horas (imagem 74). Além da pavimentação, as pontes, que são muitas na região, também estão em processo de revitalização, no entanto ainda são estruturas de madeira (imagem 75 e 76).

Imagem 75 – Ponte de madeira na BR-156 no perímetro Calçoene-Oiapoque



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 76 – Registro da estrutura de madeira das pontes da BR-156



Fonte: Produção da autora (2025).

No âmbito desta pesquisa, o fato da visita de campo à vila Taperebá não ter ocorrido, mas apenas ao distrito de Cunani, não inviabiliza a análise, uma vez que a literatura e os relatos secundários consultados oferecem evidências suficientes para compreender a dinâmica

territorial ali instalada, particularmente no que diz respeito ao processo de desterritorialização ocorrido após a criação do Parque Nacional do Cabo Orange.

Almeida e Brito (2025) explicam que Parque, dentro de um modelo de conservação de inspiração exógena, herdeiro de referenciais como o Parque de Yellowstone, prioriza a proteção integral da natureza e exclui a presença humana, mesmo quando se trata de populações tradicionais. Embora o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei n.º 9.985/2000, preveja indenização, consulta e medidas compensatórias, o caso da vila Taperebá demonstra que essas garantias não foram aplicadas, reforçando a desigualdade socioambiental e a assimetria de poder entre Estado e comunidades locais.

Para os mesmos autores, a criação do Cabo Orange instaurou um processo de desterritorialização que se estendeu por décadas, culminando no reassentamento da população em áreas periféricas e precarizadas do município de Oiapoque. Os moradores, antes organizados em uma dinâmica comunitária baseada na pesca artesanal, no extrativismo e nas práticas tradicionais, viram-se obrigados a reconstituir suas estratégias de sobrevivência em um espaço urbano marcado por insegurança, moradias inadequadas e limitações de acesso a serviços públicos (Almeida e Brito, 2025).

Nesse sentido, a reterritorialização produzida não restabeleceu as condições materiais e simbólicas anteriormente existentes, gerando impactos duradouros na identidade coletiva e nas formas de organização social desta comunidade. Diferente da vila Cunani, local visitado nesta pesquisa, a vila Taperebá teve o seu território submetido a monitoramento mais intenso, sobretudo vinculado à pesca e à circulação de recursos naturais. Essa seletividade territorial no exercício do poder regulatório contribui para reforçar conflitos, aprofundar vulnerabilidades e limitar a capacidade de manutenção dos modos de vida tradicionais.

Assim, mesmo sem a realização de pesquisa de campo direta, a análise crítica da situação de Taperebá amplia a compreensão dos efeitos desiguais da política de conservação, evidenciando como diferentes comunidades do entorno do Parque Nacional do Cabo Orange experimentam de maneira diferenciada tanto as restrições ambientais quanto a ausência de reparação adequada.

A situação do Cabo Orange revela a coexistência de múltiplas camadas de poder que atravessam o território: a precariedade da infraestrutura, a fragilidade dos serviços públicos, os conflitos internos entre associações, a presença do ICMBio e o apagamento progressivo da cultura local refletem não apenas abandono estatal, mas também um processo contínuo de produção de desigualdade territorial. Sob a ótica foucauldiana, trata-se de uma

governamentalidade que opera tanto pelo excesso de regulação ambiental quanto pela omissão dos direitos sociais, produzindo sujeitos fragilizados que enfrentam dificuldades para resistir e se organizar.

Ao mesmo tempo, numa perspectiva decolonial, Parque exemplifica como populações historicamente marginalizadas seguem submetidas a formas de gestão que privilegiam a conservação tecnocrática da natureza em detrimento da vida comunitária, perpetuando hierarquias coloniais na administração dos territórios amazônicos. Assim, o caso do Cabo Orange evidencia que a conservação, para ser justa, precisa reconhecer e fortalecer as comunidades que sustentam a floresta – e não transforma-las em meros apêndices de políticas ambientais que reproduzem lógicas coloniais sob o discurso da sustentabilidade.

5.2.2 População e do entorno do Parque Nacional do Cabo Orange

O entorno do Parque Nacional do Cabo Orange é composto por um conjunto de comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas, além de áreas de uso extrativista, rotas fluviais e zonas de transição entre manguezais, campos inundáveis e floresta amazônica. A norte, a referência urbana mais próxima é o município de Oiapoque, cuja dinâmica influencia o fluxo de pessoas e mercadorias que chegam às comunidades da região. A sul e sudeste, o parque faz interface com áreas de influência do município de Calçoene, de onde se acessam vilas tradicionais que mantêm modos de vida históricos.

As principais localidades no entorno imediato incluem vila Taperabá (ao norte), vila Cunani e vila Velha do Cassiporé (ao sul, sendo que Cunani fica dentro do Parque), que funcionam como núcleos de moradia, circulação e produção tradicional. Essas localidades desenvolvem atividades como pesca, coleta de cacau nativo, agricultura de pequena escala e extrativismo sazonal, baseadas em conhecimento ecológico acumulado e forte vínculo com ciclos de marés e sazonalidade amazônica. Além disso, há áreas de circulação indígena ligadas ao sistema de uso tradicional dos rios Cassiporé e Uaçá, que fazem parte de territórios móveis utilizados muito antes da criação do parque (Imagem 77).

No entorno também se encontram ruínas históricas, antigos caminhos de navegação costeira, estruturas comunitárias básicas (escolas, trapiches, casas de farinha), além de ramais de difícil acesso que conectam as comunidades ao centro urbano mais próximo. São áreas marcadas por infraestrutura limitada, longas distâncias, e forte dependência do transporte fluvial. No entendimento de Simonian (*Forthcoming* em 2026), o entorno imediato de um Parque também preserva na Amazônia, pois se pode encontrar uma continuidade de

manguezais, restingas, campos inundáveis, savanas amazônicas e florestas estuarinas, uma matriz que sustenta a alta biodiversidade característica de uma tal UC e de seu entorno.

Imagem 77 – Mapa da localização da Parque Nacional do Cabo Orange e o entorno



Fonte: Brasil, 2022 [com adaptações realizadas pela autora].

Por sua vez, Almeida e Brito (2025) a vila Taperebá é marcada pela presença de extensas áreas de manguezal, canais de marés e terrenos baixos sujeitos à inundação, compondo um território historicamente moldado pela relação direta com os rios e com a dinâmica costeira do extremo norte do Amapá. Situada em zona de influência direta do Oiapoque, a vila se insere em uma faixa litorânea de difícil acesso, onde a navegabilidade é condicionada pelas marés e pela presença de bancos de lama, o que sempre demandou conhecimento tradicional para o deslocamento e a prática da pesca artesanal.

Ainda segundo os autores, Taperebá se configurava como um território articulado às práticas pesqueiras, sustentado por uma geografia que favorecia o acesso a recursos aquáticos. Entretanto, após a criação do Parque Nacional do Cabo Orange, passou a ser reinterpretada sob

uma lógica restritiva de conservação, contribuindo para o processo de desterritorialização que deslocou a comunidade para áreas urbanas periféricas de Oiapoque (Almeida e Brito, 2025).

Imagem 78 – Fábrica de filetagem de peixe de Calçoene



Fonte: Produção da autora (2025).

Atualmente, na região de Oiapoque e Calçoene existem as fábricas de filetagem de peixe (imagem 78), o que representa uma importante atividade econômica local; constituindo uma cadeia de processamento do pescado, inerente ao beneficiamento da pesca artesanal. Ocorre que esta atividade econômica gera entraves, como explicado pela moradora de Calçoene que pediu anonimato (Entrevista 12, 2025), quando perguntada se a pesca tem alguma interferência externa:

Não, tem os períodos que são proibidos, né, de algumas espécies, então esse período tem essa proibição, mas assim, com relação ao que era antes, não, nunca mais voltou a ser o que era antes, cada vez vai mudando, porque tudo o que é extraído em muito, em muita quantidade, com os frigoríficos, as geleiras, né, que tem bastante aqui, fazem esse trabalho de filetagem, dão emprego para várias pessoas, é um lado muito positivo, mas o lado negativo disso é que aqui o peixe se torna caro, para a gente se torna caro, porque não tem essa política de vender, porque é importante vender em quantidade para eles, né, então eles não vão querer se desfazer assim por quilo, podendo vender por tonelada, então a tonelada é mais viável para eles, os caminhões vêm, recebem aqui, já direto e levam (Entrevista 12, 2025).

A entrevistada, moradora de Calçoene, que se apresentou como presidente das regiões do lago no SEABRAE-AP, também expõe o problema com os empresários:

Pois bem, nós temos a Cooperativa de Pesca Cunha do Norte. Então a cooperativa reuniu pescadores e nem sempre são os pescadores. Os pescadores são os que vão lá. Mas são os empresários, né? Nós temos frigorífico em Calçoene, inclusive. Nós temos. Eu acredito que é o maior frigorífico que tem na região, que a gente não se importa com o desenvolvimento, mas a gente se importa quando começam a tirar a nossa cultura, quando começam a invadir o nosso espaço. E eles fecharam uma rua, fecharam um porto que era o porto de entrada. (Entrevista 14, 2025)

Sobre a vila Velha de Cassiporé, as entrevistas mostram que é um território historicamente importante na região de Calçoene e Oiapoque, associando antigos assentamentos, práticas tradicionais e atividades extrativistas com a dinâmica contemporânea do Parque Nacional do Cabo Orange (Entrevista 6 e 14, 2025). Um dos pontos mais enfatizados é a presença ali de projetos de conservação de quelônios. A professora estadual entrevistada destaca ações educativas realizadas com estudantes, que visitam áreas de coleta e incubação de ovos, vivenciam etapas de manejo e acompanham a soltura dos filhotes, numa política de educação ambiental conduzida em parceria com moradores locais e órgãos ambientais (Entrevista 14, 2025).

Outro aspecto econômico relevante é que, apesar de pequena, vila Velha possui atividade econômica vinculada ao cacau e à pesca, com destaque para o “Cacau Cassiporé”, cuja coleta ocorre no entorno da vila e abastece produtores de chocolate artesanal na região, como relatado por guias turísticos e moradores.

Imagem 79 – Loja física Chocolates Cassiporé, em Oiapoque-AP



Fonte: Dra. Martha Cecília Suárez Mutis, FIOCRUZ, RJ.

O guia de turismo entrevistado (Entrevista 15, 2025) explicou que a região de Oiapoque abriga duas fábricas de chocolate artesanal – Chocolate Cassiporé, principal empreendimento de referência, e Chocolate Cunani, com loja própria (imagem 79) –, que

integram cadeias curtas de valor associadas à coleta de cacau na vila Velha do Cassiporé e à logística fluvial que liga as comunidades produtoras às bases do empreendimento:

O açaí na região do Cabo Orange é o cacau, o cacau hoje é um dos fortes, nós temos duas fábricas de cacau em Oiapoque, a principal é o Cassiporé, que é a primeira, é chocolate Cassiporé, eu recomendo vocês conhecerem porque eles estão em direto da região, e aí é contrato, morador local, hoje a extração basicamente é o açaí, o cacau, alguns produtos com andiroba, o pescado, e algumas outras frutas da região, mas o forte mesmo é o açaí com o cacau. E aí, digamos, a maioria da economia hoje. Isso na região do Cabo Orange. (Entrevista 15, 2025)

Ambos demonstram iniciativas de valorização de produtos de base comunitária e extrativista. Essas experiências refletem a convergência entre turismo de base comunitária, sustentabilidade produtiva e preservação do patrimônio cultural e natural do Amapá. Ao mesmo tempo, surgem problemas ambientais de grande escala. O administrador do Parque aponta que a região do Cassiporé enfrenta forte impacto de búfalos, muitos deles asselvajados, que foram introduzidos há décadas e hoje provocam erosão de igarapés, degradação de campos e conflitos com a fauna nativa (Entrevista 6, 2025).

Imagem 80 – Ramal de acesso à vila Velha do Cassiporé, saída da BR-156 no perímetro Calçoene-Oiapoque



Fonte: Produção da autora (2025).

Esses impactos ambientais se tornam ainda mais significativos porque parte das ocupações e fazendas na vila Velha está dentro dos limites do Parque, gerando tensão entre moradores, criadores e o ICMBio, especialmente no contexto de processos de regularização fundiária e restrições de uso. Por fim, o território aparece como um espaço com potencial

turístico, mas ainda pouco explorado, precisando de infraestrutura, ordenamento e valorização do patrimônio presente na região, ver imagem 80, referente ao acesso a vila.

Em regiões como Parque Nacional do Cabo Orange, *loci* da pesquisa, a sobreposição da legislação ambiental, direitos territoriais de comunidades tradicionais e a criação de unidades de conservação gera litígios que o poder Judiciário estadual tem dificuldades de mediar com efetividade. A comunidade vila Cunani fica dentro do espaço do Parque Ambiental, que se tornou área de proteção após a promulgação da Decreto n.º 84.913, de 15 de julho de 1980; no entanto, a comunidade reside pelo menos desde meados do século XIX.

Confirmando a posição dos estudos de Almeida (2024), que as políticas estatais de criação de áreas de conservação, especialmente aquelas que têm como pressuposto o preservacionismo, ignoraram as comunidades locais, deixando-a às margens das decisões tomadas. No caso do conflito entre o Parque Nacional do Cabo Orange e a comunidade de Cunani, em 2015, o Ministério Público Federal do Amapá proibiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) em reduzir o território da comunidade, resultado de ação civil pública⁴³ (MPF-AP, 2015).

A medida também obriga os órgãos a ouvirem a comunidade na solução do conflito envolvendo suas terras e o Parque Nacional (Instituto Socioambiental, 2015). Mesmo existindo esta decisão, os efeitos de 1980 até 2015, modificaram a lógica da vida e o cotidiano dos moradores da comunidade. Além disso, como explicado no subcapítulo anterior, há uma atuação estatal subjetiva que vem reduzindo a atuação dos moradores do Cunani. Outro exemplo que expõe conflitos socioambientais no entorno é a realocação das aldeias da Terra Indígena (TI) Uaçá, localizadas no entorno do Parque do Cabo Orange, visando a pavimentação asfáltica da rodovia BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque (ver imagens 81 a 84).

De acordo com Santos (2021) a estrada começou a ser construída em 1976, apresentada pelo Estado militar como símbolo de integração nacional e desenvolvimento; foi implementada sem consulta às populações indígenas e sem estudos de impacto ambiental, reproduzindo padrões coloniais de intervenção sobre territórios tradicionais. A abertura da rodovia atravessou áreas utilizadas historicamente pelos povos Palikur, Galibi-Marworno e Karipuna, alterando rotas de circulação, práticas de caça, dinâmicas de uso do rio e organização espacial.

⁴³ No âmbito federal, tramita o Processo n.º 5-38.2015.4.01.3102, em que o Ministério Público Federal requer que a União, o INCRA e o ICMBio concluam a titulação coletiva dos remanescentes quilombolas de Cunani, sob a alegação de mora injustificável e sobreposição com o Parque Nacional do Cabo Orange (Cunani). Porém, mesmo após liminar, o conflito persiste sem desfecho definitivo: órgãos réus não avançaram na compatibilização dos direitos territoriais da comunidade com os objetivos da unidade de conservação (MPF, 2015).

Imagem 81 – Placa de registro do governo federal de empresa para proceder a execução dos serviços de realocação da aldeia Anawera (TI Uaçá)



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 82 – Placa de registro do governo federal de empresa para proceder a execução dos serviços de realocação da aldeia Samaúma (TI Uaçá)



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 83 – Placas de registro da execução de manutenção da BR 156/AP segmento KM 659,4 ao KM 769,80



Fonte: Produção da autora (2025).

Imagem 84 – Placa de registro de Licenciamento do governo do estado do Amapá e prefeitura municipal de Oiapoque da construção do canteiro de obra para realocação das aldeias às margens da Rodovia BR 156/AP



Fonte: Produção da autora (2025).

De acordo com o DNIT (2024), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI apoia oficialmente a realocação das aldeias margeadas pela BR-156 na TI Uaçá como condicionante para a pavimentação do trecho norte, assumindo anuência prévia e participação técnica no projeto desde 2005, quando autorizou licença de instalação atrelada à relocação. O

órgão defende que as novas aldeias sejam assentadas com menor exposição aos impactos rodoviários e com critérios de topografia e ecologia definidos em parceria com os povos indígenas.

Em 2025, a FUNAI promoveu oficinas preparatórias para atualização dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e Planos de Vida da TI Uaçá, incorporando etnomapas e mapeamentos participativos como instrumentos de salvaguarda (FUNAI, 2025). Embora tais ações demonstrem envolvimento institucional, persistem críticas quanto à fragilidade do diálogo efetivo e à limitação da autonomia indígena nos processos decisórios, o que reproduz uma relação verticalizada entre Estado e povos tradicionais.

Sob uma perspectiva foucauldiana, a atuação da FUNAI no caso da TI Uaçá demonstra a ambiguidade típica das instituições de governo: ao mesmo tempo em que protege, também regula e normaliza a vida dos indígenas. Como aponta Foucault (2008), o poder moderno se exerce menos pela coerção direta e mais pela gestão da vida, pela produção de saberes e dispositivos que definem o que é “seguro”, “viável” ou “aceitável”. Assim, ao coordenar tecnicamente a realocação das aldeias, a FUNAI participa de um regime de poder-saber que transforma o território indígena em objeto de administração e não de autodeterminação.

O discurso da “participação” funciona, nesse sentido, como tecnologia de governo, em que o diálogo é mediado por critérios técnicos e cronogramas estatais, subordinando o tempo das comunidades ao tempo das obras públicas, além das ações de cooptação entre os líderes indígenas. Durante a visita de campo foram requeridas da FUNAI local (localizada em Macapá-AP) informações sobre a realocação dos povos Uaçá. O técnico que nos recebeu informou que esta realocação tem apoio das lideranças indígenas.

Essa lógica reforça o que Foucault denomina biopolítica: o controle dos corpos e da vida sob a justificativa de garantir segurança e desenvolvimento da região. A gestão das aldeias pela via da engenharia social e do licenciamento ambiental, ainda que revestida de boas intenções, consolida o que o autor chama de “microfísica do poder”, em que as práticas cotidianas de cuidado e proteção se tornam, simultaneamente, instrumentos de disciplinamento (Foucault, 1979).

O caso mais recente que confirma mais uma vez a ambiguidade das instituições governamentais é a autorização para iniciar estudos para extração de petróleo da foz do rio Amazonas, autorização esta que ocorreu exatamente no ano que a Conferência das Partes (COP 30), que trata das mudanças climáticas no mundo, na cidade amazônica de Belém, capital do estado do Pará.

Outro conflito na região são as queimadas realizadas dentro das terras indígenas, um regime de fogo marcado pela combinação entre sazonalidade climática, práticas tradicionais do entorno e fragilidades estruturais de fiscalização. O Plano de Manejo Integrado do Fogo registra que os incêndios são recorrentes, sobretudo nos campos inundáveis e nas áreas de vegetação aberta, onde a biomassa seca durante a estiagem favorecendo a ignição e a propagação do fogo (Brasil, 2022).

Para o ICMBio a análise de cicatrizes de queimadas detectadas por sensoriamento remoto entre 2010 e 2021 confirma que parte significativa dos eventos ocorre na zona de amortecimento, mas com impactos diretos dentro dos limites do parque, especialmente em anos críticos como 2012, quando extensas áreas foram queimadas (Brasil, 2022). Essa dinâmica revela que o fogo não é um evento isolado, mas parte de um padrão estrutural que afeta ecossistemas sensíveis como manguezais, restingas e campos costeiros. A entrevista do administrador do Parque confirma as dificuldades operacionais enfrentadas pelo ICMBio para prevenir e combater incêndios na região.

Segundo o gestor, o acesso limitado, a distância entre bases, a escassez de pessoal e a ausência de infraestrutura adequada dificultam respostas rápidas e comprometem o monitoramento contínuo (Entrevista 6, 2025). Estas vulnerabilidades institucionais também aparecem no Plano de Manejo, que reconhece que a eficácia da gestão depende de ampliar brigadas, fortalecer parcerias locais e integrar comunidades nas ações de prevenção (Brasil, 2022). Contudo, a falta de presença cotidiana do órgão no território e a logística complexa do extremo norte amazônico tornam o sistema de combate ao fogo mais reativo do que preventivo, ampliando o risco de incêndios de alta intensidade.

Tanto o administrador quanto o plano de manejo apontam que parte das queimadas resulta de práticas tradicionais realizadas por moradores do entorno, como preparo de áreas agrícolas, manejo de pastagem e circulação em áreas abertas, inclusive como maneira de caçar quelônios (tracajás). O gestor menciona que essas práticas, quando não orientadas ou acompanhadas, geram situações de conflito e fiscalização, reforçando tensões históricas entre comunidade e órgão ambiental (Entrevista 6, 2025).

O documento oficial do ICMBio confirma também que há muitos incêndios decorrem do uso cultural do fogo, o que exige ações educativas e diálogo estruturado com populações locais, e não apenas repressão (Brasil, 2022). Essa perspectiva evidencia que a questão do fogo no Cabo Orange não é apenas ecológica, mas social e política: o manejo eficaz exige reconhecer

o papel das comunidades, integrar seus saberes e reduzir a distância entre a gestão federal e a realidade territorial amazônica.

5.2.3 Desafios e expectativas para o futuro

O futuro do Parque Nacional do Cabo Orange é marcado por um conjunto de desafios estruturais, socioambientais e institucionais que emergem tanto das fragilidades operacionais do Estado quanto das transformações culturais e econômicas vividas pelas comunidades locais. O administrador do Parque enfatiza que a limitação de infraestrutura básica, desde a precariedade das bases de fiscalização até a insuficiência de embarcações, compromete ações permanentes de controle territorial, monitoramento ambiental e combate a ilícitos, especialmente na faixa costeira, onde pressões externas decorrentes da pesca irregular e da circulação de embarcações (Entrevista 6, 2025).

O Plano de Manejo Integrado do Fogo reforça que a ausência contínua do poder público nas áreas mais remotas dificulta a prevenção de incêndios, a articulação com moradores e a gestão do uso tradicional do fogo (Brasil, 2022). As entrevistas revelam que parte significativa das expectativas da população local está ligada à integração do turismo de base comunitária, à melhoria da BR-156 e à regulamentação de usos tradicionais no território.

Representantes municipais de turismo e moradores avaliam que o Cabo Orange pode ser vetor de desenvolvimento, desde que acompanhado de investimento em infraestrutura, capacitação e participação comunitária efetiva, evitando repetir modelos exógenos que historicamente marginalizaram a região (Entrevista 10, 14 e 15 2025). Ainda assim, há tensões permanentes entre ICMBio e comunidades, sobretudo no que se refere à fiscalização, ao reconhecimento de práticas tradicionais e ao desejo local por maior autonomia.

Em Cunani, por exemplo, moradores afirmam que sua própria permanência tem sido o fator determinante para preservação, mas que isso raramente é reconhecido pelos órgãos federais (Entrevista 11, 12, 13 e 14, 2025). Para o futuro, tanto o ICMBio quanto as secretarias municipais e estadual projetam um cenário no qual o turismo comunitário, a regularização fundiária, a formação de condutores e o fortalecimento do conselho gestor assumam protagonismo, mas não estão relacionando-os ao Parque Nacional do Cabo Orange, mas a outros atrativos naturais privados e aos Parques Arqueológicos e do Tumucumaque.

A diretora de Turismo do Estado explica que há planejamento para capacitar comunidades em todos os municípios com unidades de conservação, visando transformá-las em “fiscalizadoras naturais” do território (Entrevista 7, 2025). Ao mesmo tempo, o administrador do Parque reconhece que acordos territoriais e de uso precisam ser construídos com menos

conflito e mais transparência, superando episódios desgastantes como o embargo da ponte de Cunani (Entrevista 6, 2025).

Assim, a expectativa geral é que a gestão futura dependa da consolidação de uma governança compartilhada, capaz de equilibrar conservação, direitos territoriais e oportunidades econômicas, algo alinhado com o diagnóstico do próprio ICMBio, que aponta a necessidade urgente de cooperação interinstitucional e valorização dos saberes locais (Brasil, 2022). Porém, estes desejos acabam tendo pouca ação, permanecendo no campo das promessas.

Com relação ao consumo de quelônios as entrevistas de campo indicam que o consumo ainda ocorre na região, embora de forma residual e associado principalmente a práticas tradicionais de subsistência ou à presença de grupos externos que caçam enquanto acampam na área para realizar a coleta de açaí dentro do Parque, como relatado pelo administrador do Parque Nacional do Cabo Orange, ao mencionar que esses grupos “vão caçar” durante as estadias irregulares no território (Entrevista 6, 2025). No caso das comunidades locais, especialmente Cunani, a pesca atual é descrita como voltada quase exclusivamente ao consumo doméstico, restrita ao peixe e sem menção direta à captura sistemática de quelônios (Entrevista 13, 2025).

Paralelamente, iniciativas de conservação vêm se consolidando, como os projetos de educação ambiental em vila Velha do Cassiporé e Pracuúba, que realizam manejo de ovos, incubação e soltura anual de filhotes, chegando em anos anteriores a liberar até “dez mil filhotes” (Entrevista 14, 2025), reforçando uma mudança geracional na percepção ambiental. Assim, embora o consumo de tartarugas não tenha desaparecido, ele se mostra pontual, sem uma atividade comercial agressiva, enquanto as atividades de manejo e proteção ganham destaque e relevância socioambiental na região analisada, mesmo ocorrendo por iniciativas individuais de alguns moradores.

A possibilidade de exploração de petróleo na foz do rio Amazonas aparece nas entrevistas como um tema que produz inquietação entre órgãos ambientais, gestores locais e moradores do entorno do Parque Nacional do Cabo Orange. Embora não exista posicionamento oficial direto nas falas dos entrevistados sobre apoio ou rejeição à atividade, o conjunto dos depoimentos revela uma percepção difusa de risco, especialmente pela fragilidade estrutural e pela baixa capacidade de resposta a danos ambientais no extremo norte do Amapá.

O administrador do Parque enfatiza repetidamente que o território é de difícil fiscalização, com bases precárias e grande dependência de condições climáticas para acessar áreas remotas (Entrevista 6, 2025). Nesse cenário, um eventual derramamento de petróleo seria impossível de conter frente às estruturas atualmente existentes. Entre as comunidades,

especialmente Cunani, prevalece uma ambiguidade estrutural. De um lado, relatos de moradores indicam a necessidade de oportunidades econômicas e de infraestrutura básica: estradas, escola, acesso à saúde e renda (Entrevista 7 e 13, 2025).

De outro, essas mesmas comunidades destacam que são elas que historicamente preservam o território e que um megaprojeto de risco elevado, como o petróleo, poderia comprometer tanto a integridade ambiental quanto suas formas de vida. Moradores afirmam que a região já sofre com “projetos que vêm de fora e deixam apenas os danos”, fazendo referência à mineração do manganês na Serra do Navio, à instabilidade econômica e à falta de compensações efetivas (Entrevista 14, 2025). Assim, a posição comunitária, ainda que difusa, tende a uma postura de preocupação cautelosa, marcada pelo medo de repetição de ciclos extrativos que beneficiam agentes externos e deixam passivos sociais e ambientais.

De maneira geral, a análise conjunta das entrevistas e do plano técnico revela um consenso implícito: a região não possui condições estruturais, institucionais ou ambientais para absorver os riscos associados à exploração de petróleo. O ICMBio expressa essa visão através da ênfase permanente na fragilidade ecológica e operacional do território; as comunidades expressam através da memória histórica de desigualdade e de abandono estatal; e os gestores municipais, através da defesa de modalidades alternativas de desenvolvimento, como turismo comunitário, produção local e manejo sustentável (Entrevista 10, 12 e 15, 2025).

Assim, ainda que o debate público no Amapá seja permeado por pressões políticas e interesses econômicos, as evidências coletadas em campo apontam para uma posição predominantemente crítica e preocupada com os efeitos da atividade petrolífera na foz do rio Amazonas. Desta maneira, é importante repensar os efeitos sociais que a exploração de petróleo levará para região, inclusive pensando em maneiras que vinculem a benefícios econômicos, ambientais e sociais.

Embora o acesso seja limitado devido à geografia da região e a falta de estrutura pública, o Cabo Orange oferece oportunidades para a prática de ecoturismo e educação ambiental. Passeios de barco pelos canais dos manguezais, caminhadas pelas trilhas das florestas, a observação de animais em seu habitat natural e a vivência nas comunidades tradicionais são algumas das atividades possíveis para os visitantes.

5.3 COMPARAÇÃO SOCIOECONÔMICA E TERRITORIAL: VILA CUNANI (AMAPÁ, BRASIL) × VILA TORTUGUERO (LIMÓN, COSTA RICA)

A análise comparativa entre Vila Cunani, localizada no município de Calçoene (Amapá, Brasil), e Vila Tortuguero, situada no cantão de Pococí, na província de Limón (Costa Rica),

exige, preliminarmente, o reconhecimento de assimetrias estruturais relevantes entre os níveis territoriais disponíveis para análise em ambos os países. No caso brasileiro, os dados são produzidos pelo IBGE (2022), que disponibiliza informações até o nível municipal, não havendo desagregação estatística oficial para comunidades específicas como Vila Cunani.

Assim, as análises relativas a essa localidade necessariamente se apoiam em dados do município de Calçoene ou, em alguns casos, em aproximações regionais e observações realizadas durante a visita de campo. De maneira equivalente, na Costa Rica, o Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC) fornece dados até os níveis de província, cantão e distrito, inexistindo estatísticas oficiais para vilas específicas como Tortuguero. Esta se insere administrativamente no cantão de Pococí, pertencente à província de Limón, sendo este o nível mais próximo de análise com respaldo estatístico.

A província de Limón apresenta uma população de aproximadamente 470.383 habitantes (Censo INEC, 2022)⁴⁴, distribuída em uma área de cerca de 9.189 km², resultando em densidade demográfica aproximada de 51 hab/km². Trata-se, portanto, de uma região com ocupação relativamente mais concentrada no contexto centro-americano. Por outro lado, o estado do Amapá possui população de 733.759 habitantes e área de 142.470,76 km², com densidade demográfica de apenas 5,15 hab/km², evidenciando um padrão de ocupação territorial significativamente mais disperso, típico da Amazônia brasileira.

Essa diferença estrutural implica que, enquanto Limón apresenta maior concentração populacional e maior integração territorial relativa, o contexto amazônico em que se insere Cunani é marcado por isolamento geográfico, baixa densidade e maior dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura. Cunani configura-se como uma comunidade rural vinculada a Calçoene, distante dos principais centros urbanos e inserida em uma dinâmica amazônica caracterizada por limitações logísticas e infraestrutura reduzida.

Por sua vez, Tortuguero, embora também apresente características de isolamento – sobretudo em função de sua localização em área de difícil acesso – está inserida em um país com menor extensão territorial, maior integração logística nacional e melhores indicadores médios de desenvolvimento humano.

⁴⁴ Ressalta-se que os dados do Censo 2022 da Costa Rica devem ser interpretados com cautela, tendo em vista limitações operacionais do levantamento, incluindo cobertura parcial da população e complementação por estimativas estatísticas, conforme informado pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC-CR).

Quadro 9 – Comparação socioeconômica e demográfica: Amapá (Brasil) e Limón (Costa Rica)

Dimensão	Limón (Costa Rica – INEC, Censo 2022)	Amapá (Brasil – IBGE, Censo 2022)
População total	Aproximadamente 470 mil habitantes	733.759 habitantes
Densidade demográfica	Maior densidade relativa (território menor e mais concentrado)	5,15 hab/km ²
Distribuição por sexo	Distribuição equilibrada entre homens e mulheres	Mulheres: 369.243 / Homens: 364.516
Estrutura etária	Tendência semelhante, com leve transição demográfica	População jovem, base larga da pirâmide
Raça/cor	Classificação racial menos detalhada e não diretamente comparável	Predominância parda (478.975), seguida de branca e preta
Populações tradicionais	Presença de populações afrodescendentes e indígenas, porém sem categorização equivalente	Presença indígena (10.340) e quilombola (12.894)
Escolaridade	Níveis relativamente elevados em comparação regional	Diversificada, com concentração em níveis intermediários
Alfabetização	Alta taxa de alfabetização	93,5% alfabetizados
Situação urbano/rural	Predominância urbana com áreas rurais integradas	Predominância urbana (651.254)
Saneamento básico	Cobertura mais ampla, porém com desigualdades regionais	Cobertura desigual (água, esgoto e coleta variáveis)
Infraestrutura	Melhor infraestrutura relativa, especialmente em áreas turísticas	Limitações estruturais significativas em áreas remotas
Perfil econômico	Economia fortemente ligada ao turismo e serviços ambientais	Economia baseada em setor público, extrativismo e serviços
Inserção no mercado	Alta inserção no mercado internacional (turismo)	Baixa inserção em mercados globais
Produção de dados	Produção de dados com limitações metodológicas (INEC)	Sistema estatístico robusto e detalhado (IBGE)

Fonte: Elaborado pela autora com base no IBGE (Censo 2022) e INEC-CR (Censo 2022).

A comparação entre o estado do Amapá e a província de Limón evidencia que, embora ambos os territórios apresentem características periféricas em seus respectivos países, suas estruturas socioeconômicas e formas de inserção no mercado são distintas. Enquanto o Amapá se caracteriza por uma economia mais dependente do setor público e de atividades extrativas, com limitações estruturais evidentes, Limón apresenta maior integração a fluxos econômicos internacionais, especialmente por meio do turismo. Aliás, as diferenças na produção estatística entre IBGE e INEC revelam distintas capacidades institucionais de mensuração e classificação da realidade social, o que também influencia as formas de governamentalidade observadas.

Nem o IBGE nem o INEC disponibilizam dados de Produto Interno Bruto (PIB) ou renda per capita em nível de comunidades ou vilas. Esses indicadores estão restritos a níveis agregados – municipal, regional ou nacional. Dessa forma, a utilização de tais variáveis para Cunani e Vila Tortuguero implicaria a adoção de estimativas indiretas, baseadas em extrapolações que não captariam as especificidades socioeconômicas locais, comprometendo a validade empírica da análise. Optou-se, portanto, por excluir essas variáveis do escopo

comparativo, privilegiando indicadores efetivamente observáveis e metodologicamente robustos.

Quadro 10 – Comparação socioeconômica e demográfica: Vila Tortuguero (Limón-Costa Rica) e Vila Cunani (Amapá-Brasil)

Dimensão	Tortuguero (Limón – Costa Rica)	Cunani (Amapá – Brasil)
População	Aproximadamente 1.200 a 1.500 habitantes (INEC, 2022)	Aproximadamente 917 habitantes (IBGE, 2022)
Território	266,5 km ²	297,42 km ²
Acesso	Acesso restrito (barco ou avião), porém integrado ao circuito turístico	Acesso extremamente precário (estradas ruins + vias fluviais)
Perfil econômico	Economia baseada no ecoturismo internacional e pesca	Economia baseada no extrativismo (principalmente açaí), pesca e agricultura de subsistência
Inserção no mercado	Alta inserção no mercado global (turismo ecológico)	Baixa inserção no mercado formal
Infraestrutura	Estrutura turística consolidada (guias, hospedagens, logística)	Ausência de serviços turísticos estruturados (existem estruturas de hospedagem no município de Calçoene, localizado a aproximadamente 52 km)
Perfil social	População marcada por migração (especialmente nicaraguense) e dependência econômica do turismo	Comunidade tradicional (quilombola), com forte vínculo territorial e histórico a terra. População madura, os jovens e as famílias que possuem crianças e adolescentes vivem nos municípios do entorno, como Calçoene
Produção de renda	Renda vinculada à prestação de serviços turísticos	Renda vinculada à subsistência e atividades locais
Presença institucional	Presença indireta via ONG, turismo e pesquisa científica	Presença estatal limitada e fragmentada
Dinâmica territorial	Território integrado a fluxos internacionais	Território marcado pelo isolamento geográfico

Fonte: Elaborado pela autora com base no IBGE (Censo 2022) e INEC-CR (Censo 2022) e avaliações observadas realizadas durante as atividades de campo.

A comparação entre Vila Cunani e Vila Tortuguero não deve ser interpretada como uma equivalência direta entre unidades territoriais homogêneas, mas como um exercício analítico entre duas realidades locais inseridas em contextos nacionais e regionais distintos. Enquanto Cunani reflete as condições estruturais da Amazônia brasileira – marcadas por baixa densidade populacional, grandes distâncias e limitações de infraestrutura; Tortuguero se insere em um contexto centro-americano mais compacto territorialmente, com maior integração relativa, ainda que mantenha características de isolamento local.

Assim, a análise comparativa deve ser compreendida à luz dessas assimetrias estruturais, sendo menos um paralelo direto e mais um contraste interpretativo entre diferentes maneiras de organização territorial e desenvolvimento socioeconômico. Essas diferenças estruturais não apenas caracterizam os territórios analisados, mas também condicionam as formas de produção de dados, de atuação institucional e de organização das práticas de conservação. Nesse sentido,

os elementos socioeconômicos e territoriais não constituem apenas um pano de fundo, mas integram as próprias racionalidades políticas que orientam a governamentalidade nas áreas protegidas, influenciando as formas de intervenção, controle e gestão dos territórios.

5.4 COMPARAÇÃO ENTRE OS PARQUES DE TORTUGUERO E CABO ORANGE

A análise comparativa entre o Parque Nacional de Tortuguero, na Limón-Costa Rica, e o Parque Nacional do Cabo Orange, no Amapá-Brasil, evidencia não apenas diferenças ecológicas, históricas e institucionais, mas, sobretudo, as formas pelas quais a governamentalidade se manifesta na organização, no controle e na produção de verdades sobre os territórios e suas populações. Tanto em Tortuguero quanto no Cabo Orange, as experiências de campo indicam que as políticas de conservação não operam como neutras, na medida em que se articulam à produção de sujeitos governáveis, expressão concreta dos “dispositivos de subjetivação” identificados como: empreendedorismo, utilitarismo, poder-saber e estatísticas.

No caso de Tortuguero, a visita ao Sector Cerro e ao Sector Canales demonstra uma área protegida estruturada, com trilhas elevadas, bases operacionais, fiscalização via bilhetagem digital e forte presença de ONG como a Sea Turtle Conservancy (STC). Há uma população voltada majoritariamente ao turismo, com guias locais especializados e um tecido social marcado por migração nicaraguense, pobreza e tensões socioculturais. Essa composição demográfica, dependente do turismo internacional, intensifica a produção de sujeitos “empreendedores de si” (Dardot e Laval, 2016), pressionados a performar bem diante do mercado turístico global.

Essa forma de vida pode ser compreendida à luz da racionalidade neoliberal descrita por Foucault: a comunidade é governada não apenas por leis do SINAC, mas sobretudo pela expectativa de eficiência turística e pela internalização do discurso de que “o parque é a fonte de renda e deve ser protegido porque atrai turistas” (Entrevista 4). A governamentalidade aqui se materializa no controle indireto: pouca fiscalização estatal, mas forte disciplina social por meio do mercado turístico.

Já no Cabo Orange, a experiência de campo revela um cenário oposto: acesso precário, ausência de infraestrutura, estradas intransitáveis, patrimônio arqueológico abandonado, presença mínima do Estado e grande dependência das comunidades locais de atividades tradicionais como pesca e coleta. A população de Cunani vive uma dinâmica onde o Estado se faz presente apenas por normas e proibições, mas pouco por suporte estrutural. Quando isso ocorre, como no caso da construção da ponte de madeira embargada pelo ICMBio, acaba

gerando tensões entre diferentes níveis e orientações de gestão pública, uma vez que o ICMBio é contrário às pesquisas de exploração de petróleo e o governo do estado é a favor.

Essa ausência não neutraliza o poder; ao contrário, parece produzir formas específicas de subjetivação distintas de Tortuguero: comunidades que se veem governadas por “vazios administrativos”, nos quais o controle existe sobretudo como restrição e não como presença institucional. Trata-se de um exercício de poder por omissão, típico da governamentalidade na periferia do Estado, que administra corpos e territórios por formas estruturadas de ausência estatal, deixando comunidades vulneráveis a pressões econômicas (como pesca predatória, extração de ouro, arrendamento de açaiçais e migração informal).

Quanto ao entorno dos parques, a diferença é clara. Tortuguero possui uma vila com cais estruturado, logística turística organizada e redes internacionais de pesquisa. No caso de Tortuguero, a exploração turística gera degradação ambiental, como foi possível ver no assoreamento dos canais e o transporte de passageiros de maneira mais agressiva fora do Parque. Além disso, a estrutura do cais fica dentro de Tortuguero, mas a saída em La Pavona não possui infraestrutura turística. Já o Cabo Orange situa-se em um vazio infraestrutural: ramais intransitáveis, patrimônio arqueológico abandonado, ausência de guias credenciados na região e dependência de autorizações do ICMBio ou do IEPA⁴⁵.

Em Tortuguero, a governamentalidade se expressa pela positividade do poder: organização, investimentos, normatização, monitoramento científico. No Amapá, ela aparece como escassez organizada. O Estado controla pela falta: falta de infraestrutura, falta de presença, falta de alternativas econômicas. Mesmo ausente, o governo produz “sujeitos governáveis” pela precariedade, obrigando as comunidades a se adaptarem a condições adversas que elas não escolheram.

Os desafios e expectativas de futuro refletem essas diferenças estruturais. Em Tortuguero, os problemas são amplamente discutidos: falta de pessoal, excesso de dependência do turismo, conflitos com migração nicaraguense, risco de privatização e desgaste comunitário. Na Costa Rica, a crítica central, feita inclusive pela coordenadora de educação ambiental da STC, é o risco de o país operar um *greenwashing* estrutural, com leis ambientalmente “perfeitas” que não se traduzem em ação concreta. É uma forma de governar pela estética da conservação, e não pela efetividade.

No Cabo Orange, os desafios são outros: pressão pela exploração de petróleo, limitações de acesso, ausência de políticas públicas e inviabilidade de uma estrutura mínima para turismo

⁴⁵ Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

e fiscalização. As expectativas, portanto, também divergem: Tortuguero busca aprimorar seu modelo já consolidado; Cabo Orange busca simplesmente existir como política pública efetiva. E no caso do Cabo Orange a noção de "*wilderness*", cuja natureza primitiva, isolada da ação humana, exclui as comunidades locais.

Por fim, a questão dos quelônios, tema comum aos dois parques, reforça a diferença das racionalidades políticas. Em Tortuguero, as tartarugas marinhas são a base da economia local. O subcapítulo 5.1 mostra claramente: o turismo de observação de desova atrai turistas do mundo inteiro, e as ONG monitoram milhares de ninhos há décadas. Porém, há declínio populacional desde 2008, mas ainda não existem estudos conclusivos, contudo, o aumento da temperatura do planeta pode ser um fator de influência.

No caso específico de Tortuguero há outros agravantes: a influência do narcotráfico e o comércio clandestino de carne e ovos de tartaruga na região, gerando uma tensão permanente entre a atividade turística e o crime ambiental. O controle estatal é fraco; quem realmente governa o controle dos quelônios são ONG. Ou seja, mais um exemplo de governamentalidade: quem produz os dados (STC, ONG internacionais) produz também as decisões e a “verdade científica” sobre o território.

No Cabo Orange, a desova das tartarugas ocorre em praias remotas, sem turismo, sem estrutura e com iniciativas isoladas de conservação conduzidas por moradores ou pequenas organizações locais. A proteção existe, mas não como política pública robusta. Os relatos das entrevistas do Amapá mostram que ainda há caça pontual de quelônios e extração ilegal, associadas ao isolamento geográfico e à quase inexistência de fiscalização contínua. A análise sugere que a governamentalidade pode operar por ‘estatísticas de ausência’: não se conhece totalmente a população de quelônios, não há monitoramento rotineiro e, portanto, não se governa pela presença, governa-se pela sombra, pela incerteza.

Em síntese, a comparação permite compreender a emergência de formas distintas de governamentalidade ambiental:

- **Tortuguero** representa a governamentalidade neoliberal clássica: conservação articulada ao mercado turístico, presença forte de ONG, produção intensa de dados e discursos que organizam o comportamento comunitário.
- **Cabo Orange** representa a governamentalidade periférica: ausência estruturada, restrições sem suporte, fiscalização mínima e comunidades que se organizam e operam dentro das lacunas administrativas.

Ambos os parques lidam com desafios de conservação, pressões socioeconômicas e disputas de poder, mas operam sob racionalidades políticas profundamente distintas. Esta comparação demonstra que a proteção ambiental, longe de ser apenas técnica, é um campo de disputa onde se produz subjetividades, se definem legitimidades e se reorganiza o território segundo lógicas de governo que ultrapassam a ecologia e atingem diretamente a vida das populações locais.

5.5 FECHAMENTO ANALÍTICO DAS ÁREAS PROTEGIDAS PESQUISADAS

A comparação entre o Parque Nacional de Tortuguero, na Costa Rica-Limón, e o Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil-Amapá, evidencia que áreas protegidas semelhantes em categoria e finalidade podem produzir subjetividades e racionalidades políticas profundamente distintas, resultantes das formas como cada Estado organiza, controla e distribui poder sobre seus territórios e populações.

Tortuguero opera sob uma lógica de governamentalidade neoliberal, na qual a conservação é associada ao mercado turístico internacional, de ONG científicas e de estruturas administrativas que moldam comportamentos comunitários por meio de normas, bilhetagem, monitoramento e educação ambiental. Já o Cabo Orange revela uma governamentalidade periférica e marcada pela ausência, onde as comunidades convivem com estradas precárias, pouca fiscalização, iniciativas fragmentadas e uma presença estatal que se manifesta mais como restrição do que como suporte.

Essa diferença estrutural se reflete diretamente na relação entre populações e parques: enquanto Tortuguero transformou antigos trabalhadores da extração florestal em guias e trabalhadores do ecoturismo, Cabo Orange enfrenta limitações logísticas, dependência de práticas tradicionais de subsistência e pressões externas, como arrendamento de açaiuais e ameaça da exploração petrolífera. As subjetividades analisadas no Capítulo 2.3 – empreendedorismo, utilitarismo, poder-saber e estatísticas – emergem com clareza: na Costa Rica são acionadas pela racionalidade turística; no Brasil-Amapá, pelas lacunas administrativas que obrigam a comunidade a se autogerir dentro de cenários de abandono.

A situação dos quelônios sintetiza esse contraste. Em Tortuguero, o monitoramento de tartarugas é base econômica e científica, mas ainda enfrenta a caça clandestina e redes criminosas, mostrando que a conservação depende tanto de dados quanto de disputas sociais. No Cabo Orange, a desova ocorre de maneira dispersa e com menor apoio institucional, reforçando que a proteção existe, mas de forma frágil e dependente de iniciativas locais.

Assim, em ambos os territórios, a conservação é tensionada por interesses econômicos, desigualdades e limites de governança – e esses elementos reforçam a pertinência da abordagem foucauldiana para a análise das dinâmicas observadas: áreas protegidas são também arenas de governo dos corpos, das condutas e das possibilidades de vida.

O capítulo revela que a produção discursiva da sustentabilidade convive com contradições materiais evidentes, especialmente quando comparadas à infraestrutura turística, à fiscalização ambiental e às condições de vida das comunidades. Na Costa Rica, a valorização simbólica de determinados espaços, como cais turísticos estruturados e áreas de visitação, contrasta com a precariedade dos acessos, da água potável, do saneamento básico e dos serviços públicos nos territórios adjacentes.

Essa assimetria discursiva sustenta o que pode ser interpretado como um processo de *greenwashing institucional*, no qual a imagem de excelência ambiental é mobilizada para fins econômicos e reputacionais, enquanto os problemas estruturais permanecem invisibilizados ou naturalizados. Nesse sentido, o discurso ambiental define quais territórios, práticas e sujeitos são dignos de investimento, proteção e visibilidade.

No caso do Parque Nacional do Cabo Orange, a análise do discurso revela uma dinâmica distinta, porém igualmente marcada por assimetrias. Diferentemente de Tortuguero, onde a imagem de conservação bem-sucedida é amplamente publicizada, no Cabo Orange o silêncio discursivo e a escassez de informações institucionais produzem um território pouco visível, tanto no imaginário turístico quanto nas agendas governamentais. A ausência de dados sistematizados, de sinalização e de infraestrutura básica não apenas limita a visitação, mas opera como mecanismo de apagamento territorial.

Outro ponto que desfavorece o Parque Nacional do Cabo Orange é a preferência demonstrada pelo poder público pelo Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. A pesquisadora ouviu da Diretora de desenvolvimento do turismo do estado do Amapá (Entrevista 7) que os investimentos das atividades turísticas ocorrem no Tumucumaque. A turismóloga da secretaria de turismo de Oiapoque (Entrevista 9) menciona que o “Tumucumaque é muito mais interessante turisticamente do que o Cabo Orange”.

E o próprio o administrador do Cabo Orange (Entrevista 6) menciona que “o acesso ao Parque é muito difícil, por ser uma área de alegado e não ter estrutura firme para os visitantes saírem dos barcos. A estrutura do Parque do Tumucumaque é mais interessante para o turismo (...)”. Ou seja, o poder público, nas três esferas, elegeu sua preferência.

Nesse contexto, a precariedade das condições de acesso, a descontinuidade das ações de fiscalização e a fragilidade da presença estatal são naturalizadas como consequência da “dificuldade logística amazônica”, deslocando o debate das responsabilidades políticas e administrativas. Assim, a governança ambiental no Cabo Orange se estrutura menos pela produção de uma narrativa de sucesso e mais pela normalização da ausência, na qual a invisibilidade institucional do parque contribui para a manutenção de desigualdades, restringe alternativas econômicas locais e reforça a marginalização das populações que vivem no entorno da unidade de conservação.

A análise do capítulo evidencia que a governamentalidade nos parques estudados se estrutura por meio da produção articulada de subjetividades, que orientam condutas, organizam práticas e moldam modos de vida. O ‘empreendedorismo de si’ manifesta-se na responsabilização dos sujeitos locais pela gestão cotidiana da conservação, seja como estratégia de inserção no mercado turístico, como em Tortuguero, seja como adaptação forçada à precariedade e à ausência institucional, no Cabo Orange. Em ambos os contextos, a racionalidade ‘utilitarista’ redefine a natureza como recurso estratégico, ora como capital ambiental valorizado economicamente, ora como meio de subsistência condicionado por restrições e disputas territoriais.

O ‘poder-saber’ científico e a ‘produção de estatísticas’ completam esse dispositivo de governamentalidade ao estabelecer regimes de visibilidade e invisibilidade territorial. Onde há monitoramento sistemático, dados e indicadores, constrói-se um regime de verdade que legitima intervenções, disciplina práticas e sustenta narrativas de sucesso da conservação. Onde esses saberes são escassos, a ausência de dados opera igualmente como tecnologia de poder, limitando a ação estatal e a participação social. O material analisado demonstra que a ideia de conservação ambiental não atua apenas sobre a natureza, mas governa populações, produz subjetividades e organiza desigualmente as condições de existência nos territórios protegidos.

Por fim, o estudo demonstra que a proteção ambiental não pode ser compreendida apenas por categorias ecológicas. Ela é produzida por racionalidades políticas e subjetividades específicas que moldam o que é possível, ou impossível, dentro de cada parque. Tortuguero e Cabo Orange mostram que os casos analisados indicam que conservar implica formas específicas de governar, e que governar é produzir verdades, ordenar populações e definir quais vidas e territórios são tornados governáveis, visíveis e passíveis de investimento.

6 CONCLUSÕES

A análise das políticas públicas ambientais e de gestão dos recursos naturais na Amazônia, conforme discutido por Coelho, Simonian e Fenzl (2000), pode ser compreendida fundamentalmente à luz do conceito foucauldiano de governamentalidade. Para Foucault (2022), governar não se restringe ao exercício da soberania ou à simples aplicação da lei, mas consiste em conduzir condutas, organizar campos de possibilidade e estruturar comportamentos por meio de dispositivos técnicos, saberes especializados e racionalidades políticas.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa indicam que as políticas ambientais analisadas não apenas regulam o uso da natureza, mas também operam na produção de territórios governáveis, populações administráveis e sujeitos ajustados a determinados regimes de verdade. As áreas protegidas e unidades de conservação constituem, assim, espaços privilegiados da biopolítica.

Nesses territórios, o Estado atua por meio de planos de manejo, normativas ambientais, indicadores de sustentabilidade e classificações técnicas que definem usos legítimos, práticas aceitáveis e condutas desejáveis. Trata-se de uma forma de poder que opera menos pela proibição direta e mais pela normalização, orientando os modos de vida das populações locais segundo critérios técnicos e administrativos que se apresentam como neutros, mas que carregam escolhas políticas e econômicas específicas. Essas racionalidades não se expressam de forma abstrata, mas se materializam em arranjos institucionais concretos, como os sistemas nacionais de áreas protegidas.

As populações indígenas, ribeirinhas e comunidades tradicionais passam a ser interpeladas como responsáveis pela conservação ambiental, assumindo papéis de “parceiras da preservação”, “guardiãs da floresta” ou “agentes do desenvolvimento sustentável”. Embora esses enunciados aparentem reconhecimento e inclusão, eles funcionam como dispositivos de responsabilização, deslocando para os sujeitos locais o ônus da preservação ambiental, muitas vezes sem a correspondente garantia de políticas sociais estruturantes, acesso a serviços públicos ou alternativas econômicas consistentes.

Os resultados da pesquisa dialogam com Dardot e Laval (2016), ao evidenciar que a racionalidade neoliberal opera como forma de governo das condutas, produzindo sujeitos que internalizam a lógica da eficiência, da autogestão e da responsabilização individual. No contexto dos latino-americanos, essa racionalidade se expressa quando a sustentabilidade é operacionalizada como exigência de desempenho ambiental, adaptabilidade e empreendedorismo comunitário. A natureza passa a ser concebida como capital natural, ativo

territorial ou recurso estratégico, enquanto os sujeitos são convocados a gerir simultaneamente o território e a si próprios, sob parâmetros definidos por instâncias externas.

As subjetividades produzidas por esse arranjo são marcadas por ambiguidades. De um lado, observa-se a incorporação estratégica dos discursos da sustentabilidade e da conservação, frequentemente mobilizados como condição de acesso a projetos, financiamentos e reconhecimento institucional. De outro, emergem tensões, resistências e reinterpretações cotidianas das normas impostas, revelando que o poder, conforme assinala Foucault, é relacional e atravessado por conflitos.

Assim, as políticas públicas ambientais não eliminam os conflitos socioambientais, mas os reorganizam sob novas formas, frequentemente mais sutis. Governar a floresta implica governar as populações que nela vivem, moldando práticas, discursos e identidades a partir de uma racionalidade que combina biopolítica, neoliberalismo e gestão territorial, configurando novos modos de viver, trabalhar e existir nos territórios dos trópicos úmidos.

A análise comparativa entre o Parque Nacional de Tortuguero, na Costa Rica-Limón, e o Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil-Amapá, permitiu compreender como as áreas protegidas constituem espaços nos quais se articulam dispositivos de poder, tecnologias de governo e modos de subjetivação.

O objetivo geral da pesquisa – analisar como a governamentalidade produz racionalidades e subjetividades distintas na gestão ambiental dos dois países – me parece ter sido plenamente atendido, uma vez que os achados demonstram que a conservação, longe de se limitar a uma dimensão ecológica, opera também como mecanismo de controle de condutas, ordenamento territorial e produção de sujeitos governáveis. Os objetivos específicos igualmente foram contemplados, evidenciando diferenças estruturais, institucionais e sociais entre os parques, bem como desafios comuns relacionados à proteção dos quelônios, às tensões socioeconômicas e às formas de controle do uso do território.

As subjetividades identificadas no Capítulo 2.3 – empreendedorismo de si, utilitarismo ambiental, poder-saber científico e produção de estatísticas – manifestam-se nos dois contextos, ainda que assumam formas singulares no cotidiano de Tortuguero e do Cabo Orange. Em Tortuguero, a subjetividade empreendedora é visível no modo como guias locais, barqueiros, hoteleiros e até antigos exploradores florestais performam o turismo como projeto de vida. Os moradores passam a se perceber como “microempresas de si mesmos”, responsáveis por captar turistas, manter boas avaliações, oferecer experiências seguras de observação de tartarugas e se diferenciar em um mercado global altamente competitivo.

Essa subjetividade não emerge de forma espontânea, mas é produzida por uma lógica estatal e institucional que estrutura o parque por meio de bilhetagem digital, fiscalização integrada, regras específicas para observação noturna da desova, capacitações promovidas por ONG, mediação por guias certificados e monitoramento constante. O sujeito se governa porque reconhece que faz parte de uma engrenagem que depende de sua postura profissional, de sua imagem pública e de sua capacidade de atender expectativas externas.

No Cabo Orange, o empreendedorismo de si assume uma configuração inversa. Não se manifesta como impulso de mercado, mas como adaptação forçada a um vácuo administrativo. A ausência de infraestrutura, a precariedade de acesso, a descontinuidade institucional e o abandono de equipamentos produzem uma subjetividade marcada pela autogestão da precariedade. Nesse contexto, “empreender-se” não é estímulo econômico, mas estratégia de sobrevivência diante da omissão do Estado. Os moradores precisam improvisar deslocamentos, manter práticas tradicionais sob vigilância ambiental e lidar com conflitos territoriais sem mediação institucional. Trata-se de uma subjetividade forjada pelo governo da ausência.

O utilitarismo ambiental também se expressa de maneiras distintas. Em Tortuguero, a conservação é convertida em valor econômico mensurável: as tartarugas tornam-se a “riqueza natural” que sustenta o turismo internacional, com valor implícito de mercado e capacidade de atrair fluxos globais. Esse utilitarismo organiza a vida comunitária, definindo horários, regras de visitação, cursos de capacitação e rotina voltada à manutenção da produtividade ambiental das praias.

Já no Cabo Orange, o utilitarismo manifesta-se de forma oposta: não como capital turístico, mas como recurso de subsistência e objeto de disputas econômicas periféricas, como a extração de açaí por agentes externos, a pesca tradicional e práticas associadas à ausência de alternativas sustentáveis. Trata-se de um utilitarismo da necessidade, e não da rentabilidade.

O poder-saber científico é particularmente evidente em Tortuguero. Organizações não governamentais internacionais produzem dados, monitoram ninhos, acompanham migrações e realizam medições biométricas, transformando essas informações em relatórios, protocolos e decisões de manejo. Esse aparato científico, longe de ser neutro, legitima ações, define prioridades e estabelece condutas aceitáveis. Quando a STC determina rotas, horários e restrições, exerce poder por meio do saber.

No Cabo Orange, esse poder-saber é frágil, intermitente e fragmentado. A ausência de monitoramento sistemático de quelônios, a baixa produção de dados e o desconhecimento estatístico impedem a consolidação de um regime de verdade sobre o parque. Aqui, a

governamentalidade também se exerce pela falta: quando não há dados, o Estado se exime da responsabilidade de agir.

A produção de estatísticas, central à governamentalidade, evidencia essa diferença. Em Tortuguero, os números orientam políticas públicas, justificam investimentos e sustentam discursos de conservação. No Cabo Orange, a ausência de estatísticas inviabiliza planejamento, monitoramento e responsabilização. A não produção de dados funciona, portanto, como dispositivo de governo de deficiência de transparência.

Ao responder aos objetivos específicos, a pesquisa evidenciou que os desafios enfrentados pelos parques refletem diretamente essas subjetividades. Tortuguero lida com tensões relacionadas ao crescimento urbano, migração, tráfico de drogas, consumo clandestino de carne e ovos de tartaruga e dependência extrema do turismo. O Cabo Orange enfrenta conflitos fundiários, exploração de recursos, abandono estrutural e descontinuidade de políticas públicas.

Quanto aos quelônios, interesse pessoal, o estudo demonstrou que a conservação depende menos da existência legal das áreas protegidas e mais da forma como vida comunitária, produção de saberes e presença institucional organizam essa proteção. Em Tortuguero, apesar da infraestrutura consolidada, persistem declínios populacionais e redes clandestinas. No Cabo Orange, a proteção é frágil e dependente de esforços locais. No Brasil, há experiências turísticas semelhantes ao de Tortuguero, como o Projeto Tamar, na praia do Forte (Bahia), o que pode auxiliar em políticas públicas futuras. Além disso, a análise dos quelônios evidenciou uma convergência entre distintas escalas de observação, permitindo articular movimentos dedutivos e indutivos na compreensão do fenômeno.

Em Tortuguero, a redução populacional, amplamente registrada por dados estatísticos, encontra correspondência nas percepções locais, que apontam para a diminuição das espécies ao longo do tempo. Por outro lado, no Cabo Orange, embora haja ausência de monitoramento sistemático e dados consolidados, os moradores também indicam empiricamente alterações na presença dos quelônios. Essa convergência entre dado científico e percepção empírica – ainda que assimétrica – reforça a consistência analítica da pesquisa e evidencia como diferentes regimes de conhecimento produzem leituras complementares sobre a dinâmica ambiental nas áreas protegidas.

Como contribuição teórica, esta tese avança ao demonstrar que a governamentalidade em áreas protegidas não opera de forma homogênea, mas assume configurações diferenciadas conforme os arranjos institucionais, as racionalidades políticas e as condições territoriais. Ao

articular a abordagem foucauldiana com perspectivas decoloniais e evidências empíricas comparativas, o estudo amplia a compreensão das áreas protegidas como espaços de produção de subjetividades e não apenas de conservação ambiental.

Dessa forma, a pesquisa conclui que a proteção ambiental é, antes de tudo, um campo de produção de subjetividades e racionalidades políticas. Tortuguero e Cabo Orange compartilham objetivos formais semelhantes, mas operam sob racionalidades distintas. Em Tortuguero, governa-se pela presença, pelo mercado, pelo dado e pela expertise. No Cabo Orange, governa-se pela ausência, pela fragmentação e pela precariedade. Ambas são formas de governar – e ambas moldam profundamente a vida das populações e o destino das áreas protegidas.

Assim, o estudo reafirma que conservar é também governar; e que governar, como indica Foucault, é produzir modos de ser, agir e existir. A gestão ambiental deve ser compreendida como prática política que organiza subjetividades, distribui oportunidades e define quais vidas e territórios têm condições reais de prosperar no modelo de áreas protegidas. A floresta não é vazia, ela é habitada por histórias, conflitos e formas de vida.

REFERÊNCIAS

- ABARCA, A.; RAMÍREZ-VARAS, S. A farewell to arms: the peace dividend of Costa Rica's army abolition. *The Journal of Development Studies*, Londres (Reino Unido), v. 61, n. 5, p. 819-843, 2025. Disponível em: [A Farewell to Arms: The Peace Dividend of Costa Rica's Army Abolition](#). Acesso em: 19 set. 2025.
- ACOSTA, S. S. A transição para o capitalismo na Costa Rica: uma colônia hispânica seduzida pelo grão de ouro. *Revista Formação*, São Paulo (SP), v. 1, n. 20, p. 78–93, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2314/2320>. Acesso em: 19 set. 2024.
- AGÊNCIA AMAPÁ. Amapá abriga maior percentual de áreas protegidas do país. *Agência Amapá*, 2023. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/19009/amapa-abriga-maior-percentual-de-areas-protegidas-do-pais>. Acesso em: 12 out. 2025.
- AGUIAR, P. R. Origem e evolução das unidades de conservação brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: AGB, 2018. Disponível em: https://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1534296895_ARQUIVO_ENG2018-ORIGEMEVLUCAODASUNIDADESDECONSERVACAOPRASILAS.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.
- AGUIRRE, D. A.; GÓMEZ, M. U. La marca país Esencial Costa Rica: más allá del bienestar ambiental. *Revista Perspectivas: Estudios Sociales y Educación Cívica*, Heredia (Costa Rica), n. 17, p. 1–21, 2018. Disponível em: <https://repositorio.una.ac.cr/bitstreams/c2a0acbf-5b6b-4afb-aaad-d760f15ec97c/download>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- ALLEGRETTI, M. H. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável: Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/teses/a-construcao-social-de-politicas-ambientais>. Acesso em: 14 out. 2024.
- ALMEIDA, A. W. B. de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008. 192 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/11317/1/terrastradicionalmenteocupadas.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- ALMEIDA, E. R. de. *Unidades de conservação e povos tradicionais: o Parque Nacional do Cabo Orange e os conflitos socioambientais oriundos da desterritorialização e reterritorialização da vila Taperebá, Oiapoque (AP)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

ALMEIDA, E. R. BRITO, D. M. C. A territorialidade de vila Taperebá e o Parque Nacional do Cabo Orange em Oiapoque/AP. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. Uberlândia (MG), v. 20, n. 58, p. 168-190, jan./abr.2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/77481/41358>. Acesso em: 28 nov. 2025.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Amapá abriga maior percentual de áreas protegidas do país. *Portal SEMA/AP*, Macapá, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://sema.portal.ap.gov.br/noticia/1311/amapa-abriga-maior-percentual-de-areas-protegidas-do-pais>. Acesso em: 29 out. 2024.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN-AP). *Produto interno bruto do Amapá – 2023*. Macapá: SEPLAN-AP, 2023. Disponível em: <https://seplan.ap.gov.br/conteudo/pib-2023-apresentacao.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Mapa de unidades de conservação do Estado do Amapá*. Macapá: SEMA/AP, 2022. [Mapa]. Elaborado a partir de dados do IBGE (2021) e MMA (2022).

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Parque Nacional do Cabo Orange*. Macapá: SEMA/AP, 2012. [Mapa]. Execução: Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia Ambiental. Fonte dos dados: INCRA, SIPAM, SEICOM e SEMA.

AMARAL FILHO, O.; CASTRO, F. F. de; COSTA, A. C. da S. Marca Amazônia: representações publicitárias e sustentabilidade na comunicação empresarial. *Comunicação Midiática*, Bauru (SP), v. 10, n. 3, p. 105–118, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/a56a3967-f3cb-46c2-b442-ef72e06774a1/content>. Acesso em: 13 dez. 2025.

AMARAL FILHO, O. *Marca Amazônia: o marketing da floresta*. Curitiba: CRV, 2016. 256 p.

AMOS, K. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. *Educação e Pesquisa*, São Paulo (SP), v. 36, n. 2, p. 533–548, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília (DF), v. 34, n. 1, p. 211–239, 2019. Disponível em: [O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais | Sociedade e Estado](https://www.scielo.br/j/se/a/070719/dp070719/andrade_dpa/070719.pdf?sequence=1). Acesso em: 07 out. 2024.

ANTUNES, P. de B. Áreas de preservação permanente urbanas e o novo Código Florestal. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília (DF), v. 52, n. 206, p. 75–92, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/512451/001041591.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 out. 2024.

ARAÚJO, M. N. F. de; SIMONIAN, L. T. L. Governança ambiental e turismo: a participação de atores no Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, San Cristóbal de La Laguna (Espanha), v. 14, n. 2, p. 319–334, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/881/88145251002/html/>. Acesso em: 14 out. 2024.

ARCURI, M. M. Tribos, cacicados ou estados? A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo (SP), v. 17, p. 305–320, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89838>. Acesso em: 07 ago. 2025.

ARIAS GUZMÁN, M. J. *Mapa de área silvestre protegida do Parque Nacional Tortuguero (PNT)*. Costa Rica: Sistema Nacional de Áreas de Conservación (SINAC), 2020. [Mapa]. Dados: SINAC-SIG ACTo; SINT – Áreas Silvestres Protegidas. Disponível em: <https://acto.go.cr/parque-nacional-tortuguero/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Disponível em: <https://etica.uazuay.edu.ec/sites/etica.uazuay.edu.ec/files/public/%C3%89tica-a-Nic%C3%B4maco.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2025.

AUWERA J. V. D.; KRASNOUKHOVA, O. Standard negation in Chibchan. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, Campinas (SP), v. 20, p. 1–27, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8659027>. Acesso em: 07 set. 2025.

BANCO MUNDIAL. *Relatório econômico sobre a Costa Rica*. 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. *World development report*. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2022>. Acesso em: 30 out. 2024.

BASTOS, V. A.; SANTOS, N. B. dos. A posição da América Latina no comércio internacional: uma crítica marxista às vantagens comparativas. *Pesquisa & Debate*, São Paulo (SP), v. 29, n. 1, p. 1–20, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/37147/25970>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BECKER, G. S. *The economic approach to human behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1976. Disponível em: <https://casdev.unc.edu/ppeprogram/wp-content/uploads/sites/26/2020/02/Becker-The-Economic-Approach-to-Human-Behavior-1976.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2024.

BENJAMIN, A. H. de V. O regime brasileiro de unidades de conservação. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo (SP), v. 6, n. 21, p. 27–58, jan./mar. 2001. Disponível em: regime_brasileiro_unidades_benjamin.pdf (stj.jus.br). Acesso em: 20 out. 2024.

BENTO, C. M. *A intrusão francesa no Amapá em 1895: o massacre da Vila Amapá*. [S.l.]: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/DISPUTA%20PELO%20AMAPA%20ENTRE%20FRAN%C3%87A%20E%20BRASIL%20E%20MASSACRE%20DA%20VILA%20AMAP%C3%81.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

BERTOLINI, J. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. *Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, Natal (RN), v. 18, n. 3, 2018. Disponível em: [O CONCEITO DE BIOPODER EM FOUCAULT: APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS](https://www.ufrn.br/saberes/revista/interdisciplinar-de-filosofia-e-educacao/2018/3/03-bertolini-o-conceito-de-biopoder-em-foucault-apontamentos-bibliograficos) | Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação (ufrn.br). Acesso em: 03 out. 2024.

BERTONHA, J. F. *Imperialismo*. São Paulo: Contexto, 2023. 160 p.

BEZERRA, E. Vice-reinos: a história dos quatro vice-reinos espanhóis. *Incrível História*, 30 ago. 2021. Disponível em: [Vice-Reinos, a história dos 4 vice-reinos espanhóis](https://www.incrivelhistoria.com.br/vice-reinos-a-historia-dos-4-vice-reinos-espanhois) | *Incrível História* (incrivelhistoria.com.br) Acesso em: 24 set. 2024.

BIANCO, R. G. Escola de Chicago: entenda as ideias dessa corrente econômica. *Politize!*, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-de-chicago/>. Acesso em: 29 set. 2024.

BIRKELAND, J. *Positive development: from vicious circles to virtuous cycles through built environment design*. London: Earthscan, 2008.

BOFF, L. História da sustentabilidade. *Revista Ecologia e Ambiente*, Porto Alegre (RS), n. 22, vol. VI, n. 22, dez/07-fev/08, 2008. Disponível em: <https://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=530>. Acesso em: 01 dez. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). *Plano de manejo integrado do fogo do Parque Nacional do Cabo Orange*. Oiapoque: ICMBio, dez. 2022. 74 p. [Mapa]. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planos-de-manejo-integrado-do-fogo/Plano_de_Manejo_Integrado_do_Fogo_CaboOrange.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de licitações e contratos administrativos. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12651.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal; institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRITO, D. M. C. et al. A contribuição das áreas protegidas brasileiras para a conservação na fronteira amazônica oriental. *Práticas e Análises em Ciências Sociais (PRACS)*, Macapá (AP), v. 16, n. 3, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/73>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRITO, D. M. C.; PALHARES, J. M.; FARIAS, R. T. S. de. Uma trajetória histórica da territorialidade amapaense. *Ciência Geográfica*, Bauru (SP), v. 24, n. 3, p. 1539–1553, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-32.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

BULGARELLI, O. A. *Costa Rica y sus hechos políticos de 1948: problemática de una década*. San José: EUNED, 2023. 460 p.

CÁMARA DE COMERCIO DE CALI. *Informe sobre el turismo de salud en Costa Rica*. Informe n. 1. Cali: Cámara de Comercio de Cali, 1 jul. 2025. Disponível em: https://www.ccc.org.co/wp-content/uploads/2025/07/20250701_TSCostaRicaPlantilla-1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, São Leopoldo (RS), v. 11, n. 1, p. 1–12, 2010. Disponível em: [Vista do A governamentalidade política no pensamento de Foucault \(unisinos.br\)](https://www.unisinos.br/revistas/filosofia/article/view/1000). Acesso em: 26 set. 2024.

CANTO, F. P.; SILVA, I. B. P. da. Literatura e memória: a Fortaleza de São José de Macapá no contexto da ditadura militar em Macapá (1964–1973). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza (CE), v. 49, n. 2, p. 299–341, jul./out. 2018. Disponível em: [Literatura e Memória: a Fortaleza de São José de Macapá no contexto da Ditadura Militar em Macapá \(1964-1973\)](https://www.ufrn.br/revistas/revista-de-ciencias-sociais/article/view/1000). Acesso em: 30 out. 2024.

CARBONELL, J. F. S. *Breve curso de historia de Costa Rica*. San José: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2023. 144 p.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto – Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679–684, 2006. Disponível em: [SciELO - Brasil - Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo](#). Acesso em: 30 out. 2024.

CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L.; RIVEIRO, S. L. de M.; ALMEIDA, O. T. de. Pensamento crítico, fronteiras e polissemia: a propósito do desenvolvimento. In: ALMEIDA, O. T. de; CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. (org.). *Ambiente e sociedade: desafios políticos do desenvolvimento*. Belém: NAEA, 2018. p. 11–35.

CBN. “Stonehenge da Amazônia” ganha projeto de preservação. Por Lorena Lima. 2024. Disponível em: <https://cbn.globo.com/brasil/noticia/2024/06/29/stonehenge-da-amazonia-ganha-projeto-de-preservacao.ghhtml>. Acesso em: 07 mar. 2026.

CEPAL. *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago: CEPAL, 1990. Disponível em: [CCD 26 CEPAL.pdf](#). Acesso em: 25 nov. 2025.

CERDAS, S. N. El (auto)tropicalismo en Costa Rica: un análisis de la marca país. *Revista CIEP*, San José, 2021. Disponível em: [El \(auto\) tropicalismo en Costa Rica: Un análisis de la marca-país del Instituto Costarricense de Turismo dentro de la geopolítica del turismo – DOAJ](#). Acesso em: 30 ago. 2025.

CHACÓN-CHAVERRI, D.; ECKERT, K. L. Leatherback sea turtle nesting at Gandoca Beach in Caribbean Costa Rica: management recommendations from 15 years of conservation (1990–2004). *Chelonian Conservation and Biology*, Lunenburg (EUA), v. 6, n. 1, p. 101–110, 2007. Disponível em: [Leatherback Sea Turtle Nesting at Gandoca Beach in Caribbean Costa Rica: Management Recommendations from Fifteen Years of Conservation](#). Acesso em: 30 out. 2024.

CHANG, H.-J. *Bad Samaritans: the myth of free trade and the secret history of capitalism*. London: Bloomsbury Press, 2007. Disponível em: <https://archive.org/details/badsamaritans00chan>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CHANG, H.-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 267 p.

CHANG, H.-J. *Economia: modo de usar: um guia básico dos principais conceitos econômicos*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015. 493 p.

CHAVES, E. *Subjetividade, ética e desejo: Foucault e Lacan em perspectiva*. São Paulo: Filosofia Cultura Política, 2024. Curso online. Disponível em: <https://loja.filosofiaculturapolitica.com/products/curso-subjetividade-etica-e-desejo-foucault-e-lacan-em-perspectiva>. Acesso em: 27 nov. 2025.

CHAVES, E.; LIMA FILHO, E. N. Biopolítica, neoliberalismo e a guerra às drogas. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba (PR), v. 34, n. 61, p. 116–136, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/28944/25512>. Acesso em: 30 out. 2025.

CINDE. *Manufacturing sector*. 2025. Disponível em: <https://www.cinde.org/en/sectors/smart-manufacturing/manufacturing>. Acesso em: 1 set. 2025.

CINDE. *Tech companies in Costa Rica*. 2025. Disponível em: <https://www.cinde.org/en/sectors/knowledge-intensive-services/digital-technologies>. Acesso em: 1 set. 2025.

COELHO, B. H. da S. Evolução histórica e tendências das áreas naturais protegidas: de sítios sagrados aos mosaicos de unidades de conservação. *Diversidade e Gestão*, Três Rios (RJ), p. 106-121, 2018. Disponível em: [Microsoft Word - Breno Herrera.docx \(ufrj.br\)](#). Acesso em: 19 out. 2024.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *CPC 04 (R1): ativo intangível*. Brasília: CFC, 2010. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE COSTA RICA. *Constitución política de la República de Costa Rica*. San José, 7 nov. 1949. Disponível em: <https://www.pgrweb.go.cr/scij/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

COSTA, A. P. *Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde Para Sempre e Arióca Pruanã – Pará*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

COSTA RICA. Ley n.º 4366, de 19 de agosto de 1969. Ley sobre división territorial-administrativa de la República de Costa Rica. *La Gaceta: Diario Oficial*, 19 ago. 1969. Disponível em: <https://www.pgrweb.go.cr/scij/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

COSTA RICA. Ley n.º 7317, de 30 de outubro de 1992. Ley de conservación de la vida silvestre. Disponível em: https://sherloc.unodc.org/cld/uploads/res/document/cr/1992/ley_no_7317_ley_de_conservacion_de_la_vida_silvestre_html/Costa_Rica_Ley_de_Conservacion_de_la_Vida_Silvestre_N_7317.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

COSTA RICA. Ley n.º 7575, de 13 de fevereiro de 1996. Ley forestal. Disponível em: http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=41661&nValor3=94526. Acesso em: 28 out. 2024.

COSTA RICA. Ley n.º 7788, de 30 de abril de 1998. Ley de biodiversidad. Disponível em: <https://cidicer.so.ucr.ac.cr/sites/default/files/content/Ley%20de%20Biodiversidad.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

COSTA RICA. Ministerio de Ambiente y Energía. *Áreas silvestres protegidas priorizadas por el IICD (2021–2025)*. San José: MINAE; Sistema Nacional de Áreas de Conservación, 2023. [Mapa].

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2019/11/Christian-Laval- -Pierre-Dardot-A-Nova-Razao-do-Mundo -Ensaio-Sobre-a-Sociedade-Neoliberal-Colecao-Estado-de-Sitio-Boitempo-2016.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). DNIT assina contrato para realocação das aldeias indígenas do Amapá. *Portal DNIT*, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-assina-contrato-para-realocacao-das-aldeias-indigenas-do-amapa>. Acesso em: 13 out. 2025.

DIEGUES, A. C. S. O surgimento do movimento para criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos e suas bases ideológicas. In: DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em: https://www.usp.br/nupaub/mito_moderno_natureza_intocada.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

DREAMSTIME. *Mapa físico da Costa Rica*. 2025. Ilustração vetorial. [Mapa]. Disponível em: <https://www.dreamstime.com/stock-illustration-costa-rica-physical-map-image99838681>. Acesso em: 10 dez. 2025.

DRUMMOND, J. A. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, supl., p. 753–792, 2000. Disponível em: [SciELO Brasil - Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio \(Amapá\)](https://doi.org/10.1590/S0103-8303000100010001). Acesso em: 12 out. 2025.

DURAND, G. *Estruturas antropológicas do imaginário*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 552 p.

ELIAS, L. M. S. de L.; OLIVEIRA, N. F. de. Análise da sustentabilidade organizacional das empresas do setor mineral do estado do Pará. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, Belém (PA), v. 2, n. 1, p. 45–57, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v2n1p45-57>. Acesso em: 01 dez. 2025.

EL PAÍS. Al turismo sostenible en Costa Rica, modelo de la región, lo amenaza la masificación. *El País*, Madrid, 12 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/america->

<futura/2025-01-12/al-turismo-sostenible-en-costa-rica-modelo-de-la-region-lo-amenaza-la-masificacion.html>. Acesso em: 7 set. 2025.

EMBAJADA DE COSTA RICA. *Información oficial sobre la República de Costa Rica*. [S.l.], s.d. Disponível em: <https://www.embajadacostarica.org/informacion>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007. 424 p. Disponível em: <ESCOBAR-La-invencion-del-Tercer-Mundo.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <Colección Becas de Investigación>. Acesso em: 14 out. 2024.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995. Disponível em: https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Encountering_Development-The-Making-and-the-Unmaking-of-the-Third-World-by-Arturo-Escobar.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

FEDER, E. K. Poder/saber. In: TAYLOR, D. (org.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 76-93.

FERGUSON, J. The anti-politics machine: “development,” depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. *The Ecologist*, Londres (Reino Unido), v. 24, n. 5, p. 176-181, 1994. Disponível em: <https://vaughanfall14.commons.gc.cuny.edu/files/2014/08/Ferguson-The-Anti-Politics-Machine.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

FIGGENER, C. *Project for the conservation of sea turtles: Playa Gandoca hawksbill turtle and green turtle season report 2009*. Costa Rica: Refugio Nacional de Vida Silvestre Gandoca-Manzanillo, 2009. Disponível em: https://www.latinamericaseaturtles.com/archivos/documentos/Hawksbill_Gandoca_2009.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

FIGUEROA, L. M. R. Provincias centroamericanas proclaman su independencia política del Imperio colonial español: acta de la independencia de 15 de setiembre de 1821. *Reseña histórica*, San José: Asamblea Legislativa de Costa Rica, 2021. Disponível em: https://www.asamblea.go.cr/independencia_1821_2021.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

FOCUS ECONOMICS. *Costa Rica economy: GDP, inflation, CPI & interest rates*. 2022. Disponível em: <https://www.focus-economics.com/countries/costa-rica/>. Acesso em: 1 set. 2025.

FONSECA, J. C. S. La población indígena de Costa Rica en el siglo XVI al momento del contacto con los europeos. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, San José (Costa Rica), v.

43, p. 313–345, 2017. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/152/15253710011/html/>. Acesso em: 3 set. 2024.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 264 p.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978–1979)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022. 480 p.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977–1978)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Chicago: University of Chicago Press, 2002. 216 p. Disponível em: <https://archive.org/details/capitalismandfreedom>. Acesso em: 30 out. 2024.

FROZÉ, V. D.; GIANOTTI, H. P. P.; GIANOTTI, P. S. P. Considerações sobre o turismo de saúde na América Latina: serviços de primeiro mundo com preços de países emergentes? *Hospitalidade*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 32–42, 2010. Disponível em: [Considerações sobre o Turismo de Saúde na América Latina – serviços de primeiro mundo com preços de países emergentes? | Revista Hospitalidade](#). Acesso em: 25 nov. 2025.

FULLERTON, J. *Regenerative capitalism: how universal principles and patterns will shape the new economy*. Capital Institute, 2015. Disponível em: <https://capitalinstitute.org/wp-content/uploads/2015/04/2015-Regenerative-Capitalism.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Funai promove oficinas preparatórias para atualização dos PGTAs na Terra Indígena Uaçá, no Amapá. *Portal Gov.br*, 8 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/funai-promove-oficinas-preparatorias-para-atualizacao-dos-pgtas-na-terra-indigena-uaca-no-amapa>. Acesso em: 13 out. 2025.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. de O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Subjetividades*, Fortaleza (CE), v. 16, n. 3, 2016. Disponível em: [O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault \(bvsalud.org\)](#). Acesso em: 3 out. 2024.

GALA, P. *Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. 199 p.

GARCÍA HERRERA, J. *Estudio retrospectivo de los cambios de la distribución espacial de la división territorial administrativa de Costa Rica, 1950–2023*. 2023. Trabalho final (Curso Práctica Profesional Supervisada) – Escuela de Ciencias Geográficas, Universidad Nacional,

Costa Rica, 2023. Disponível em: <https://repositorio.una.ac.cr/content>. Acesso em: 31 jul. 2025.

GIACOMOZZI, A. I.; CAMARGO, B. V. Eu confio no meu marido: estudo da representação social de mulheres com parceiro fixo sobre prevenção da AIDS. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo (SP), v. 6, n. 1, p. 31–44, 2004. Disponível em: [Eu confio no meu marido: estudo da representação social de mulheres com parceiro fixo sobre prevenção da AIDS](#). Acesso em: 06 jan. 2026.

GILL, I. S.; KHARAS, H. *The middle-income trap turns ten*. Policy Research Working Paper n. 7403. Washington, DC: World Bank, 2015. Disponível em: [World Bank Document](#). Acesso em: 31 jul. 2025.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 316 p.

GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Disponível em: <https://archive.org/details/dialeticaecultura>. Acesso em: 6 jul. 2024.

GOMES, E. L. dos S. Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: [Microsoft Word - Eduardo Lima](#). Acesso em: 27 out. 2024

GOMES, I. A. *A história Palikur a partir da memória dos mais velhos*. 2012. Disponível em: https://www2.unifap.br/indigena/files/2021/04/2012_Ivanildo_A_Hist%C3%B3ria_Palikur_a_partir_da_Mem%C3%B3ria_dos_mais_velhos.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

GONTIJO, F. Discursividades nacionais, processos de musealização e diversidade sexual e de gênero: a “excepcionalidade” na/da Costa Rica. *ACENO: revista de antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá (MT), v. 9, n. 19, p. 49–80, 2022. Disponível em: [Discursividades Nacionais, Processos de Musealização e Diversidade Sexual e de Gênero: a "excepcionalidade" na/da Costa Rica | Semantic Scholar](#) Acesso em: 06 jan. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. PIB do Amapá cresce 2,3% em 2019, acima da média nacional. *Portal do Governo do Amapá*, Macapá, 2021. Disponível em: <https://www.agenciaamapa.com.br/noticia/14923/pib-do-amapa-cresce-23-em-2019-acima-da-media-nacional>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JUNIOR, R. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007. 659 p.

GUERREIRO, N. R. Sonhei que eles voltavam pra tirar a gente daqui: grilagem e territórios tradicionalmente ocupados na Terra do Meio, Pará. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32., 2020. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [Microsoft Word - 20201025_trabalho_completo_RBA_2020](#). Acesso em: 25 nov. 2025.

GUIA GEOGRÁFICO. *Mapa político da Costa Rica*. 2025. [Mapa]. Disponível em: <https://www.guiageografico.com/mapa-costa-rica.htm>. Acesso em: 12 maio 2025.

HELLIWELL, J. F.; LAYARD, R.; SACHS, J. D.; DE NEVE, J. E.; AKNIN, L. B.; WANG, S. *World Happiness Report 2023*. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2023. Disponível em: <https://files.worldhappiness.report/WHR23.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

HERRERA, M. M. Más allá de peregrinos y de oro: desarrollo social precolombino Costa Rica, Panamá y el norte de Colombia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo (SP), v. 31, p. 56-79, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revmae/article/view/151522/159744>. Acesso em: 26 nov. 2025.

HIDALGO, C.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Washington (EUA), v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.0900943106>. Acesso em: 25 nov. 2025.

HIRSCH, O. N. Das “amas” às “mães de leite”: reflexões decoloniais sobre a prática da “amamentação cruzada”. *Mana*, Rio de Janeiro (RJ), v. 30, n. 2, p. 1–33, 2024. Disponível: [SciELO Brasil - Das “amas” às “mães de leite”: reflexões decoloniais sobre a prática da “amamentação cruzada”](#) [Das “amas” às “mães de leite”: reflexões decoloniais sobre a prática da “amamentação cruzada”](#) Acesso em: 06 jan. 2026.

HOBBSBAWM, E. *A era das revoluções: 1789-1848*. Tradução de Maria L. Teixeira. São Paulo: Paz & Terra, 2012. 532 p.

HOFF, N.; BLANCO, R. Abrindo a caixa de ferramentas foucaultiana: delineando a governamentalidade global enquanto instrumento analítico das Relações Internacionais. *Revista Estudos Internacionais*, Belo Horizonte (MG), v. 9, n. 2, p. 34-56, jul. 2021. Disponível em: [Vista do Abrindo a caixa de ferramentas foucaultiana: delineando a governamentalidade global enquanto instrumento analítico das Relações Internacionais \(pucminas.br\)](#). Acesso em: 28 set. 2024.

HOLZ, L. “À sua imagem e semelhança”: Arturo Escobar e a crítica ao desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, Campo Grande (MS), n. 26, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/compcs/article/view/14472>. Acesso em: 26 nov. 2025.

HOSTELTUR. ICT lanza su nueva estrategia país “Wellness Pura Vida”. 14 jun. 2017. Disponível em: https://www.hosteltur.com/comunidad/nota/019289_ict-lanza-su-nueva-estrategia-pais-wellness-pura-vida.html. Acesso em: 30 ago. 2025.

IGLESIAS, F. M. La Independencia de Costa Rica. *Revista Costa Rica*, Costa Rica, ano 3, n. 1, set. 1921, p. 3-48. Disponível em: [La Independencia de Costa Rica.pdf \(sinabi.go.cr\)](#) Acesso em: 12 out. 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Parque Nacional do Cabo Orange: conservação e turismo. 2023. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Parque Nacional de Itatiaia: quem somos. 2024. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/. Acesso em: 30 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de açaí (cultivo) no Amapá. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2025.

INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO (ICT). Marcas y logos – Esencial Costa Rica. San José, 2013. Disponível em: <https://www.ict.go.cr/es/servicios-institucionales/marcas-y-logos.html>. Acesso em: 30 ago. 2025.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Em 2023, a perda de áreas naturais no Brasil atinge a marca de 33% do território. 24 ago. 2024. Disponível em: <https://amazon.org.br/imprensa/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-de-33-do-territorio/>. Acesso em: 30 out. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê IPHAN 2: Wajãpi: expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá. Brasília, 2008. [Foto] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_PinturaCorporalArteGraficaWajapi_m.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). MPF/AP: quilombolas do Cunani não podem ter território reduzido pelo Parque Nacional do Cabo Orange. 21 jul. 2015. Disponível em: <https://parquesnobrasil.org.br/pt-br/noticia/48094>. Acesso em: 22 nov. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Cabo Orange inaugura base de apoio a parque nacional em Cunani (AP). 20 jul. 2007. Disponível em: <https://parquesnobrasil.org.br/pt-br/noticia/48094>. Acesso em: 22 out. 2024.

IWGIA. IW 2022 – Costa Rica. 2022. Disponível em: <https://iwgia.org/en/costa-rica/4666-iw-2022-costa-rica.html>. Acesso em: 1 dez. 2025.

JASTES, E. R. M. *Zimba: a espetacularidade gestual dos dançarinos de Carimbó na Amazônia*. 2012. 274 p. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal do Pará, Salvador; Belém, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27318/1/TESE%20%c3%89DER%20JASTES%20imprimir.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2025.

JIMÉNEZ, H. M. La administración González Flores y el golpe de Estado de 1917. Costa Rica, 1979. Disponível em: [Vista de La Administración González Flores y el Golpe de Estado de 1917 | Revista Estudios \(ucr.ac.cr\)](https://www.vista-de-la-administracion-gonzalez-flores-y-el-golpe-de-estado-de-1917-revista-estudios-ucr.ac.cr). Acesso em: 14 out. 2024.

JIMÉNEZ, P. V. *Historia contemporánea de Costa Rica, 1808-2010*. San José: EUNED, 2019.

LA NACIÓN. Pactos, descrédito, instabilidade. San José, 15 dez. 1995. Disponível em: <https://www.nacion.com/el-pais/politica/pactos-descredito-inestabilidad/I66GKRNx7RE75JDTHTCEGWQ3J7E/story/>. Acesso em: 6 set. 2025.

LEÃO, R. História do Amapá: a República do Cunani ou Counani. [S.l.]: Blog Alcilene Cavalcante, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/historia-do-amapa-a-republica-do-cunani-ou-counani>. Acesso em: 7 nov. 2021.

LEMKE, T. Foucault, governmentality, and critique. *Rethinking Marxism*, Abingdon (Reino Unido), v. 14, n. 3, p. 49-64, 2002. Disponível em: <http://www.thomaslemkeweb.de/publikationen/Foucault,%20Governmentality,%20and%20Critique%20IV-2.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

LEMOS, F. C. S. et al. Paradoxos do exercício de práticas de biopoder na Amazônia paraense. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói (RJ), v. 28, n. 3, p. 316-323, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/tLhYyDcQPg5CcWTScZxBqxh/?format=pdf>. Acesso em: 4 out. 2024.

LEÓN, L. A. C. El bicentenario de la Independencia de Costa Rica. *Revista del Archivo Nacional de Costa Rica*, 2021. Disponível em: [Vista de El Bicentenario de la Independencia de Costa Rica | Revista del Archivo Nacional \(dgan.go.cr\)](http://dgan.go.cr/Vista-de-El-Bicentenario-de-la-Independencia-de-Costa-Rica). Acesso em: 4 nov. 2025.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, B. A.; FERREIRA JÚNIOR, D.; SIQUEIRA, F. F. S. Análise histórica da (des)centralização da gestão ambiental no Brasil e no mundo (1930-2022): evolução, conflitos e perspectivas. *Terra Livre*, São Paulo (SP), v. 37, n. 59, 2022. Disponível em: [Análise histórica da \(des\)centralização da gestão ambiental no Brasil e no mundo \(1930-2022\): evolução, conflitos e perspectivas | Terra Livre](http://www.terralivre.org.br/An%C3%A1lise-hist%C3%B3rica-da-(des)centraliza%C3%A7%C3%A3o-da-gest%C3%A3o-ambiental-no-Brasil-e-no-mundo-(1930-2022)-evolu%C3%A7%C3%A3o-conflitos-e-perspectivas). Acesso em: 3 dez. 2025.

LIMA, C. A. T. de et al. Governança de uso dos recursos no manejo florestal comunitário: o caso emblemático da Reserva Extrativista Verde para Sempre na Amazônia. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Curitiba (PR), v. 21, n. 2, p. 1029-1048, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1982/1/Governan%C3%A7a%20de%20uso%20dos%20recursos%20no%20manejo%20florestal%20comunit%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

LOBATO, S. da S. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá (MT), v. 7, n. 1, p. 271-286, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/issue/view/14>. Acesso em: 30 out. 2024.

LÓPEZ-ALFARO, N.; GUTIÉRREZ-HERNÁNDEZ, A.; DREVINS-SANDI, A. Governança ambiental, água, saneamento e resíduos sólidos: o que a população da Costa Rica pensa sobre isso? *Uniciencia*, Heredia (Costa Rica), v. 38, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-34702024000100567. Acesso em: 14 dez. 2025.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia: colônia do Brasil*. Manaus: Valer, 2022. 352 p.

LOWENTHAL, D. Marsh's *Man and Nature* at 150. *The George Wright Forum*, Hancock, v. 32, n. 3, p. 227-237, 2015. Disponível em: <https://www.georgewright.org/323lowenthal.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

MACROTRENDS. Costa Rica renewable energy statistics 1965–2025. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/global-metrics/countries/cr/costa-rica/renewable-energy-statistics>. Acesso em: 5 set. 2025.

MAGALHÃES, M. P. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém (PA), v. 1, n. 3, p. 33-59, set./dez. 2006. Disponível em: https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/2_ARQUEOLOGIA_v2n3.pmd. Acesso em: 30 out. 2024.

MARIUTTI, E. B. Fundamentos do neoliberalismo como uma nova cosmovisão. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói (RJ), v. 54, p. 9-33, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/515>. Acesso em: 1 dez. 2025.

MARTÍNEZ, E. Panorama sucinto de la época colonial en Costa Rica. *La Nación*, Costa Rica, 3 out. 2021. Disponível em: <https://www.nacion.com/el-pais/politica/panorama-sucinto-de-la-epoca-colonial-en-costa-rica/ACRUVUSJNFH4LOW2FLBZF6JQZ4/story/>. Acesso em: 24 set. 2024.

MASS, J. R. Costa Rica. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe, 2006. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-costa-rica>. Acesso em: 2 set. 2024.

MAZZUCATO, M. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. o setor privado*. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. 320 p.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/352425/mod_resource/content/1/MCLUHAN%2C%20Marshall%20

[%20Os%20Meios%20de%20Comunicac%CC%A7a%CC%83o%20como%20Extenso%CC%83es%20do%20Homem.pdf](#). Acesso em: 30 out. 2024.

MEIRA, S. A. de B. *Fronteiras sangrentas: heróis do Amapá*. Brasília: Senado Federal, 2024. 251 p.

MELO, M. H. F. de; SILVA, F. B.; SANTOS FILHO, O. de O. Conhecimento indígena, sistema de manejo e mudanças ambientais na região de transição Amazônia-Cerrado. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba (PN), v. 59, p. 1-22, jan./jun. 2022. Disponível: [Conhecimento indígena, sistema de manejo e mudanças ambientais na região de transição Amazônia-Cerrado | Desenvolvimento e Meio Ambiente](#) Acesso: 06 jan. 2026.

MIMAE (MINISTERIO DE AMBIENTE Y ENERGÍA). Programa Nacional de Pagos por Servicios Ambientales. 2024. Disponível em: <https://www.minae.go.cr>. Acesso em: 27 out. 2024.

MIRANDA, M.; PORRAS, I. T.; MORENO, M. L. *The social impacts of payments for environmental services in Costa Rica: a quantitative field survey and analysis of the Virilla watershed*. London: International Institute for Environment and Development (IIED), 2003. Disponível em: <https://pubs.iied.org/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

MPF/AP: quilombolas do Cunani não podem ter território reduzido pelo Parque Nacional do Cabo Orange. *Instituto Socioambiental*, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/es/noticia/153072>. Acesso em: 28 nov. 2025.

MOLINA, I.; PALMER, S. *Historia de Costa Rica: breve, actualizada y con ilustraciones*. 3. ed. San José: Editorial UCR, 2022. 226 p.

MONTEIRO, M. de A. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*, Belém (PA), v. 6, n. 2, p. 113-168, dez. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/86348953-5db4-4f7f-93d2-b2a2ef0608b4/content>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MONTORIL, N. Os territórios federais criados em 1943. 15 set. 2018. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/articulistas/nilson-montoril/os-territorios-federais-criados-em-1943/>. Acesso em: 30 out. 2024.

MORAES, C. A.; SANTOS, F. A. de O. Breves notas sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Revista Jurídica Cesumar*, Maringá (PR), v. 2, n. 1, 2002. Disponível em: [Vista do Breves Notas sobre o sistema nacional de unidades de conservação](#). Acesso em: 26 nov. 2025.

MOURA, A. M. M. de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, A. M. M. de (org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 15-43. Disponível em: [160719 governanca ambiental.pdf](#). Acesso em: 29 nov. 2025.

MUSEO DEL ORO PRECOLOMBINO. Museo del Oro Precolombino (sala audiovisual sobre pueblos indígenas actuales). San José: Museos del Banco Central de Costa Rica, [s.d.]. Disponível em: <https://museosdelbancocentral.org/exhibiciones/museo-del-oro-precolombino/>. Acesso em: 8 set. 2025.

NASCIMENTO, C. V. dos S. Concepções sobre meio ambiente e desenvolvimento e o seu uso nas políticas ambientais implementadas no Amapá (1995–2010). 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014. Disponível em: [DISSERTACAO-CRISTIANE-VALERIA-DOS-SANTOS-NASCIMENTO.pdf](#). Acesso em: 14 set. 2025.

NEVES, E. G. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Hucitec, 2012. Disponível em: <http://imgs.fbsp.org.br/files/12780adf8a27e88bb118cb492caaf32e.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

NOHLEN, D. El método comparativo. In: _____. *Ciência política comparada: el enfoque histórico-empírico*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2020. p. 111–128. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/13/6180/5.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NUNES, N. A. Uma genealogia do liberalismo contemporâneo: a crítica foucaultiana do ordoliberalismo alemão. *INTERthesis*, Florianópolis (SC), v. 10, n. 1, p. 322–343, 2013. Disponível em: [Vista do Uma genealogia do liberalismo contemporâneo: a crítica foucaultiana do ordoliberalismo alemão \(ufsc.br\)](#). Acesso em: 29 set. 2024.

NUNES FILHO, E. P. Arqueologia e plano de manejo: experiência do Parque Nacional do Cabo Orange. In: SIMONIAN, L. T. L.; COSTA, A. J. S.; BAPTISTA, E. R. (org.). *Escudo guianês: biodiversidade, conservação dos recursos naturais e cultura*. Belém: NAEA-GSF, 2013.

OCDE. *Government at a glance 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/government-at-a-glance-2023_3d5c5d31-en.html. Acesso em: 23 out. 2024.

OCHOA, M. M. Acciones colectivas en Costa Rica al final del siglo XX: entre la continuidad y el orden. *Revista de Ciencias Sociales*, San José (Costa Rica), v. 170, n. 4, p. 55–67, 2023. Disponível em: <https://archivo.revistas.ucr.ac.cr/index.php/sociales/article/view/54262>. Acesso em: 06 set. 2025.

OLIVEIRA, A. E. S. Políticas socioambientais brasileiras e o aprendizado de uma nova ação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba (PR), n. 23, p. 133–148, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, E. de S.; LUCINI, M. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. *Boletim Historiar*, Aracaju (SE), v. 8, n. 1, p. 97–115,

2021. Disponível em: [Vista do O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência \(ufs.br\)](#). Acesso em: 14 out. 2024.

OLIVEIRA, G. Análise comparativa entre estudos de caso e análise de conteúdo. *Revista Relações Exteriores*, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/analise-comparativa-estudos-de-caso-e-analise-de-conteudo/>. Acesso em: 29 out. 2024.

OLIVEIRA, L. S. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. *Revista Ítaca*, Rio de Janeiro, n. 34, 2019. Disponível em: [O conceito de governamentalidade em Michel Foucault | Ítaca](#). Acesso em: 26 nov. 2025.

OREAMUNO, J. R. *La caída del gobierno constitucional en Costa Rica: el golpe de Estado del 27 de enero de 1917*. [S.l.]: Legare Street Press, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024*. 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: UNIC Rio, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Who cares wins: connecting financial markets to a changing world*. New York: United Nations Global Compact, 2004. Disponível em: https://www.unepfi.org/fileadmin/documents/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025

PAZ, A. Muitos sujeitos, outros governos, nenhuma pátria: fugitivos, autoridades e disputas territoriais na Amazônia entre os séculos XIX e XX. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 9., 2013, Macapá. *Anais [...]*. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2014. Disponível em: <https://www2.unifap.br/historia/files/2014/02/ADALBERTOPAZ.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PIANA, M. C. *A pesquisa de campo*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

PINZÓN, M. M. La historia del control de las administraciones públicas en la colonia. *Revista electrónica de difusión científica*, Bogotá, 2005.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2023. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf_1.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

PODER JUDICIAL (COSTA RICA). La división de poderes en el Estado costarricense. 2025. Disponível em: <https://poderjuvenil.poder-judicial.go.cr/explora/menu-ninas-ninos/modulo-1-el-abc-del-poder-judicial/sobre-el-poder-judicial/46-la-division-de-poderes-en-el-estado-costarricense-ninas-ninos>. Acesso em: 30 ago. 2025.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, N. Brasil falha na aplicação de leis ambientais, diz ONU. *Deutsche Welle*, 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-falha-na-aplica%C3%A7%C3%A3o-de-leis-ambientais-diz-onu/a-47210135>. Acesso em: 28 out. 2024.

PORTO, J. L. R. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

PREFEITURA DE MACAPÁ. Praça dos Povos do Meio do Mundo: espaço que será construído pela prefeitura homenageia povos tradicionais. Macapá, 2023. Disponível em: <https://agencia.macapa.ap.gov.br/praca-dos-povos-do-meio-do-mundo-espaco-que-sera-construido-pela-prefeitura-homenageia-povos-tradicionais/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

PRENSA LATINA. Costa Rica planeja instalar teleférico no vulcão Turrialba. 7 maio 2024. Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2024/05/07/costa-rica-planeja-instalar-teleferico-no-vulcao-turrialba/>. Acesso em: 18 out. 2024.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 2004. Disponível em: <https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/prous-a-1992-arqueologia-brasileira.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507042402/eje3-8.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, Marília (SP), n. 37, 2002. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 14 out. 2024.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. São Paulo: MASP/Afterall, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, João Pessoa (PB), n. 24, p. 27–57, 2006. Disponível em: [Vista do O CONCEITO DE BIOPODER HOJE](#) Acesso em: 06 jan. 2026.

RAFTACCO, E. C. A. La creación de nuevas unidades administrativas en Costa Rica: los casos de Monteverde y Puerto Jiménez. *Revista Científica Administrar lo Público*, San José (Costa Rica), v. 2, n. 1, p. 42–59, 2025. Disponível em: [Vista de La creación de nuevas unidades administrativas en Costa Rica: los casos de Monteverde y Puerto Jiménez](#). Acesso em: 30 ago. 2025.

RAIOL JUNIOR, L. *O mundo do trabalho e a construção da fortaleza de São José de Macapá*. Brasília: Senado Federal, 2024.

RAVENA, N. et al. Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. *NAU Social*, Salvador (BA), v. 9, n. 17, p. 33–45, 2019. Disponível em: [Vista do Em busca de Políticas Públicas Decoloniais de Desenvolvimento: Possibilidades na Amazônia Brasileira \(ufba.br\)](#). Acesso em: 14 out. 2024.

RESTREPO, J. et al. Recent decline of green turtle *Chelonia mydas* nesting trend at Tortuguero, Costa Rica. *Endangered Species Research*, Oldendorf (Alemanha), v. 51, p. 59–72, 2023. Disponível em: <https://www.int-res.com/articles/esr2023/51/n051p059.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

RIBEIRO, G. V. B. A origem histórica do conceito de área de preservação permanente no Brasil. *Thema*, Santana do Livramento (RS), v. 8, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/67/36>. Acesso em: 18 out. 2024.

RIERA, M. B.; CHINCHILLA, C. M. Memoria política desde los otros: Guerra Civil de 1948 en Costa Rica. *Repertorio Americano*, San José (Costa Rica), n. 29, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/repertorio/article/view/13522/19011>. Acesso em: 15 out. 2024.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. (Barão do). *Questões de limites: Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal, 2008.

RODRIGUES, A. P. C. Parque Cultural do Meio do Mundo: revitalização do monumento Marco Zero do Equador e entorno da cidade de Macapá-AP. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017. Disponível em: <https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2020/07/Rodrigues-2017-Parque-cultural-do-meio-do-mundo-revitalizacao-do.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

RODRIGUES, E. M. B. M. Espaços criados, espaços conquistados: relações de domínio da Espanha imperial com os espaços das Índias Ocidentais no século XVI. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: [Espaços criados, espaços conquistados: relações de domínio da Espanha imperial sobre os territórios das Índias Ocidentais no século XVI](#). Acesso em: 24 set. 2024.

RODRIK, D. *The globalization paradox: democracy and the future of the world economy*. New York; London: W. W. Norton & Company, 2011. Disponível em: <https://drodrik.scholar.harvard.edu/publications/globalization-paradox-democracy-and-future-world-economy>. Acesso em: 30 out. 2024.

ROMANI, C. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. *Antíteses*, Londrina, v. 3, n. 5, p. 145–169, 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2387>. Acesso em: 30 out. 2024.

ROMANI, C. O massacre de Amapá: a guerra imperialista que não houve. *Caravelle*, Toulouse, n. 95, p. 85–118, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/caravelle/7302>. Acesso em: 30 out. 2024.

RONCAGLIA, A. *O mito da austeridade: crítica à ortodoxia econômica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

SAGOFF, M. Four dogmas of environmental economics. *Environmental Values*, v. 3, n. 4, p. 285–310, 1994. Disponível em: https://www.environmentandsociety.org/sites/default/files/key_docs/sagoff_3_4.pdf. Acesso em: 01 dez. 2025.

SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D. Domestic capital, civil servants and the state: Costa Rica and the Dominican Republic under globalisation. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge (Reino Unido), v. 37, n. 4, p. 693–726, nov. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022216X05009831>.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. E-book.

SANTOS, C. A. O. História, ambiente e povos indígenas no extremo norte do Brasil: impactos da construção da BR-156 em Oiapoque, Amapá (1976–1981). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro (RJ), v. 28, n. 3, p. 703–726, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/KfYbrscwfwcdCS6FZBMB7y/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SANTOS, N. M. P.; AMORIM, R. R. Áreas protegidas: evolução histórica e conceitual e seus significados na agenda ambiental global do século XXI. In: EVENTO EM COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO IG-UNICAMP, 2023. *Anais [...]*. São Paulo: UNICAMP, 2023. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/posgrad/anais_evento_20anos.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

SASSINE, V.; ALMEIDA, L. de. Pressão de Lula por petróleo ignora mangues sensíveis e explosão de vida que sustenta pescadores. *Folha de S.Paulo*, 16 ago. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/08/pressao-de-lula-por-petroleo-ignora-mangues.shtml>. Acesso em: 29 out. 2024.

SCARDUA, F. P.; BURSZTYN, M. A. A. Descentralização da política ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília (DF), v. 18, n. 1/2, p. 257–290, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/GpcvhF9ZZM3mBTnrjsD94gN/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SEA TURTLE CONSERVANCY. *Green turtle nesting at Tortuguero, Costa Rica – season 2024*. Gainesville: STC, 2024. Disponível em: <https://www.cccturtle.org/wp-content/uploads/2025/07/Velador-Issue-1-2024.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, A. C. R. Gestão compartilhada do patrimônio arqueológico: tensões, possibilidades e desafios na Amazônia. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/ffc3956f-773c-4119-9064-baf02a50a79b/content>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SILVA, F. J. R. da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, Presidente Prudente (SP), v. 17, n. 2, dez. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4671/3585>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SILVA, J. A. *Direito ambiental constitucional*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, M. Costa Rica é “pura vida”, no melhor sentido de viver. 2023. Disponível em: [Costa Rica é “Pura Vida”, no melhor sentido de viver - ABRAJET- SC \(abrajetsc.com.br\)](https://abrajetsc.com.br/revista/11-out-2024/costa-rica-e-pura-vida-no-melhor-sentido-de-viver). Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. de. Teorias do comércio internacional, estrutura produtiva e crescimento econômico. *Revista Economia-Ensaio*, Uberlândia (MG), v. 32, n. 1, p. 159–188, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/38823/21896>. Acesso em: 30 set. 2024.

SILVA, P.; SAUER, S. Desmantelamento e desregulação de políticas ambientais e apropriação da terra e de bens naturais no cerrado. *Revista Raízes*, São Caetano do Sul (SP), v. 42, n. 2, jul./dez. 2022. Disponível em: [Desmantelamento e desregulação de políticas ambientais e apropriação da terra e de bens naturais no Cerrado | Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas](https://revista.raizes.org.br/raizes-42-2-2022-desmantelamento-e-desregulacao-de-politicas-ambientais-e-apropriacao-da-terra-e-de-bens-naturais-no-cerrado). Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA JUNIOR, O. M. et al. *Atlas geográfico escolar do estado do Amapá*. Macapá: GERCO/IEPA; UNIFAP, 2022. [Mapa]. Disponível em: [Amapá \(AP\) - Atlas Geográfico Escolar - IBGE](https://atlasgeograficoibge.org.br/estado/AMAP%C3%A1). Acesso em: 14 dez. 2025.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas entre avanços, limitações e possibilidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba (PR), v. 48, p. 118–139, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58920/36953>. Acesso em: 21 out. 2024.

SIMONIAN, L. T. L. (org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA-MPEAP, 2010.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (org.). *Imagem & pesquisa na Amazônia*. Belém: Alves, 2007. p. 16–52.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais e populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, L. E. (org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2007b. p. 25–44.

SIMONIAN, L. T. L. Pesquisas em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 1, p. 119–134, 2005. Disponível em: https://boletimch.museu-goeldi.br/wp-content/uploads/2025/04/BMPEG_CienciasHumanas122005_119-134-SIMONIAN-1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

SIMONIAN, L. T. L. Um breve repensar sobre as áreas de entorno das áreas protegidas, das unidades de conservação e das terras ancestrais de indígenas e quilombolas. Belém, 2026. No prelo.

SIMONIAN, L. T. L.; SILVA, A. C. R.; NUNES FILHO, E. P. Resiliência/resistência cultural citadina em Macapá (Brasil): a trajetória e a territorialidade do Marabaixo. *Revista Tempo Amazônico*, v. 11, n. 1, jul./dez. 2022. Disponível em: [ANPUH-AP - Associação Nacional de História - Seção Amapá - VOL. XI, N.2](#). Acesso em: 14 out. 2024.

SINAC. *El Sistema Nacional de Áreas de Conservación: evolución y perspectivas*. 2024. Disponível em: <https://www.sinac.go.cr/ES/docu/Publicaciones/SINAC%20Evolucion%20y%20Perspectivas.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

SOLÓRZANO, A. Ganadería y ambiente en Costa Rica: transformaciones y desafíos. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 162, n. 4, p. 23–41, 2018.

SOUZA, N. A. O. de. Uma cidade não tão no “meio do mundo” assim: paisagens e identidades em Macapá, Amapá. *Amazônica: Revista de Antropologia*, São Paulo (SP), v. 13, p. 311–343, 2021. Disponível em: [Uma Cidade não tão no 'Meio do Mundo' assim ... Paisagens e Identidades em Macapá/Amapá | Souza | Amazônica - Revista de Antropologia](#). Acesso em: 25 nov. 2025.

STEWART, S. Associated language: “pura vida” in Costa Rica. *Revista de Filología y Lingüística*, v. 31, n. 2, 2005. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/filyling/article/view/4420/4237>. Acesso em: 30 ago. 2025.

STIGLER, G. J. *The citizen and the state: essays on regulation*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; OLIVEIRA, N. M. Vivificación de la frontera norte brasileña. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Málaga (Espanha), nov. 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/11/frontera-norte-brasil.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

SUDRÉ, L. Impacto de exploração de petróleo na Foz do Amazonas é de nível máximo. *Greenpeace*, 31 jan. 2024. Disponível em: [Impacto de exploração de petróleo na Foz do Amazonas é de nível máximo - Greenpeace Brasil](#). Acesso em: 24 nov. 2024.

SVAMPA, M. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2019.

SVAMPA, M. Commodities consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, v. 114, n. 1, p. 65–82, 2015.

TAVARES, M. da C. *Desenvolvimento e igualdade*. Ed. esp. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvigualda_de_80anos.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

TAYLOR, D. (org.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018. 261 p.

THE COSTA RICA NEWS. Costa Rica consolidates itself as a leading destination with the 2025 national medical tourism forum. *The Costa Rica News*, San José, 16 fev. 2025. Disponível em: <https://thecostaricanews.com/costa-rica-consolidates-itself-as-a-leading-destination-with-the-2025-national-medical-tourism-forum/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

TICO TIMES. Costa Rica's economic growth slows as tourism and agriculture struggle. *The Tico Times*, 9 maio 2025. Disponível em: <https://ticotimes.net/2025/05/09/costa-ricas-economic-growth-slows-as-tourism-and-agriculture-struggle>. Acesso em: 1 set. 2025.

TICO TIMES. U.S. tourists lead Costa Rica's record tourism growth in 2024. *The Tico Times*, San José, 16 jan. 2025b. Disponível em: <https://ticotimes.net/2025/01/16/us-tourists-lead-costa-ricas-record-tourism-growth-in-2024>. Acesso em: 7 set. 2025.

TRADING ECONOMICS. Costa Rica GDP. 2025. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/costa-rica/gdp>. Acesso em: 30 out. 2025.

TRESTER, A. M. Bienvenidos a Costa Rica, la tierra de la pura vida: a study of the expression “pura vida” in the Spanish of Costa Rica. In: WORKSHOP ON SPANISH SOCIOLINGUISTICS, 1., 2003. *Proceedings [...]*. Somerville: Cascadilla Press, 2003. Disponível em: <https://www.lingref.com/cpp/wss/1/paper1008.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TUAN, Y. F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015. Livro eletrônico.

UMAÑA, A. C. Introducción al estudio de las literaturas tradicionales chibchas. *Revista de Filología y Lingüística*, Costa Rica, v. 16, n. 1, p. 55–96, 1990.

UNESCO. Abolition of the army in Costa Rica. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/memory-world/abolition-army-costa-rica>. Acesso em: 2025.

UNIVERSIDAD DE COSTA RICA. La popular frase “pura vida” traspasó las fronteras y fue acogida por la sociedad costarricense. 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.ucr.ac.cr/noticias/2021/6/24/la-popular-frase-pura-vida-traspaso-las-fronteras-y-fue-acogida-por-la-sociedad-costarricense.html>. Acesso em: 30 ago. 2025.

VARGAS, M. J. R. La memoria histórica de la Independencia de Centroamérica: narrativas en el contexto de la conmemoración del Bicentenario. *Revista Perspectivas: Estudios Sociales y Educación Cívica*, Heredia (Costa Rica), n. 25, p. 1–17, jul./dez. 2022. Disponível em: [Vista de La memoria histórica de la Independencia de Centroamérica, narrativas en el contexto de la conmemoración del Bicentenario \(una.ac.cr\)](https://www.una.ac.cr/revista-perspectivas/2022/7/la-memoria-historica-de-la-independencia-de-centroamerica-narrativas-en-el-contexto-de-la-conmemoracion-del-bicentenario). Acesso em: 14 out. 2024.

VENÂNCIO, M. D. A proteção da biodiversidade nas áreas naturais protegidas: uma breve análise dos sistemas da Costa Rica e do Brasil. *Revista de Ciências Jurídicas*, San José (Costa Rica), n. 134, p. 13–44, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://archivo.revistas.ucr.ac.cr/index.php/juridicas/article/view/17711/17230>. Acesso em: 26 nov. 2025.

VERGARA, M. H. P. As abordagens da modernidade nos Estados Unidos e na América Latina: conexões e contrastes. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 7, p. 1–22, 2008. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1383/1254>. Acesso em: 01 dez. 2025.

VIDAL, J. P. Metodologia comparativa e estudo de caso. *Papers do NAEA*, Belém (PA), n. 308, ago. 2013. Disponível em: <https://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper308.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

VIDAL, L. B. A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque. In: VIDAL, L. B.; LEVINHO, J. C.; GRUPIONI, L. D. B. (org.). *A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Iepé; Museu do Índio, 2016. p. 155–160. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Catalogo-A-Presenca-do-Invisivel.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

VIDEIRA, P. L. O Marabaixo do Amapá: encontro de saberes, histórias e memórias afro-amapaenses. *Revista Palmares*, Brasília (DF), ano 10, ed. 8, p. 16–21, nov. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/revista-palmares-2014.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

WAHL, D. C. *Designing regenerative cultures*. Axminster: Triarchy Press, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/25460177/Designing_Regenerative_Cultures. Acesso em: 07 jun. 2025.

WELLER, L. Democracy, coffee, banana, and default: sovereign debt in Costa Rica, 1871–1911. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 47., 2019, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPEC, 2019. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_I/i12-8a6b5d5e3a5b.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

WHITE, G.; WADE, R. Developmental states in East Asia. *IDS Bulletin*, Sussex, v. 15, n. 2, 1984.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. Porto Alegre: Bookman, 2015. Edição do Kindle.

Apêndice I – Perguntas

PILARES	Órgãos nacionais	Organizações locais	Órgãos locais	Comunidades locais
A. Relação entre o Órgãos Públicos, organismos locais e as populações locais	1. Quais são as principais demandas que vocês recebem das comunidades e organizações do entorno do Parque Nacional? 2. Como vocês lidam com elas? 3. Há um alinhamento entre as necessidades do estado/província e as ações nacionais do Parque na região? Por quê? 4. Quais são as políticas de preservação do Parque? Tem alguma específica para região?	1. Como o estado/província interage com as comunidades locais no entorno do Parque Nacional? 2. Vocês participação das decisões do Parque Nacional? Se sim, como funciona na prática? 3. Quais são as principais demandas/apoio vocês precisam receber em relação ao Parque? 4. Como vocês lidam com elas? 5. Há um alinhamento entre as necessidades das organizações locais e as ações do Parque Nacional? Por quê?	1. Como a Administração do parque interage com os órgãos locais no entorno do Parque Nacional? 2. Há algum mecanismo formal de participação da comunidade local ou de órgãos locais nas decisões do Parque? Se sim, como funciona na prática? 3. Quais são as principais demandas dos órgãos locais em relação ao parque? 4. Como vocês lidam com elas? 5. Você percebe que há um alinhamento entre as necessidades das comunidades e as ações locais e nacionais? Por quê?	1. Como vocês interagem com o Administração do Parque Nacional? 2. Como vocês interagem com os órgãos do estado/provinciais? Há assistência deles? 3. Vocês participação das decisões do Parque? Se sim, como funciona na prática? 4. Quais são as principais demandas de vocês em relação ao Parque Nacional? 5. Você percebe que há um alinhamento entre as necessidades das comunidades e as ações do Parque? Por quê?

B. Relação entre o Conselho Gestor e as populações locais	5. Como funciona a composição e a atuação do Conselho Gestor do Parque Nacional? 6. As comunidades locais participam ativamente do Conselho Gestor? Se sim, de que forma? Se não, quais são os principais desafios para essa participação? 7. Quais são os principais temas discutidos nas reuniões do Conselho Gestor e como eles impactam a população local? 8. Você acredita que o Conselho Gestor tem influência real sobre as decisões relacionadas ao parque? Por quê? 9. Existem conflitos entre o Conselho Gestor e as comunidades locais? Se sim, quais são os principais pontos de tensão?	7. Vocês participam como membros do conselho gestor do parque? 8. As comunidades locais participam ativamente do Conselho Gestor? Se sim, de que forma? Se não, quais são os principais desafios para essa participação? 9. Quais são os principais temas discutidos nas reuniões do Conselho Gestor e como eles impactam a população local? 10. Você acredita que o Conselho Gestor tem influência real sobre as decisões relacionadas ao parque? Por quê? 11. Existem conflitos entre o Conselho Gestor e as comunidades locais? Se sim, quais são os principais pontos de tensão? 12. O Parque promove programas de educação ambiental ou outras iniciativas para engajar as populações locais na conservação? Como essas ações são recebidas?	6. Como funciona a composição e a atuação do Conselho Gestor do Parque Nacional? 7. As comunidades locais participam ativamente do Conselho Gestor? Se sim, de que forma? Se não, quais são os principais desafios para essa participação? 8. Quais são os principais temas discutidos nas reuniões do Conselho Gestor e como eles impactam a população local? 9. Você acredita que o Conselho Gestor tem influência real sobre as decisões relacionadas ao parque? Por quê? 10. Existem conflitos entre o Conselho Gestor e as comunidades locais? Se sim, quais são os principais pontos de tensão? 11. O Parque promove programas de educação ambiental ou outras iniciativas para engajar as populações locais na conservação? Como essas ações são recebidas?	6. Vocês participam da composição e a atuação do Conselho Gestor do Parque Nacional? 7. Quais são os principais temas discutidos nas reuniões do Conselho Gestor e como eles impactam a população local? 8. Você acredita que o Conselho Gestor tem influência real sobre as decisões relacionadas ao parque? Por quê? 9. Existem conflitos entre o Conselho Gestor e as comunidades locais? Se sim, quais são os principais pontos de tensão? 10. O Parque promove programas de educação ambiental ou outras iniciativas para engajar as populações locais na conservação? Como essas ações são recebidas?
--	---	---	--	--

C. Processo de decisão e governança ambiental	10. Qual a lógica de decisões tomadas pelo Parque? 11. Você percebe alguma influência de organismos internacionais ou políticas externas na gestão do parque? Se sim, como isso afeta as decisões a nível nacional? 12. Quem são os principais atores envolvidos na tomada de decisão sobre a gestão do parque? 13. Vocês impõem ou já impuseram restrições ao estado/província na região do Parque Nacional? 14. Há projetos em parceria com outras organizações para promover o desenvolvimento sustentável na região? Quais? 15. Há consumo de quelônios no Parque?	13. As políticas de conservação / turismo da região são elaboradas considerando as necessidades da população local? De que forma? 14. Vocês impõem ou já impuseram restrições ao Parque Nacional? 15. Há projetos em parceria com outras organizações para promover o desenvolvimento sustentável na região? Quais? 16. Há consumo de quelônios no Parque?	12. Quem são os principais atores envolvidos na tomada de decisão sobre a gestão do parque? 13. Você percebe alguma influência de organismos internacionais ou políticas externas na gestão do parque? Se sim, como isso afeta as decisões locais? 14. As políticas de conservação do Parque Nacional foram elaboradas considerando as necessidades da população local? De que forma? 15. Há projetos em parceria com outras organizações para promover o desenvolvimento sustentável na região? Quais? 16. Há consumo de quelônios no Parque?	11. Vocês impõem ou já impuseram restrições aos gestores do Parque ou a outros órgãos públicos? 12. Quem são os principais atores envolvidos na tomada de decisão sobre a gestão do parque? 13. Vocês realizam alguma atividade de venda de produtos? 14. Vocês consomem quelônios?
--	--	--	---	---

D. Desafios e oportunidades na conservação do Parque Nacional	16. Quais são os principais desafios na gestão do parque, considerando a conservação ambiental, possibilidades econômicas e o envolvimento das comunidades locais? 17. Há pressões externas (políticas, econômicas, industriais) que dificultam a necessidade de conservação do parque? Como elas são enfrentadas? 18. De que maneira o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento da região sem comprometer a conservação ambiental? 19. Você acredita que a implementação/criação do Parque Nacional trouxe mais benefícios ou desafios para a população local (Ponto de vista ambiental e econômico)? Por quê? 20. Como você imagina o futuro do Parque Nacional do Cabo Orange, considerando a possibilidade de extração de petróleo na região?	17. Quais são os principais desafios do estado na região do Parque, considerando a conservação ambiental, possibilidades econômicas e o envolvimento das comunidades locais? 18. Há pressões externas (políticas, econômicas, industriais) que dificultam a necessidade de conservação do parque? Como elas são enfrentadas? 19. De que maneira o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento da região sem comprometer a conservação ambiental? 20. Você acredita que a implementação/criação do Parque Nacional trouxe mais benefícios ou desafios para a população local (Ponto de vista ambiental e econômico)? Por quê? 21. Como você imagina o futuro do Parque Nacional do Cabo Orange, considerando a possibilidade de extração de petróleo na região? Você	17. Quais são os principais desafios na gestão do parque, considerando a conservação ambiental, possibilidades econômicas e o envolvimento das comunidades locais? 18. Há pressões externas (políticas, econômicas, industriais) que dificultam a conservação do parque? Como elas são enfrentadas? 19. De que maneira o turismo sustentável pode contribuir para o desenvolvimento da região sem comprometer a conservação ambiental? 20. Como o Parque lida com questões relacionadas à pesca e outras atividades tradicionais das comunidades? 21. Você acredita que a implementação/criação do Parque Nacional trouxe mais benefícios ou desafios para a população local (Ponto de vista ambiental e econômico)? Por quê? 22. Como você imagina o futuro do Parque Nacional do Cabo	15. Há pressões externas (políticas, econômicas, industriais) que dificultam a conservação do parque? Como elas são enfrentadas? 16. Vocês recebem turistas na comunidade? Se sim, como é a interação com eles? 17. Como o Parque lida com questões relacionadas à pesca e outras atividades tradicionais das comunidades? 18. Você acredita que a implementação/criação do Parque Nacional trouxe mais benefícios ou desafios para a população local (Ponto de vista ambiental e econômico)? Por quê? 19. Como você imagina o futuro da região, considerando a possibilidade de extração de petróleo na região? Você acredita que será mantido a preservação da área?
--	--	---	---	---

	21. Você acredita que será mantido a preservação da área, caso seja viabilizado a extração de petróleo? Você acredita que será mantido a preservação da área?	acredita que será mantido a preservação da área?	Orange, considerando a possibilidade de extração de petróleo na região? Você acredita que será mantido a preservação da área?	
--	---	--	---	--